

Avaliação de
Efetividade de Projetos
de Aglutinadoras de

Atividades Produtivas Sustentáveis no Fundo Amazônia

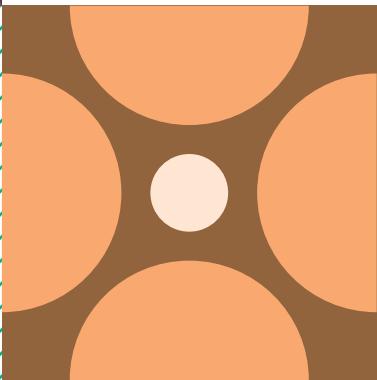
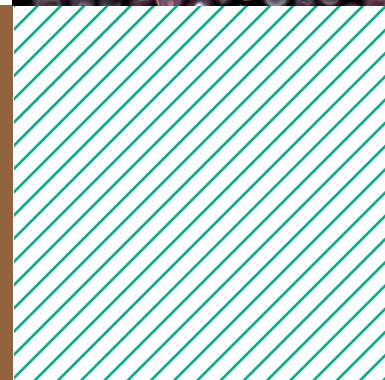
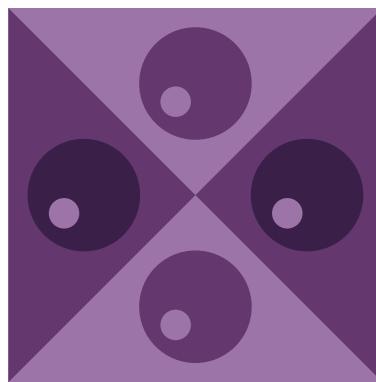
CONCRETIZAR – RECA

**FORTALECENDO A ECONOMIA
DE BASE FLORESTAL
SUSTENTÁVEL - COOPERACRE**

PPP - ECOS NA AMAZÔNIA - ISPNA

FUNDO DEMA - FASE

Agosto 2023





AVALIAÇÃO DE EFETIVIDADE DE PROJETOS DE AGLUTINADORAS DE ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS NO FUNDO AMAZÔNIA

Este relatório apresenta os resultados da avaliação de efetividade ex post de projetos no tema de Atividades Produtivas Sustentáveis no âmbito do Fundo Amazônia/BNDES. A avaliação foi realizada por uma equipe formada por consultores independentes sob a coordenação da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável por meio da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH (GIZ), no âmbito da cooperação técnica com o BNDES acerca do Fundo Amazônia. Todas as opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a posição da GIZ e do BNDES.

Equipe de Avaliação

Domingos Moreira Macedo

Artur Sgambatti Monteiro

Verena Cristina de Almeida

Coordenação da Avaliação

(Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit - GIZ GmbH)

Ester Maria Gomila Pons

Juliana Passos de Mello

Nikolas Wagner Bozzolo

Revisão

Bernardo Anache

Fotografias

Artur Sgambatti Monteiro

Domingos Moreira Macedo

Juliana Passos de Mello

Ester Maria Gomila Pons

Projeto Gráfico e Diagramação

Trato Design

Brasil, agosto de 2023



SUMÁRIO

RESUMO EXECUTIVO	10
1 ANTECEDENTES	19
1.1 O Fundo Amazônia e Outras Iniciativas de Fomento à Conservação	20
1.2 Modalidades de Execução	21
1.3 Contextualização Regional e Histórica	23
1.3.1 Políticas Públicas	24
1.3.2 Desmatamento e Obras de Infraestrutura	26
1.3.3 Soja, Pecuária e Desmatamento	27
2 INTRODUÇÃO	30
3. METODOLOGIA	32
4 RESULTADOS AGREGADOS	36
4.1 Níveis de Análise da Avaliação	36
4.2 Nível de Beneficiários/as	40
4.3 Modalidades Aglutinadoras e de Chamada Pública: similaridades e diferenças no contexto produtivo amazônico	43
4.4 Contribuições agregadas ao alcance dos objetivos do Fundo Amazônia	46
4.4.1 Efeito Direto 1: "Atividades econômicas de uso da floresta e da biodiversidade desenvolvidas"	46
4.4.2 Efeito Direto 2: "Cadeias dos produtos agroflorestais e da biodiversidade com valor agregado ampliado"	48
4.4.3 Efeito Direto 3: "Capacidades gerenciais e técnicas ampliadas para o desenvolvimento de atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade"	52
4.4.4 Efeito Direto 4: "Áreas desmatadas e recuperadas e utilizadas para fins econômicos e de conservação ecológicas"	54
4.4.5 Efeito Indireto: Redução de desmatamento com desenvolvimento sustentável	55
4.5 Critérios de Avaliação da OCDE, Salvaguardas de Cancún e Critérios Transversais	61
4.5.1 Critérios de avaliação da OCDE	62
4.5.2 Salvaguardas de REDD+	64
4.5.3 Critérios Transversais	66
5 CONCLUSÕES E LIÇÕES APRENDIDAS	69
6. RECOMENDAÇÕES	71
APÊNDICE I – AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DOS PROJETOS	73
a.PROJETO CONCRETIZAR	73



b.PROJETO FORTALECENDO A ECONOMIA DE BASE FLORESTAL SUSTENTÁVEL.	91
c.PROJETO PEQUENOS PROJETOS ECOSOCIAIS NA AMAZÔNIA – PPP-ECOS NA AMAZÔNIA	107
d.PROJETO FUNDO DEMA	123
APÊNDICE II - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE BENEFICIÁRIOS/AS	138
APÊNDICE III - SUMÁRIO DA AVALIAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS	144
APÊNDICE IV - PERGUNTAS ORIENTADORAS	151
APÊNDICE V - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	154
APÊNDICE VI – LISTA DE PESSOAS ENTREVISTADAS	159
APÊNDICE VII – TERMO DE REFERÊNCIA (TdR)	165
ANEXO I - ESTUDO COMPLEMENTAR SOBRE REDUÇÃO DA POBREZA E EQUIDADE DE GÊNERO	192



LISTA DE ACRÔNIMOS

Amacro	Amazonas, Acre, Rondônia
APL	Arranjo Produtivo Local
Apib	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
APP	Área de Preservação Permanente
APS	Atividades Produtivas Sustentáveis
Arpa	Áreas Protegidas da Amazônia
ASA	Articulação do Semiárido
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAR	Cadastro Ambiental Rural
Ceplac	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CNS	Conselho Nacional das Populações Extrativistas
CGN	Conselho Gestor Nacional (PPP-Ecos)
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
Cooperacre	Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre
EBC	Empresa Brasil de Comunicações
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENREDD+	Estratégia Nacional para REDD+
FA	Fundo Amazônia
Fase	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação
FEPASA	Ferrovia Paraense
Funai	Fundação Nacional do Povos Indígenas
Funbio	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente (do inglês, Global Environment Facility)
GIZ	Agência Alemã de Cooperação (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH)
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IN	Instrução Normativa
Inpe	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
Ipam	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
ISPN	Instituto Sociedade, População e Natureza
MMA	Ministério do Meio Ambiente
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
Oema	Órgão Estadual de Meio Ambiente
ONU	Organização das Nações Unidas



PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCT	Povos e Comunidades Tradicionais
PGPM-Bio	Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade
Planaveg	Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa
PMFC	Programa de Manejo Florestal Comunitário e Familiar
PMFS	Plano de Manejo Florestal Sustentável
PNAE	Programa de Aquisição de Alimentos
PNPSB	Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPCDAm	Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
PPP-Ecos	Programa de Pequenos Projetos Ecossociais
PRA	Programa de Regularização Ambiental
Prad	Plano de Recuperação de Áreas Degradadas
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSA	Pagamento por Serviços Ambientais
RAE	Relatório de Avaliação de Efetividade
RAR	Relatórios de Avaliação de Resultados
RDC	Resolução da Diretoria Colegiada
Reca	Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado
RED	Relatórios de Desempenho
REDD+	Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (+ conservação de estoques de carbono florestal, manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono florestal)
Resex	Reserva Extrativista
RL	Reserva Legal
SAF	Sistema Agroflorestal
SGP	Small Grants Project (do GEF)
TBC	Turismo de Base Comunitária
TI	Terra Indígena
UNFCCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (do inglês, United Nations Framework Convention on Climate Change)
UC	Unidades de Conservação
WWF	World Wide Fund for Nature



LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Metas de recuperação de áreas degradadas recuperadas por projeto (em ha).	54
Tabela 2: Evolução do desmatamento (em km ²) nos municípios de atuação do projeto <i>Concretizar - Porto velho (RO) e Acrelândia (AC)</i> .	56
Tabela 3: Comparativo da evolução do desmatamento no estado do Acre, no período entre 2014 e 2022.	57
Tabela 4: Comparativo da evolução do desmatamento nos 14 municípios das regiões administrativas do Alto e Baixo Acre, no período entre 2014 e 2022	58
Tabela 5: Evolução do desmatamento nos estados de atuação do projeto <i>Pequenos Projetos Ecossociais na Amazônia, MA, MT e TO</i>	59
Tabela 6: Taxas de desmatamento nos municípios de abrangência dos subprojetos apoiados pelos editais do Fundo Dema.	60



LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Informações sobre os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia alvo desta avaliação	23
Quadro 2: Detalhamento dos tipos de infraestrutura dos projetos	26
Quadro 3: Resumo dos investimentos em agregação de valor pelos projetos sob a modalidade aglutinadora.	48



LISTA DE FIGURAS

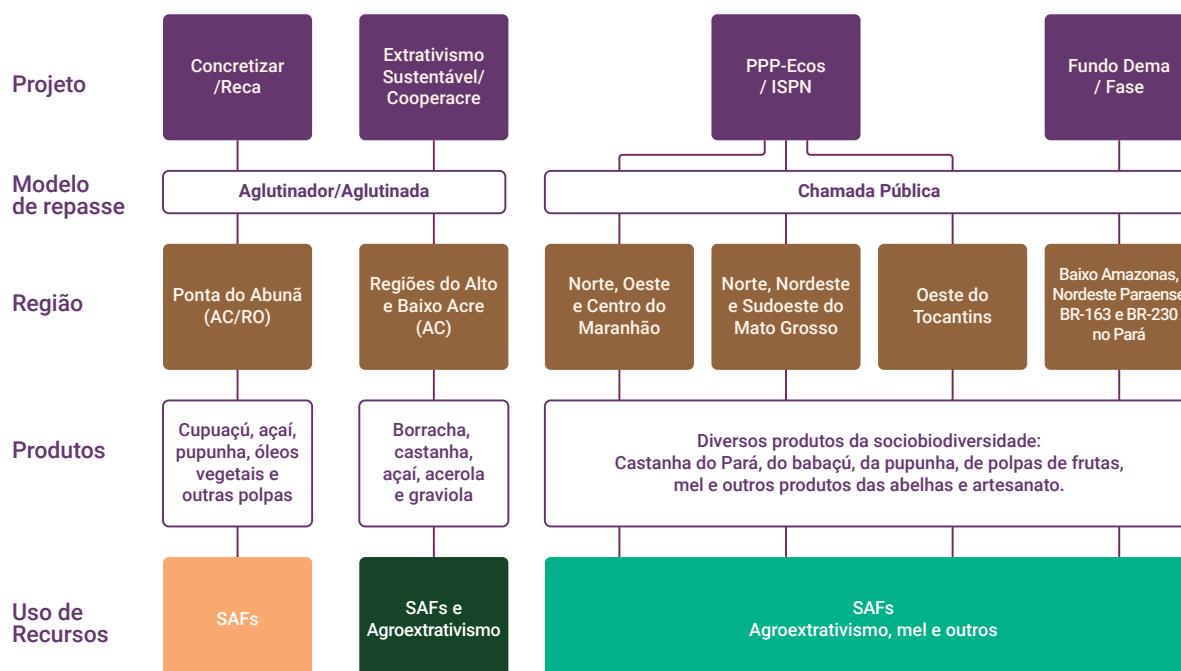
Figura 1: Representação simplificada conjunta dos projetos avaliados	
Figura 2: Distribuição geográfica dos municípios onde foram aplicados os recursos do Fundo Amazônia pelos quatro projetos avaliados	7
Figura 3: Componentes do Quadro Lógico do Fundo Amazônia com ênfase na Componente Atividade Produtiva Sustentável	19
Figura 4: Linha do tempo comparativa da execução dos projetos avaliados	25
Figura 5: Comparação entre três fases iniciais do PPCDAm e a redução das taxas de desmatamento	25
Figura 6: Políticas Públicas associadas ao PPCDAm acessadas pelos projetos	26
Figura 7: Histórico do desmatamento na Amazônia Legal	27
Figura 8: Obras de infraestrutura presentes nas regiões de impacto,	28
Figura 9: Cruzamento comparativo entre evolução das taxas de desmatamento e aplicação de multas dos órgãos de fiscalização federal.	30
Figura 10: Níveis de análise na Avaliação Temática de Cadeias Produtivas Sustentáveis sob as modalidades aglutinadora e de chamada pública	42
Figura 11: Teoria da Mudança Geral dos projetos avaliados	43
Figura 12: Esquema comparativo entre os projetos avaliados segundo sua modalidade de apoio	50
Figura 13: Processo de seleção mecanizada de castanhas-do-brasil nas dependências da Cooperacre.	57
Figura 14: Cacho de pupunha em SAF implantado pelo Reca.	57
Figura 15: Evolução do desmatamento nos municípios de atuação do projeto Concretizar, Acrelândia (AC) e Porto velho (RO).	66
Figura 16: Evolução do desmatamento nos estados de atuação do projeto Pequenos Projetos Ecossociais na Amazônia, MA, MT e TO.	70
Figura 17: Árvore de objetivos Projeto “Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável” - Cooperacre	193
Figura 18: Árvore de objetivos Projeto “Fundo Dema” - FASE	194
Figura 19: Árvore de objetivos Projeto “Pequenos Projetos Ecossociais” - ISPNA	194
Figura 20: Árvore de objetivos Projeto “Concretizar” - RECA	195



RESUMO EXECUTIVO

A avaliação de efetividade temática de projetos de Atividades Produtivas Sustentáveis (APS) apoiados pelo Fundo Amazônia por meio das modalidades aglutinadora e de chamada pública gerou análises individuais e agregadas de quatro projetos que se inserem na Componente Produção Sustentável do Fundo Amazônia, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1: Representação simplificada conjunta dos projetos avaliados



Fonte: Elaboração própria.

Dos quatro projetos avaliados, os projetos *Concretizar*, do Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (Reca), e *Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável*, da Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (Cooperacre), foram enquadrados por meio da primeira Chamada Pública de Apoio a Projetos Produtivos Sustentáveis, realizada em 2012¹, e executados na modalidade aglutinadora. Já os projetos *Fundo Dema*, da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) e *Programa de Pequenos Projetos Ecossociais na Amazônia – PPP-Ecos na Amazônia*, do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), foram aprovados na categoria demanda espontânea do Fundo Amazônia e a sua execução se deu por meio de chamadas públicas para contratação dos subprojetos que apoiaram. Os três primeiros projetos tiveram valores alocados variando entre R\$ 5,1 e R\$ 7,4 milhões, enquanto o projeto *PPP-Ecos* alcançou o valor de R\$ 17,7 milhões, totalizando R\$ 37,6 milhões de investimento nos projetos ora avaliados. Esse valor corresponde a cerca de

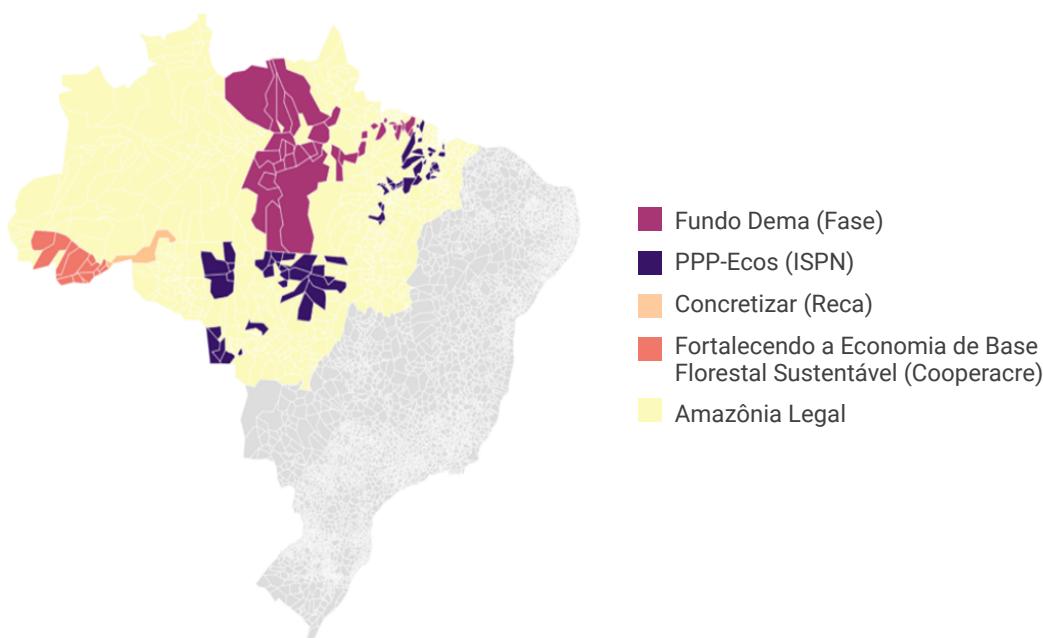
1. Confira detalhes dessa chamada pública, como valores, projetos apoiados e prazos, em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/como-apresentar-projetos/chamadas-publicas/projetos-produtivos-sustentaveis/>.



7,9% da carteira de projetos da Componente Produção Sustentável em 2020 (total de R\$ 476,4 milhões)².

Devido à abrangência geográfica dos projetos, distribuídos ao longo da linha da região denominada Arco do Desmatamento, em seis dos nove estados que compõem a Amazônia Legal, os aprendizados e desafios identificados nesta avaliação contribuem para o aprimoramento dos modos de apoio e consolidação de estratégias futuras do Fundo Amazônia. Os projetos avaliados abarcaram uma ampla e complexa rede de territórios, grupos sociais, formatos de execução, produtos, cadeias de valor, arranjos produtivos locais (APLs) e modelos de uso do solo, o que representou um desafio para a agregação de resultados e a sua análise temática (Figura 2).

Figura 2: Distribuição geográfica dos municípios onde foram aplicados os recursos do Fundo Amazônia pelos quatro projetos avaliados



Fonte: Elaboração própria.

PRINCIPAIS RESULTADOS

2. Fundo Amazônia. Relatório de Atividades 2020. Rio de Janeiro: BNDES, 2021. p.53. Disponível em: https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/galleries/documentos/rafa/RAFA_2020_port.pdf.



ATIVIDADES ECONÔMICAS DESENVOLVIDAS

Os quatro projetos avaliados, apesar de suas dissimilaridades, apoiaram cadeias de valor de produtos da sociobiodiversidade amazônica, contribuindo para o alcance dos objetivos do Fundo Amazônia de diferentes formas. Eles foram capazes de promover mudanças significativas nos territórios de incidência, permitindo maior organização social, acesso a políticas públicas, produção primária, beneficiamento e comercialização. Além disso, foram fundamentais para fortalecer experiências de sucesso, tanto com pequenos/as produtores/as como com experiências produtivas mais bem estruturadas, como nos casos da Cooperacre e do Reca, e para aumentar a qualidade de vida de diversas populações.

O projeto *Concretizar*, implementado pelo Reca, apostou em sistemas agroflorestais (SAFs) aliados ao seu modelo de gestão participativo e a boas práticas de conservação de solo, que se refletem na melhoria da qualidade de vida dos/as agricultores/as. Um dos legados importantes de sua experiência acumulada foi o amadurecimento dos/as produtores/as, ao se articularem coletivamente, e terem viabilizado, por meio de diversas experiências, a implantação de florestas produtivas.

A Cooperacre promoveu organização produtiva, capacitação, assistência técnica e extensão rural (ATER) e beneficiamento, apoiando famílias agroextrativistas para produção e comercialização de produtos da sociobiodiversidade. Esses fatores demonstram que os APLs que a cooperativa trabalha se inserem de forma complementar aos objetivos e resultados alcançados com o projeto *Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável*. A Cooperacre é, atualmente, a maior beneficiadora de castanha-da-Brasil no país.

O apoio do projeto da Fase – *Fundo Dema* –, a pequenos projetos no Pará, contribuiu para a constituição de uma extraordinária diversidade de práticas produtivas. Destacam-se aquelas voltadas para adoção de novas tecnologias de produção, manejo do solo e controle de pragas com base na agroecologia, incentivo a atividades coletivas e mudanças nos hábitos alimentares das famílias, promovendo a segurança alimentar e nutricional.

Na área de atuação do projeto *PPP-Ecos na Amazônia*, do ISPNE, diversas cadeias produtivas foram ampliadas, incluindo diferentes produtos como açaí, babaçu, mel, polpas de frutas, palmito, artesanato, entre outras. Houve maior acesso a programas de compras institucionais e maior organização das iniciativas de comunidades indígenas, quilombolas, agricultores/as familiares e assentados/as. Impactos concretos foram observados, inclusive, na incidência sobre políticas públicas e processos legislativos federais e municipais. Os pequenos projetos apoiados pelo *PPP-Ecos na Amazônia* apresentaram estratégias diversas para a geração de renda, que vão desde produtos in natura a produtos beneficiados, com estratégias de comercialização diferenciadas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

CADEIAS DOS PRODUTOS AGROFLORESTAIS E DA BIODIVERSIDADE COM VALOR AGREGADO AMPLIADO



Todos os projetos contaram com atividades de fortalecimento de cadeias de valor da sociobiodiversidade amazônica, utilizando-se de variadas estratégias. Construção, melhoria ou reconstrução de agroindústrias de pequeno, médio e grande porte; desenvolvimento de pesquisas de mercado e apoio para aquisição de licenças ambientais; melhora nos processos de beneficiamento a partir da compra de maquinários para diferentes fins; acesso a políticas públicas e programas de compras institucionais; condução de processos de capacitação técnica para variados fins, como trabalhos de ATER e produção de materiais didáticos e de divulgação; entre outros.

Nos projetos executados pelas cooperativas Cooperacre e Reca – *Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável* e *Concretizar*, respectivamente, foi prevista uma quantidade significativa de recursos para investimentos em equipamentos e infraestrutura para ampliação da capacidade de beneficiamento dos produtos que estão em suas cadeias de valor. A Cooperacre modernizou duas usinas de beneficiamento de castanha, sendo que a usina de beneficiamento em Xapuri recebeu quatro estufas para processamento. Investiu também na ampliação das áreas de coleta de castanha-do-brasil com certificação orgânica, visto que se trata do produto que mais gera receita. A meta inicial do projeto era certificar sete aglutinadas, além de renovar a certificação orgânica em outras sete associações, mas, após o término do projeto, a Cooperacre decidiu investir em outros processos de certificação que contemplam aspectos de segurança alimentar, devido às demandas de mercado. Já o Reca investiu na melhoria da infraestrutura e maquinário para beneficiamento. A ampliação e modernização das agroindústrias, que tiveram o investimento de cerca de 33% do valor total do projeto, aumentaram a capacidade produtiva e de beneficiamento de cupuaçu, açaí e outras frutas.

Nos projetos dentro da modalidade de chamada pública – *Fundo Dema*, da Fase, e *PPP-Ecos na Amazônia*, do ISPNA, os valores médios para apoio aos subprojetos selecionados por cada um desses dois projetos estiveram entre R\$ 30 mil e R\$ 90 mil. Esses subprojetos beneficiários atenderam aos interesses de organizações e comunidades locais, proporcionando compra de equipamentos, reformas de estruturas de beneficiamento, capacitações, entre outros. Além do mercado institucional, muitos subprojetos recorreram a feiras públicas para comercializar seus produtos. O aumento na capacidade de geração de renda foi confirmado pela quantidade produzida, com destaque para os produtos nativos da Amazônia, sobretudo frutas e sementes, e pelo valor da produção, apurado em novembro de 2017, de quase R\$ 4 milhões.

Os principais produtos dos subprojetos apoiados pelo *Fundo Dema* e *PPP-Ecos* foram polpas de frutas, óleos de andiroba, babaçu, castanha-do-brasil, copaíba, farinha de mandioca, derivados de babaçu e mel de abelhas. Com relação ao acesso a mercados, cerca de 60% das iniciativas produtivas acessaram mercados locais, principalmente feiras municipais, mas também feiras da agricultura familiar, de grupos de mulheres, de orgânicos e, em alguns casos, feiras regionais.

Tanto o *Fundo Dema* quanto o *PPP-Ecos* tiveram dificuldade de monitorar de forma sistemática os registros das receitas financeiras e as quantidades comercializadas de todos os subprojetos apoiados. As duas iniciativas investiram em estratégias distintas para tentar realizar esse acompanhamento: o Fundo Dema contratou uma avaliação



externa e o PPP-Ecos aplicou um questionário junto às associações participantes.

Como já apresentado, os resultados agregados desta avaliação apontaram aumento de renda das famílias impactadas pelos projetos de APS, principalmente nas iniciativas de implantação de miniusinas de beneficiamento de frutas e de farinha de mandioca, de manejo do açaí, de piscicultura, de artesanato e de Turismo de Base Comunitária (TBC). A diversificação da produção e o acesso a equipamentos adequados e espaços de trabalho coletivos mais estruturados contribuíram para a melhoria das condições de trabalho, tornando-o mais fácil e qualificado. Mesmo com a diferença de escala e escopo entre os projetos avaliados, eles se mostraram eficientes no alcance de mercados, refletindo seu impacto na geração de renda média das famílias por ano, que passou de R\$ 1.850,00 para R\$ 2.400,00 a partir das atividades produtivas sustentáveis apoiadas.

CAPACIDADES GERENCIAIS E TÉCNICAS AMPLIADAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS DE USO SUSTENTÁVEL DA FLORESTA E DA BIODIVERSIDADE

Além do apoio técnico oferecido pelo projeto *Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável*, a Cooperacre incentivou e apoiou administrativamente as associações locais para assumir a figura jurídica de cooperativas, o que permitiu a regularidade fiscal dos processos de compra e venda de produtos da sociobiodiversidade. A rede de cooperativas criada está espalhada pelo território de atuação da Cooperacre, que está localizada em Rio Branco/AC, onde fica o seu escritório central e a fábrica de beneficiamento de castanha. A cooperativa tem outras seis indústrias de beneficiamento de castanha, polpa de frutas, borracha natural e palmito, as quais estão localizadas nos municípios de Xapuri, Sena Madureira, Senador Guiomar e Brasiléia, no estado do Acre. No total, foram fortalecidas 12 associações aglutinadas com os recursos do Fundo Amazônia para o projeto da Cooperacre, além de ser realizada a capacitação em agrofloresta e gestão administrativa e financeira de 441 associados/as.

O Reca tem sede e planta industrial situadas no Distrito de Nova Califórnia, em Porto Velho/RO. A organização adota o modelo de SAFs como principal base produtiva. Os 315 hectares de SAFs implantados com o projeto *Concretizar* estão distribuídos entre grupos de produtores/as localizados/as em diversas estradas vicinais que cortam a rodovia BR-364. Foram capacitadas 443 pessoas para implantação de SAFs, produção e armazenamento de produtos da sociobiodiversidade, sendo 39% mulheres e 61% homens.

O Fundo Dema abriu sete editais de apoio a subprojetos com financiamento do Fundo Amazônia entre 2011 e 2014. As chamadas atenderam a diversos grupos sociais de indígenas, quilombolas e público em geral, com um total de 112 projetos apoiados. Um dos grandes desafios para atendimento dos editais foram as regras de elegibilidade dos recursos do Fundo Amazônia, principalmente quanto à situação de regularidade das associações. Para isso, o Fundo Dema proporcionou 49 eventos de capacitação e seminários. O mesmo aconteceu para a meta de indivíduos capacitados na elaboração, execução e avaliação de projetos socioambientais, que atendeu um público de 1.018 pessoas.

De forma semelhante, o projeto PPP-Ecos na Amazônia lançou quatro editais, nos quais foram



selecionados 88 subprojetos na região central do Maranhão, norte do estado de Tocantins e norte do estado do Mato Grosso. A componente de fortalecimento de organizações comunitárias impactou 157 associações com capacitações e outras atividades.

ÁREAS DESMATADAS E RECUPERADAS E UTILIZADAS PARA FINS ECONÔMICOS E DE CONSERVAÇÃO ECOLÓGICAS

Os quatro projetos avaliados destinaram recursos para atividades de aumento da capacidade produtiva, geração de renda e diminuição do passivo de áreas degradadas em comunidades localizadas em territórios quilombolas, terras indígenas (TIs), assentamentos da reforma agrária e unidades de conservação (UCs) de uso sustentável. Os sistemas mais utilizados para esse fim foram os SAFs, que utilizam o conceito da agroecologia, aliando o consórcio de cultivos de curta, média e longa duração. Além da recuperação do solo utilizando a ciclagem de nutrientes, focam em produtividade, diversificação de cultivos, sazonalidade na produção e retorno financeiro.

Nos projetos apoiados, as práticas de ATER voltadas para a conversão de áreas degradadas, como pastagens com baixos índices de produtividade (abaixo de uma cabeça de gado por hectare), foram bem-sucedidas ao abordar agricultores/as familiares com a consideração de que um hectare de SAF pode render mais que a mesma área de pastagem. Nas visitas a campo, depoimentos de associados/as ao projeto Concretizar afirmaram que plantios consorciados de cupuaçu, pupunha e espécies florestais estão gerando mais receita que a criação de gado. A utilização de SAFs para conversão de áreas degradadas tem potencial para ganhar escala e atrair novos/as beneficiários/as. Essa modalidade de produção permite que comunidades tradicionais promovam, de acordo com seus modos de vida, a restauração florestal e recuperação de áreas degradadas, podendo gerar renda ao longo do ano todo.

As contribuições dos quatro projetos de APS avaliados, identificadas para os efeitos diretos e avaliadas conforme os critérios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), foram:

- **Relevância:** Os quatro projetos avaliados podem ser considerados referências no desenvolvimento e apoio a atividades produtivas comunitárias. Eles se utilizam da conservação florestal e da recuperação de áreas degradadas, com a implantação de SAFs, e aliam essas atividades ao desenvolvimento socioeconômico por meio do fortalecimento de cadeias de valor da sociobiodiversidade amazônica. Isso ocorre de forma participativa e está alinhado aos objetivos do Fundo Amazônia.
- **Eficácia:** A maioria das metas foram ultrapassadas, havendo justificativas e ações para atender àquelas que não foram atingidas. Foi possível observar forte ação no atendimento às necessidades dos subprojetos e aglutinadas e no fortalecimento da gestão territorial, assim como bons resultados ligados ao número de beneficiários e à geração de renda. Destaca-se que há possibilidade de aprimorar o monitoramento para uma melhor avaliação da produtividade nos projetos da modalidade de chamada pública.



- **Eficiência:** Os projetos atingiram resultados robustos e garantiram a continuidade dos trabalhos de diversas organizações comunitárias. Levando em consideração as especificidades das modalidades de execução, foi possível constatar maior produtividade com baixo custo de investimento nos casos das aglutinadoras e grande abrangência territorial nos projetos de chamada pública³. Também foram alcançados, com baixo custo, resultados importantes de capacitação, público alcançado e geração de conhecimento por meio de publicações.
- **Impacto:** Houve impacto positivo relevante no fortalecimento das cadeias produtivas, assim como no fortalecimento de relações comerciais e na estruturação de entidades de gestão (cooperativas e associações) em diferentes realidades e com variados grupos sociais. Foi possível observar impactos positivos em processos legislativos (por exemplo, Lei do Livre Babaçu⁴) e políticas públicas relativos à conservação, à segurança alimentar, ao aumento de renda, à qualidade de vida e à inclusão social.
- **Sustentabilidade:** Os projetos colaboraram para a agregação de valor e comercialização de cadeias da sociobiodiversidade, geraram conhecimento e capacitaram beneficiários/as. As entidades executoras, as aglutinadas e os subprojetos encontram-se mais estruturados que antes do apoio e acessam novos recursos, mercados (por exemplo, projetos firmados entre a Cooperacre e a Vert/Veja⁵) e projetos, demonstrando sua sustentabilidade e fortalecimento comunitário e do território.

CONCLUSÕES

Os quatro projetos avaliados responderam de maneira positiva à diversidade encontrada nos públicos-alvo, respeitando grupos sociais, organizações e dinâmicas de uso do solo, criando soluções e respostas eficientes e eficazes, em especial ao considerar o fortalecimento da produção agroextrativista, acesso a novos mercados e melhora da qualidade de vida. Vale reiterar alguns APLs estruturantes que foram fortalecidos, como o babaçu, no Maranhão; o açaí, no Pará (principalmente); a borracha, no Acre; e a castanha-do-brasil e as polpas de frutas, em diferentes localidades.

Os projetos foram além da consolidação de cadeias produtivas ao contemplar ações e atividades que dinamizaram outras atividades geradoras de renda, como apicultura, meliponicultura, produção de artesanato à base de fibras vegetais, piscicultura, produção de biojóias, entre outros. Os subprojetos que receberam suporte do *Fundo Dema* e do *PPP-Ecos na Amazônia* atenderam a questões que estavam além das atividades produtivas sustentáveis (APS), respondendo a projetos de educação, capacitação, estruturação de casas rurais, entre outras. Isso só foi possível graças à liberdade das organizações de escolha das atividades frente às suas maiores necessidades.

3. As diferenças entre alguns formatos de execução de projetos serão abordadas em maior detalhe na sessão 1.2 Modalidade de Execução.

4. Lei nº 8.815, de 17 de novembro de 2004 do estado do Maranhão. Assegura o livre acesso das populações extrativistas do babaçu às terras públicas para o desenvolvimento dessa atividade econômica. Disponível em: http://arquivos.al.ma.leg.br:8080/ged/legislacao/LEI_8185

5. Vert/Veja é uma empresa de calçados francesa que firmou em 2018 uma parceria com a Cooperacre para a compra de látex a preços maiores que os do mercado.



O papel das entidades executoras (aglutinadoras) foi fundamental para expandir a capilaridade dos investimentos oriundos do Fundo Amazônia, uma vez que a maioria dos projetos apoiados pelas aglutinadoras não teria capacidade de acessar os recursos de outra forma. A estruturação das cadeias de valor envolvidas levou a melhores resultados produtivos e à geração de renda no território, fortalecendo a qualidade de vida das populações sem fazer uso de formas mais predatórias de produção rural (como monocultivos, pecuária e venda de madeiras), fatores que vão ao encontro do objetivo geral do Fundo Amazônia.

Os projetos de APS avaliados foram capazes de gerir seus subprojetos e causar impacto em seus territórios de atuação, com diferentes níveis de incidência. As organizações aglutinadoras são fundamentais para a expansão e o fortalecimento de APS na Amazônia e para a consolidação de alternativas econômicas viáveis, tanto em arranjos mais estruturados e de maior escala, quanto no fortalecimento de iniciativas de impacto mais local.

As atividades desenvolvidas pelos projetos para fortalecer as cadeias produtivas proporcionaram maior autonomia produtiva e comercial, diminuindo a dependência de atravessadores em diversas situações. Os quatro projetos avaliados podem ser considerados como importantes vetores de conhecimento, aprendizagem e capacitação. Apesar de não atuarem diretamente na contenção do desmatamento, como as ações de monitoramento e controle, as APS trazem alternativas de geração de renda e economias que garantem a manutenção da floresta em pé, além de garantir uma melhoria sensível da qualidade de vida de populações nos territórios e abrir possibilidades de outras formas de ocupação do solo. Assim, são fundamentais para a construção de um cenário promissor de conservação e desenvolvimento na Amazônia, justificando investimentos crescentes e mais robustos.

LIÇÕES APRENDIDAS

ASPECTOS POSITIVOS

- Os projetos ampliaram a qualificação e rentabilidade para todos os elos das cadeias apoiadas em que foram investidos recursos do Fundo Amazônia. Foram gerados empregos diretos e indiretos.
- Foi garantida a compra de produtos do agroextrativismo, como a castanha, borracha e açaí, além de produtos agrícolas, como frutas para a produção de polpas industrializadas.
- A parceria entre as aglutinadoras e suas associadas gerou uma relação comercial direta, sem intermediários, com preços mais justos e com consequente melhoria de renda nos APLs trabalhados.
- Os projetos apoiaram a estruturação e segurança dos territórios apoiados atendendo aos critérios de regularização ambiental e fundiária das organizações apoiadas (Reca e Cooperacre) e apoiando comunidades Indígenas e quilombolas (Fase e ISPN).
- Devido aos resultados alcançados e à capacidade de gerar capilaridade de suas



ações e alinhamento com formatos esperados pelo BNDES, dois dos quatro projetos – Fundo Dema e PPP-Ecos na Amazônia – contaram com novos investimentos, com valores maiores.

- Foi possível observar que a atratividade das atividades produtivas para as comunidades está associada a questões econômicas e à renda principalmente. Contudo, fatores relacionados à melhoria da qualidade de vida, à segurança alimentar e territorial e à valorização cultural também foram de grande relevância.
- Os projetos desenvolveram estruturas de governança participativa e estimularam o envolvimento das comunidades nos processos de tomada de decisão. Foram geradas capacidades de longo prazo para dar sustentabilidade aos meios de produção e diversificação de produtos da sociobiodiversidade.

DESAFIOS

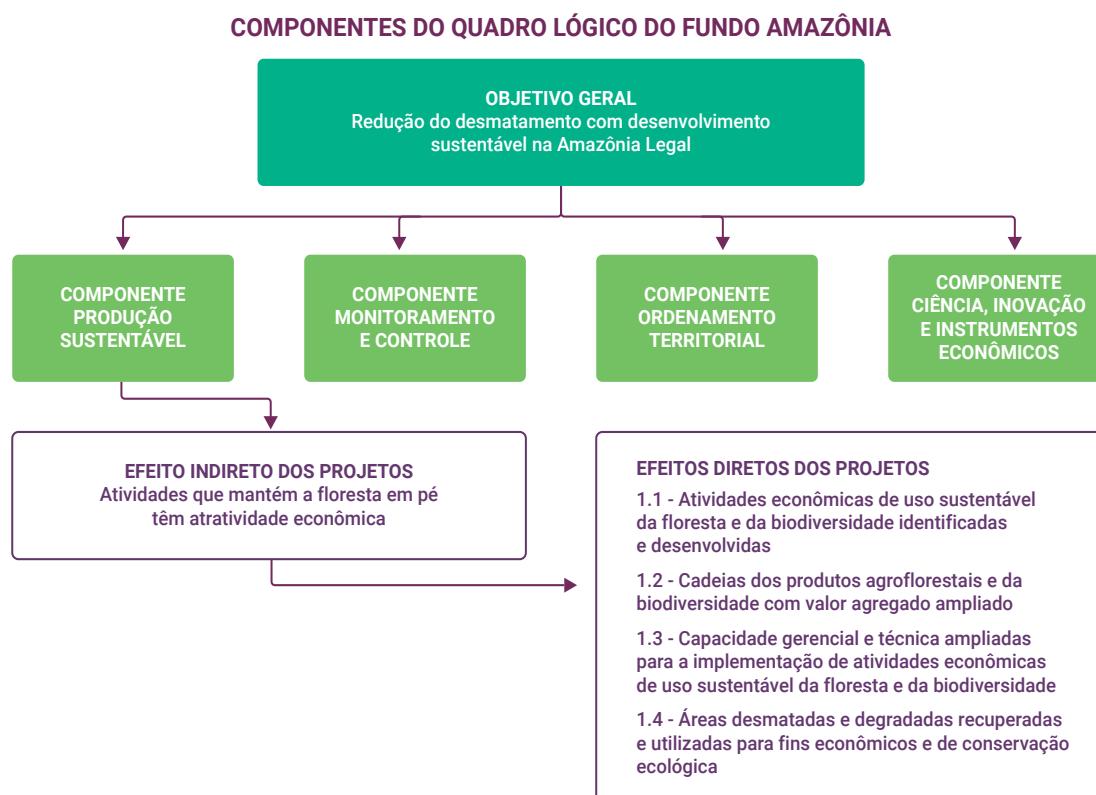
- Após o encerramento dos contratos, houve desmobilização de equipes de ATER. A manutenção dessas equipes e a continuidade de acompanhamento poderia aumentar a sustentabilidade dos resultados, seja a partir da captação de recursos de outras fontes, ou mesmo com receitas próprias.
- Apesar dos esforços dos projetos, os trabalhos referentes à recuperação de áreas degradadas poderiam ser ampliados para gerar mais impacto frente ao avanço do desmatamento.
- Considera-se importante orientar ações futuras relativas à uniformização de atividades e produtos dentro do Quadro Lógico dos projetos e entre projetos, para facilitar a avaliação comparativa dos impactos e orientar ações futuras de conservação na Amazônia.
- Houve dificuldades, que foram superadas, de regularização das associações frente às regras de prestação de contas do Fundo Amazônia. As comunidades têm experiência limitada em articular suas prioridades em formato de projeto ou em administrar projetos de maneira que atendam aos requisitos dos doadores em questões como aquisições de bens e serviços.
- Por mais que as diversas atividades desenvolvidas pelos projetos da modalidade de chamada pública – Fundo Dema e PPP-Ecos na Amazônia – tenham, efetivamente, promovido a melhor estruturação das iniciativas apoiadas e fortalecido diferentes cadeias de valor em um vasto território, é possível dizer que o alcance a mercados de maior valor foi limitado.



1. ANTECEDENTES

Esta avaliação se debruça sobre a Componente Produção Sustentável do Quadro Lógico do Fundo Amazônia/BNDES⁶, que visa atender ao seu objetivo geral de redução de desmatamento e da promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia. Os efeitos indiretos dos projetos avaliados se alinham com a Componente, conforme o pacote das atividades previstas para eles (efeitos diretos). Os efeitos diretos esperados, por sua vez, têm seu atendimento garantido por uma série de produtos e serviços ligados às atividades previstas pelos projetos (Figura 4). Destaca-se que esta avaliação ex-post é a segunda avaliação temática sobre projetos de atividades produtivas sustentáveis (APS) e a primeira a considerar a distinção entre as modalidades de execução aglutinadora e as de chamada pública⁷.

Figura 3: Componentes do Quadro Lógico do Fundo Amazônia com ênfase na Componente Atividade Produtiva Sustentável



Fonte: Elaboração própria, a partir de Fundo Amazônia, 2021.⁸

6. As componentes do Fundo Amazônia são: i. Produção Sustentável, ii. Monitoramento e Controle, iii. Ordenamento Territorial e iv. Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos.

7. Para mais informações, consultar o item 1.2 "Modalidades de Execução" deste relatório.

8. Fundo Amazônia. Relatório de Atividades 2020. Rio de Janeiro, 2021. p. 35. Disponível em: https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/galleries/documentos/rafa/RAFA_2020_port.pdf.



O Fundo Amazônia (FA) é internacionalmente reconhecido como um instrumento que promove a conservação da Floresta Amazônica. O Fundo apoiou inovações tecnológicas associadas ao controle do desmatamento (como pelo sistema de monitoramento da cobertura florestal executado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – Inpe) e atividades que levaram à reversão do incremento histórico das taxas de desmatamento. Seu sucesso se relaciona diretamente com outras ações do governo brasileiro e acordos internacionais⁹.

Cabe citar a relação do Fundo Amazônia com os eixos temáticos e objetivos estratégicos do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm). Criado em 2004, o PPCDAm foi estruturado para enfrentar o desmatamento de forma abrangente, sendo articulado em três eixos temáticos: (i) ordenamento fundiário e territorial, (ii) monitoramento e controle ambiental e (iii) fomento às atividades produtivas sustentáveis^{10 11}.

Por outro lado, o Fundo Amazônia reflete esforços internacionais de redução das emissões de gases de efeito estufa e combate ao aquecimento global, tendo como um dos orientadores de seus trabalhos a Estratégia Nacional para Redução das Emissões Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal (ENREDD+)¹². A criação do Fundo visou habilitar o Brasil a receber incentivos de Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal (+ conservação de estoques de carbono florestal, manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono florestal) – REDD+ acordados segundo a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (UNFCCC), por meio da promoção de políticas públicas que visam a reversão do cenário de perda das florestas¹³.

1.1. O FUNDO AMAZÔNIA E OUTRAS INICIATIVAS DE FOMENTO À CONSERVAÇÃO

Ao longo das últimas décadas, diversos arranjos foram construídos para criar ferramentas destinadas à conservação do bioma amazônico e ao fortalecimento da governança. Porém, mesmo com a criação de diversas unidades de conservação (UC) ao longo dos anos 1970 aos 1990, as taxas de desmatamento chegaram a mais 18 mil km² por ano em 2000, alcançando a taxa histórica de 27,8 mil km² em 2004, de acordo com o Prodes/Inpe¹⁴.

9. Para mais informações, confira: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/fundo-amazonia/politicas-publicas-orientadoras/>.

10. Informações disponíveis no Plano Operativo 2016-2020 do PPCDAm. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/servicosambientais/controle-de-desmatamento-e-incendios-florestais/pdf/PlanoOperativo20162020.pdf>.

11. Seus resultados são evidenciados ao se comparar as taxas anuais de desmatamento de 2004, primeiro ano do plano, e de 2015, ano do final de sua terceira fase, quando foi possível observar uma redução das taxas de desmatamento de 78%.

12. Portaria MMA nº 370, de 2 de dezembro de 2015.

13. Para mais informações sobre a ENREDD+, confira: <http://redd.mma.gov.br/pt/estrategia-nacional-para-redd>.

14. Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Disponível em: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/>.



É importante citar os esforços visando aprimorar a capacidade de combate ao desmatamento e fortalecer a presença pública em regiões remotas da Amazônia, liderados pela *World Wide Fund for Nature (WWF)* junto à agentes nacionais e internacionais, que levaram à criação do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa)¹⁵ em 2001. O Arpa, gerido pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), é financiado pelo governo federal brasileiro e por doadores internacionais e os recursos são destinados exclusivamente a órgãos públicos, para criação e fortalecimento da gestão das unidades de conservação no Brasil¹⁶. Até o momento da realização desta avaliação (março de 2023), foram apoiadas 120 UCs, com abrangência de 62 milhões de hectares, o que corresponde a 15% da Amazônia brasileira. Por destinar recursos apenas para entes públicos, o Arpa não prevê repasses para organizações da sociedade civil que atuam no território¹⁷.

Nesse cenário, é importante citar o papel do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) no fomento a discussões internacionais sobre a destinação de recursos para a redução do desmatamento junto a organizações internacionais. Seu papel propositivo fomentou discussões internacionais sobre o mecanismo REDD+ e o pagamento sobre desmatamento evitado. Isso possibilitou a criação, em 2008, do Fundo Amazônia, cujo financiamento é baseado na compensação pela redução do desmatamento permitida por uma série de ações. Devido ao sucesso na redução das taxas de desmatamento, o Fundo Amazônia já recebeu aproximadamente R\$ 3,4 bilhões em doações de 2009 a março de 2023 (realização desta avaliação), dos quais R\$ 1,5 bilhões já foram investidos em atividades que mantêm a floresta em pé, executadas por organizações da sociedade civil (38%), setor público – inclusive fora da Amazônia Legal – (61%) e outros países (1%)¹⁸.

1.2. MODALIDADES DE EXECUÇÃO

Em 2011, o Fundo Amazônia estabeleceu a estratégia de financiar projetos utilizando instituições aglutinadoras, que executam os recursos para apoiar subprojetos, os quais dificilmente poderiam acessar recursos do Fundo individualmente¹⁹. Os projetos pioneiros da modalidade aglutinadora foram aprovados antes da Chamada Pública de APS de 2012 e serviram como base para estabelecer esse modelo de parceria²⁰. São eles:

15. O Arpa é considerado um dos maiores projetos de conservação de florestas do mundo, tendo em seu fundo de transição, ao final de 2021, R\$ 888 milhões. Para mais informações, confira: https://www.funbio.org.br/programas_e_projetos/programa-arpa-funbio/.

16. SILVA-MULLER, Lívio; FAUL, Moira V. Protecting the Amazon and Its People: The Role of Civil Society in the Local Effectiveness of Transnational Partnerships. In: ANDONOVA, Liliana B.; FAUL, Moira V.; PISELLI, Dario. Partnerships for Sustainability in Contemporary Global Governance: Pathways to Effectiveness. New York: Routledge, 2022. p. 83-103. Disponível em: <https://library.oapen.org/bitstream/handle/20.500.12657/57609/9781000601206.pdf?sequence=1#page=100>.

17. O conceito REDD+ nasceu de uma parceria entre pesquisadores/as brasileiros/as e americanos/as, liderados por Márcio Santilli, que originou uma proposta conhecida como "Redução Compensada de Emissões" apresentada durante a COP-19 em Milão (2003). Para mais informações, confira: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10584-005-8074-6>.

18. Fundo Amazônia. Relatório de Atividades 2020. Rio de Janeiro: BNDES, 2021. p. 53. Disponível em: https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/rafa/RAFA_2020_port.pdf.

19. BORBA, Maria Carla. Fundo Amazônia vai financiar pequenos projetos. MMA (site), 28 out. 2011. Notícias. Disponível em:<https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/fundo-amazonia-vai-financiar-pequenos-projetos>.

20. Relatório de Avaliação de Meio Termo de Efetividade do Fundo Amazônia (2008-2018). Fundo Amazônia, dezembro 2019. p. 98. Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/5.avaliacoes-externas/FA-Relatorio-Avaliacao-Meio-Termo-Fundo-Amazonia.pdf>.



- Programa Arpa Fase II, do Funbio, 2010;
- Fundo Kayapó de Conservação em Terras Indígenas, do Funbio, 2011;
- Fundo Dema, da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), 2011;
- Pequenos Projetos Ecossociais na Amazônia – PPP-Ecos na Amazônia, do Instituto Sociedade, População e Natureza (IPSN), 2012.

Todos esses projetos se constituem em fundos que repassam valores a diferentes subprojetos, sendo os dois últimos alvos da presente avaliação.

De acordo com o Relatório de Avaliação de Meio Termo de Efetividade do Fundo Amazônia (2008-2018)²¹, elaborado pela Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável por meio da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH (GIZ), desde 2012 os projetos da modalidade guarda-chuva aglutinadora apresentaram diferentes formas de atuação, entre elas:

- Projetos intermediadores que lançam chamadas públicas para apoiar projetos comunitários. Nesse caso, podemos incluir tanto o *Fundo Dema* como o *PPP-Ecos na Amazônia* que, por meio de editais, selecionam cooperativas e associações para executarem projetos de pequeno porte de produção sustentável. Nesta avaliação, foi identificado que ambos apoiaram 200 pequenos projetos.
- Instituições executoras que atuam em parceria com outras organizações identificadas anteriormente à assinatura do projeto. As outras duas entidades executoras dos projetos avaliados – Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (Reca) e Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (Cooperacre) – se encontram nessa categoria, com suas atividades apoiando associações e cooperativas formalmente constituídas nos estados do Acre e Rondônia.

A composição do grupo de projetos desta avaliação foi selecionada pela equipe do Fundo Amazônia/BNDES e, para fins de análise, os projetos foram denominados da seguinte forma: os enquadrados no primeiro item acima, de modalidade de “chamada pública” (*Fundo Dema*, da Fase, e *PPP-Ecos na Amazônia*, do IPSN), e os enquadrados no segundo item, de modalidade “aglutinadora” (*Concretizar*, do Reca, e *Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável*, da Cooperacre). Os projetos da modalidade de “chamada pública” foram selecionados pelo Fundo Amazônia/BNDES por apresentação espontânea (balcão aberto), já os projetos da modalidade aglutinadora são fruto da seleção realizada pela Primeira Chamada Pública de Projetos Produtivos Sustentáveis que foi realizada em 2012²². A seguir, apresentam-se informações básicas correspondentes a cada projeto (Quadro 1). O mapa com a localização das aglutinadas e subprojetos apoiados pelas entidades executoras pode ser observado na Figura 1.

Quadro 1: Informações sobre os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia alvo desta avaliação

21. Confira p. 99. Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/5.avaliacoes-externas/FA-Relatorio-Avaliacao-Meio-Termo-Fundo-Amazonia.pdf>.

22. É possível conferir detalhes dessa chamada pública, como valores, projetos apoiados e prazos, em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/como-apresentar-projetos/chamadas-publicas/projetos-produtivos-sustentaveis/>.



Nome do Projeto	Executora	Modalidade	Região de atuação	Vigência	Valor Total	Público	Principais atividades
Concretizar	Reca	Aglutinadora	Ponta do Abunã (AC, RO e AM)	2015-20	R\$7.126.393,21	Agricultores/as familiares e assentamentos	Cupuaçu, Açaí, Pupunha, Óleos Vegetais e outras polpas
Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável	Coopera-cre	Aglutinadora	Regiões do Purus, Alto Acre e Baixo Acre (AC)	2014-22	R\$5.190.901,39	Agricultores/as familiares e extrativistas	Borracha, Castanha, Açaí, Acerola e Graviola
PPP-Ecos na Amazônia	ISPNA	Chamada Pública	Regiões de Amazônia de MA, MT e TO	2012-20	R\$17.796.525,00	Terras indígenas, populações quilombolas, agricultores/as familiares e extrativistas	SAFs, agroindústrias, mel entre outros
Fundo Dema	Fase	Chamada Pública	Diferentes regiões do Pará	2011-21	R\$7.499.641,00	Terras indígenas, populações quilombolas, agricultores/as familiares e extrativistas	SAFs entre outros

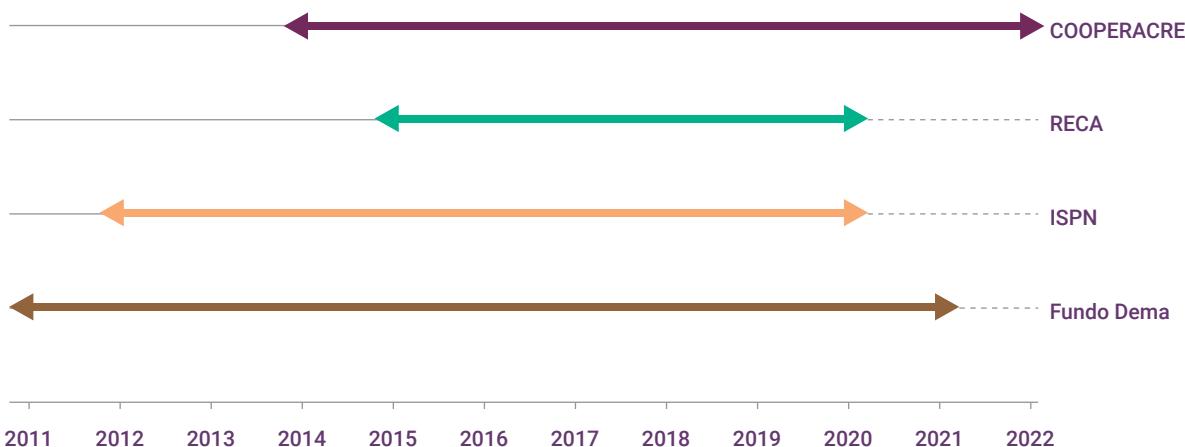
Fonte: Fundo Amazônia/BNDES

1.3. CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL E HISTÓRICA

O Fundo Amazônia estabeleceu seu marco zero em 2009, momento em que os resultados das ações do PPCDAm já mostravam sólidos. Com o início de sua segunda fase e o eixo de monitoramento e controle começando a ser efetivado²³, as taxas de desmatamento estavam em queda. Nesse cenário de baixo desmatamento, entre 2011 e 2015, os quatro projetos avaliados iniciaram suas atividades (Figura 5 e 6).

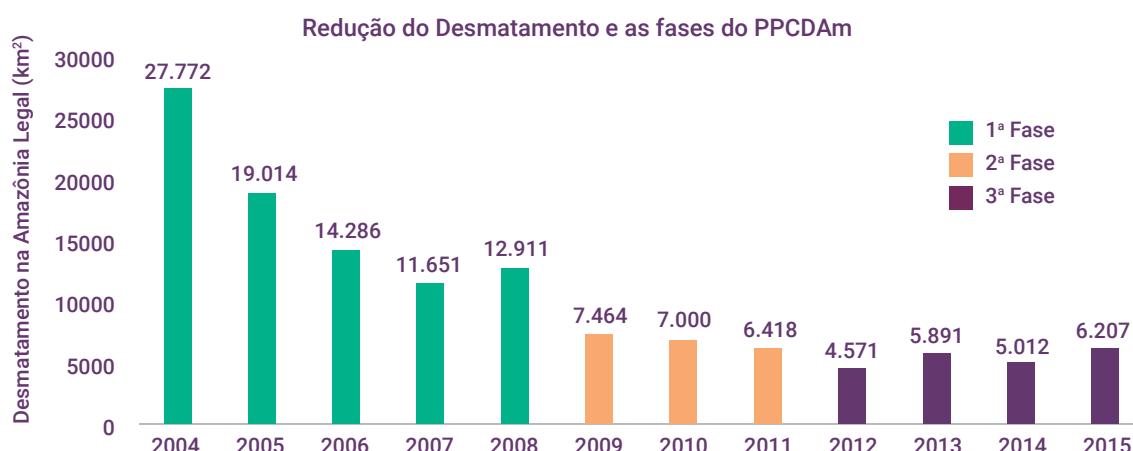
23. Os principais meios para seu sucesso foram: (i) a utilização com eficácia o sistema Deter e (ii) a agilidade das ações integradas de fiscalização do desmatamento, em conjunto entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Polícia Federal e órgãos estaduais de Meio Ambiente (Oema). A implantação dessa fase correspondeu aos anos com as menores taxas de desmatamento na Amazônia brasileira (Figura 5).

Figura 4: Linha do tempo comparativa da execução dos projetos avaliados



Fonte: Elaboração própria, com base nas informações dos projetos avaliados.

Figura 5: Comparação entre três fases iniciais do PPCDAm e a redução das taxas de desmatamento



Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2017²⁴.

1.3.1. POLÍTICAS PÚBLICAS

O PPCDAm também congregou políticas públicas cujos objetivos contribuem para a prevenção e o controle do desmatamento na Amazônia. Dentre esses programas e políticas, é possível citar alguns que possuem recursos próprios, objetivos e público-alvo definidos e que convergem com os objetivos da Componente Produção Sustentável do Fundo Amazônia e com os projetos tratados nesta avaliação.

- Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade – PNPSB;
- Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade – PGPM-Bio;
- Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas – PNGATI;

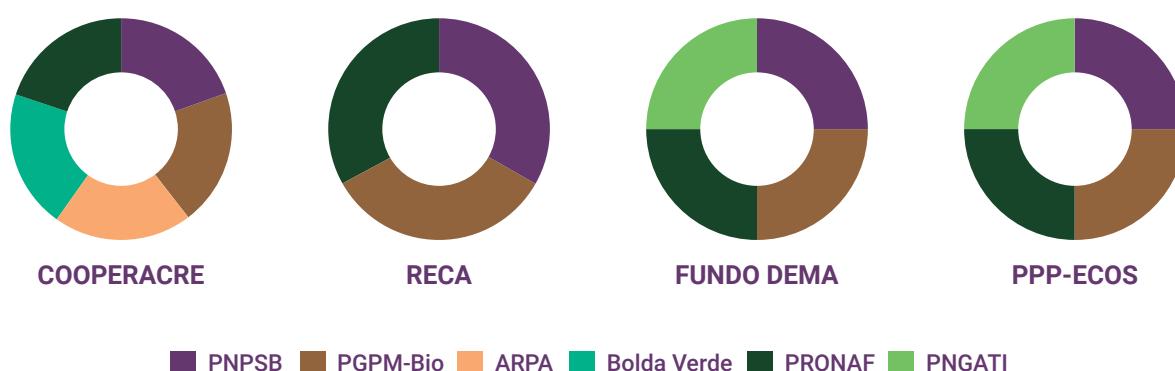
24. Ministério do Meio Ambiente PPCDAm. Site MMA. Disponível em: <http://redd.mma.gov.br/pt/acompanhamento-e-a-analise-de-impacto-das-politicas-publicas/ppcdam>.



- Programa Áreas Protegidas da Amazônia – Arpa;
- Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Bolsa Verde (parte integrante do Plano Brasil sem Miséria);
- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf;

Essas políticas influenciaram os quatro projetos avaliados em diferentes fatores, como na comercialização de produtos da sociobiodiversidade, garantia de preços mínimos, concessão de crédito para as famílias, entre outros²⁵. Na Figura 7, é possível observar um esquema representativo que evidencia a relação dos projetos com o recebimento de apoio por parte dessas políticas públicas associadas ao PPCDAm.

Figura 6: Políticas Públicas associadas ao PPCDAm acessadas pelos projetos

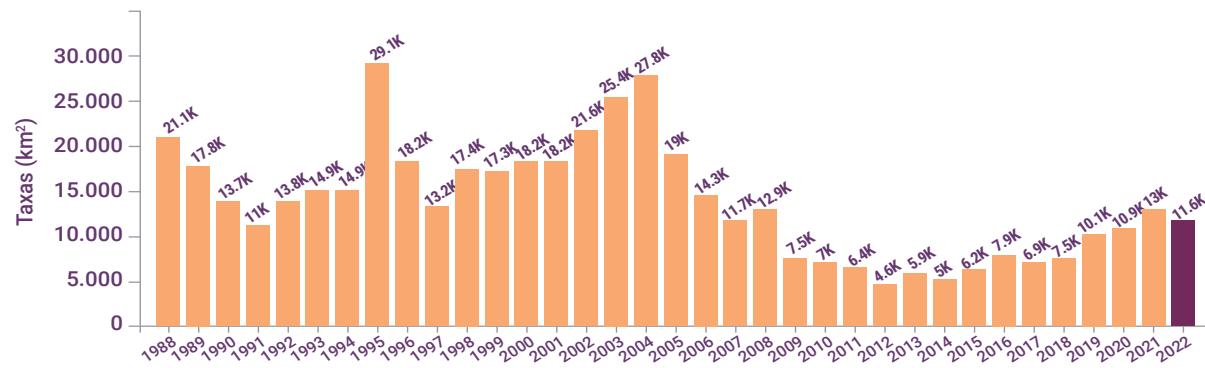


Fonte: Elaboração própria.

De 2013 a 2018, ainda que tenham oscilado, os índices de desmatamento registraram tendência de aumento gradativo. Já a partir de 2019, observa-se um aumento mais intenso desses índices, escalada que foi acompanhada por fatores agravantes, como o aumento acelerado das taxas de desmatamento registrados em UCs, que vinham indicando queda desde 2007 (Figura 8).

25. A Reserva Extrativista Chico Mendes, por exemplo, uma das áreas de atuação da Cooperacre, foi contemplada com recursos do Arpa e Bolsa Verde.

Figura 7: Histórico do desmatamento na Amazônia Legal



Fonte: Prodes/Inpe²⁶

1.3.2. DESMATAMENTO E OBRAS DE INFRAESTRUTURA

A distribuição do desmatamento na Amazônia não é uniforme, e ocorre por diversas causas, de acordo com as localidades e categorias fundiárias. No período de 2009 a 2022, observa-se que o desmatamento ficou concentrado nas áreas de influência de algumas rodovias, com alta concentração na região norte do estado de Rondônia e no sul do estado do Amazonas (encontro das BR-230 e 364), assim como na região que engloba áreas dos estados do Amazonas, Mato Grosso e Pará que é delineada pela confluência de três estradas: BR-163, BR-230 e BR-158²⁷.

Os projetos que estão sendo avaliados foram executados entre 2011 e 2022, período no qual ocorreram eventos importantes e grandes obras de infraestrutura nas áreas de influência dos projetos, como a construção da hidrelétrica de Belo Monte, inaugurada em 2019²⁸. As visitas de campo evidenciaram o impacto de outras obras de infraestrutura no dia a dia das comunidades. Em alguns casos, as intervenções das implementadoras (Fase e ISPNA) foram fundamentais para assegurar direitos a compensações socioambientais e consultas prévias. As principais obras de infraestrutura existentes, ou em projeto, com impacto nas regiões dos projetos avaliados são apresentadas no Quadro 2 e na Figura 9.

Quadro 2: Detalhamento dos tipos de infraestrutura dos projetos

Projeto	Rodovias	Ferrovias	Linhas de Transmissão	Portos
Reca	BR-364	-	-	-
Cooperacre	BR-364 e BR 317	-	-	-
ISPNA	BR-135 e BR 402	Vale e Norte-Sul	Argo	-

26. Disponível em: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/>.

27. MARTINS, Pedro Sérgio Vieira Martins. Desmatamento em Unidades de Conservação da Amazônia Legal: uma Análise da Governança Ambiental e Climática a partir do PPPCDAm. Pará: Terra de Direitos, mar. 2022. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/Desmatamento-em-unidades-de-conservacao-da-Amazonia-Legal.pdf>.

28. Essa barragem faz parte da trajetória do governo brasileiro em implantar grandes obras de infraestrutura na região amazônica.



Fase	BR-230 e BR-163	Fepasa29 e Norte-Sul	Belo Monte e Tucuruí	Cargill (Santarém e Abaetetuba) e Miritituba
------	-----------------	----------------------	----------------------	--

Fonte: Elaboração própria, com base no que foi identificado durante as entrevistas em campo.

Figura 8: Obras de infraestrutura presentes nas regiões de impacto,



Fonte: Elaboração própria, a partir das informações colhidas durante as entrevistas de campo.

1.3.3. SOJA, PECUÁRIA E DESMATAMENTO

O impacto da expansão da soja pode ser observado em diferentes regiões com ações dos projetos avaliados, como no norte do Mato Grosso, ao redor de Santarém e no leste do Pará. Além da conversão direta de floresta em soja, essa cultura tem um impacto “indireto” importante: o avanço da soja sobre pastagens tem um papel proeminente ao impulsionar a conversão de florestas em áreas voltadas à pecuária extensiva. Conforme relatos dos/as beneficiários/as durante as entrevistas feitas para esta avaliação, pecuaristas vendem suas terras para sojicultores no Mato Grosso e acabam por aplicar os recursos adquiridos na compra de lotes maiores no Pará, ou outras áreas limites, onde estabelecem novas fazendas³⁰.

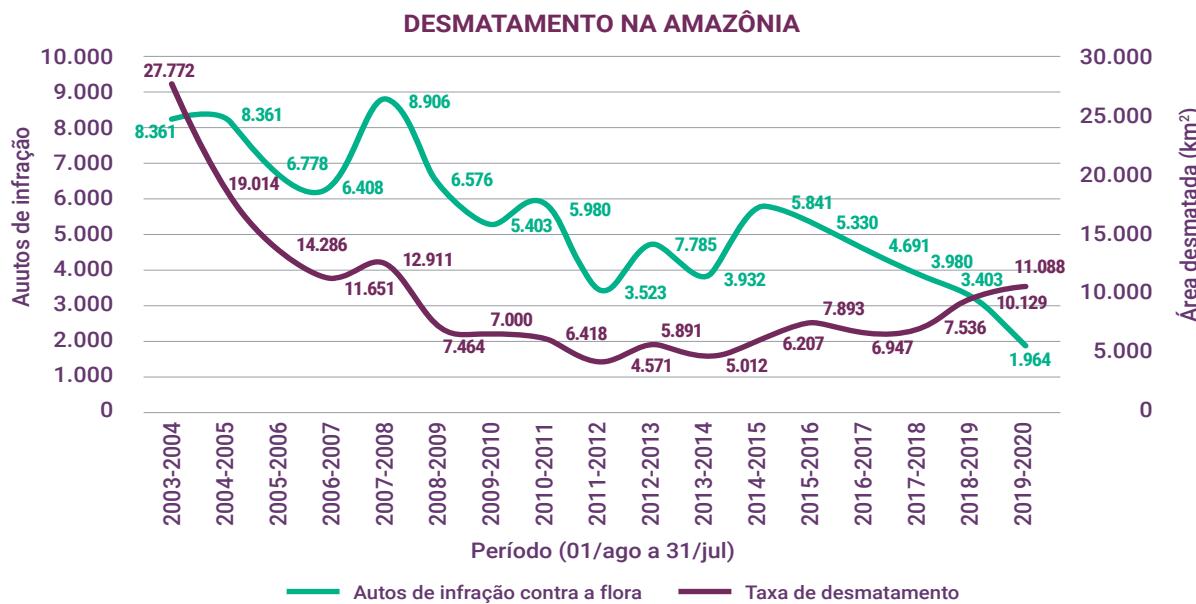
Por outro lado, a diminuição de orçamento a partir de 2018, definida pela Lei Orçamentária Anual (LOA), gerou impactos sobre o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), afetando ações de comando e controle dessas instituições. O desmatamento na Amazônia aumentou 9,5% entre 2019 e 2020, após um acréscimo observado de 34% entre 2018 e 2019. Desde 2008, não era registrada uma taxa tão alta de devastação: 10,1 mil km², área que corresponde a área da Jamaica. O novo aumento do desmatamento coincide com uma queda de 42% das multas por infrações contra a flora no mesmo período, de agosto de 2019 a julho de 2020 (Figura 10).

29. Ferrovia Paraense.

30. Confira: <https://amazoniareal.com.br/o-desmatamento-da-amazonia-brasileira-10-soja/>.



Figura 9: Cruzamento comparativo entre evolução das taxas de desmatamento e aplicação de multas dos órgãos de fiscalização federal.



Fonte: Ibama e Inpe

Fonte: Observatório do Clima, 2021³¹.

As iniciativas apoiadas pelos quatro projetos avaliados estão distribuídas ao longo de um largo espectro geográfico e possuem grande diversidade de grupos apoiados. Os subprojetos apoiados pelos projetos que receberam recursos do Fundo Amazônia avaliados estão, em sua grande maioria, localizados na “nova fronteira” da região conhecida como Arco do Desmatamento, em contraponto à velha fronteira, no estado do Mato Grosso e na porção leste do Pará.

Algumas dessas regiões de pressão recente se localizam ao norte do Mato Grosso, sul do Amazonas e noroeste de Rondônia e originaram novos projetos de desenvolvimento agropecuário. Com o advento do projeto de sustentabilidade AMACRO, que abrange 32 municípios do Amazonas, Acre e Rondônia, há a intenção de se abrir faixas do território para o estabelecimento de uma frente de expansão do agronegócio.

31. WERNECK, Felipe; SORDI, Jaqueline; ARAÚJO, Suely; ANGELO, Claudio. "PASSANDO A BOIADA". O segundo ano de desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro. Observatório do Clima, jan. 2021. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2021/01/Passando-a-boiada-1.pdf>.



Box 1 - AMACRO

A Amacro (das primeiras letras de Amazonas, Acre e Rondônia) é um projeto do governo federal que intenciona promover o desenvolvimento da região baseando-se em modelos tradicionais voltados à expansão do agronegócio, de forma a englobar um conjunto de ações e políticas para o desenvolvimento da região. O projeto começou a ser elaborado pelo setor da agropecuária em 2018 e ganhou apoio do governo federal em 2019. Ele abrange 32 municípios localizados no sul do estado do Amazonas, leste do estado do Acre e noroeste de Rondônia, cuja área total é de 454.220 km² e a população estimada de 1,7 milhão de pessoas. Essa região apresenta, atualmente, algumas das maiores taxas de desmatamento da Amazônia Brasileira.

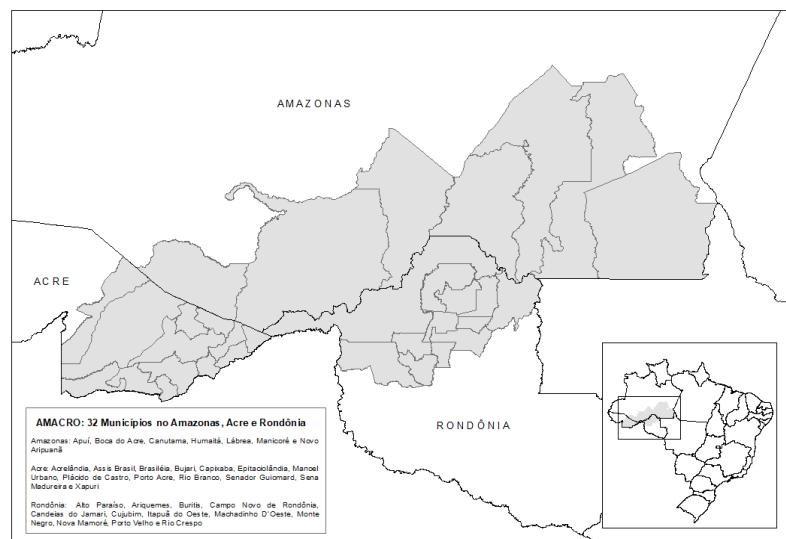
Fazem parte da Amacro:

No Amazonas: Apuí, Boca do Acre, Canutama, Humaitá, Lábrea, Manicoré e Novo Aripuanã.

No Acre: Acrelândia, Assis Brasil, Brasiléia, Bujari, Capixaba, Epitaciolândia, Manoel Urbano, Plácido de Castro, Porto Acre, Rio Branco, Senador Guiomard, Sena Madureira e Xapuri.

Em Rondônia: Alto Paraíso, Ariquemes, Buritis, Campo Novo de Rondônia, Candeias do Jamari, Cujubim, Itapuã do Oeste, Machadinho D'Oeste, Monte Negro, Nova Mamoré, Porto Velho e Rio Crespo.

Figura I: Localização da Amacro.



Fonte: Greenpeace Brasil, 202132.

Esta avaliação temática traz, portanto, o grande desafio de compreender como o apoio do Fundo Amazônia conseguiu ofertar alternativas a essa política estabelecida de uso e ocupação do solo na Amazônia, propondo modelos de produção sustentável que sejam compatíveis com a floresta em pé.

32. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/uma-nova-e-arriscada-fronteira-do-desmatamento-na-amazonia/>.



2. INTRODUÇÃO

As avaliações de efetividade temáticas no âmbito do Fundo Amazônia/BNDES são análises da capacidade de alcance dos objetivos e resultados esperados de cada projeto (atividades, produtos, efeitos e impactos), assim como de atendimento aos critérios observados pelo Fundo, com a finalidade de garantir aderência a políticas e programas nacionais e internacionais (Salvaguardas de Cancún, Critérios de avaliação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE etc.). Os projetos são avaliados, de forma individual e agregada, quanto a diversos critérios, como sustentabilidade das mudanças geradas, características de seus impactos no território e alinhamento com os objetivos do Fundo Amazônia.

A condução dessas avaliações tem as seguintes finalidades principais:

1. auxiliar o Fundo Amazônia na prestação de contas aos seus doadores sobre o tipo de projeto apoiado e seus efeitos;
2. possibilitar a aprendizagem institucional do próprio Fundo, contribuindo para melhorar a qualidade dos projetos e a priorização dos investimentos, subsidiando, assim, a tomada de decisões;
3. verificar a observância, pelos projetos apoiados, das Salvaguardas de Cancún acordadas no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (UNFCCC) para ações de Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal (+ conservação de estoques de carbono florestal, manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono florestal) REDD+; e
4. verificar o alinhamento dos projetos com o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e os planos estaduais de prevenção e controle do desmatamento.

Em uma avaliação temática, na qual há a agregação de diversos projetos da mesma Componente, espera-se gerar insumos significativos e relevantes para a identificação de contribuições conjuntas para o alcance dos objetivos do Fundo Amazônia, produzindo uma reflexão mais ampla sobre a estratégia de apoio à Componente no âmbito da Amazônia Legal. No caso desta avaliação, cujos projetos analisados se enquadram na Componente 1: Produção Sustentável, intenciona-se a compreensão ampla das diferentes ações dos projetos nas suas regiões de atuação, sendo possível, inclusive, uma compreensão territorializada e um alinhamento maior com o efeito direto esperado dos projetos de atividades produtivas sustentáveis (APS): “Atividades que mantém a floresta em pé têm atratividade econômica”.

Ademais, é importante citar que esta avaliação também pretende compreender o papel que a modalidade dos projetos – aglutinadora ou de chamada pública – apresenta frente a capilaridade de destinação de recursos do Fundo Amazônia e de maior capacidade de suporte às instituições de base.

Logo, espera-se ampliar o entendimento acerca da contribuição dos projetos aos resultados agregados almejados no âmbito da Componente Produção Sustentável,



além de gerar recomendações e lições aprendidas. Constam também como objetivos específicos previstos:

- Gerar recomendações específicas acerca das modalidades dos projetos que poderiam fortalecer a atuação do Fundo Amazônia;
- Analisar fortalezas e fragilidades da intervenção dos projetos nos territórios;
- Avaliar a efetividade do apoio do Fundo Amazônia no tema da produção sustentável;
- Compreender os impactos gerados no território, em especial ao se considerar o apoio a povos e comunidades tradicionais e agricultores/as familiares;
- Identificar desafios e lições aprendidas que, inclusive, podem servir para uma divulgação nacional e internacional.



3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para realização desta avaliação de efetividade temática de projetos apoiados pelo Fundo Amazônia baseia-se no documento *Avaliação de Efetividade dos Projetos Apoiados pelo Fundo Amazônia – Marco Conceitual*, elaborado pela cooperação técnica entre a *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH (GIZ)* e o Fundo Amazônia/BNDES em 2016, e no Adendo ao Marco Conceitual, elaborado em 2020, que fornece orientações estratégicas para avaliações temáticas de projetos de forma agregada³³. A avaliação de efetividade orientou-se por critérios internacionais definidos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE): Relevância, Eficácia, Eficiência, Impacto e Sustentabilidade³⁴.

O Fundo Amazônia também busca avaliar os projetos apoiados quanto ao desempenho social e ambiental, em especial relativos à questão de não desmatamento e de recuperação de áreas degradadas. Esses critérios se alinham com os esforços internacionais de compensação financeira de países em desenvolvimento pelos resultados alcançados de não desmatamento, em especial ligados às estratégias de REDD+, em alinhamento com as Salvaguardas de Cancún (também conhecidas como as Salvaguardas de REDD+).

Por último, os projetos são avaliados no que diz respeito à inserção dos Critérios Transversais de Equidade de Gênero e de Redução da Pobreza.

A avaliação de projetos segue etapas pré-definidas:

1. a fase preparatória, na qual é realizado o Relatório de Desenho, orientando os trabalhos futuros;
2. a fase de implantação, etapa na qual ocorre a avaliação em si, quando são realizadas as visitas de campo, entrevistas, coletas de dados, elaboração do relatório preliminar e a rodada de consulta com o BNDES e beneficiários/as dos projetos; e
3. a fase de análise e disseminação, na qual há a entrega do relatório final e a divulgação dos resultados alcançados.

Na fase preparatória desta avaliação, foram realizadas as primeiras coletas de dados secundários e de relatórios de acompanhamento da execução dos projetos, sendo eles: *Relatórios de Desempenho (RED)*, que se debruçam sobre acompanhamento anual, *Relatórios de Avaliação de Resultados (RAR)*, feitos ao final dos projetos, e *Relatório de Avaliação de Efetividade (RAE)*, que visa analisar a sustentabilidade dos efeitos do projeto após seu término. Diversos desses documentos estão acessíveis ao público geral no sítio eletrônico do Fundo Amazônia³⁵.

33. Estes e outros documentos encontram-se disponíveis no site do Fundo Amazônia: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/monitoramento-e-avaliacao/avaliacoes-externas/>.

34. Em 1991, por meio do seu Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), a OCDE definiu cinco critérios citados de forma a orientar a avaliação de projetos internacionais de cooperação. Para maiores informações sobre o tema, consultar o documento "Normas de Qualidade para a Avaliação do Desenvolvimento". Disponível em: <https://www.oecd.org/dac/evaluation/dcdndep/45464406.pdf>.

35. Confira as páginas individuais dos projetos em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/home/>.



Ainda nessa fase, foram feitos contatos para alinhamento da missão de campo com as instituições executoras dos projetos e planejadas as visitas de campo às suas sedes e a beneficiários/as diretos/as e indiretos/as dos projetos, para o melhor entendimento das ações realizadas. Além disso, foram, também, realizadas entrevistas com especialistas sobre a temática ambiental e de uso do solo nas regiões de influência dos projetos. Tais materiais apoiaram a elaboração do *Relatório de Desenho*, onde foi definida a metodologia a ser empregada na avaliação, com a aprovação da equipe do Fundo Amazônia/BNDES.

Na fase de implantação, foram observados os quadros lógicos (Árvores de Objetivos)³⁶ acordados entre as entidades executoras e o Fundo Amazônia no início dos projetos. A partir dessa análise, elaborou-se a Teoria de Mudança de cada projeto e uma para o conjunto dos projetos (matriz comparativa). Essas cinco teorias da mudança serão descritas em maior detalhe no próximo capítulo (Resultados Agregados).

A estrutura de uma Teoria da Mudança busca evidenciar conexões lógicas entre diferentes níveis de atuação do(s) projeto(s) de forma simplificada e esquemática conectando, por exemplo, níveis de produtos e serviços aos efeitos no território e populações atendidas e aos níveis superiores na hierarquia do projeto. Dessa forma, é possível definir estratégias de avaliação de indicadores-chave de cada efeito direto dos projetos, assim como de produtos e serviços, e configurar comparações práticas, possibilitando um entendimento sobre as contribuições agregadas dos projetos aos objetivos do Fundo Amazônia.

Assim, as Teorias da Mudança possibilitam uma análise de métricas equivalentes sobre o alcance das metas estipuladas para cada um dos eixos de ações dos projetos. Ao se considerar a variedade das atividades e contextos trabalhados pelos projetos, essa abordagem pragmática e simplificadora facilita a análise e comparação de contextos produtivos e de conservação díspares.

Para esta avaliação, foi proposta uma setorização analítica baseada no Quadro Lógico de cada projeto. Ao considerar o Efeito Direto 2, relativo à agregação de valor, optou-se por dividi-lo em duas análises: uma relativa ao beneficiamento exclusivamente e a segunda relativa à comercialização dos produtos beneficiados. Chegou-se, assim, a cinco frentes de abordagem:

- Produção/extração sustentável;
- Beneficiamento e agregação de valor;
- Comercialização e acesso a mercados;
- Gestão das organizações comunitárias e capacitação dos/as beneficiários/as;
- Recuperação de áreas desmatadas.

Considerando a vasta extensão territorial de atuação dos projetos (que abrange os estados do Acre, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Rondônia) e a quantidade de subprojetos apoiados (mais de 200), foram realizadas discussões entre a equipe de avaliação e as equipes de coordenação dos projetos sobre áreas prioritárias para a realização das visitas e entrevistas. Assim, já na fase de implantação, foram realizadas,

36. Disponíveis nas páginas individuais dos projetos no site do Fundo Amazônia: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/home/>.



entre os dias 23 de janeiro e 16 de fevereiro, entrevistas em Porto Velho/RO e em diversos municípios do Acre, Maranhão e Pará. Com acompanhamento de técnicos/as das entidades executoras, foram entrevistados/as gestores/as dos projetos, beneficiários/as, técnicos/as, produtores/as rurais, moradores/as de comunidades quilombolas, entre outros. Nos Apêndices IV e V, é possível encontrar, respectivamente, as perguntas orientadoras e a lista de pessoas entrevistadas.

Além das entrevistas, para o levantamento de dados primários, foi realizada a aplicação de questionários online, oficina de avaliação com aplicação da matriz FOFA (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) presencial durante a missão de campo e um estudo complementar sobre Redução da Pobreza e Equidade de Gênero. (Veja: Anexo 1, a partir da página 193.)

Foram ainda aplicados dois questionários (uma para cada projeto avaliado) para coleta de informações junto aos subprojetos apoiados pelo *Fundo Dema*, da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) e pelo *Pequenos Projetos Ecossociais na Amazônia (PPP-Ecos Amazônia)*, do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), que apoiaram 112 e 88 subprojetos respectivamente (total de 220). Os questionários foram enviados por e-mail para a coordenação de todos os subprojetos apoiados³⁷, obtendo-se 17 respostas de subprojetos apoiados pelo PPP-Ecos Amazônia e 6 daqueles apoiados pelo Fundo Dema, totalizando 19% e 5% respectivamente (11%, os dois projetos em conjunto).

O questionário aplicado abordou cinco eixos temáticos elaborados em base dos efeitos diretos dos projetos assim como dos critérios transversais propostos pelo *Marco Conceitual do Fundo Amazônia/BNDES*:

- Produção e Segurança Alimentar e Nutricional;
- Comercialização e Renda;
- Capacitação;
- Recuperação de Áreas Degradadas;
- Temas Transversais.

Durante a visita ao Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (Reca) no distrito de Nova Califórnia (Porto Velho/RO), foi realizada uma Oficina Participativa de Avaliação de Resultados, com a presença de gestores/as, funcionários/as e associados/as do Reca e de outros beneficiários/as) do projeto Concretizar, objeto festa avaliação. Sua realização visou a otimização dos esforços da visita de campo, estimulando uma reflexão coletiva acerca dos resultados alcançados e uma maior compreensão sobre os desafios e aprendizados durante a execução do projeto. A oficina reuniu 17 participantes e foi realizada no auditório do Reca no dia 24 de janeiro de 2023.

Inicialmente, foi feita uma apresentação sobre a oficina em si e, em seguida, os/as participantes foram divididos/as em três grupos de trabalho, cujos temas foram propostos pelos avaliadores e a equipe da GIZ. Cada grupo aplicou a matriz FOFA, considerando as Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças observadas durante

37. Confira o questionário no Apêndice II.



a execução do projeto. A divisão temática se deu da seguinte forma: i. "Reca presente e Reca futuro: onde estamos e para onde queremos ir?"; ii. "Sistemas Agroflorestais: somos agrossilvicultores(as)!"; e iii. "Trabalhando em parceria: Cooperativa e Associações". Os resultados dessa oficina encontram-se no item 4.2 deste relatório (Resultados Agregados. Nível de Beneficiários/as) e, em maior detalhe, no Apêndice I, na avaliação individual do projeto Concretizar.

Devido ao potencial que os projetos de atividades produtivas sustentáveis (APS) geralmente apresentam em relação aos critérios transversais de Redução da Pobreza e Equidade de Gênero³⁸ e para a temática de distribuição de benefícios e melhoria de qualidade de vida, optou-se por realizar um estudo complementar sobre os "Impactos Socioeconômicos". Frente ao grande volume de atividades e projetos, uma consultoria especializada foi contratada para elaborar esse estudo, considerando o questionário aplicado e os resultados dos projetos. Resultados desse estudo serão discutidos e evidenciados ao longo da avaliação e podem ser analisadas no estudo complementar "Estudo complementar sobre Redução da Pobreza e Equidade de Gênero" (Anexo I).

Destaca-se que foi avaliada a possibilidade de realização de uma análise contrafactual, conforme recomendado pelo Marco Conceitual³⁹. No entanto, a diversidade da composição dos projetos avaliados, como o fato de muitas experiências semelhantes já terem sido apoiadas pelo Fundo Amazônia, e a demora e/ou ausência de respostas às tentativas de contato com essas iniciativas impossibilitaram a seleção de projetos que pudessem gerar comparações relevantes.

38. Estudos semelhantes que analisam o cumprimento de critérios transversais foram realizados anteriormente. Em 2018, foi elaborado o estudo de gênero em projetos de atividades produtivas sustentáveis ([Igualdade entre homens e mulheres em projetos de atividades produtivas sustentáveis apoiados pelo Fundo Amazônia](#)) e, em 2019, um estudo sobre a distribuição de benefícios, junto à avaliação de meio termo do Fundo Amazônia/BNDES ([Relatório de Avaliação de Meio-Termo da Efetividade do Fundo Amazônia - Estudo de Distribuição de Benefícios do Fundo Amazônia](#)).

39. O Marco Conceitual define análise contrafactual como uma análise comparativa dos projetos com outras iniciativas semelhantes, ou comparáveis, que não tenham recebido aporte financeiro do Fundo Amazônia.



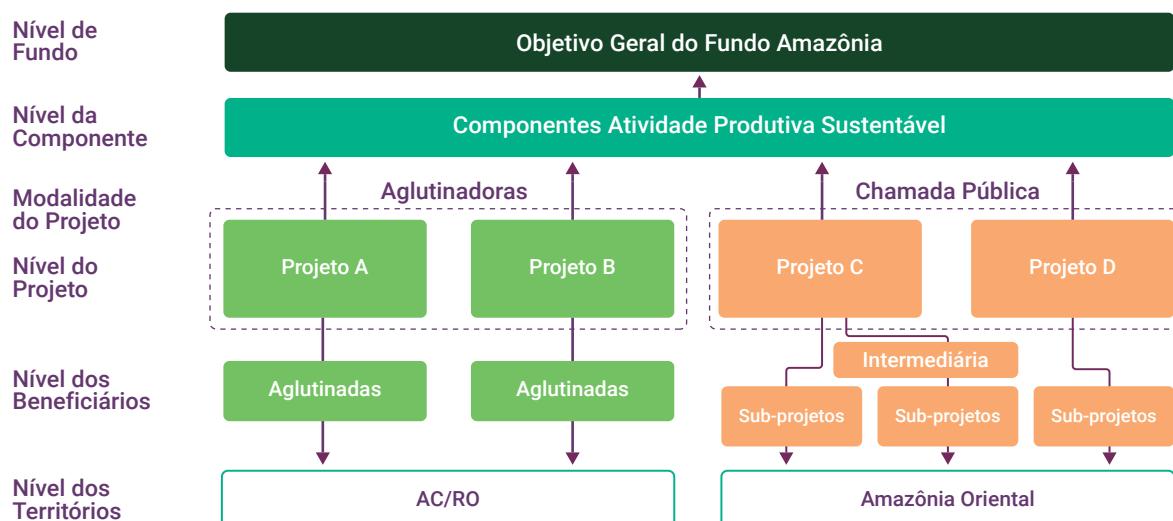
4. RESULTADOS AGREGADOS

4.1. NÍVEIS DE ANÁLISE DA AVALIAÇÃO

A metodologia de análise dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia está prevista no documento *Avaliação de Efetividade dos Projetos Apoiados pelo Fundo Amazônia – Marco Conceitual* e no seu respectivo *Adendo ao Marco Conceitual* sobre avaliações temáticas, em um esforço de uniformizar a avaliação de projetos⁴⁰. Nesses documentos são apresentadas metodologias de avaliação que se baseiam em um cruzamento temático que considera: i. os diferentes níveis de atuação dos projetos (dos/as beneficiário/as, do projeto, da Componente e do Fundo); e ii. os diferentes insumos (produtos e atividades) conforme previsto em cada projeto.

Para a realização desta avaliação temática agregada de projetos de atividades produtivas sustentáveis (APS), demandou-se um ajuste dessa metodologia. Para isso, foram efetuadas duas principais considerações: uma relativa às similaridades entre os Quadros Lógicos dos projetos⁴¹ frente aos seus efeitos diretos e outra relativa à adição de um nível de análise das modalidades dos projetos (aglutinadora e de chamada pública). Assim, foi possível chegar ao desenho ajustado dos níveis de análise empregados (Figura 11).

Figura 10: Níveis de análise na Avaliação Temática de Cadeias Produtivas Sustentáveis sob as modalidades aglutinadora e de chamada pública



Fonte: Elaboração própria.

40. Vale ressaltar que essa discussão também se inspira e orienta em outras avaliações temáticas preegressas conduzidas pela GIz, como Relatório de Avaliação de Efetividade de Projetos de Cadeias Produtivas Sustentáveis no Âmbito do Fundo Amazônia/BNDES e o Avaliação de Efetividade de Projetos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Componente de Ciência, Inovação e Instrumentos Económicos Apoiados pelo Fundo Amazônia/BNDES⁴². Essas e outras avaliações externas se encontram disponíveis em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/monitoramento-e-evaluacao/avaliacoes-externas/>.

41. As árvores de objetivos dos projetos se encontram nas avaliações individuais dos projetos, disponíveis no Apêndice I.



Teoria de Mudança

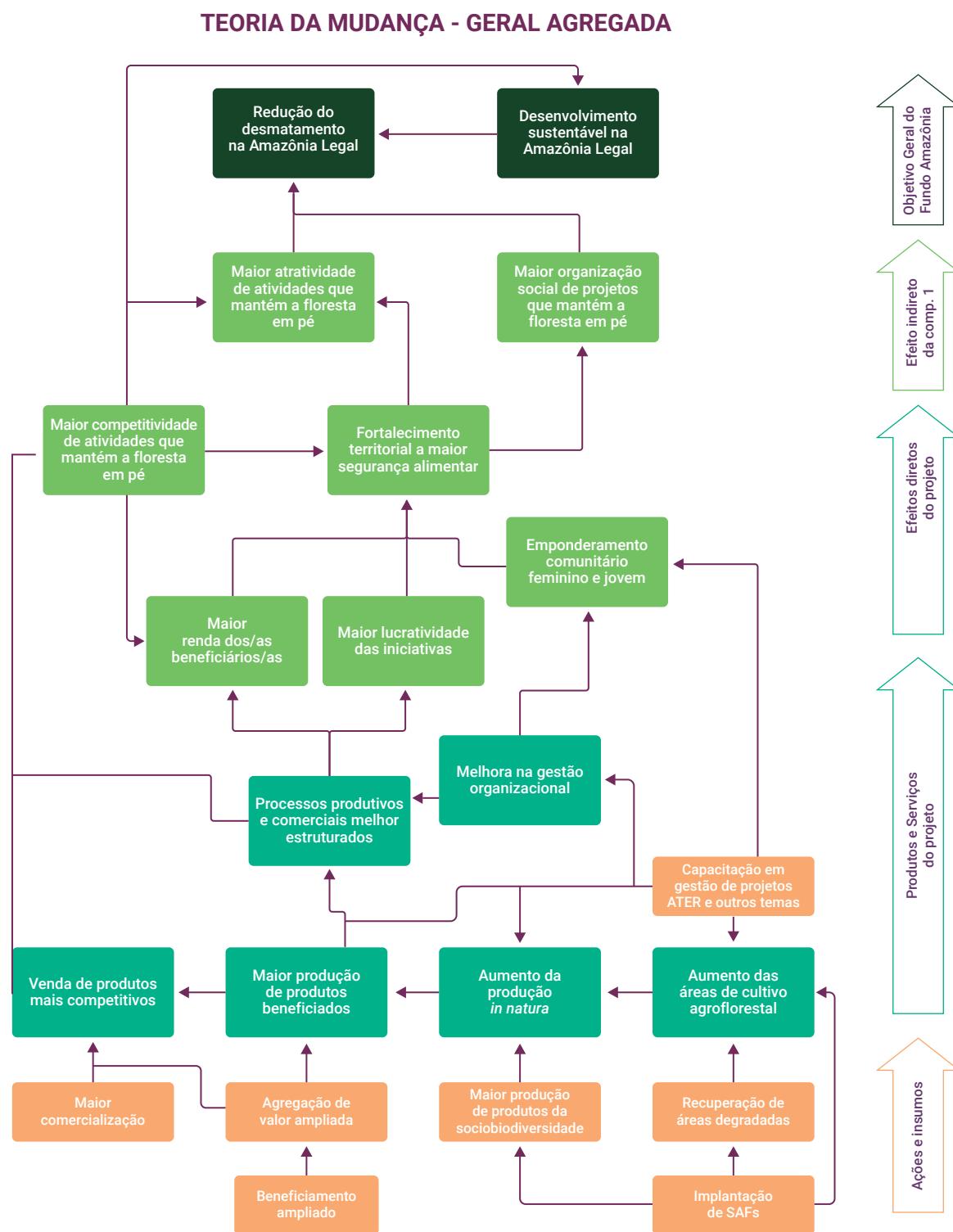
Para esta avaliação, foram realizadas duas oficinas internas para a construção das teorias de mudança de cada projeto e da Teoria da Mudança Geral visando compreender fluxos de resultados agregados. Esse cruzamento contribui para a visualização agregada de desafios e impactos dos projetos e das potencialidades das modalidades de execução. A Teoria da Mudança Geral proposta se enquadra tanto nas estruturas dos quadros lógicos dos projetos individualmente quanto na do Quadro Lógico do Fundo Amazônia, atendendo, assim, aos seus fluxos (Figura 12).

Para avaliar projetos apoiados pelo Fundo Amazônia que atuam com a produção agroflorestal sustentável, foi utilizada a metodologia produzida pela GIZ denominada “Value Links”⁴². Essa metodologia é referência para analisar ações relativas às cadeias da sociobiodiversidade na Amazônia, considerando as etapas produtivas das cadeias de valor.

No esquema da Teoria da Mudança Geral dos projetos avaliadas, são apresentados os principais produtos e atividades (em laranja, na Figura 12), conforme atividades para a organização das cadeias de valor (Value Links), e os quatro efeitos diretos estruturantes da Componente Produção Sustentável: eixo 1 - produção; eixo 2 - beneficiamento; eixo 3 – capacitação; e eixo 4 - recuperação de áreas degradadas. Em seguida, a lógica de intervenção, baseada nas ações, tem seus desdobramentos seguidos de impactos, que são os efeitos gerais previstos e o objetivo geral do Fundo Amazônia.

42. Para maiores informações sobre a metodologia, confira: <https://valuelinks.org>.

Figura 11: Teoria da Mudança Geral dos projetos avaliados



Fonte: Elaboração própria, com base no Marco Conceitual e seu Adendo (GIZ; BNDES, 2016, 2020)⁴³.

43. Disponíveis no site do Fundo Amazônia: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/monitoramento-e-avaliacao/avaliacoes-externas/>.



A Teoria de Mudança Geral permite observar os seguintes encadeamentos lógicos:

- Todos os projetos incidem diretamente sobre o aumento da produção e/ou extração de diferentes produtos, considerando aumento da *produção in natura*, melhoria da agregação de valor e comercialização.
- As aglutinadas e os subprojetos apoiados tiveram atividades voltadas para a **capacitação dos/as beneficiários/as**, com foco em atividades como gestão da organização, prestação de contas, autonomia financeira, implantação de sistemas agroflorestais (SAFs), entre outros.
- Todos os projetos executaram, em diferentes graus, atividades voltadas à **recuperação de áreas degradadas e conservação**, utilizando-se, por exemplo, da implantação de SAFs.
- O aumento da produção *in natura* e as melhorias relacionadas ao beneficiamento levaram ao aumento do **volume de vendas e ao alcance de novos mercados**, de compras institucionais ou não.
- As atividades levaram o conjunto dos subprojetos e as aglutinadas apoiadas a alcançarem maior lucratividade, competitividade, **geração de renda** e fortalecimento de organizações, contribuindo para a conservação dos territórios e melhoria da qualidade de vida.
- Os projetos contribuíram para a melhoria da **segurança alimentar** dos grupos apoiados, mesmo que esse tema não estivesse definido nos quadros lógicos dos projetos.

Vale citar ainda as seguintes especificidades, relativas a características de sucesso e desafios gerais dos projetos, territórios e contextos apoiados, como:

- Eficiência e capilaridade para atender **diversos grupos de interesse**, como os povos e comunidades tradicionais, agricultores/as familiares, comunidades quilombolas, comunidades extrativistas, entre outros.
- Promoção da **diversificação de arranjos produtivos locais (APLs)** e medidas de fortalecimento de sua governança, que fortalecem a economia de base agroflorestal.
- Ampla **diversidade de ações, grupos sociais, cadeias produtivas e abrangência geográfica**, que levam a uma vasta rede de atuação para conter as frentes de avanço do desmatamento da Amazônia brasileira.
- Comprometimento dos projetos e subprojetos com acesso à **segurança fundiária e alimentar** e a princípios que fortaleçam uma transição agroecológica.
- Incentivo ao **acesso a programas e políticas públicas** de inclusão social, compras institucionais, geração de emprego e renda e a mercados justos voltados à sociobiodiversidade.
- **Desenvolvimento de tecnologias** de produção sustentável e fortalecimento e abertura de novos mercados verdes, promotores da sustentabilidade e conservação da floresta amazônica.
- Fortalecimento de **oportunidades para mulheres e jovens**, proporcionando condições favoráveis à conservação de culturas e modos de vida.



- Devido ao contexto territorial que se encontram (distribuídos ao longo do arco do desmatamento), os projetos estão sujeitos a **pressões e competição desleais quanto à ocupação ilegal da terra**, fator limitante para a expansão e continuidade das suas atividades.
- Incentivo à escrita de Protocolos Comunitários de Consulta relativos ao consentimento prévio, livre e informado de trocas e parcerias com outras organizações, fortalecendo a **autonomia e soberania de grupos sociais vulneráveis** (indígenas, quilombolas etc.).

4.2. NÍVEL DE BENEFICIÁRIOS/AS

Oficina Participativa de Avaliação de Resultados

A partir da Oficina Participativa de Avaliação de Resultados, realizada no dia 24 de janeiro de 2023 junto ao Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (Reca)⁴⁴, com aplicação da matriz FOFA (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças), observou-se que o projeto **Concretizar** proporcionou a aquisição de infraestrutura física, que, além de aumentar e diversificar a capacidade produtiva, agregou qualidade e valor aos produtos e promoveu melhorias nas condições de trabalho dos/as cooperados/as e associados/as.

Entre as **oportunidades** identificadas, destacam-se o desenvolvimento de novos produtos, a divulgação do Reca em feiras, o acesso a novos programas do governo e a divulgação em redes sociais. A identificação de novas linhas de crédito, fortalecimento de novas cadeias, selos de identificação geográfica e expansão da produção de parcerias são pontos positivos identificadas que já estão em andamento (**forças**).

Identificou-se demandas por mais efetivo para realizar assistência técnica durante a execução do projeto e sua permanência após o encerramento, a criação de postos de trabalhos para os jovens da região e a necessidade de mais investimento em capacitações (fraquezas).

Por outro lado, foram observadas dificuldades relativas ao seu isolamento geográfico e à decorrente falta de infraestrutura viária, de apoio para irrigação e dificuldade de acesso a mercados que valorizem a sociobiodiversidade. Outras **ameaças** identificadas dizem respeito ao aumento da incidência de doenças e pragas, como a monilíase, à atratividade de outras atividades produtivas (soja e pecuária), aos baixos salários disponíveis, ao enfraquecimento das políticas públicas e às alterações climáticas que interferem nas floradas de espécies chave como o cupuaçu, e têm ocasionado a diminuição da produção.

44. Para mais informações, ver item I do Apêndice I.



Questionários

Por mais que apenas uma parcela dos subprojetos apoiados pelo *Fundo Dema e Pequenos Projetos Ecossociais na Amazônia (PPP-Ecos Amazônia)* tenha respondido o questionário enviado, as 23 respostas recebidas, que correspondem a 10% dos 200 subprojetos, representam diversos territórios de atuação do *PPP-Ecos* e do Fundo Dema e incidem sobre atividades diversas, possibilitando uma discussão relevante acerca do seus impactos⁴⁵.

Os subprojetos relataram ter apoiado 1.246 famílias, com uma média de 54 famílias por subprojeto. Aqui vale considerar o subprojeto, apoiado pelo *PPP-Ecos Amazônia*, “Rede de Comercialização do Bico do Papagaio” (TO), que beneficiou mais de 200 famílias com oficinas sobre normas sanitárias, assessoria sobre feiras agroecológicas, entre outros. No Maranhão, outro projeto apoiado pelo *PPP-Ecos* também apresentou números relevantes, chegando a apoiar 500 pessoas por meio da realização da Feira de Empreendimentos Econômicos Solidários da Agricultura Familiar.

Muitos projetos permitiram o acesso a novos mercados, em sua maioria por meio de programas de compras públicas institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), aumentando sua autonomia econômica, engajamento e estruturação associativa. Foram apontados, inclusive, auxílios à maior participação feminina em projetos exclusivos para esse público.

Dos subprojetos que responderam ao questionário, 78% disseram trabalhar com produção sustentável, contemplando uma extensa lista de produtos, e muitos consideram o apoio recebido como fundamental para o aumento da produção. A diversidade produtiva se mostra nos bens produzidos, como artesanatos, hortaliças, açaí, babaçu, galinhas caipiras, mudas nativas, produtos de confeitoraria, mel de abelhas africanas e de melíponas, geleias, doces de fruta em compotas e doce de leite, mandioca e polpas de fruta⁴⁶. Foi apontado também que o projeto foi fundamental para “valorização dos produtos nativos, inclusive por iniciativas culturais”, para a promoção de uma “produção sem agrotóxico nem insumos químicos” e o incentivo à “mudança nos hábitos alimentares”.

“O PPP-Ecos tem uma importância super relevante para a agroecologia e na região do Mearim, tem apoiado muitas iniciativas que geram autonomia para os(as) agricultores(as) familiares.”

Beneficiário do *PPP-Ecos*

A maioria dos/as respondentes disseram trabalhar com a recuperação de áreas degradadas utilizando SAFs e criação de mudas em viveiros e berçários, mas poucos/as disseram desenvolver atividades de intercâmbio de sementes crioulas. Eles apontaram que os projetos recuperaram, em conjunto, 566 hectares com a implantação de SAFs, número que representa uma média de 22 hectare por projeto respondente.

45. Para uma análise mais detalhada dos resultados das análises realizadas indica-se consultar as avaliações individuais dos projetos, disponíveis no Apêndice I.

46. Os seguintes produtos foram citados no levantamento realizado: abóbora, alface, amendoim, banana, batata-doce, berinjela, cebolinha, cheiro verde, coentro, couve, jiló, milho, pepino, quiabo, rúcula, vinagreira, entre outros. No que diz respeito a polpas, foram citadas: abacaxi, acerola, bacuri, cajú, cupuaçu, goiaba, maracujá, melancia e taperebá.



O enriquecimento de quintais a partir da inserção de espécies florestais, frutíferas, medicinais e de hortaliças foi realizado por 68% dos respondentes⁴⁷. A maioria dos que responderam ao questionário (97%) compreenderam suas atividades como pertinentes à conservação das florestas.

Afirmaram sofrer algum tipo de ameaça ou pressão ambiental vindas de seu entorno 88% dos/as respondentes, fato que reforça a importância de iniciativas e políticas públicas que auxiliem sua estruturação com foco na geração de renda e no fortalecimento institucional, visando estimular autonomia e resiliência. As maiores pressões mencionadas foram: desmatamento para inserção de pastagens (63%), queimadas (54%), expansão de monocultivos com inserção de agrotóxicos (54%) e perda da biodiversidade (46%). Outros impactos sentidos são a grilagem, invasão de madeireiros, pesca predatória, garimpo e grandes empreendimentos (rodovias, portos, linhas de transmissão e mineração). Um subprojeto em específico afirmou que sofre problemas com a criação de porcos e búfalos soltos, que atacam suas culturas.

Os pequenos projetos permitem uma maior geração de renda e aumento da atratividade econômica, fatores que permitiram um fortalecimento da segurança alimentar e da governança territorial em regiões vulnerabilizadas, contribuindo para os objetivos de redução do desmatamento do Fundo Amazônia. É inequívoco o cenário de vulnerabilidade financeira e ambiental que a maioria dessas iniciativas se encontram.

Compreende-se, portanto, que o fortalecimento das organizações sociais compreendidas nesses territórios é fundamental para protegê-los e fortalecer a conservação da Amazônia. Mas, sobretudo, é chave para permitir a melhor estruturação de grupos sociais marginalizados com grande potencial organizativo e de geração de renda.

47. Vale citar que a variedade produtiva dos subprojetos apoiados é enorme, especialmente ao se considerar a abrangência geográfica. Para ciência, apenas um projeto citou ter enriquecido quintais com 22 espécies, a saber: abacaxi, açaí, acerola, anani, andiroba, bacuri, banana, castanha-do-brasil, caju, cupuaçu, fação, inajá, ingá, jutai, manga, miriti, pau mulato, piquiá, pupunha, ucuúba, tucumã e urucum.



4.3. MODALIDADES AGLUTINADORAS E DE CHAMADA PÚBLICA: SIMILARIDADES E DIFERENÇAS NO CONTEXTO PRODUTIVO AMAZÔNICO

Na modalidade **aglutinadora**⁴⁸, a instituição responsável pela execução do projeto perante o Fundo Amazônia/BNDES coordena um arranjo integrado de subprojetos de outras organizações, denominadas **aglutinadas**, orientados para o desenvolvimento de cadeias de valor com base no uso sustentável dos recursos naturais. No contexto dessa avaliação, são aglutinadoras a Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (Cooperacre) e o Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (Reca), que estabelecem um regime de atuação em “parcerias”, na qual é observada uma interação ativa e participativa entre a aglutinadora e as aglutinadas.

O Fundo Amazônia/BNDES também apoia instituições parceiras para que estas promovam chamadas públicas de projetos, desde que comprovem experiência, conhecimento e capacidade operacional para conferir qualidade e escala às chamadas públicas. Nesses termos, atuam a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) e Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), que aplicam um modelo baseado no diálogo com instituições de representação de grupos sociais e na abertura de chamadas públicas que visam oportunizar recursos para fomentar processos produtivos e de organização social em um vasto território⁴⁹. O quadro comparativo da Figura 12 apresenta a distinção entre as modalidades.

Figura 12: Esquema comparativo entre os projetos avaliados segundo sua modalidade de apoio

48. Conforme citado anteriormente, para esta avaliação, foi adotada a seguinte definição para projetos aglutinadores, sendo aqueles que “recebem apoio do FA para atuar em parceria com organizações identificadas anteriormente à assinatura do projeto”.

49. Nesse caso, o projeto “é uma instituição que lança um edital para apoiar projetos comunitários”. Denominados aqui de modalidade de chamada pública.



Modalidade de implantação	Aglutinadora		Chamada Pública			
Entidade Executora	Reca	Cooperacre	ISPN	FASE		
Territórios de atuação	AC/RO		Amazônia Oriental			
Principais diferenças	<ul style="list-style-type: none">• Projetos de grande escala• Fortalecimento de uma estrutura produtiva• Um projeto apoiado, com aglutinadas• Território e grupo de atores específicos• Relação duradoura• Menor alcance em projetos eficazes• Público definido e suporte contínuo• Capacidade técnica específica• Sistema verticalizado					
	<ul style="list-style-type: none">• Sub-projetos de pequena escala• Fortalecimento de estruturas produtivas locais• Diversos projetos apoiados• Territórios e grupos sociais variados• Relação momentânea• Maior alcance e eficiência territorial• Público aberto e suporte descontínuo• Capacidade técnica generalista• Sistema não verticalizado					

Fonte: Elaboração própria.

Os projetos sob a modalidade aglutinadora, por estarem apoiadas por cooperativas, funcionam como um eficiente instrumento de organização das cadeias de valor, atuando num ambiente competitivo de mercado. Isso permite aumentar a eficiência da produção, a diversificação de atividades e a agregação de valor⁵⁰.

A Cooperacre e o Reca, executoras dos projetos *Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável* e *Concretizar*, respectivamente, atuam junto a outras cooperativas e associações que cultivam e extraem produtos da sociobiodiversidade, com o objetivo de obter maior escala de produção, processamento e beneficiamento e melhores condições de comercialização de forma duradoura. Tal cenário viabilizou o fortalecimento de diferentes cadeias de valor, fazendo deles atores centrais na estruturação de arranjos produtivos locais (APLs) de base sustentável e florestal⁵¹. Ambas as instituições tiveram capacidade institucional e comercial frente às ações que desempenharam, demonstrando competitividade e suprindo gargalos, como a implantação de SAFs, melhora da capacidade produtiva, capacitação, entre outros.

Já a Fase e o ISPN trabalham em um formato de repasse de recursos e fornecimento de assistência técnica na qual os/as beneficiários/as são definidos/as por meio

50. É fundamental ressaltar que alguns dos APLs que as duas organizações apoiam, castanha-do-brasil e borracha natural, por exemplo, possuem um histórico na Amazônia de domínio de atravessadores, que impediam práticas de barganha por melhores preços e levavam à dependência nas relações comerciais. As duas cooperativas hoje são capazes de competir a nível de escala de produção e preço de seus produtos, com esses atores comerciais.

51. Para mais informações sobre os produtos apoiados por esses projetos, consultar suas avaliações individuais.



de chamadas públicas. No âmbito dos projetos *Fundo Dema* (Fase) e *PPP-Ecos na Amazônia* (ISPN), foram lançadas sete chamadas entre 2011 e 2014, no valor total de R\$ 3,1 milhões, beneficiando 112 subprojetos.

Nesse modelo de chamada pública, as organizações submetem os projetos de acordo com suas potencialidades e necessidades e as entidades aprovadas não necessariamente têm relação anterior com a entidade executora, sendo a divulgação dos editais fundamental para a execução de projetos dessa modalidade. Após a contratação dos subprojetos, estabelece-se uma relação entre eles e a entidade executora, que os apoiam com recursos, assistência técnica rural (ATER) e capacitações sobre gestão de projetos. Assim, a Fase e o ISPNA atenderam projetos de diversos territórios no Pará (*Fundo Dema*) e Maranhão, Mato Grosso e Tocantins (*PPP-Ecos na Amazônia*). Para além do aumento produtivo das instituições apoiadas⁵², houve uma preocupação em fortalecer temas transversais ligados à segurança alimentar, à manutenção de seus territórios e ao fortalecimento institucional.

Dessa forma, todos os projetos, das duas modalidades, contribuíram para a construção de uma sociedade mais justa, estando organizados ao redor de pilares como a justiça ambiental, fortalecimento dos modos de vida, inclusão social e acesso a mercados justos.

Tanto a modalidade aglutinadora como a de chamada pública contribuem de maneira complementar e sinérgica com os objetivos do Fundo Amazônia, pois: (i) estruturaram cooperativas de base comunitária e extrativista em regiões de grandes pressões socioeconômicas e de desmatamento fortalecendo cadeias da sociobiodiversidade (Reca e Cooperacre); e (ii) fomentaram a organização, melhora da qualidade de vida e conservação de ambientes naturais em uma grande variedade de territórios e povos, contribuindo para a criação de um cenário de desenvolvimento mais equitativo, solidário, sustentável e inclusivo.

Em termos de efetividade, o modelo de chamada pública abre possibilidades de atendimento a demandas específicas de diversos grupos de interesse em vários contextos geográficos. Esses projetos possuem alto impacto nas comunidades atendidas, já que suas atividades são definidas e executadas pelas próprias organizações.

O modelo de aglutinadoras, por terem um território e grupo de agentes mais delimitado, permite um acompanhamento técnico próximo e o alcance de suas metas de maneira mais assertiva, conferindo uma alta eficácia quanto ao atendimento de suas metas produtivas, agregação de valor e lucratividade.

Assim, os quatro projetos geraram resultados positivos quanto às práticas sustentáveis alinhadas com a economia de base florestal, agroflorestal e agroecológica e podem ser consideradas iniciativas replicáveis para a região amazônica no enfrentamento ao desmatamento. Eles possuem relevância e impacto significativo, em especial por adotarem modelos distintos de atuação, aliados à promoção de estruturas de desenvolvimento socioeconômico sustentável.

A maioria dos subprojetos da modalidade chamada pública não receberam recursos

52. Em ambos os casos, nem todos os projetos se enquadram dentro de um esquema produtivo, muitos projetos tinham por fim outras finalidades como fornecer capacitações, estruturar escolas rurais ou mesmo facilitar a fortalecer a segurança fundiária de grupos sociais.



novamente, contudo os impactos positivos continuam sendo sentidos no território⁵³, conforme foi demonstrado no resultado do questionário.

4.4. CONTRIBUIÇÕES AGREGADAS AO ALCANCE DOS OBJETIVOS DO FUNDO AMAZÔNIA

Nesta seção, são apresentadas discussões sintéticas sobre o alcance e impacto agregado dos quatro projetos avaliados conforme cada um dos efeitos diretos do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

4.4.1. EFEITO DIRETO 1: “ATIVIDADES ECONÔMICAS DE USO DA FLORESTA E DA BIODIVERSIDADE DESENVOLVIDAS”

Aglutinadoras – Cooperativas

Cooperacre

A Cooperacre atua como um agente desenvolvedor de ações que envolvem organização produtiva, capacitação e ATER, apoiando as famílias agroextrativistas para produção e comercialização de produtos da sociobiodiversidade. A cooperativa é, atualmente, a maior beneficiadora de castanha-do-brasil do país. Possui um sistema de aquisição de matéria-prima eficiente, estrutura de armazenamento implantada e quatro plantas de beneficiamento em funcionamento.

No caso da borracha, a parceria com a empresa francesa Veja Fair Trade, marca por trás da Vert Shoes⁵⁴, foi apontada como um resultado importante alcançado durante o tempo de execução do projeto. A parceria prevê a aquisição de borracha de base florestal segundo critérios de comércio justo (*fair trade*) para a produção de calçados da empresa. As compras são realizadas por preços superiores aos praticados no mercado para seus/suas associados/as e cooperados/as.

A cooperativa também está implantando uma nova unidade de processamento de polpa de frutas, anexa à matriz da sua usina de beneficiamento de castanha em Rio Branco. Essa nova unidade está associada a intenções de expansão produtiva e orientação aos/às produtores/as para trabalharem com frutas tropicais, uma vez que os mercados vêm se demonstrado interessantes, conforme apontado nas entrevistas.

A expansão e consolidação da cooperativa como modelo de negócios agroextrativistas de escala no estado do Acre e região mostra sua capacidade de ocupar espaços

53. Tanto a Fase quanto o ISPNA receberam aportes do Fundo Amazônia para a sua continuidade: o ISPNA via projeto PPP-Ecos na Amazônia Fase 2 e a Fase via projeto “Amazônia Agroecológica”.

54. Para mais informações sobre a parcerias, confira: <https://idesam.org/noticia/projeto-adiciona-compensacao-resex-chico-mendes>.



importantes no cenário socioeconômico regional, mesmo com a competição desleal com o modelo da pecuária. A Cooperacre exporta e é a maior produtora de castanha-do-brasil, e exporta borracha, ambos produtos fruto do extrativismo.

Reca

O Reca é uma experiência singular de fomento à utilização de consórcios de cultivos agrícolas voltados à produção de frutas, como o cupuaçu e pupunha, de médio e longo ciclo produtivo, com espécies florestais com potencial de produção de sementes comestíveis, frutas, óleos e resinas vegetais. O projeto *Concretizar* apostou na implantação de SAFs e consolidação da infraestrutura de beneficiamento, que aliadas ao seu modelo de gestão participativo e às boas práticas de conservação de solo, refletiram na melhoria da qualidade de vida dos/as agricultores/as. O projeto deixou um legado importante de geração de capacidades internas e de capacidade de beneficiamento de produtos da sociobiodiversidade.

A maioria dos/as técnicos/as do Reca são filhos/as de produtores/as rurais, são responsáveis pelo acompanhamento técnico, bem como pela elaboração, acompanhamento e execução dos projetos. Cada grupo apoiado pelo Reca conta com um/a técnico/a responsável, que geralmente também é associado/a. Além de estar presente nas diversas atividades de gestão, o/a técnico/a é responsável pelo acompanhamento do manejo das áreas, considerando adubação, compostagem, controle de pragas e melhoria dos processos de cada área, promovendo aprimoramentos e aumento de produtividade.

Outro legado importante da experiência acumulada do Reca, foi a capacidade de beneficiamento de polpas, sementes e óleos, a partir de arranjos articulados coletivamente, e por terem conseguido colocar em prática, a partir de diversas experiências, a ideia de florestas produtivas.

Chamadas Públicas

Fase

As comunidades apoiadas pelo projeto da Fase (agricultores/as familiares, agroextrativistas, quilombolas e povos indígenas) demonstraram que é possível combinar a produção agroecológica, sustentável e diversificada de alimentos com a manutenção da floresta em pé, recuperação de áreas degradadas e proteção de áreas de preservação permanente, como margens de rios, igarapés e nascentes de água.

Na questão produtiva, a experiência do apoio do Fundo Dema junto às comunidades vem contribuindo para a constituição de uma diversidade de práticas produtivas, em especial as voltadas para adoção de novas tecnologias de produção, manejo do solo e controle de pragas com base na agroecologia e para incentivo a atividades coletivas e mudanças nos hábitos alimentares das famílias, promovendo a segurança alimentar e nutricional.



A estrutura de governança participativa do *Fundo Dema* e o envolvimento da comunidade nos processos de tomada de decisão ajudam a gerar capacidades de longo prazo visando o desenvolvimento de soluções para a propriedade local.

ISPN

Na área de atuação do projeto do ISPNA, cadeias produtivas foram fortalecidas e consolidadas, incluindo produtos como açaí, babaçu, mel, polpas de frutas, palmito, artesanato, entre outras. Com o *PPP-Ecos na Amazônia*, houve maior acesso a programas de compras institucionais, como o PNAE e PAA, e maior organização das iniciativas apoiadas de populações indígenas, comunidades quilombolas, agricultores/as familiares e assentados/as, assim como um maior fortalecimento local comunitário.

Impactos concretos podem ser observados, inclusive, na incidência sobre políticas públicas e marcos regulatórios federais e municipais. Os projetos apoiados pelo *PPP-Ecos Amazônia* apresentam estratégias diversas para a geração de renda, que vão desde produtos *in natura* a produtos beneficiados, com estratégias de comercialização diferenciadas, abrangendo venda direta aos consumidores, feiras locais, mercados institucionais, supermercados e outros.

4.4.2. EFEITO DIRETO 2: “CADEIAS DOS PRODUTOS AGROFLORESTAIS E DA BIODIVERSIDADE COM VALOR AGREGADO AMPLIADO”

Os projetos avaliados previram valores robustos de apoio referentes à melhoria das condições de beneficiamento das experiências apoiadas. A seguir, é possível analisar resultados para as duas modalidades de execução.

Aglutinadoras

No caso das cooperativas Cooperacre e Reca, foi prevista uma quantidade significativa de recursos em investimentos de equipamentos e infraestrutura para a melhoria da capacidade de beneficiamento dos produtos que estão em suas cadeias de valor (Quadro 3).

Quadro 3: Resumo dos investimentos em agregação de valor pelos projetos sob a modalidade aglutinadora.

Projeto	Investimento em equipamentos
Cooperacre	2 estruturas de armazenamento de produtos <i>in natura</i> .
	1.000 caixas de polipropileno para acondicionamento de frutas.
	Compra e instalação de uma briquetadeira na usina de beneficiamento de castanha-do-brasil em Rio Branco.



Reca	3 estruturas de armazenamento (câmara fria, túnel de congelamento e outros) dos produtos <i>in natura</i> e beneficiados.
	2 unidades de beneficiamento reformadas ou ampliadas.
	Implantação de sistema de distribuição e abastecimento de água, esgotamento sanitário e aproveitamento de água pluvial.

Fonte: Elaboração própria.

Figura 13: Processo de seleção mecanizada de castanhas-do-brasil nas dependências da Cooperacre.



Autoria: Imagem capturada por Juliana Passos de Mello, durante missão de campo.

Figura 14: Cacho de pupunha em SAF implantado pelo Reca.



Autoria: Imagem capturada por Artur Sgambatti Monteiro durante missão de campo.

A Cooperacre modernizou duas usinas de beneficiamento de castanha: a usina de beneficiamento em Xapuri recebeu quatro estufas para processamento, e a indústria



em Rio Branco, a instalação de uma briquetadeira⁵⁵, que chegou a ser usada, mas foi desativada recentemente por não atender às exigências de qualidade do mercado. A cooperativa está trabalhando junto à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa/AC) para desenvolver soluções e reativar o equipamento.

A ampliação das áreas de coleta de castanha-do-brasil com certificação orgânica também recebeu investimento, visto que se trata do produto que mais gera receita para a cooperativa. A meta era certificar sete aglutinadas, além de renovar a certificação orgânica em outras sete associações. Essa meta foi cumprida em 100%, no entanto, a certificação expirou em 31 de setembro de 2019 e não foi renovada. A Cooperacre justifica a não renovação por ter decidido investir na ISO 22.000⁵⁶, que contempla processos adequados de segurança alimentar, suprindo as demandas do mercado em que a cooperativa atua.

A agregação de valor a produtos certificados trouxe efeitos positivos diretos e indiretos em todos os elos da cadeia produtiva. Um exemplo é o acesso a mercados mais exigentes, que remuneram melhor produtos de origem certificada e geram um processo de fidelização a médio e longo prazo de contratos futuros de compra e venda. De forma complementar, a Cooperacre investiu recursos na contratação de estudos de mercado para se adequar a padrões internacionais de qualidade e segurança de alimentos e para abrir novos horizontes de venda.

O Reca investiu na melhoria da infraestrutura e maquinário para beneficiamento. A ampliação e modernização das agroindústrias aumentou a capacidade produtiva e de beneficiamento de cupuaçu, açaí e outras frutas, com investimento que correspondente a 33% do valor total aprovado pelo Fundo Amazônia.

Houve um termo aditivo incorporado ao contrato inicial do projeto *Concretizar* em 2015, por conta da reconstrução da unidade de beneficiamento de óleos vegetais de sementes de castanha, cupuaçu e andiroba, em função de um incêndio ocorrido nas dependências da fábrica no mesmo ano. O valor destinado a execução dessa reconstrução foi de R\$ 1.516.414,00 e a sua conclusão se deu em 2017.⁵⁷

Chamadas públicas

Nas chamadas públicas, os valores para apoio aos subprojetos selecionados ficaram de até R\$ 30 mil para os do *Fundo Dema* e de até R\$ 90 mil, para os do *PPP-Ecos Amazônia*. Os subprojetos que receberam esses recursos atenderam aos interesses de organizações e comunidades locais, apoiando compra de equipamentos, reformas de estruturas de beneficiamento e capacitações, entre outros. Durante a visita de campo, observou-se que a construção e/ou reforma de cozinhas comunitárias, onde são produzidos pães,

55. Briquetadeira é uma máquina capaz de produzir briquetes, um biocombustível sólido feito com resíduos de madeira, carvão e outras matérias primas. O equipamento utiliza um processo de compactação de resíduos, que tem alto teor calorífico.

56. A ISO 22.000 é uma norma internacional que define os requisitos de um sistema de gestão de forma a segurança de alimentos abrangendo todas as organizações envolvidas na cadeia alimentar, ou seja, todos os elos da “colheita à mesa”, também conhecido como “Farm to Fork”. Mais informações em: <https://certificacaoiso.com.br/iso-22000/#o-que>.

57. Confira mais detalhes na avaliação individual do projeto do Reca no Apêndice I.



bolos, biscoitos e outros produtos, teve impacto sobre as comunidades ao agregar valor aos produtos e proporcionar melhores condições de trabalho. O credenciamento para comercialização dos produtos das organizações comunitárias junto ao PNAE e o PAA do governo federal também foi bastante relevante. Além do mercado institucional, muitos subprojetos recorreram a feiras públicas para comercializar seus produtos.

No *PPP-Ecos na Amazônia*, o tema beneficiamento e comercialização abrangeu os subprojetos que investiram em cozinhas comunitárias e pequenas agroindústrias de processamento de coco de babaçu, pupunha, castanha-do-brasil, guaraná⁵⁸ e cumaru, além de padarias, casas de farinha, produção de artesanatos, entre outros. Outra atividade desenvolvida por vários subprojetos foi a apicultura e a meliponicultura, nas quais os investimentos foram usados no processo produtivo e comercial, para aquisição e multiplicação das colmeias, estruturação de unidades de beneficiamento (casas de mel) e definição de estratégias de comercialização, entre outras ações. O beneficiamento de polpas também foi trabalhado em alguns subprojetos apoiados pelo *PPP-Ecos*, com produção, coleta e beneficiamento de frutas nativas como o açaí, buriti, cupuaçu, cajá, murici e bacuri. Apoiou-se ainda a comercialização desses produtos, buscando ações para melhorar a qualidade dos produtos e sua apresentação, aprimorar os processos de produção, melhorar a gestão dos empreendimentos e ampliar o acesso a mercados.

O *Fundo Dema*, por meio de suas chamadas públicas, selecionou subprojetos elaborados por povos indígenas, comunidades quilombolas, agroextrativistas e agricultores/as familiares. O aumento na capacidade de geração de renda foi confirmado pelo aumento da produção, com destaque para os produtos nativos da Amazônia, sobretudo frutas e sementes. O valor da produção, apurado em novembro de 2017, que foi de quase R\$ 4 milhões. Os principais produtos dos subprojetos apoiados foram polpas de frutas variadas, óleos de andiroba, babaçu, castanha-do-brasil, copaíba, farinha de mandioca, mesocarpo de babaçu e mel de abelhas.

Com relação ao acesso a mercados, cerca de 60% das iniciativas produtivas acessaram mercados locais, principalmente feiras municipais, em alguns casos feiras diferenciadas de produtos agroecológicos, da agricultura familiar, de grupos de mulheres e de produtos orgânicos, ou ainda participando periodicamente de feiras regionais. Com relação a inserção nos programas PNAE e PAA, apesar de 16 projetos terem nos seus objetivos e metas o acesso a esses programas, apenas 5 estão fornecendo regularmente para as escolas, via compras públicas, nas regiões onde o projeto atuou.

Tanto o *Fundo Dema* quanto o *PPP-Ecos na Amazônia* tiveram dificuldade de monitorar de forma sistemática os registros das receitas financeiras e quantidades comercializadas de todos os seus subprojetos apoiados. As duas iniciativas investiram em estratégias distintas para tentar realizar este acompanhamento: o *Fundo Dema* contratou uma avaliação externa e o *PPP-Ecos* aplicou um questionário junto às associações participantes.

Os resultados apontaram aumentos consideráveis da renda das famílias, principalmente nas iniciativas de implantação de miniusinas de beneficiamento de frutas e farinha de

58. Subprojeto "Projeto de Apoio ao Fortalecimento das Ações Sustentáveis e Produtivas do Guaraná", no norte do MT. Mais informações disponíveis em: <https://ispn.org.br/site/wp-content/uploads/2019/05/portifolio-ppp-ecos-fundo-amazonia.pdf>.



mandioca, manejo do açaí, piscicultura, artesanato e turismo de base comunitária. A própria diversificação da produção e o acesso a equipamentos adequados e espaços de trabalho coletivos mais estruturados contribuíram para a melhoria das condições de trabalho.

No que se refere a geração de renda medida pelos projetos que abriram chamadas públicas, tem-se os seguintes resultados:

- PPP-Ecos Amazônia: renda média de R\$ 2.457,14 por ano por família.
- Fundo Dema: renda média de R\$ 2.000,00 por ano por família em junho de 2017.

4.4.3. EFEITO DIRETO 3: “CAPACIDADES GERENCIAIS E TÉCNICAS AMPLIADAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS DE USO SUSTENTÁVEL DA FLORESTA E DA BIODIVERSIDADE”

Todos os projetos realizaram ações de capacitação que contemplavam o corpo técnico das aglutinadas e subprojetos apoiados, assim como intercâmbios e eventos de outras naturezas, a depender da realidade dos seus territórios de atuação e dos grupos apoiados. Os projetos em conjunto capacitaram mais de 11 mil pessoas e oportunizaram o acesso e a troca de informação e a valorização do conhecimento, entre outros benefícios gerados a médio e longo prazo.

O investimento realizado para o fortalecimento de associações comunitárias e de produtores/as rurais que receberam apoio do Fundo Amazônia, por meio dos projetos objeto dessa avaliação, foi feito de forma distinta para os da modalidade aglutinadora e para os de chamada pública. Devido a realidade díspar das experiências aplicadas, optou-se por apresentar os resultados em maior detalhe por projeto, conforme apresentado abaixo.

Aglutinadoras – Cooperativas

A Cooperacre trabalha em rede com seus/suas associados/as, atuando como um agente desenvolvedor de ações que envolvem atividades diversas, principalmente no que diz respeito à organização e coordenação da produção, à capacitação e às ações de ATER. Ela tem a figura jurídica da sua cooperativa central, localizada em Rio Branco, onde fica o seu escritório e a fábrica de beneficiamento de castanha. Ela possui outras seis indústrias de beneficiamento de castanha, polpa de frutas, borracha natural e palmito, localizadas nos municípios de Xapuri, Sena Madureira, Senador Guiomar e Brasiléia. No total, foram fortalecidas 12 associações aglutinadas com os recursos do Fundo Amazônia destinados ao projeto *Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável*. A Cooperacre também investiu na capacitação de 441 associados/as em gestão agroflorestal e gestão administrativa e financeira, mais do que dobrando a sua meta inicial.

O Reca possui a sua sede e planta industrial situada no Distrito de Nova Califórnia, município de Porto Velho/RO. A organização adota o modelo de SAFs como principal atividade produtiva. Os 315 hectares de SAFs implantados estão distribuídos em grupos



de produtores/as localizados/as em diversas estradas vicinais que cortam a rodovia BR-364 e se distribuem em dez grupos formados por sócios/as e cooperados/as da Associação Reca: a Associação Baixa Verde (ABV), a Associação dos Produtores Rurais do Município de Acrelândia (Aspromacre) e a Cooper-Reca, sendo eles: i. Pioneiros I; ii. Pioneiros II; iii. Pioneiros III; iv. Baixa Verde; v. Cascalho; vi. BR; vii. Linha 05; viii. Linha 06; ix. Linha 12; e x. Eletrônica. O projeto *Concretizar* investiu no fortalecimento institucional e estruturação física de três das quatro aglutinadas: ABV, Aspromacre e Associação RECA.

A meta de capacitação de lideranças comunitárias em gestão de projetos, governança participativa, boas práticas de produção, armazenamento de produtos da sociobiodiversidade e estratégias de comercialização tem como indicadores: 50 lideranças comunitárias capacitadas em gestão de projetos, governança participativa e estratégias de comercialização; 20 mulheres na Associação RECA e Cooper-Reca, 6 mulheres na Aspromacre e 4 mulheres na ABV exercendo cargos de coordenação na Associação Reca, na Cooper-RECA, na ABV e na Aspromacre; e 30 indivíduos exercendo cargos de coordenação nessas instituições. Foram capacitadas 443 pessoas para a implantação de SAFs, produção e armazenamento de produtos da sociobiodiversidade, extrapolando a meta em 260%. Deste total, 39% eram mulheres e 61% homens.

Chamadas Públicas

A Fase abriu sete editais de apoio a subprojetos com os recursos do Fundo Amazônia entre 2011 e 2014 para o *Fundo Dema*. As chamadas atenderam a diversos grupos sociais de indígenas, quilombolas e público em geral. No total, foram 112 projetos apoiados. Um dos grandes desafios para atendimento dos editais foram as regras de elegibilidade dos recursos do Fundo Amazônia, principalmente para a situação de regularidade das associações. Para isso, o *Fundo Dema* proporcionou 49 eventos de capacitação e seminários e a meta do indicador de capacitações foi ultrapassada, chegando em 123%. O mesmo aconteceu para o número de indivíduos capacitados na elaboração, execução e avaliação de projetos socioambientais de participantes dessas oficinas, que foi de 1.018 pessoas participantes dos eventos de capacitação, 191% da meta.

Da mesma forma atuou o ISPNA, lançando quatro editais de chamada pública no âmbito do *PPP-Ecos na Amazônia*. Foram selecionados 88 subprojetos, localizados na região central do Maranhão, região norte do Tocantins e norte do Mato Grosso. A componente de fortalecimento de organizações comunitárias conseguiu atingir 163 associações assistidas com capacitação, superando a meta em 163%. A meta de capacitação em gestão institucional e técnica para a implantação de projetos ecossociais junto a populações tradicionais proporcionou a realização de 17 oficinas de capacitação, muito acima da meta (213%), com a participação de 866 pessoas (545% da meta, quase cinco vezes a mais).

Os diversos processos de capacitação e geração de competências locais contribuíram para a melhoria da situação de vulnerabilidade das comunidades no combate ao desmatamento e para a consolidação de atividades produtivas sustentáveis capazes



de se manterem e se sustentarem, mesmo sem apoio externo. O projeto *PPP-Ecos na Amazônia* também destaca, em suas avaliações de monitoramento, as formações de lideranças com forte representação de jovens e mulheres, contribuindo para a ampliação e o fortalecimento de protagonistas em ações em defesa da floresta em pé. Isso se dá, por exemplo, com o engajamento de diversas pessoas que participaram dos cursos realizados pelos projetos e que continuam atuando e participando de processos de construção e implantação de políticas públicas em âmbito local e regional.

4.4.4. EFEITO DIRETO 4: “ÁREAS DESMATADAS E RECUPERADAS E UTILIZADAS PARA FINS ECONÔMICOS E DE CONSERVAÇÃO ECOLÓGICAS”

Lidar com o passivo de áreas já desmatadas é um desafio para as políticas de gestão territorial e de uso e ocupação do solo no território amazônico como um todo, e o mesmo ocorre nos territórios dos projetos avaliados especificamente. Os órgãos de política fundiária, no nível federal e estadual, têm acumulado um passivo histórico de áreas desmatadas e um alto grau de degradação. Os custos de recuperação de áreas degradadas são altos e geralmente os órgãos de governo não priorizam orçamento para esta atividade. Nesse cenário, o Fundo Amazônia abriu uma oportunidade para que pudessem ser feitos investimentos em cadeias produtivas sustentáveis, ao mesmo tempo que possibilitou o uso de recursos financeiros para recuperação de áreas degradadas para fins produtivos associados ao dia a dia das comunidades.

Os quatro projetos avaliados destinaram recursos para estas atividades visando aumento da capacidade produtiva, geração de renda e diminuição do passivo de áreas degradadas nas comunidades localizadas em territórios quilombolas, terras indígenas (TIs), assentamentos da reforma agrária e unidades de conservação (UCs) de uso sustentável. Os sistemas mais utilizados para esse fim foram os SAFs, que utilizam o conceito da agroecologia, aliando o consórcio de cultivos de curta, média e longa duração. Além da recuperação do solo utilizando a ciclagem de nutrientes, focam em produtividade, diversificação de cultivos, sazonalidade na produção e retorno financeiro.

Nos projetos avaliados, as práticas de ATER voltadas para a conversão de áreas, como pastagens com baixos índices de produtividade (abaixo de uma cabeça de gado por hectare), foram bem-sucedidas ao abordar agricultores/as familiares com a consideração de que um hectare de SAF pode render mais que a mesma área de pastagem. A produção agroflorestal pode gerar renda ao longo do ano todo de modo contínuo, e demonstrou sucesso em sua aplicação nos quatro projetos avaliados de maneira distinta. Assim, a utilização de SAFs para conversão de áreas degradadas tem potencial para ganhar escala e atrair novos/as beneficiários/as. Na Tabela 1 estão as metas e o total alcançado de áreas degradadas recuperadas por projeto.

Tabela 1: Metas de recuperação de áreas degradadas recuperadas por projeto (em ha).

Projeto	Meta (ha)	Áreas recuperadas (ha)	Alcance da meta (em %)
Concretizar	300	315	130%



Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável	600	600	100%
PPP-Ecos na Amazônia	1000	2.999	300%
Fundo Dema	-	869	-

Fonte: Elaboração própria.

Os projetos do Reca (*Concretizar*) e da Cooperacre (*Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável*) cumpriram as metas de recuperação de áreas degradadas por meio da implantação direta de SAFs, cuja compra da produção era praticamente garantida pelas aglutinadoras. Ambas ofereceram ATER e desenvolveram processos de capacitação e intercâmbio entre os produtores, de forma a buscar sustentabilidade das áreas implantadas ao longo do tempo.

Por outro lado, tanto o *Fundo Dema* quanto o *PPP-Ecos Amazônia*, com suas ações de fortalecimento comunitário e incentivo às mais diferentes ações por parte dos subprojetos apoiados, fortaleceram a gestão territorial com a presença de populações tradicionais mais atuantes e com maior capacidade de captação de recursos e de defesa de seus territórios – seja em projetos de assentamento (PA), TIs ou UCs de uso sustentável.

4.4.5. EFEITO INDIRETO: REDUÇÃO DE DESMATAMENTO COM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A redução do desmatamento não foi o foco de nenhum dos projetos que fazem parte desta avaliação, mas as atividades desenvolvidas por eles podem ter contribuído indiretamente. A seguir, é apresentada uma análise por projeto/executora.

Reca

A Tabela 2 e o gráfico da Figura 15, a seguir, apresentam a evolução anual do desmatamento entre 2014 e 2022, segundo aferição do Prodes, e consolida o total acumulado nos municípios alvo do projeto Concretizar, Porto Velho/RO e Acrelândia/AC. Mesmo sendo um relevante efeito indireto do projeto, esses dados não constavam na planilha de monitoramento do BNDES após o seu término, tendo sido adicionados para fins de comparação. Dada a extensão do território⁵⁹ e a atuação localizada do projeto, não é factível avaliar sua atuação sobre a taxa de desmatamento dos municípios. Contudo, a análise é importante para contextualização territorial no momento da condução do projeto.

59. Em particular do município de Porto Velho, que está entre os maiores municípios do país.

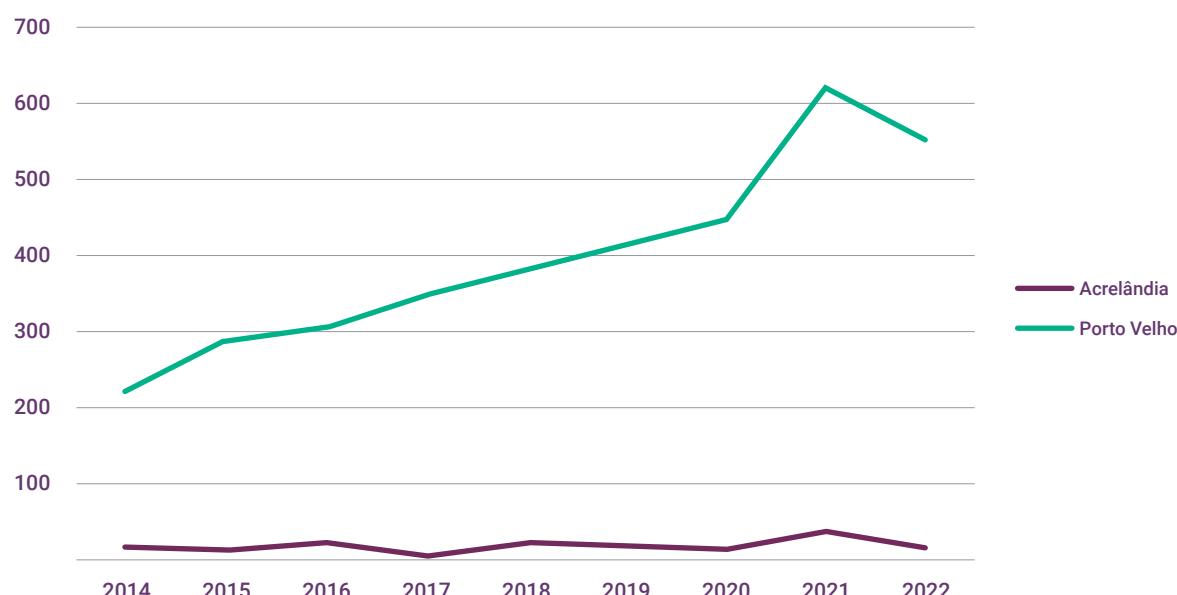


Tabela 2: Evolução do desmatamento (em km²) nos municípios de atuação do projeto Concretizar - Porto velho (RO) e Acrelândia (AC).

Município	Área (km ²)	Total desmatado (km ²)	(%)	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Acrelândia	1.812	174	10%	19	15	24	6	22	20	13	38	18
Porto Velho	34.091	3.570	10%	222	285	305	347	378	413	450	619	551

Fonte: Terra Brasilis/Prodes (Desmatamento)/Inpe, 2023⁶⁰. Em laranja: município prioritário no combate ao desmatamento, segundo o MMA.

Figura 15: Evolução do desmatamento nos municípios de atuação do projeto Concretizar, Acrelândia (AC) e Porto velho (RO).



Fonte: Terra Brasilis/Prodes (Desmatamento)/Inpe. 2023⁶¹.

Porto Velho/RO, devido à sua extensão territorial, é o terceiro município com as maiores taxas de desmatamento no Brasil em 2022, representando, sozinho, 4,3% do total desmatado na Amazônia Legal. Além disso, ao analisar o período entre 2014 e 2022, é possível observar um crescimento constante do desmatamento no município, com um pico em 2021. Esse comportamento justifica o destaque recebido pelo município ao ser definido como um dos municípios prioritários para ações de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento na Amazônia, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente

60. Dados disponíveis em http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/increments.

61. Dados disponíveis em: http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/increments.



(MMA).⁶² Em Acrelândia/AC, apesar das variações, a taxa de desmatamento é constante e consideravelmente menor, no mesmo período.

Toda a região vem sendo acometida crescentemente pelo desmatamento a níveis alarmantes, devido à rapidez da conversão do uso do solo, inserção da soja em locais específicos e disseminação da pecuária extensiva, com presença de indústrias de grande porte. Essa análise corrobora os relatos sobre pressão de desmatamento nas entrevistas realizadas nesta avaliação. Desequilíbrios ambientais são notados nas lavouras do projeto: diversos/as produtores/as relataram o aumento da presença de animais silvestres em busca de alimentos nos SAFs, o que gera prejuízos; e ventanias derrubam floradas reduzindo o volume da produção.

Cooperacre

Na Tabela 3 é apresentada a evolução anual do desmatamento entre 2014 e 2022 no estado do Acre, segundo aferição do Prodes/Inpe, enquanto a Tabela 4 consolida o total acumulado nos 14 municípios alvo do projeto. Nota-se que os municípios do Acre ainda apresentam taxas de desmatamento relativamente baixas se comparados aos outros estados da Amazônia Legal. Isso se dá tanto pela posição geográfica, que fez com que as atividades produtivas chegassem posteriormente ao estado, como pelo tamanho dos municípios, não sendo possível grandes aumentos de taxa na maioria dos municípios observados. Por mais que a redução do desmatamento fosse o principal efeito indireto do projeto, tais dados não constavam na sua planilha de monitoramento.

Tabela 3: Comparativo da evolução do desmatamento no estado do Acre, no período entre 2014 e 2022.

	Área (km²)	Total desmatado (km²)	(%)	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Acre	164.173	4.875	0	349	223	366	246	426	707	661	892	1.005
Amazônia Legal	5.015.068	79.100	0	5.100	6.100	7.300	7.000	7.100	10.900	10.500	12.400	12.700
Acre/AmL (%)	3%	6%	-	7%	4%	5%	4%	6%	6%	6%	7%	8%

Fonte: Terra Brasilis/Prodes (Desmatamento)/Inpe, 2023⁶³.

62. Confira em: <http://combateaodesmatamento.mma.gov.br/municipios-prioritarios>

63. Dados disponíveis em: [http://terrbrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates](http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates).



Tabela 4: Comparativo da evolução do desmatamento nos 14 municípios das regiões administrativas do Alto e Baixo Acre, no período entre 2014 e 2022

Município	Área (km ²)	Total desmatado (km ²)	(%)	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Acrelândia	1.812	174	10%	19	15	24	6	22	20	13	38	18
Assis Brasil	4.979	96	2%	8	6	3	6	8	21	18	18	8
Brasiléia	3.928	308	8%	33	22	18	23	21	59	40	61	31
Bujari	3.035	164	5%	9	9	17	8	14	26	18	26	37
Capixaba	1.706	161	9%	10	6	16	11	10	28	19	29	32
Epitaciolândia	1.653	88	5%	9	10	7	6	8	11	8	19	11
Manoel Urbano	10.631	339	3%	18	19	27	17	46	31	53	41	88
Plácido de Castro	1.953	76	4%	7	5	8	5	12	9	8	15	6
Porto Acre	2.604	151	6%	10	8	15	9	12	23	19	32	23
Rio Branco	8.835	525	6%	33	30	52	26	33	80	56	98	118
Santa Rosa do Purus	6.156	33	1%	4	2	2	2	3	7	5	4	4
Sena Madureira	23.760	604	3%	52	42	56	35	48	80	73	111	106
Senador Guiomard	2.320	85	4%	4	5	9	5	8	7	10	20	17
Xapuri	5.351	347	6%	18	18	33	21	22	60	39	59	77

Fonte: Terra Brasilis/Projeto Prodes/Inpe e Sistema DETER/Inpe, 2023.⁶⁴

Em laranja: município prioritário no combate ao desmatamento, segundo o MMA

ISPN

Não foi possível observar métrica relativa ao indicador de redução de desmatamento no projeto do ISPNA, contudo foi possível estabelecer uma relação a partir dos dados sobre desmatamento acumulado nos estados de abrangência do projeto PPP-Ecos na Amazônia (Maranhão, Mato Grosso e Tocantins) ao longo dos últimos dez anos. Devido ao projeto não ter atuado na totalidade das áreas dos estados, não é possível relacionar diretamente alterações nas taxas de desmatamento com resultados dos projetos. Ainda assim, considera-se importante apresentar esses dados, pois servem como indicadores da realidade e distinção do cenário geral de impacto decorrente do desmatamento nas diferentes regiões de atuação do projeto.

Ao analisar os dados da Tabela 5 e do gráfico da Figura 16, observa-se uma grande disparidade entre os níveis observados em cada estado, sendo que o Tocantins

64. Dados disponíveis em: http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/increments.



apresenta áreas desmatadas no bioma Amazônia menores que as observadas nos outros estados. Os estados nos quais o projeto atuou apresentaram diferentes ordens de grandeza de desmatamento. Considerando o ano de 2022, por exemplo, o Mato Grosso apresentou, sozinho, 2.022 km² de áreas desmatadas (16% do total observado no ano para a Amazônia), enquanto Maranhão e Tocantins apresentaram taxas bem menores, de 299 km² (2%) e 31 km² (0,2%), respectivamente. Essa diferença é observada ao longo do período de análise histórica.

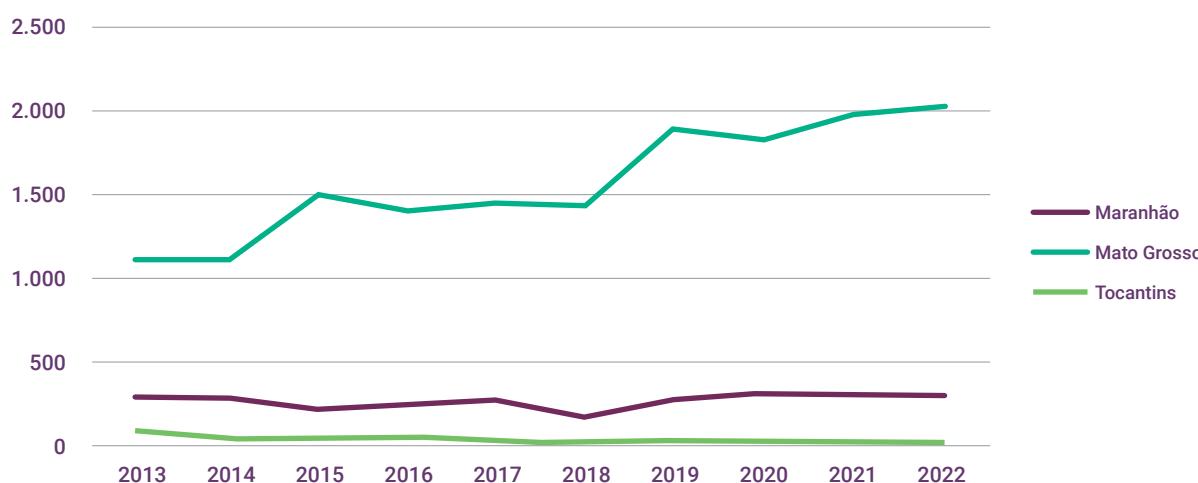
Tabela 5: Evolução do desmatamento nos estados de atuação do projeto Pequenos Projetos Ecossociais na Amazônia, MA, MT e TO

	Área (km ²)	Total desmatado (km ²)	(%)	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Maranhão	329.652	2.703	1%	295	286	217	247	273	183	273	315	316	299
Mato Grosso	903.207	15.709	2%	1.108	1.106	1.496	1.402	1.454	1.438	1.885	1.822	1.976	2.022
Tocantins	277.424	398	0,1%	77	45	55	53	28	23	28	25	32	31
Amazônia Legal	5.015.068	86.500	2%	5.400	5.100	6.100	7.300	7.000	7.100	10.900	12.500	12.400	12.700
MA/Total %	7%	3%		5%	6%	4%	3%	4%	3%	3%	3%	3%	2%
MT/Total %	18%	18%		21%	22%	25%	19%	21%	20%	17%	15%	16%	16%
TO/Total %	6%	0,5%		1%	1%	1%	1%	0,4%	0,3%	0,3%	0,2%	0,3%	0,2%

Fonte: Terra Brasilis/Prodes (Desmatamento)/Inpe, 2023⁶⁵;

* Considerando o percentual de desmatamento em relação ao total observado na Amazônia Legal;

Figura 16: Evolução do desmatamento nos estados de atuação do projeto Pequenos Projetos Ecossociais na Amazônia, MA, MT e TO.



Fonte: Terra Brasilis/Prodes (Desmatamento)/Inpe, 2023⁶⁷.

65. Dados disponíveis em: http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/increments.

66. Dados disponíveis em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municios.html?=&t=acesso-ao-produto>.

67. Dados disponíveis em: http://terrbrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/increments.



Apesar do nível de desmatamento absoluto ter subido no Mato Grosso, passando de 1.107,89 km² para 2.022 km² entre os anos de 2013 e 2022 (um aumento de 82%), os outros estados apresentaram taxas menores que as de 2013. O estado do Maranhão apresentou diminuições e aumentos no desmatamento entre 2013-2022, flutuando entre 200 km² e 300 km², enquanto o Tocantins teve uma taxa 60% menor que aquela apresentada em 2013. É possível notar, ainda, uma diminuição na proporção do desmatamento no Mato Grosso frente ao total observado na Amazônia Legal: mesmo tendo um acréscimo de 82% na taxa de desmatamento e representando 16% de todo o desmatamento ocorrido na região, essa relação era maior em 2013 (21%). Isso decorre de, em 2019, ter havido uma grave aumento de desmatamento na Amazônia Legal, com destaque para os estados do Pará, Amazonas e Acre (Figura 16).

Esta análise necessita de uma compreensão de maior prazo, especialmente sobre o estado do Mato Grosso, que historicamente demonstrou taxas altas de desmatamento. Desde o início das medições, em 1988, sempre esteve, com o Pará, entre os dois estados de maior desmatamento. Em 2012, o Mato Grosso, sozinho, foi responsável pelo desmatamento de 11.814 km² de floresta⁶⁸, sendo o primeiro ano que esteve em terceiro lugar, sendo ultrapassado por Rondônia. Já em 2021 e 2022, o estado do Amazonas passa a demonstrar maiores taxas de desmatamento. Esta análise sugere que as taxas relativamente constantes de desmatamento, observadas desde 2019, se referem, no Mato Grosso, à consolidação de áreas desflorestadas e um esgotamento de áreas nativas, principalmente ao se considerar as taxas elevadas de desmatamento ao longo dos anos 80 e 90.

Fase

O Fundo Dema apoiou subprojetos em 26 municípios do Pará, estado que ocupa a primeira posição em áreas desmatadas na Amazônia Legal segundo a última atualização do Prodes/Inpe no final de 2022. As taxas de desmatamento nos municípios estão apresentadas na Tabela 6 e, tomando como exemplo o eixo da BR-163, que liga Santarém a Cuiabá, e sua área de confluência com a BR-230 (rodovia Transamazônica), os índices de desmatamento estão bem altos. É uma região onde a pecuária ainda é uma atividade lucrativa, mas que, aos poucos, está cedendo para o cultivo da soja, em especial na região do planalto de Santarém.

Tabela 6: Taxas de desmatamento nos municípios de abrangência dos subprojetos apoiados pelos editais do Fundo Dema.

Município	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Altamira	250	229	297	294	308	409	224	430	575	798	765	626
Aveiro	35	16	14	30	16	13	31	21	45	35	56	53
Brasil Novo	39	9	32	9	11	7	28	19	26	27	20	9
Cachoeira do Piriá	24	3	5	11	13	9	21	19	22	27	15	11
Cametá	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0
Capitão Poço	9	1	1	1	1	1	2	1	2	1	2	2

68. O ano de 2012 foi de menor desmatamento da análise histórica do Prodes/Inpe, apresentando 4.571 km².



Concórdia do Párra	1	1	1	0	0	0	3	0	0	1	0	0
Gurupá	1	3	1	2	0	1	2	3	5	4	2	2
Irituia	5	0	1	0	2	2	1	0	0	1	1	0
Itaituba	89	95	188	100	90	130	80	96	169	273	356	348
Mocajuba	1	0	0	0		0	0	0	0	0	0	
Monte Alegre	11	15	10	15	11	24	31	12	26	33	38	37
Novo Progresso	53	74	164	115	170	141	61	192	201	364	414	262
Óbidos	16	10	15	23	13	10	18	22	35	42	30	32
Oriximiná	12	5	9	9	14	12	11	15	21	24	17	14
Placas	40	80	25	53	89	68	88	90	105	86	141	141
Porto de Moz	19	21	16	22	22	21	15	36	42	32	51	41
Rurópolis	41	41	19	35	31	28	43	50	109	99	170	118
Santa Luzia	4	1	1	1	2	5	4	1	4	6	4	2
Santa Izabel do Pará	0	0	1	0	0	1	2	0		0	1	0
Santa Luzia do Pará	0			1			0	0	0	1		0
Santarém	11	7	6	11	22	7	21	13	19	16	18	55
São Miguel do Guamá	1	1	1	0	2	1	2	1	0	1	1	0
Terra Nova do Norte	5	5	8	4	2	6	4	5	6	2	3	2
Trairão	50	42	43	44	25	41	81	56	112	82	120	114
Urucará	38	52	47	14	53	64	89	82	154	133	140	194
Viseu	4	1	1	3	4	2	11	4	9	9	4	2

Fonte: Plataforma Terra Brasilis/Prodes/Inpe e IBGE, dados atualizados até 2022.
Em laranja: município prioritário no combate ao desmatamento, segundo o MMA.

As áreas de proteção ambiental e terras indígenas (TIs), que estão situadas nessa mesma área de influência, conhecida como “Terra do Meio”, sofrem com processos de invasão, garimpo e exploração de madeira ilegais. Vários dos subprojetos apoiadas pelo Fundo Dema estão inseridos neste contexto. O Fundo Dema atuou sobre este cenário desordenado de uso do solo apoiando organizações comunitárias, além de ser ator ativo expondo o problema junto aos órgãos de fiscalização e o poder público.

4.5. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA OCDE, SALVAGUARDAS DE CANCÚN E CRITÉRIOS TRANSVERSAIS

A seguir, apresenta-se em que medida foram atendidos os critérios de avaliação de projetos propostos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); as Salvaguardas de Cancún, relacionadas ao atendimento de critérios de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa, Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, considerando o papel da conservação do estoque de carbono florestal, manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono florestal (REDD+); e os Critérios Transversais de Redução da Pobreza e Equidade de Gênero que orientam a implantação dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia.



4.5.1. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA OCDE

Evidências	Avaliação
Critério Relevância <p>Os projetos PPP-Ecos na Amazônia e o Fundo Dema são referências no apoio a atividades produtivas comunitárias, aliando conservação da biodiversidade e ocupação e uso racional do solo nas regiões da Amazônia onde atuaram. Realizaram a gestão dos subprojetos/aglutinadas de forma participativa e comprometida com os diversos grupos envolvidos, respeitando seus modos de vida, autonomia, equidade de gênero e cultura. Ademais, alinharam suas ações e atividades com as necessidades dos grupos apoiados e a conservação da Amazônia com o uso de práticas econômicas que mantém a floresta em pé. Tais fatores os posicionam como referências centrais na evidenciação de alternativas econômicas viáveis que se contrapõem à lógica da expansão do desmatamento, especialmente considerando regiões ao longo do Arco do Desmatamento, onde as alterações e impactos são de grande proporção.</p>	Muito relevante
Critério Eficácia <p>Os projetos avaliados geraram, em diferentes regiões da Amazônia, oportunidades relativas ao uso sustentável e produtivo do solo e da floresta. Por meio deles, diversas populações acessaram tecnologias e técnicas para implantação e manejo de SAFs de acordo com as necessidades no contexto regional.</p> <p>Os projetos sob a modalidade aglutinadora destinaram uma quantidade significativa de recursos financeiros para melhorias de infraestruturas produtivas e para compra e substituição de equipamentos, visando aprimorar a qualidade dos produtos beneficiados e gerando agregação de valor e retorno econômico de central importância para as organizações e seus/suas beneficiários/as.</p> <p>Nesse sentido é importante apontar que ultrapassaram em muitas frentes as metas estabelecidas, principalmente no que diz respeito ao fortalecimento das associações nas suas práticas de gestão, à efetivação de capacitações sobre diferentes contextos e necessidades dos/as beneficiários/as) e à recuperação de áreas degradadas e produção. Os projetos ultrapassaram as metas quanto à capacitação de agroextrativistas, indígenas e quilombolas na produção, beneficiamento e comercialização e investiram em técnicas de ATER para atender as demandas dos/as beneficiários/as.</p> <p>O modelo de aglutinadoras, tende a ser mais eficaz nos quesitos mencionados, pois o trabalho é realizado com grupos menores de associados/as, com uma relação muito próxima à entidade executora e com interesses e demandas claramente definidos em termos de melhoria das suas práticas produtivas e relação com o mercado.</p>	Foram eficazes
Critério Eficiência <p>Na modalidade de chamada pública, os projetos conseguiram ser mais eficientes ao atingir um número maior de grupos de interesse nos seus editais e conseguiram ampliar a sua ação em termos de dimensão territorial, com realidades e necessidades distintas de apoio. Sendo assim, conseguiram acumular diversas experiências bem-sucedidas, além de gerar muitas publicações e estudos resumindo experiências e lições aprendidas, aprendizados que podem auxiliar o Fundo Amazônia em futuros apoios. Foi observado que os quatro projetos possuem boa capacidade de gestão de projetos e qualidade da equipe técnica, fatores essenciais para uma boa execução de prazos e metas.</p>	Muito eficientes



Critério Impacto	Geraram impacto
<p>Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável: a capacidade de expansão e consolidação da Cooperacre como modelo de negócios na escala do agroextrativismo no estado do Acre e região é sólida. Tem capacidade de ocupar espaços de grande relevância no cenário socioeconômico regional, evidenciando seu papel na geração de alternativas econômicas, mesmo frente à competição desleal com o modelo do agronegócio.</p> <p>Concretizar: O Reca é referência em desenvolver e adaptar sistemas produtivos consorciados, e orientar famílias de produtores/as rurais a utilizar a diversificação de culturas em pequenos espaços de produção, sem a necessidade de desmatar novas áreas.</p> <p>PPP-Ecos na Amazônia: Alavancou a ampliação de diversas cadeias produtivas de diferentes produtos, como açaí, babaçu, mel, polpas de frutas, palmito, artesanato, entre outras; o acesso à programas de compras institucionais (PNAE, PAA, entre outros); e a organização das iniciativas apoiadas de indígenas, quilombolas, agricultores/as familiares e assentados/as.</p> <p>Fundo Dema: o seu modelo de trabalho vem contribuindo para a constituição de uma extraordinária diversidade de práticas produtivas, em especial voltadas para adoção de novas tecnologias de produção, manejo do solo e controle de pragas com base na agroecologia, e incentivando atividades coletivas e mudanças nos hábitos alimentares das famílias, promovendo a segurança alimentar e nutricional.</p> <p>Outro forte impacto dos quatro projetos avaliados foi dos indivíduos capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis, que contribuíram no acumulado da Componente Produção Sustentável do Fundo Amazônia até 2021 em 25,23% no total e 18,62% de mulheres. No entanto, essa porcentagem não considerou as mulheres capacitadas pelo PPP-Ecos, projeto que promoveu muitas capacitações inclusive com as mulheres, mas que não teve êxito na coleta de dados junto aos subprojetos relacionados a esse indicador.</p> <p>Foram 18.390 indivíduos diretamente beneficiados pelas atividades apoiadas, dos quais 15,17% foram mulheres. No entanto, essa taxa possivelmente seja maior, pois não há este dado do PPP-Ecos.</p> <p>O indicador de áreas recuperadas para fins econômicos agregado dos quatro projetos contribuiu com 30,97% do acumulado até 2021 da Componente Produção Sustentável do Fundo Amazônia. Oportunizou a recuperação ambiental de 4.785 hectares de áreas degradadas com atividades de base agroecológica e SAFs, ampliando a base produtiva para a geração de renda e segurança alimentar; contribuiu com a recuperação de nascentes e de APPs e a segurança hídrica das famílias. A divisão da quantidade de áreas recuperadas pelo número total de beneficiados indica a média de 0,26 hectare recuperado com finalidade econômica e sustentável.</p> <p>Tanto a modalidade aglutinadora quanto a de chamada pública foram capazes de agregar escala em ambientes e realidades de territórios, bem como ter capacidade de replicabilidade numa escala maior de aplicação de recursos.</p>	Geraram impacto



Critério Sustentabilidade

O conceito de bioeconomia se destaca hoje no cenário de soluções para o futuro da conservação da Amazônia e traz, para os quatro projetos, uma possibilidade de consolidação como modelos de negócios sustentáveis, conservação da biodiversidade e crescimento econômico a longo prazo. O trabalho dessas organizações de apoio é fundamental para a proteção e uso sustentável das florestas, auxiliando na criação de oportunidades de acesso a políticas públicas voltadas aos interesses das comunidades em geral, levando em conta as demandas e seus interesses específicos. Considerando seu impacto positivo nos territórios de atuação e sua eficácia no atendimento das maiorias das metas, gerando renda para uma grande população, os projetos se mostraram consolidados em suas áreas de atuação. A continuidade dos resultados das atividades desenvolvidas no território se firmou ao longo dos anos após o término do projeto ⁶⁹ , consolidando sua pertinência e atestando sua sustentabilidade ao longo do tempo. Tal diferencial se comprovou na assinatura de novos projetos em parceria com o Fundo Amazônia por parte dos projetos sob a modalidade de chamada pública.	Têm sustentabilidade
--	----------------------

4.5.2. SALVAGUARDAS DE REDD+

Critérios	Avaliação	Interpretação
Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes.	Sim	<p>Os projetos apoiados se alinham ao eixo “Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis”, um do eixos do PPCDAm. Estão em alinhamento também com o Objetivo 7 da fase 2016-2020 do PPCDAm (“Promover o Manejo Florestal Sustentável”)⁷⁰, devido a seus efeitos diretos e indiretos e às atividades dos projetos avaliados, especialmente no que se refere à: i. valorização dos serviços ambientais para produtos da sociobiodiversidade; ii. apoio à projetos de inclusão produtiva sustentável para povos indígenas, povos e comunidades tradicionais extrativistas; iii. disseminação de materiais de recomendações de boas práticas de manejo de espécies nativas da sociobiodiversidade; iv. fortalecimento de atividades extrativistas; e v. fortalecimento da gestão de empreendimentos comunitários.</p> <p>A quarta fase de 2016-2020, do PPCDAm não prevê linhas de atuação específicas relacionadas a SAFs, mas o tema se alinha com outras normativas nacionais, como o Código Florestal e o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg), que preveem a implantação de SAFs como forma de recomposição de Reserva Legal no contexto da agricultura familiar (Lei nº 12.651/2012, art. 66, § 3º), destacando suas contribuições para a segurança alimentar e outros benefícios sociais e econômicos.</p> <p>Os projetos se relacionam diretamente com a Convenção sobre Diversidade Biológica e suas Metas de Aichi, em especial com a meta 7 (“Até 2020, áreas sob agricultura, aquicultura e exploração florestal serão manejadas de forma sustentável, assegurando a conservação de biodiversidade”), com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, em especial os objetivos: 1. “Erradicação da Pobreza”; 2. “Fome e Agricultura Sustentável”; 10. “Redução das desigualdades”; e 13 “Ação contra a mudança global do clima”.</p>

69. Informações disponíveis nos relatórios individuais dos projetos, disponíveis no Apêndice I.

70. Este objetivo se divide em “produção de madeira por meio do Manejo Florestal Sustentável” e “fortalecimento da cadeia produtiva da sociobiodiversidade”.



Estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania e a legislação nacionais.	N/A	Os projetos contemplados nesta avaliação não apresentaram contribuições diretas e específicas a estruturas de governança a nível nacional ou relativas explicitamente ao fortalecimento da gestão florestal e territorial. Ações de articulação entre diferentes agentes sociais se deram de maneira indireta (por exemplo, por meio das organizações de apoio no caso do PPP-Ecos na Amazônia e do Fundo Dema e da atuação social e políticas, assim como na contribuição do projeto para a aprovação da Lei 03/2015 do município de Peritoró/MA, que regulamenta o livre acesso aos babaçuais).
Respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, circunstâncias e leis nacionais e observando que a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas	Sim	<p>Não houve entre os projetos avaliados foco exclusivo em povos indígenas, contudo o Fundo Dema e o PPP-Ecos na Amazônia apoiaram comunidades indígenas. Em ambos os projetos, segue-se o rito dos processos previstos de consulta à anuência das comunidades. Os subprojetos contaram com apoios em diferentes linhas, contando, inclusive, com apoio para redação e publicação de protocolos de consulta, visando orientar e defender seus territórios.</p> <p>O PPP-Ecos tem, em seu Conselho Gestor Nacional (CGN)⁷¹, membros da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e, por meio dos editais, aprovou 11 projetos com comunidades indígenas e muitos outros com comunidades quilombolas.</p> <p>O Fundo Dema também conta com membros de organizações de representação de povos indígenas e quilombolas em seu Conselho Gestor e realizou uma chamada específica para comunidades indígenas, contemplando quatro projetos nessa categoria, e duas chamadas para quilombolas, que aprovou dez projetos. Por meio do apoio a outros fundos que mantém, o Fundo Dema apoiou o Fundo Quilombola Mizizi Dudu e a Articulação Indígena.</p>
Participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais, nas ações referidas nos parágrafos 70 e 72 da Decisão 1/CP 16.	Sim	<p>Os projetos Fundo Dema e PPP-Ecos na Amazônia dispõem de mecanismos de participação voltados para diferentes públicos que são apoiados. O PPP-Ecos tem, no CGN, membros da Apib, do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e da Articulação do Semiárido (ASA). O Fundo Dema também conta com membros de organizações de representação de povos indígenas e quilombolas em seu Conselho Gestor.</p> <p>As executoras Reca e a Cooperacre, mesmo que não trabalhem com populações indígenas, atuam em territórios de assentados/as e extrativistas, respectivamente. Elas apresentam organização baseada no modelo cooperativo e associativo, com mecanismos de controle e gestão de base comunitária que contam com a participação dos beneficiários/as do projeto. Essas estruturas participativas incluem organizações menores (aglutinadas), que fazem parte do projeto. Assim, pode-se dizer que houve participação social em diferentes esferas e escalas do projeto.</p>

⁷¹. O Comitê Gestor Nacional (CGN) do PPP-Ecos é uma entidade deliberativa e de caráter técnico que visa orientar ações do fundo de forma a agregar aderência e representatividade às suas ações. Ele é composto por representantes de órgãos governamentais, organismos internacionais, organizações da sociedade civil e da academia. Para mais informações, acesse: <https://ispn.org.br/ppp-ecos-promocao-de-paisagens-produtivas-ecossociais/>.



Ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações referidas no parágrafo 70 da Decisão 1/CP 16 não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos e para melhorar outros benefícios sociais e ambientais.	Sim	Todos os projetos tiveram como foco, por diferentes vias, a promoção da sustentabilidade no uso de recursos naturais, recuperação de áreas degradadas para fins econômicos, por meio de SAFs, e a manutenção das florestas em pé. O projeto Concretizar apresentou um bom modelo de acompanhamento dos SAFs implantados pelo projeto, chegando a designar o número de indivíduos de diferentes espécies por produtor/a. Para outros projetos, não houve um monitoramento consistente da manutenção e evolução dos SAFs implantados. No caso do Fortalecendo a Economia de Base Florestal, houve abandono de 90% dos SAFs implantados, enquanto no Fundo Dema e PPP-Ecos na Amazônia não houve um controle consistente dos SAFs e quintais implantados, não permitindo um acompanhamento individualizado. Nenhuma das ações dos projetos envolveu a conversão de florestas naturais. Não houve ações diretas de ampliação ou consolidação de áreas protegidas, mas incidência dos projetos em áreas protegidas (UCs de uso sustentável e TIs) já existentes.
Ações para tratar os riscos de reversões em resultados de REDD+.	Parcialmente	As regiões afetadas sofrem pressão de desmatamento, estimulado pela expansão da pecuária extensiva, extração madeireira e exploração fundiária. Os projetos não adotaram metodologias para tratar reversões relativas às áreas de SAFs implantadas, ou mesmo das áreas sob manejo sustentável. Contudo, há parcerias instauradas em outros âmbitos, como a parceria do Reca com a Natura, com o Projeto Carbono, que se configura como um exemplo interessante para monitoramento de uma parcela das áreas degradadas, auxiliando no cálculo das emissões evitadas possibilitadas pelo projeto e remunerando unidades produtivas que tenham revertido o desmatamento em suas propriedades. O ISPNA, no âmbito do projeto PPP-Ecos na Amazônia, realizou o estudo “Estimativa de emissões evitadas e remoções de dióxido de carbono (CO2) em projetos apoiados pelo PPP-Ecos no Arco do Desmatamento”, mas não o publicou, uma vez que considerou ser destinado a públicos muito específicos.
Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas.	N/A	Não aplicável.

4.5.3. CRITÉRIOS TRANSVERSAIS

Os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia que fazem parte desta avaliação contribuíram efetivamente para a redução da pobreza em regiões com alta pressão de desmatamento e alcançaram públicos vulneráveis e carentes, assim como grupos de mulheres. Os projetos capacitaram mais de 11 mil pessoas, oportunizaram o acesso e a troca de informação, estimularam a valorização do conhecimento tradicional, entre outros benefícios gerados a médio e longo prazo. Três dos quatro projetos contribuíram para equidade de gênero, apesar de não terem sido previstas estratégias específicas para este fim e não tiver sido uma condição por parte do Fundo Amazônia desde início



do projeto. Os projetos apresentaram sensibilidade e buscaram se adaptar às demandas do Fundo Amazônia e das mulheres beneficiárias e suas organizações.

A seguir, encontra-se um detalhamento sobre cada critério transversais. Mais informações sobre as análises efetuadas para esta avaliação se encontram no estudo complementar “Estudo complementar sobre Redução da Pobreza e Equidade de Gênero”, presente no Anexo I.

Critério Redução da Pobreza	Avaliação
<ul style="list-style-type: none">- Os projetos foram eficientes no fortalecimento das organizações comunitárias, uma vez que, além das implementadoras dos projetos, as mais de 200 organizações executoras dos subprojetos saíram fortalecidas, com melhor gestão e desempenho em suas cadeias produtivas. Essas organizações avançaram em termos técnicos, de articulação local e regional, conquistando mais empoderamento, autonomia e acesso a outros meios de financiamento. O PPP-Ecos na Amazônia e Fundo Dema permitiram que pequenas organizações promovesssem mudanças nas famílias e comunidades, mesmo passando por situações de preconceito por parte de instituições bancárias e do comércio local.- Mais de 7.400 pessoas estão aplicando os conhecimentos adquiridos na prática de atividades econômicas sustentáveis. Os quatro projetos contribuíram com a capacitação na ordem de 34,11% quando comparados ao acumulado de pessoas capacitadas até 2021 por todos os projetos da Componente Produção Sustentável do Fundo Amazônia. Esse indicador reforça o papel dos projetos na disseminação de informação qualificada e relevante ao público beneficiário, extrapolando as fronteiras dos territórios, a exemplo das publicações técnicas do PPP-Ecos. Houve forte contribuição da ATER oportunizada aos/as beneficiários/as pelos quatro projetos.- Os indicadores “receita obtida com a comercialização de produtos in natura” e “receita obtida com a comercialização de produtos beneficiados” não possibilitaram uma análise segura dos resultados (dois projetos não apresentaram essas informações).- De acordo com metodologia para avaliação do potencial de distribuição de benefícios para a redução da pobreza⁷², que considera os indicadores de impacto sobre o aumento da renda para refletir a inclusão dos/as beneficiários/as em economias de mercado, todos os projetos foram efetivos na geração de renda e distribuição de benefícios. Considerando os parâmetros estipulados nessa metodologia, o PPP-Ecos e Fundo Dema atingiram 87,5% de efetividade e os projetos da Cooperacre e Reca atingiram 100%. As cooperativas possuem forte viés mercadológico e têm operado em maior escala, buscando garantir a produção e a melhoria da qualidade dos produtos para conquistar e se manter no mercado nacional e internacional. Por outro lado, ISPNE e Fase buscaram estabelecer canais de comercialização locais, por meio das compras institucionais (PNAE e PAA), feiras locais e temáticas. Os projetos se mostraram eficientes no alcance de mercados, gerando uma renda média por família ao ano, ao longo da duração do projeto, de R\$1.850,00 a R\$2.400,00, obtida com as atividades produtivas sustentáveis apoiadas pelos projetos. Essa estimativa é bastante variável a depender da sazonalidade, do produto e do volume da produção.- Devido a intervenção com SAFs e sistemas produtivos sustentáveis, os projetos proporcionaram segurança alimentar, com destaque ao período da pandemia da Covid-19.- Houve fortalecimento das organizações comunitárias de povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, agricultores/as familiares, quilombolas e de mulheres.	Atende

72. Metodologia proposta em: VIERGEVER, Marcel; SANTOS, Priscila. Relatório de Meio Termo de Efetividade do Fundo Amazônia : Estudo de Distribuição de Benefícios do Fundo Amazônia. Brasília: Fundo Amazônia/BNDES; GIZ, 2019. Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/5.avaliacoes-externas/FA-Relatorio-Distribuicao-de-Beneficios.pdf>.



Critério Equidade de Gênero	Avaliação
<p>- Os indicadores relacionados às mulheres (capacitação e benefícios) podem estar subestimados porque o PPP-Ecos na Amazônia não teve êxito junto à coleta de dados com as beneficiárias. Cerca de 1.390 mulheres foram capacitadas para a prática de atividades econômicas sustentáveis pelos quatro projetos, correspondendo a 18,62% em relação ao acumulado até 2021 pelo Fundo Amazônia; e 2.791 mulheres foram beneficiadas (desse total, 46% pelo Fundo Dema), correspondendo a 5,83% do total acumulado até 2021 pela Componente 1) Atividades Produtivas Sustentáveis do Fundo Amazônia.</p> <p>- Apesar de não haver uma estratégia ou planejamento definidos previamente para subsidiar a integração das mulheres, beneficiá-las e empoderá-las, os projetos realizaram boas práticas voltadas à equidade de gênero. Agrupados, os projetos realizaram 50% das boas práticas indicadas pela GIZ⁷³. Não houve diferença substancial entre o PPP-Ecos (61,5%), o Concretizar (61,5%) e o Fundo Dema (53,85%).</p> <p>- Todos os projetos mencionaram planejamentos de atividades abrangentes, considerando necessidades e interesses da família como um todo, incluindo as da mulher, mas não há informações se o planejamento ajudou no alcance das mulheres para garantir ou melhorar a participação nas atividades dos projetos.</p> <p>- O apoio a implantação de SAFs, hortas agroecológicas, quintais agroecológicos, entre outros métodos produtivos sustentáveis, incluindo a coleta de sementes e a produção de mudas, beneficiaram as mulheres, pois são realizadas em locais onde a mulher mais atua e, dessa forma, favorece a sua participação das atividades.</p> <p>- A ATER diferenciada foi realizada por todos os projetos. Foram estabelecidas equipes de ATER com membros de ambos os gêneros, ou mesmo jovens das comunidades para maior aceitação diretamente para a mulher. Trata-se de uma mudança pequena que não requer aporte de recursos financeiros específicos.</p>	Em parte

73. Confira o Estudo de Igualdade entre Homens e Mulheres em Projetos de Atividades Produtivas Sustentáveis Apoiados pelo Fundo Amazônia de 2019. Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/galleries/documentos/biblioteca/GIZ-Estudo-genero.pdf>.



5. CONCLUSÕES E LIÇÕES APRENDIDAS

A seguir, são apresentadas as conclusões e lições aprendidas a partir desta avaliação de projetos de atividades produtivas sustentáveis que receberam apoio do Fundo Amazônia.

- Os quatro projetos avaliados responderam de maneira positiva às **diversidades** de grupos sociais, organizações e dinâmicas de uso do solo, criando soluções e respostas eficientes e eficazes, em especial ao considerar o fortalecimento da produção agroextrativista e a implantação de sistemas agroflorestais (SAFs) em consórcios variados. Vale reiterar alguns arranjos produtivos locais (APLs) estruturantes que foram fortalecidos, como o babaçu, no Maranhão, o açaí, no Pará (principalmente), a borracha, no Acre, e castanha-da-Amazônia e polpas de frutas, em diferentes localidades.
- Os projetos foram além da consolidação de suas cadeias produtivas prioritárias ao contemplar ações e atividades que dinamizaram outras **atividades geradoras de renda**, como apicultura, meliponicultura, produção de artesanato à base de fibras vegetais, piscicultura e produção de biojóias, entre outros.
- Os subprojetos apoiados pelo *Fundo Dema e PPP-Ecos na Amazônia* atenderam questões que foram além de atividades produtivas sustentáveis (APS), promovendo educação, capacitação e estruturação de casas rurais, entre outros benefícios, contribuindo, assim, para o **desenvolvimento local**, como um todo.
- As organizações executoras dos quatro projetos contam com membros/as de **comunidades rurais e tradicionais em seus conselhos e/ou direções**, o que permite uma atuação mais assertiva frente às necessidades reais dos grupos apoiados e, logo, da execução dos projetos.
- O desenho dos projetos da modalidade de chamada pública (*Fundo Dema e PPP-Ecos na Amazônia*) foi fundamental para **contemplar as pequenas organizações** que, devido ao volume de aporte, recursos próprios e capacidade gerencial, não teriam acesso aos recursos do Fundo Amazônia de outra forma.
- A **estruturação e o fortalecimento das cadeias** de valor apoiadas levaram ao aumento de produção e produtividade, gerando renda nos territórios e, assim, a fixação (ou o **empoderamento**) das **populações rurais** e tradicionais nos territórios, o que leva a uma potencial diminuição da pressão do desmatamento, contribuindo para o objetivo geral do Fundo Amazônia.
- As instituições avaliadas foram capazes de gerir seus projetos e causar impacto com diferentes níveis de incidência. Tanto a **modalidade aglutinadora como a de chamada pública mostraram ter um papel fundamental** na expansão e fortalecimento de APS na Amazônia e na consolidação de alternativas econômicas viáveis. O apoio a projetos de ambas as modalidades é fundamental por contemplarem grupos distintos e fortalecerem a bioeconomia da sociobiodiversidade de maneira ampla⁷⁴.

74. As modalidades aglutinadora e de chamada pública, conforme explorado, têm lógicas de intervenção distintas. As aglutinadoras causaram grande impacto a um nível localizado, estruturando as cadeias para acesso a novos mercados, a nível nacional e internacional (vale lembrar que a Cooperacre é a maior produtora de castanha do país). Por outro lado, os projetos que promoveram chamadas públicas apoiaram centenas de pequenas organizações para estruturação e melhoria das condições de trabalho, obtendo resultados com grande abrangência territorial.



- As atividades desenvolvidas para fortalecer as cadeias produtivas (investimentos em tecnologia produtiva, desenvolvimento de novos produtos e embalagens, sistemas de gestão e controle, pesquisas de acesso a novos mercados e incentivo a certificações orgânicas) proporcionaram **maior autonomia** produtiva e comercial, diminuindo a dependência de atravessadores em diversas situações⁷⁵.
- Os projetos apoiaram associações, cooperativas e outros grupos sociais menos estruturados, cujas ações no território possuem um **papel social transformador**.
- As organizações sob a modalidade aglutinadora forneciam acompanhamentos e formações junto aos seus/suas associados/as, que se qualificaram e aprofundaram com os investimentos do Fundo Amazônia. Assim, potencializaram a **disseminação de conhecimento, aprendizagem e capacitação**.
- Apesar dos esforços dos projetos, devido à ordem de grandeza das taxas de desmatamento, a **recuperação de áreas degradadas** precisaria ser mais abrangente para gerar impacto frente ao avanço do desmatamento.
- Os projetos promoveram a **estruturação dos territórios** apoiados atendendo aos critérios de regularização ambiental e fundiária das organizações aglutinadoras (Reca e Cooperacre) e apoiando Terras Indígenas (TIs) e quilombolas (Fase e ISPN).
- Devido aos resultados alcançados e capilaridade, o Fundo Amazônia forneceu **novo apoio** ao Fundo Dema e ao PPP-Ecos na Amazônia, com valores maiores.
- Por mais que as diversas atividades desenvolvidas pelos projetos da modalidade de chamada pública tenham, efetivamente, promovido a melhor estruturação das iniciativas apoiadas e fortalecido as diferentes cadeias de valor em um vasto território, é possível dizer que o **alcance a mercados de maior valor foi limitado**.
- Foi possível observar que a atratividade das atividades produtivas para as comunidades está associada a **questões econômicas e à renda monetária**, contudo outros fatores relacionados à melhoria da qualidade de vida, segurança alimentar e territorial e valorização cultural também são relevantes.

75. Um caso interessante é o do babaçu, que conta com uma enorme gama de produtos, como o "café" de babaçu, bolos, biscoitos, farinha de mesocarpo, casca para carvão, óleos (para fins alimentícios e cosméticos).



6. RECOMENDAÇÕES

Neste capítulo, serão apresentadas as recomendações para as organizações executoras dos projetos avaliados, agentes públicos, Fundo Amazônia/BNDES e doadores. Estas recomendações são de caráter sugestivo, não existindo, portanto, obrigação dos agentes envolvidos de implementá-las.

#	Recomendações	Executores	Agentes Públicos	FA/BNDES	Doadores
1	Para tornar o Fundo Amazônia uma política de Estado, desenvolver estruturas de governança que garantam sua institucionalização e continuidade evitando incidências de descontinuidade de repasses e investimentos.		x		
2	Criar mecanismos relativos à descontinuidade dos projetos (<i>phase out</i>), para que não sejam interrompidos de forma abrupta, melhorando a sustentabilidade de seus impactos.			x	x
3	Criação de salvaguardas técnicas para assegurar continuidade da implantação de sistemas agroflorestais (SAFs) – assistência técnica e extensão rural (ATER) e consórcios, entre outros –, para que não fiquem enfraquecidos ou revertidos após o término do projeto.	x			
4	Criação de indicadores e metas sobre estabelecimento de parcerias técnicas-científicas para o fortalecimento das cadeias produtivas (produção, comercialização etc.).	x		x	x
5	Expansão de mecanismos de repasse de recursos REDD+ para fortalecer iniciativas, parcerias e programas que mantém a floresta em pé e sua atratividade (pagamento por serviços ambientais – PSA).		x	x	x
6	Expandir o apoio a pequenos projetos de APS na Amazônia, em especial em regiões críticas (hotspots de desmatamento) e regiões empobrecidas, para fortalecimento territorial e de comunidades tradicionais.			x	
7	Criar projetos que mesclam as modalidades aglutinadora e de chamada pública, permitindo a estruturação de linhas de ação nacionais de grande impacto e que permitam uma capilaridade ao Fundo Amazônia e apoio às organizações com diferentes linhas de atuação.			x	x



8	Realizar regularmente fóruns de discussão, visitas técnicas e incentivar o intercâmbio entre os projetos, objetivando a difusão de tecnologias sociais, práticas e resultados.	x		x	
9	Estruturação de câmara técnico-científica orientada à geração de estudos estratégicos (impacto dos projetos nos territórios, avaliação contínua e temática, geração de renda, socioeconômico, gênero e juventude, entre outros).		x	x	
10	Estimular projetos produtivos agroextrativistas que sejam referências regionais, assim como escolas familiares rurais que possam ser polos irradiadores do conhecimento.	x		x	x
11	Fortalecer ferramentas e campanhas de comunicação, visando a maior visibilidade da divulgação dos projetos em relação à agenda de conservação e ao uso sustentável da floresta, comunicando melhor seu papel local e regionalmente.			x	
12	Incorporação de estratégias específicas de gênero e juventude no desenho e na implantação dos projetos, como mapeamento das cadeias sensíveis a gênero, criação de grupos de trabalho (GTs) de mulheres e jovens, contratação de técnicas mulheres, garantir a representação equitativa de homens e mulheres na gestão do projeto, entre outros.	x	x	x	
13	Realizar um trabalho de sensibilização junto aos órgãos ambientais para o atendimento de requerimentos legais em especial a liberação dos Planos de Recuperação de Áreas Degradadas (Prad) e registros de Cadastro Ambiental Rural (CAR), para não prejudicar o cronograma de execução dos projetos ⁷⁶ .	x	x		
14	Apoiar projetos que envolvem economia circular ⁷⁷ , pois podem gerar inovações, soluções e novos produtos a partir do uso dos resíduos da produção.	x		x	
15	Uniformizar atividades e produtos dentro dos quadros lógicos dos projetos e entre eles, de forma a facilitar a sistematização agregada dos impactos.	x		x	

76. O Programa de Regularização Ambiental (PRA) e o Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e/ou Alteradas (Prad) são um conjunto de ações ou iniciativas a serem desenvolvidas por proprietários e posseiros rurais com o objetivo de adequar e promover a regularização ambiental com vistas ao cumprimento do disposto no Capítulo XIII da Lei no 12.651, de 2012, sendo que a inscrição do imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR) é condição obrigatória para a adesão ao PRA. Confira em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm.

77. A economia circular é um conceito que associa desenvolvimento econômico ao melhor uso de recursos naturais, que utiliza-se de modelos de negócios inovadores e da otimização de processos de fabricação com menor dependência de matéria-prima, priorizando materiais mais duráveis, recicláveis e renováveis.



APÊNDICE I – AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DOS PROJETOS

A. PROJETO CONCRETIZAR

FICHA DO PROJETO

Título do projeto:	Concretizar
Entidade responsável:	Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (Reca)
Período do projeto:	1º trimestre de 2015 a 4º trimestre de 2020
Abrangência territorial:	Ponta do Abunã – Porto Velho (RO) e Acrelândia (AC)
Beneficiários:	Famílias de agroextrativistas associadas ao Reca e às associações beneficiárias das usinas de beneficiamento de polpas e de processamento de óleos.
Objetivo:	Fortalecer a cadeia produtiva do cupuaçu, do açaí, de óleos vegetais e de pupunha, por meio de sistemas agroflorestais (SAFs), da ampliação e modernização de unidades de beneficiamento e da reestruturação do galpão de armazenamento de castanhas e sementes.
Enquadramento no Fundo Amazônia via:	Chamada Pública de Projetos Produtivos Sustentáveis do Fundo Amazônia (2012)
Categoria Fundiária	Assentamentos
Componente:	Produção Sustentável
Valor total do projeto:	R\$ 7.126.393,21
Valor do apoio do Fundo Amazônia:	R\$ 6.422.748,00

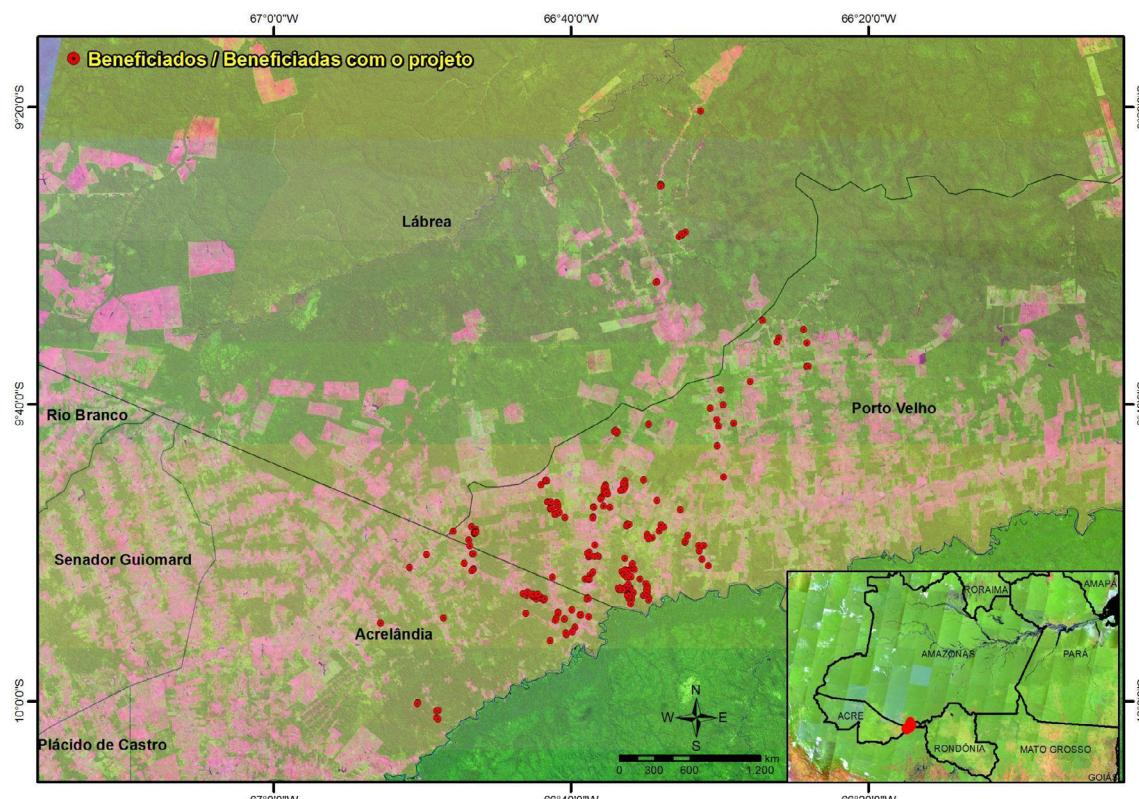
Fonte: Ficha elaborada com base nas informações do site do Fundo Amazônia/BNDES.

1. RESUMO DO PROJETO

O projeto *Concretizar*, desenvolvido pelo Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (Reca), apoiou, na região da Ponta do Abunã, o fortalecimento de diferentes cadeias produtivas da biodiversidade (principalmente cupuaçu, açaí, andiroba, palmito e sementes de pupunha), por meio de sistemas agroflorestais (SAFs) (Figura I). Os/as beneficiários/as diretos/as do projeto foram agricultores/as familiares que ocupam, há décadas, glebas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na região. As atividades desenvolvidas foram: (a) implantação de SAFs; (b) acompanhamento técnico e extensão rural (ATER), realização de eventos de intercâmbio para capacitação em SAFs e gestão de projetos; (c) modernização das unidades de beneficiamento de polpas de frutas e óleos vegetais e do galpão de armazenamento (houve um adendo contratual para implantação de sistema de prevenção e combate a incêndios); e (d) construção das sedes da Associação da Baixa Verde (ABV) e da Associação dos Produtores Rurais do Município de Acrelândia (Aspromacre).



Figura I: Localização dos beneficiários/as apoiados/as pelo projeto Concretizar (AC e RO).



Fonte: Elaboração própria, a partir do software QGIS Desktop versão 3.22.8.

Estrutura de Governança

A estrutura de governança do Reca, entidade responsável pelo projeto *Concretizar*, é composta por uma associação de trabalhadores/as rurais agroextrativistas que concentra mais de 300 famílias na região da Ponta do Abunã. O Reca também possui a figura jurídica de cooperativa – Cooper-Reca – para comercializar a produção. A Cooper-Reca está dividida em dez grupos de cooperados organizados por proximidade territorial, que mantêm estrutura organizativa própria, mas interdependente, cujos membros participam das decisões colegiadas da associação e da cooperativa. Esses grupos são formados/as por associados/as e cooperados/as da Associação Reca, ABV, Aspromacre e Cooper-Reca, e se denominam: i. Pioneiros I, ii. Pioneiros II, iii. Pioneiros III, iv. Baixa Verde, v. Cascalho, vi. BR, vii. Linha 05, viii. Linha 06, ix. Linha 12 e x. Eletrônica⁷⁸.

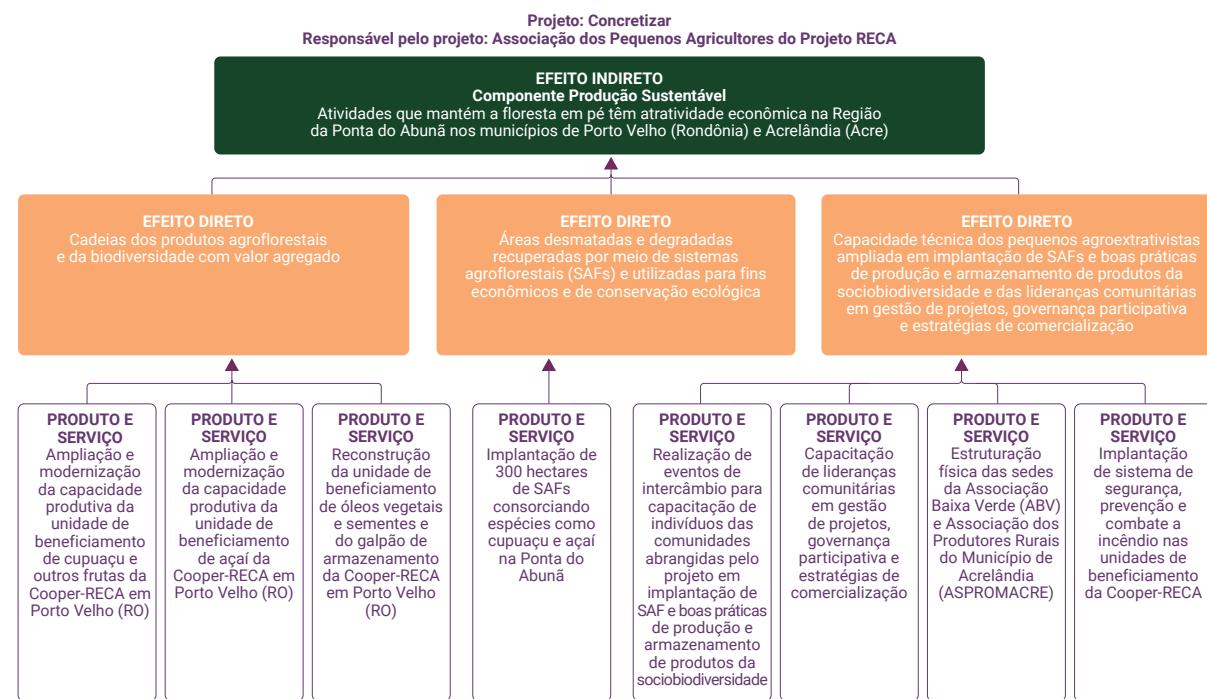
2. LÓGICA DE INTERVENÇÃO

De acordo com os procedimentos vigentes no Fundo Amazônia durante a implantação do projeto, foi acordado um Quadro Lógico para o projeto *Concretizar* alinhado com a estrutura do Quadro Lógico do Fundo Amazônia (Figura II).

78. Ao longo do projeto, o grupo Eletrônica passou a contar com menos de sete participantes, contudo, o estatuto do Reca estabelece um número mínimo de dez participantes. Dessa forma, o grupo terá que se desintegrar e os/as participantes deverão ingressar em outros grupos.



Figura II: Quadro Lógico do projeto Concretizar acordado junto ao Fundo Amazônia



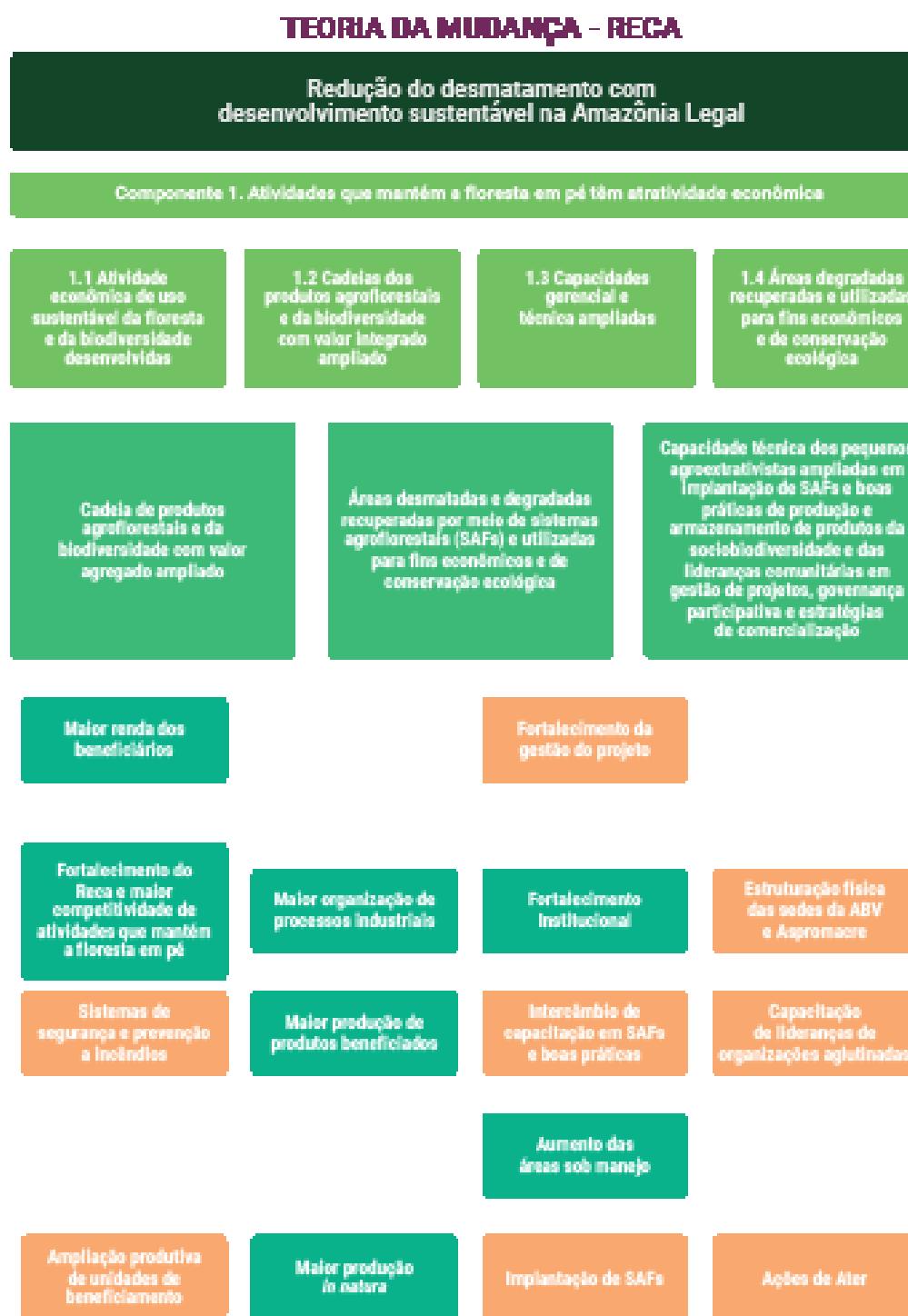
Fonte: Fundo Amazônia.

3. TEORIA DA MUDANÇA

O quadro esquemático representativo da teoria da mudança do projeto *Concretizar* foi construído considerando os objetivos específicos do Fundo Amazônia e os efeitos indiretos dos projetos. Além desses conceitos-chave, foram agregados elementos, resultados e impactos considerados fundamentais na análise e compreensão do projeto. A representação gráfica associa os principais resultados do projeto e os efeitos a nível de impactos (ou efeitos indiretos) da Componente 1 (Atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica) e, em um âmbito superior, dos objetivos gerais do Fundo Amazônia (Figura III).



Figura III: Representação esquemática da Teoria da Mudança do projeto Concretizar



Fonte: Elaboração própria



4. METODOLOGIA ESPECÍFICA

Foram seguidos os passos metodológicos gerais definidos para esta avaliação, que englobaram as etapas de entrevistas exploratórias, análise de dados secundários e relatórios dos projetos, missão de campo focada na visita ao projeto, assim como entrevistas com gestores/as, técnicos/as e beneficiários/as do projeto e uma oficina participativa de avaliação de resultados.

4.1 OFICINA PARTICIPATIVA DE AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

A Oficina Participativa de Avaliação de Resultados contou com a presença de gestores/as, funcionários/as, associados/as e beneficiários/as do projeto *Concretizar*. Reunindo 17 participantes de diferentes grupos apoiados pelo projeto, foi realizada no auditório do Reca no dia 24 de janeiro de 2023.

Inicialmente, foi feita uma apresentação sobre a lógica da oficina e, na sequência, os/as participantes foram divididos/as aleatoriamente em três grupos de trabalho. A proposição dos temas foi feita previamente pela equipe de avaliação. Cada grupo aplicou a matriz FOFA, que considera as fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças observadas durante a execução do projeto. A divisão temática proposta se deu conforme descrito a seguir:

- **Grupo 1: RECA presente e RECA futuro: onde estamos e para onde queremos ir?**
Estimular a discussão e reflexão sobre a situação do projeto após a aplicação dos recursos do Fundo Amazônia e perspectivas futuras para os próximos anos.
- **Grupo 2: Sistemas Agroflorestais: somos agrossilvicultores/as!**
Estimular a discussão sobre os resultados e efeitos no processo produtivo, comercialização e aprendizados dos/as associados/as.
- **Grupo 3: Trabalhando em parceria: Cooperativa e Associações**
Medir os níveis de relacionamento, sinergia e convivência da Cooper-Reca e das diferentes associações apoiadas durante o projeto.

Com a aplicação da matriz FOFA, foi possível fazer uma leitura das especificidades da evolução histórica da execução do projeto e conhecer os principais desafios e aprendizados identificados pela aglutinadora (Reca) e pelas aglutinadas (ABV, Aspromacre e Cooper-Reca), de grande valia para a composição de recomendações a futuros apoios do Fundo Amazônia. Os resultados estão refletidos no capítulo 4 do relatório principal desta avaliação.

Os participantes reconheceram, como fortalezas do Reca, ele ser um grande produtor de produtos *in natura* e beneficiados e promotor de desenvolvimento sustentável, por meio da certificação orgânica, implantação de SAFs e capacitação de associados/as. Dentre as fraquezas, foram identificadas demandas por mais assistência técnica, criação de



postos de trabalhos mais atrativos para os jovens da região e maior investimento em capacitações para os jovens. Há dificuldades relativas ao isolamento geográfico do Reca e à decorrente falta de infraestrutura viária para o transporte de produtos, à falta de apoio para irrigação dos SAFs de associados/as e à dificuldade de acesso a mercados orgânicos estruturados, que valorizem produtos da sociobiodiversidade.

Entre as oportunidades, os grupos participantes da Oficina destacaram o desenvolvimento de novos produtos, com a divulgação do Reca em feiras diversas, o acesso a novos programas do governo e a divulgação em redes sociais. A identificação de novas linhas de crédito, o fortalecimento de novas cadeias, os selos de identificação geográfica e a expansão da produção de parcerias também foram oportunidades identificadas que já estão sendo desenvolvidas. As ameaças externas identificadas são o aumento da incidência de doenças e pragas, como a monilíase, a atratividade de outras atividades produtivas (soja e pecuária), os baixos salários existentes no campo, o enfraquecimento das políticas públicas e as alterações climáticas, que têm tornado as safras mais incertas e difíceis de prever.

5. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Efeito Indireto: *Atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica na região da Ponta do Abunã nos municípios de Porto Velho (Rondônia) e Acrelândia (Acre).*

Indicador: *Desmatamento anual nos municípios da região da Ponta do Abunã nos municípios de Porto Velho (Rondônia) e Acrelândia (Acre).*

Na Tabela I e na Figura IV é apresentada a evolução anual do desmatamento entre 2014 e 2022, segundo aferição do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes), consolidando o total acumulado nos municípios alvo do projeto, Porto Velho (RO) e Acrelândia (AC). Mesmo sendo um relevante efeito indireto do projeto, esses dados não constavam na planilha de monitoramento do BNDES, foram adicionados à avaliação para fins de comparação. Dada a extensão do território⁷⁹ e a atuação localizada do projeto *Concretizar*, não é factível avaliar sua atuação sobre a taxa de desmatamento dos municípios. Contudo, a análise é importante para contextualização territorial no momento da condução do projeto.

Tabela I: Evolução do desmatamento (em km²) nos municípios de atuação do projeto *Concretizar* - Porto velho (RO) e Acrelândia (AC).

	Área (km ²)	Total desmatado (km ²)	(%)	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Porto Velho (RO)	34,090	4,833.14	14.2%	223	285	305	347	378	413	450	619	551
Acrelândia (AC)	1,812	252.07	13.9%	19	15	24	6	22	20	13	38	19

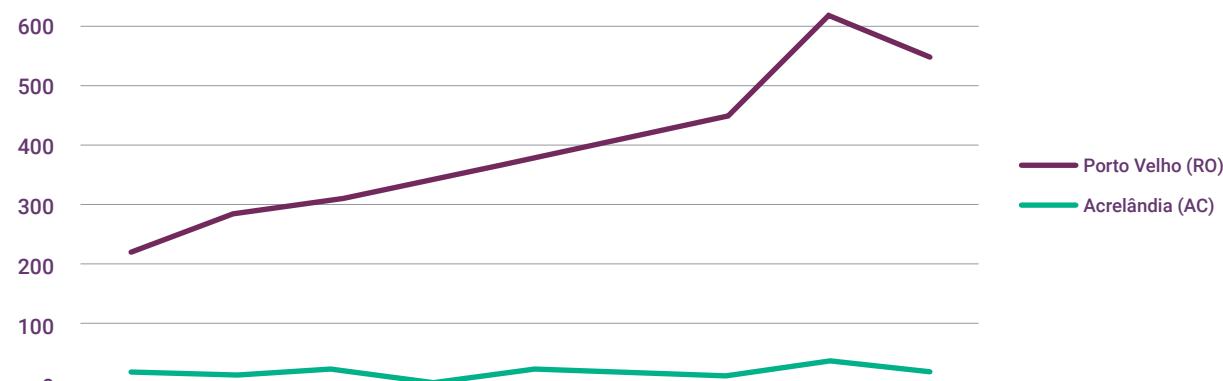
Fonte: Terra Brasilis/Prodes (Desmatamento)/Inpe, 2023.⁸⁰

79. Em particular do município de Porto Velho, que está entre os maiores municípios do país.

80. Dados disponíveis em: http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/increments



Figura IV: Gráfico da evolução do desmatamento nos municípios de atuação do projeto Concretizar, Porto velho (RO) e Acrelândia (AC)



Fonte: Terra Brasilis/Prodes (Desmatamento)/Inpe, 2023.⁸¹.

Porto Velho (RO), devido à sua extensão territorial, é o terceiro município com as maiores taxas de desmatamento no Brasil em 2022, representando, sozinho, 4,5% do total desmatado na Amazônia Legal. Além disso, ao se analisar o período entre 2014 e 2022, é possível observar um crescimento constante do desmatamento no município, com um pico em 2021. Em Acrelândia (AC), apesar das variações, a taxa de desmatamento é constante e consideravelmente menor, no mesmo período.

A região alvo do projeto *Concretizar* vem sendo acometida crescentemente pelo desmatamento a níveis alarmantes devido à rapidez da conversão do uso do solo, inserção da soja em locais específicos e disseminação da pecuária extensiva, com presença de indústrias de grande porte. Essa análise corrobora com os relatos sobre pressão de desmatamento nas entrevistas. Desequilíbrios ambientais são notados nas lavouras do projeto *Concretizar*. Diversos produtores/as relataram o aumento da presença de animais silvestres em busca de alimentos nos SAFs, o que gera prejuízos. Outra alteração climática observada é a ocorrência de ventanias, que derrubam floradas, reduzindo o volume da produção.

Efeito Direto / Objetivo Específico 1: Cadeias dos produtos agroflorestais e da biodiversidade com valor agregado e ampliado.

A receita obtida pelo Reca com atividades econômicas superou a meta prevista (0,43% acima), gerando uma receita de mais de R\$ 4,4 milhões. Esse resultado foi alcançado principalmente pela grande diversidade de produtos abordados pelo projeto e pela construção da loja de produtos do Reca à beira da BR-364. Os resultados de todos os indicadores do Efeito Direto/Objetivo Específico 1 são apresentados no Quadro I.

81. Dados disponíveis em: http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/increments



Quadro I: Indicadores do Efeito Direto/Objetivo Específico 1 do projeto Concretizar

Indicador	Meta	2018	Variação %
Receita obtida pela Cooper-RECA com as atividades econômicas de uso sustentável apoiadas pelo projeto (discriminada por produto)	Cupuaçu: R\$ 2.660.000,00 Açaí: R\$ 1.800.000,00 Outros frutos: R\$ 143.000,00 Óleos vegetais: R\$ 535.695,76 Sementes de Pup.: R\$ 886.867,50 Castanha: Não definido Total: R\$ 4.405.563,26	Cupuaçu R\$ 1.259.466,88 Açaí R\$ 631.561,86 Outros frutos: R\$ 148.072,32 Óleos Vegetais R\$ 1.454.421,40 Semente de Pup. R\$ 341.333,84 Castanha: R\$ 589.690,00 Total: R\$ 4.424.546,30	100%
Receita obtida Cooper-RECA com a atividade econômica de uso sustentável apoiada pelo projeto exclusivamente gerada por meio da comercialização através de compras ou subsídios governamentais (discriminada por produto)	Cupuaçu: R\$ 50.000,00 Açaí: R\$ 20.000,00 Outros frutos: R\$ 100.000,00 Total: R\$ 170.000,00	Cupuaçu: R\$ 49.402,08 Açaí: R\$ 12.950,40 Outros Frutos: R\$ 87.352,97 Total: R\$ 149.705,45	88%
Volume de produto in natura beneficiado ou industrializado pelo proponente oriundo das cadeias extrativistas apoiada pelo projeto discriminado por produto (toneladas ou outra unidade de medida)	Cupuaçu: 2.500 ton Açaí: 750 ton Outros frutos: 66 ton Andiroba: 4,5 ton Pupunha: 37,8 ton Castanha: 1,3 ton	Cupuaçu: 1.463 ton Açaí: 300.842 ton Maracujá: 16,982 ton Acerola: 2,686 ton Abacaxi: 0,291 ton Andiroba: 8,392 ton Castanha: 47.544 ton Semente Maracujá: 0,350 kg Semente de Pupunha: 14,853 ton	N/A
Volume de polpa produzido pelo proponente a partir do produto in natura discriminado por produto (toneladas ou outra unidade de medida)	Cupuaçu: 760 ton Açaí: 300 ton Outros frutos: 31 ton	Cupuaçu: 384,213 ton Açaí: 124,435 ton Maracujá: 5,775 ton Acerola: 1,516 ton Abacaxi: 0,243 ton Andiroba: 1,278 ton Semente Maracujá: 0,037 ton Semente de Pupunha: 14,853 ton	N/A
Valor médio anual recebido por agroextrativista em decorrência da venda de cupuaçu, açaí e outras frutas para a Cooper-RECA	Cupuaçu: R\$ 13.528,00/produtor Açaí: R\$ 9.800,00/produtor Outras polpas: R\$ 8.190,00/produtor Andiroba: R\$ 789,00 Pupunha: R\$ 10.109,00 Castanha: R\$ 1.107,00. Total: R\$ 43.523,00	Cupuaçu: R\$ 9.669,56/produtor Açaí: R\$ 2.693,50/produtor Outras polpas: R\$ 3.991,8/ produtor Andiroba: R\$ 419,80/produtor Castanha: R\$ 1.615,00 Pupunha: R\$ 3.593,46/produtor Total: R\$ 21.913,12	50,3%

Fonte: Planilha de controle do Quadro Lógico e Plano de Monitoramento acordado o Fundo Amazônia e a entidade executora.



A produção de cupuaçu e de açaí foi menor que a previsto (51% e 42% da meta, respectivamente), tendo sido impactada por alterações do clima. Já a produção de castanha e de andiroba foi responsável pelos resultados positivos nesse indicador, superando a meta inicial em 3.000% e 44% respectivamente. Contatou-se que a maior produção de castanha se deve às variações anuais naturais à cultura e à aquisição em castanhais vizinhos ao Reca.

Com relação às vendas para programas de compra governamental, a meta foi alcançada em 88%, principalmente por causa da menor venda de açaí e de polpas de outros frutos, que não atenderam às metas iniciais de produção, beneficiamento e destinação.

Vale destacar que a produção de óleo de maracujá foi um elemento novo, não previsto inicialmente, com produção de 37kg em 2018. Ainda assim, ao analisar o volume de produto *in natura* beneficiado (polpas, óleos e sementes) ao final do projeto, observa-se que as polpas estiveram abaixo da meta estipulada inicialmente, sendo que, nesse caso, a produção de açaí foi a mais impactada, estando 58% abaixo da meta.

Já o valor médio anual destinado aos/as agroextrativistas do Reca, devido à menor produção e, consequentemente, menor venda das polpas de frutas, levou ao atendimento da meta de geração de renda em 50,3% (R\$ 21 mil por produtor por ano frente aos R\$ 43 mil previstos). Fatores como o interesse por outras atividades foram indicados como causadores dessa diferença.

Entre as atividades e produtos relacionados ao projeto *Concretizar*, destacam-se a aquisição de equipamentos (secadores, motores etc.) e a construção de instalações, como uma nova usina de beneficiamento de polpas e de óleos vegetais (reconstruída após o incêndio e destruição da antiga usina da Cooper-RECA)⁸² e estruturas para armazenamento e congelamento. Essas atividades representaram 32% do valor total do projeto (R\$ 2,3 milhões). (Figura V e Figura VI)

Figura V: Planta de processamento de óleos reconstruída com aditivos ao projeto inicial após incêndio ocorrido em 2015



Fonte: Imagem captada por Artur Sgambatti Monteiro durante visita realizada em janeiro de 2023 à unidade.

82. Em maio de 2015, ocorreu um incêndio nas instalações de beneficiamento e armazenamento de óleos de castanha e andiroba, manteiga de cupuaçu e sementes de pupunha. Houve perdas materiais, que afetaram cerca de 350 famílias da região, que comercializam sua produção por meio da Cooper-RECA.

Figura VI: Unidade de beneficiamento de cupuaçu e outras frutas da Cooper-RECA em operação



Fonte: Imagem captada por Artur Sgambatti Monteiro durante visita realizada em janeiro de 2023 à unidade.

Efeito Direto 2: Áreas desmatadas e degradadas recuperadas por meio de sistemas agroflorestais (SAFs) e utilizadas para fins econômicos e de conservação ecológica.

Houve uma previsão inicial de recuperar 3.230 hectares distribuídos entre as aglutinadas do projeto. Essa meta foi atingida anos antes do final do projeto, tendo, por fim, sido superada em 213%. Esse valor refere-se ao somatório das áreas recuperadas pelos/as associados/as das três associações – Reca, ABV e Aspromacre, e da Cooper-RECA –, que foi maior que o previsto inicialmente. (Quadro II)

Quadro II: Indicadores do Efeito Direto 2 do projeto Concretizar

Indicador	Meta	2018	Variação %
Área de floresta diretamente manejada em decorrência do projeto apoiado (hectares)	ABV: 245,5 ha Aspromacre: 57 ha Cooper-RECA: 812,5 ha Assoc. RECA: 2.115 ha Total: 3.230 ha	ABV: 1189,80 ha Aspromacre: 439,02 ha. Cooper-RECA: 1666,91 ha Assoc. RECA: 3571,60 ha Total: 6.867 ha	213%

Fonte: Planilha de controle do Quadro Lógico e Plano de Monitoramento acordado o Fundo Amazônia e a entidade executora.



No tocante à implantação de SAFs, havia uma meta inicial de 300 hectares, que foi alcançada em 2015 e superada em 30% nos últimos meses do projeto, com a instalação em caráter adicional de 15,24 hectares de SAFs entre associados/as ao Reca. O valor destinado a execução dessa meta foi de R\$ 1.260.000,00 (17,6% do valor do projeto), contemplando ATER, compra de mudas, insumos e plantio, entre outros. Os consórcios foram definidos junto aos produtores e contemplaram 38 espécies (18 frutíferas e 20 essências florestais).

Efeito Direto 3: Capacidade técnica dos pequenos agroextrativistas ampliada em implantação de SAFs e boas práticas de produção e armazenamento de produtos da sociobiodiversidade e das lideranças comunitárias em gestão de projetos, governança participativa e estratégias de comercialização.

Os resultados de todos os indicadores do Efeito Direto 3 são apresentados no Quadro III.

Quadro III: Indicadores do Efeito Direto 3 do projeto Concretizar

Indicador	Meta	2018	Variação %
Nº de indivíduos capacitados para a implantação de sistemas agroflorestais e boas práticas de produção e armazenamento de produtos da sociobiodiversidade efetivamente utilizando as técnicas e os conhecimentos adquiridos especificados por gênero	150 homens 50 mulheres Total: 200	70 homens e 50 mulheres Total: 120	60%
Nº de lideranças comunitárias capacitadas em gestão de projetos, governança participativa e estratégias de comercialização efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos especificadas por gênero	35 homens 15 mulheres Total: 50	44 Homens 20 Mulheres Total: 64	128%
Nº de organizações comunitárias fortalecidas	2	2	100%
Nº de entidades parceiras apoiadas pela Associação RECA com recursos do Fundo Amazônia na chamada pública de APS	3	3	100%
Nº de associados/as/cooperados/as participantes de reuniões e assembleias convocadas pelas: Associação RECA, Cooper-RECA, ABV e Aspromacre (período anual)	Ass RECA 3.350 Cooper- RECA 230 Aspromacre 480 ABV 385 Total: 4.445	128 Cooperados/as e 98 Associados/as Total: 226	5%

Fonte: Planilha de controle do Quadro Lógico e Plano de Monitoramento acordado o Fundo Amazônia e a entidade executora.

A meta do projeto *Concretizar* era capacitar 170 pessoas (120 homens e 50 mulheres) na implantação dos sistemas agroflorestais, gestão de projetos, governança participativa, boas práticas de produção e armazenamento de produtos e boas práticas e técnicas de comercialização. Devido à capacidade do Reca de mobilizar produtores/as rurais, o projeto promoveu 49 eventos de capacitação⁸³, que contaram com a participação de 443 pessoas, sendo 270 homens e 173 mulheres (39%). Assim, foi possível superar a meta em 260%.

83. Os eventos foram divididos entre dias de campo, oficinas, lançamento de materiais, intercâmbios, treinamentos, reuniões técnicas, cursos, palestras, seminários e capacitações.



Do total de eventos de capacitação realizados, seis foram direcionados às lideranças, com foco em gestão e mercados (análise de estratégias de negócio, gestão financeira e outros). Foram capacitadas 64 lideranças (28% acima da meta inicial), sendo 44 homens e 20 mulheres.

Quanto ao apoio destinado exclusivamente às entidades parceiras do projeto, houve atendimento da meta inicial de fortalecer duas organizações comunitárias (100%). As aglutinadas ABV e Aspromacre foram apoiadas na construção de instalações físicas e compra de materiais e equipamentos, entre outros.

Também houve atendimento de 100% da meta de apoiar três entidades parceiras do projeto Reca. Além da ABV e da Aspromacre, a Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto Reca foi beneficiada por algumas atividades e metas do projeto.

O indicador sobre a quantidade de associados/as e cooperados/as participantes de reuniões e assembleias atingiu 5% da meta (236 dos 4.445 esperados). Como outros indicadores relativos à contabilização de participantes, esse também sofreu alteração devido à metodologia de contagem, uma vez que essa métrica no desenho do projeto referia-se ao número de participações dos/as associados/as em reuniões e não ao número de associados/as.

Parcerias Estabelecidas

Além das atividades e produtos previstos para o projeto Concretizar, foram estabelecidas parcerias que se dispuseram sobre uma gama variada de temas, entre eles a pesquisa de solos e modelos de SAFs; pesquisa sobre a broca do cupuaçu; projeto de Residência Agroflorestal; pesquisa sobre a produção de pupunha; produção de proteínas vegetais à base de castanha e cupuaçu; e projeto para a diminuição da emissão de carbono dos/das produtores/as ligados/as ao Reca.

Houve a parceria com a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac/PA), para o desenvolvimento da pesquisa sobre a broca do cupuaçu, que é um dos principais produtos do Reca. Essa parceria permitiu melhorias na planta de beneficiamento de polpas, melhor exploração econômica do cultivo e apoio para enriquecimento e manejo de SAFs e ATER.

Foi desenvolvida uma parceria institucional, voltada à condução de residências agroflorestais, com a Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e outras dez instituições em Rondônia que atuam com povos indígenas e comunidades quilombolas. Para a iniciativa, colaboraram 20 residentes que estudavam e viviam nos projetos segundo critérios da pedagogia da alternância, que previa períodos prolongados de permanência e rotação entre a escola e o campo, onde aplicaram seus conhecimentos.

Por fim, estabeleceu-se parceria com o projeto Carbono, desenvolvido em parceria com a empresa Natura, que consiste em um sistema de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) voltado à não emissão de gases do efeito estufa. Esse projeto é de



longa duração (26 anos) e prevê o pagamento por desmatamento evitado, já tendo evidenciado que as organizações participantes do projeto apresentam menos da metade das taxas de desmatamento e emissão de gases de efeito estufa apresentadas nas áreas do entorno.

6. AVALIAÇÃO GERAL

Aspectos Positivos

- **Instalação das estruturas produtivas**, antevendo o crescimento futuro da produção.
- Maior profissionalização, diversificação e qualidade dos produtos, permitindo uma **maior produção, agregação de valor e alternativas de renda aos/as beneficiários/as do projeto**.
- ABV, Cooper-Reca e Associação do Reca foram fortalecidas. Contudo, foram observadas limitações na Aspromacre, que teve seu número de associados/as reduzido devido a fatores externos ao projeto.
- A caminhonete e as quatro motocicletas adquiridas com recursos do projeto contribuíram para o alcance das metas do projeto e para outros trabalhos do Reca.
- **Os eventos, intercâmbios e formações conduzidos pelo projeto para capacitar os/as beneficiários/as em diferentes áreas** contribuíram para a maior aderência e continuidade das atividades após o encerramento do projeto, para o fortalecimento comunitário e para a formação de lideranças.
- **A contratação de profissionais para a condução dos trabalhos do projeto junto ao BNDES**, planejamento e ATER, que apoiaram os subprojetos e qualificaram o beneficiamento dos produtos agroflorestais.
- **A reconstrução da planta de beneficiamento de óleos vegetais e a retomada da produção** garantiram maior renda aos/as beneficiários/as do projeto.
- **A instalação de sistemas de prevenção e combate a incêndios e o treinamento de brigada voluntária** geraram mais segurança para o trabalho nas agroindústrias.
- **A recuperação de 315 hectares com a implantação de SAFs** e a entrega de 138 roçadeiras **melhoraram as condições de trabalho e produção no campo**.
- A qualidade dos produtos e a capacidade de firmar parcerias diversas evidencia o papel do Reca como uma referência na produção e no beneficiamento de produtos agroflorestais na Amazônia.
- A qualidade do corpo gerencial, técnico e administrativo do Reca, atestada pelo atendimento à maioria das metas estipuladas e acordadas junto ao Fundo Amazônia. Vale citar que a maioria é da região, de família de agricultores/as e iniciou os trabalhos ainda jovem.



Desafios

- Os valores da produção de açaí, cupuaçu e outras polpas de frutas atingiram apenas 69% da meta estipulada devido a variações nas condições locais e menores safras do que as previstas inicialmente.
- Dificuldade de **obtenção de licença e documentações necessárias** frente à produção e ao beneficiamento de diferentes produtos, assim como realização de testes e **adequação dos maquinários das usinas de produção**.
- **Melhor adaptação a alterações climáticas**, que interferem na produção de culturas de importância central ao projeto, como o cupuaçu.
- Necessidade de **adaptações ao mercado e flutuações nos valores de diferentes produtos**. Necessidade de planejar e antever entraves produtivos que podem levar produtores/as associados/as a optar por outras culturas de maior impacto ambiental, como a pecuária bovina, que apresentou rendimentos atrativos nos últimos anos.
- Pressão por terras e desmatamento na Ponta do Abunã. Valores apresentados na produção agrícola muitas vezes não atraem os jovens para sua permanência no campo, fato que merece atenção.

7. CONCLUSÕES E LIÇÕES APRENDIDAS

A região da Ponta do Abunã é um foco crescente de desmatamento, realidade que se intensifica pelo projeto Amacro, que pretende transformar a região em um novo polo produtor de *commodities* agrícolas.

O Reca é um importante promotor de geração de renda e recuperação de áreas degradadas por meio da produção agroflorestal, beneficiamento e comercialização de produtos da sociobiodiversidade.

Ao longo da execução do projeto Concretizar, houve desafios relacionados à demora na entrega de equipamentos, ao incêndio da antiga usina de beneficiamento de castanha da Cooper-RECA (em 2015) e à produtividade de produtos-chave, como cupuaçu e açaí.

Contudo, em que pese a relevância do modelo produtivo baseado no cooperativismo histórico e na adaptabilidade frente à reveses, a criatividade e a resiliência organizativa do Reca possibilitaram uma boa condução do projeto, com expansão produtiva, fortalecimento institucional e melhora da qualidade de vida de produtores/as rurais.

O desenvolvimento de estratégias sofisticadas de produção sustentável (convencional e orgânica) e de agregação de valor, baseadas em cadeias de valor diversificadas, gera um território dinâmico e um polo de emprego de grande importância.

É possível apontar o Reca como uma referência na geração de renda de base florestal e agroextrativista sustentável no contexto amazônico, que tem potencial para inspirar outras iniciativas através de cursos de formação e intercâmbios técnicos com outros projetos apoiados pelo Fundo Amazônia.



8. ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA OCDE

Evidências	Avaliação
Critério Relevância <p>O projeto Reca é uma referência histórica na implantação de SAFs na Amazônia e na gestão de modelos cooperativos para produção de produtos florestais (polpas de frutas, castanha, óleos vegetais, entre outros). O projeto está em uma região de intensos conflitos por terras e crescentes taxas de desmatamento, tanto em Rondônia quanto no Acre, e se configura como uma alternativa de geração de renda aliada à conservação da Amazônia. Compreende-se o modelo do Reca como relevante para os trabalhos do Fundo Amazônia por: (i) permitir a recuperação de áreas degradadas com a implantação de SAFs; (ii) fortalecer diferentes cadeias de produtos florestais de forma sustentável econômica, social e ambiental; (iii) fortalecer a comunidade local; (iv) gerar conhecimento relativo à produção agroflorestal no contexto amazônico; e (v) garantir segurança alimentar e territorial para seus beneficiários/as, ao permitir melhoria de renda a eles/as.</p>	Muito Relevante
Critério Eficácia <p>O projeto cumpriu a maioria das metas, principalmente as relativas à instalação de sistemas (de tratamento de água e de combate à incêndios), construção de instalações de beneficiamento e compra de equipamentos e materiais. Algumas metas relativas à produção não foram alcançadas em sua totalidade. Contudo, o Reca foi capaz de se adaptar e ser criativo no trato cultural e produtivo, uma vez que diferentes produtos (como a castanha) foram responsáveis por preencher lacunas que surgiram por safras menores de produtos, como as do cupuaçu e do açaí, permitindo que não houvesse grande impacto na eficácia do projeto. Ressalvas são necessárias nas metas relativas à participação social, capacitação de beneficiários/as e participação feminina, uma vez que estiveram aquém das metas iniciais.</p>	Eficiente com ressalvas
Critério Eficiência <p>Foram adotadas medidas de otimização dos recursos que levaram à ampliação de produtos e serviços oferecidos pelo Reca, assim como à diversidade produtiva baseada na adaptabilidade às mudanças de cenário (incêndio, por exemplo) e de mercado, permitindo geração de renda, mesmo com alterações na safra e mudança de interesse produtivo. Vale citar as safras recorde de alguns produtos, implantação de SAFs, recuperação de áreas degradadas e fortalecimento institucional das aglutinadas do projeto.</p>	Muito Eficiente
Critério Impacto <p>O projeto foi a primeira grande iniciativa do Reca apoiada pelo Fundo Amazônia e permitiu um aumento da escala de produção da cooperativa, acesso a novos mercados, capacitação de lideranças, fortalecimento institucional da aglutinadora e das aglutinadas, recuperação de áreas degradadas e estabelecimento de diversas parcerias institucionais. O Reca é referência local e nacional na geração de renda, aliando produção, conservação da natureza e empoderamento social.</p> <p>Devido às características próprias históricas de formação do Reca, não é possível dizer se ele seria escalável, tanto na obtenção de maior área de atuação, quanto para inspirar a criação de iniciativas semelhantes. Contudo, crê-se que sua experiência histórica na construção de um modelo de negócio aliado à recuperação de áreas degradadas é única e merece processos de formação visando inspirar modelos que favoreçam a replicação de experiências exitosas como esta.</p>	Impactos positivos relevantes



Critério Sustentabilidade

As características do Reca (resultados, compromisso e geração de renda por exemplo), aliadas à maior capacidade organizacional e técnica, são fatores-chave para sua continuidade de maneira sólida. Os dados agregados do Relatório de Efetividade de 2020 atestam o crescimento da produção, beneficiamento e comercialização, quando comparados com os de 2018. Ressalta-se a necessidade de consolidar processos de formação e revisão de modelos produtivos. Tal aspecto é fundamental ao considerar alterações climáticas, sociais e de mercado que impactam a região. É interessante apontar parcerias que se estabeleceram (com Ceplac/PA e Natura, por exemplo), que conferem respostas a problemas, como pragas, e propõem sistemas de PSA. Acredita-se, portanto, que o projeto conferiu maior sustentabilidade ao Reca e seus trabalhos.

Sustentabilidade moderada

9. ANÁLISE DAS SALVAGUARDAS DE CANCUN

Critérios	Atende	Observações
Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes.	Sim	<p>Os projetos da Componente Atividades Produtivas Sustentáveis do Fundo Amazônia se alinham com o Objetivo 7 da fase 2016 a 2020 do PPCDAm ("Promover o Manejo Florestal Sustentável").</p> <p>O projeto se associa ao Resultados 7.2 ("Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Sociobiodiversidade"), com destaque para as linhas de ação 7.2.2. ("Apoiar projetos de inclusão produtiva sustentável para povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e extrativistas"), 7.2.5. ("Fortalecer a atividade extrativista") e 7.2.6. ("Fortalecer a gestão dos empreendimentos comunitários").</p>
Estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania e a legislação nacionais.	Não	<p>Não houve contribuições do projeto a estruturas de governança em nível nacional.</p>
Respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, circunstâncias e leis nacionais e observando que a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas	Sim	<p>O projeto não apresentou envolvimento direto com povos indígenas, quilombolas ou ribeirinhos. Contudo se presta a assegurar o direito e acesso à terra na Ponta do Abunã, especialmente devido ao histórico de ocupação regional estar associado à agricultura familiar liderada por grupos sociais cuja presença só foi permitida por projetos de colonização do Incra. No que tange a participação de grupos tradicionais e sua representação nas instâncias de decisão do Reca, o projeto se baseia no cooperativismo e associativismo, fazendo disso um preceito na constituição dos trabalhos liderados pela cooperativa.</p> <p>Todos os trabalhos foram realizados em áreas de assentamento do Incra. As unidades produtivas apoiadas se encontram inseridas em diferentes projetos de assentamento, sendo eles: (i) em Rondônia, o Projeto Fundiário Alto Madeira, parcialmente titulado; (ii) no Acre, o Projeto de Assentamento Extrativista Porto Dias; e (iii) no Amazonas, o Projeto de Assentamento Gedéão.</p>



Participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais, nas ações referidas nos parágrafos 70 e 72 da Decisão 1/CP 16.	Sim	A natureza do Reca pressupõe a participação social e atendimento aos interesses dos povos locais, formado majoritariamente por colonos/as originários/as de outras regiões do Brasil. Durante a execução do projeto, investiu-se em mecanismos de construção de acordos, tomada de decisão, prestação de contas e fortalecimento comunitário. Foram respeitadas as lideranças formalmente estabelecidas em cada contexto e os ritos legais de aprovação de acordos e decisões. Devido à escala localizada e à atuação histórica do Reca, o projeto teve como ação central, o fortalecimento da participação social através de cursos de formação, o fomento à participação em reuniões e em atividades da cooperativa e a construção de espaços comunitários que colaboraram para o fortalecimento e participação social nos âmbitos de decisão do projeto, conferindo maior horizontalidade.
Ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações referidas no parágrafo 70 da Decisão 1/CP 16 não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos e para melhorar outros benefícios sociais e ambientais.	Sim	Não houve ações diretas de ampliação ou consolidação de áreas protegidas, mas o fortalecimento de modelos econômicos baseados na manutenção da floresta e de arranjos produtivos locais que promovem o fortalecimento do território pelas populações, contribuindo para sua proteção. Considerando o formato de trabalho do Reca, baseado em ampla participação social, suporte mútuo entre os/as beneficiários/as do projeto e implantação de SAFs e serviços de ATER, é possível dizer que uma importante vertente do projeto é a recuperação de áreas degradadas. O projeto levou a recuperação de 315 hectares de áreas degradadas. Foram aplicadas mais de 115 combinações de SAFs, com uma ampla implantação de espécies nativas, seja de frutíferas ou de essências florestais.
Ações para tratar os riscos de reversões em resultados de REDD+.	Parcialmente	O projeto não adotou metodologias para tratar reversões relativas às áreas de SAF implantadas, ou mesmo das áreas sob manejo sustentável. Contudo, parcerias instauradas em outros âmbitos, como o projeto Carbono em parceria com a Natura, se configuram como exemplos para monitoramento de uma parcela das áreas degradadas.
Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas.	N/A	Não aplicável.



10. ANÁLISE DOS CRITÉRIOS TRANSVERSAIS

Critério Redução da Pobreza	Avaliação
Através da implantação 315 hectares de SAFs, o projeto fortaleceu a base produtiva em 135 propriedades das famílias produtoras; apoiou a reforma e/ ou ampliação da infraestrutura de beneficiamento dos produtos da sociobiodiversidade, agregando valor e ampliando a capacidade de oferta de produtos que compõem a 'cesta' do agroextrativista (435 famílias da região puderam processar seus produtos no RECA); e incentivou o estabelecimento de negócios locais para a produção de mudas.	Sim
Critério Equidade de Gênero	Avaliação
Há indicador da participação das mulheres na gestão das organizações, mas não está clara qual ação/estratégia foi executada para obter resultado. O projeto realizou ações pontuais, tratando gênero de forma isolada nas capacitações e com as beneficiárias aderentes ao SAF. Foram capacitadas para a prática de atividades econômicas sustentáveis 456 mulheres e 227 foram beneficiadas diretamente. O projeto permitiu às mulheres terem renda própria por meio de seus plantios (foi constatado que as mulheres foram mais beneficiadas com a venda de cupuaçu e açaí); apoiou a organização das mulheres para a reestruturação do centro de vendas dos produtos artesanais e industriais; beneficiou as mulheres com a ficha de produção própria na cooperativa; e contribuiu com o aumento da participação das mulheres na coordenação da associação (das 64 vagas de coordenação das aglutinadas, 41 eram ocupadas por homens e 20 por mulheres, com destaque para a ABV, que possui 5 mulheres no conselho fiscal e administrativo da associação).	Em parte



B. PROJETO FORTALECENDO A ECONOMIA DE BASE FLORESTAL SUSTENTÁVEL

FICHA DO PROJETO

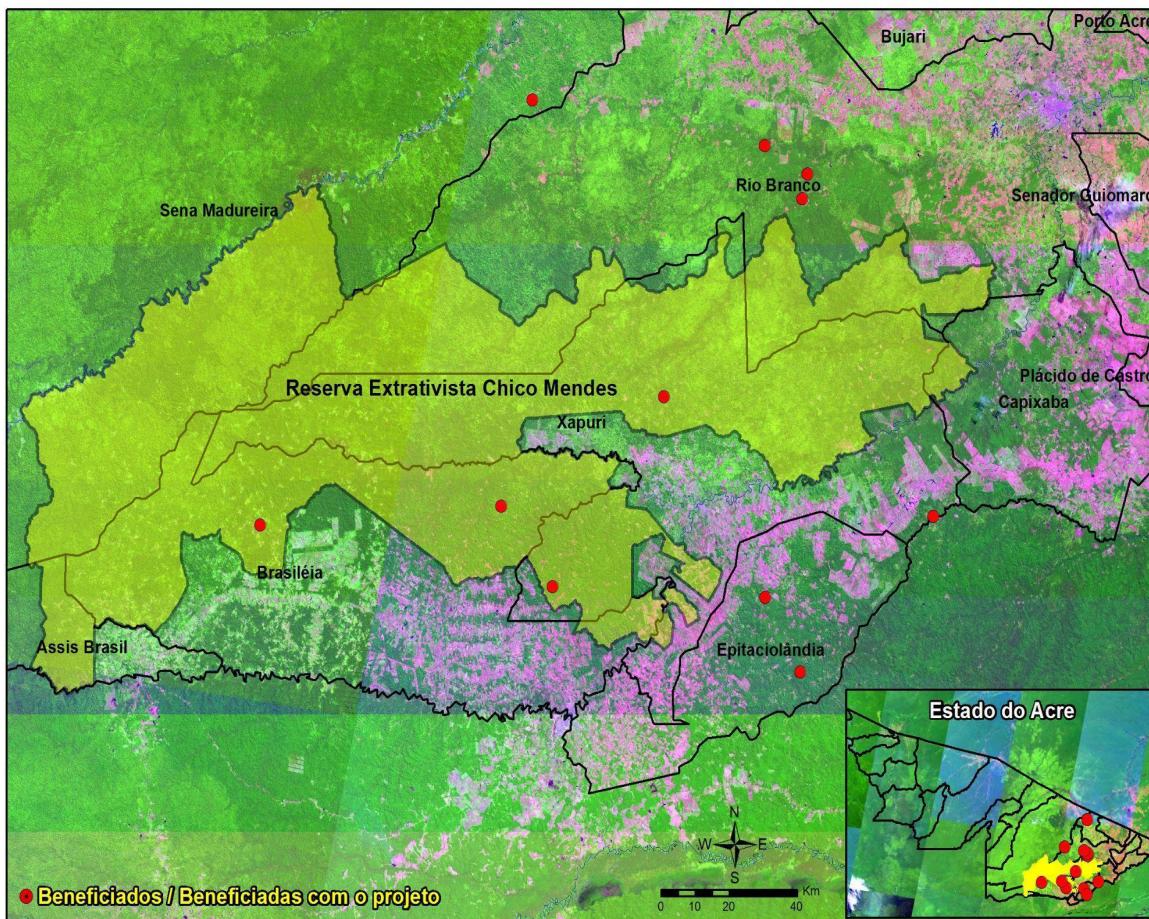
Título do projeto:	Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável
Entidade responsável:	Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (Cooperacre)
Período do projeto:	24.11.2014 a 31.03.2022
Abrangência territorial:	14 municípios das regiões administrativas do Alto Acre, Baixo Acre e Purus.
Beneficiários:	Pequenos proprietários/as rurais familiares e extrativistas das Regiões Administrativas do Purus, Baixo Acre e Alto Acre.
Objetivo:	Contribuir para o fortalecimento das cadeias de castanha-do-brasil e de polpa de fruta no estado do Acre por meio da: (i) recuperação de áreas degradadas e/ou alteradas localizadas em pequenas propriedades ou posses rurais familiares; (ii) otimização da logística de armazenamento de castanha-do-brasil e do transporte de frutas; (iii) melhoria do processo de beneficiamento da castanha-do-brasil; (iv) agregação de valor e diversificação dos produtos; (v) melhoria da estratégia de comercialização dos produtos; e (vi) capacitação da rede de afiliados/as.
Enquadramento no Fundo Amazônia via:	Chamada Pública de Projetos Produtivos Sustentáveis do Fundo Amazônia (2012).
Categoria Fundiária	Extrativistas e produtores/as rurais
Componente:	Produção Sustentável
Valor total do projeto:	R\$ 5.190.901,39
Valor do apoio do Fundo Amazônia:	R\$ 4.981.614,66

Fonte: Ficha elaborada com base nas informações do site do Fundo Amazônia/BNDES.

1. RESUMO DO PROJETO

O projeto *Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável* foi selecionado no âmbito da Chamada Pública de Atividades de Produção Sustentável (APS) do Fundo Amazônia e teve como objetivo o fortalecimento das cadeias produtivas da castanha-do-brasil e de polpa de frutas no Acre. O projeto foi implantado por meio de ações de apoio direto e indireto às suas aglutinadas: associações e cooperativas filiadas à Cooperacre (Figura I)

Figura I: Localização das iniciativas beneficiadas pela Cooperacre (AC)



Fonte: Elaboração própria utilizando o software QGIS Desktop 3.22.8.

No que se refere às ações de apoio direto, foram realizadas:

1. instalação de dois armazéns comunitários e aquisição de 1.000 caixas de polipropileno para melhoria das condições sanitárias e físicas de transporte de frutas;
2. ampliação do número de cooperativas e associações aglutinadas com certificação orgânica de produção de castanha;
3. recuperação de áreas degradadas e/ou alteradas em pequenas propriedades ou posses rurais familiares.

As ações transversais compreenderam:

4. prestação de serviços de acompanhamento técnico e extensão rural (ATER);
5. otimização da estrutura de beneficiamento da Cooperacre, por meio da instalação de duas novas estufas de secagem e da instalação de briquetadeiras⁸⁴;

84. Equipamentos que transformam a casca residual da castanha-do-brasil em biomassa compactada de alto poder calorífico.

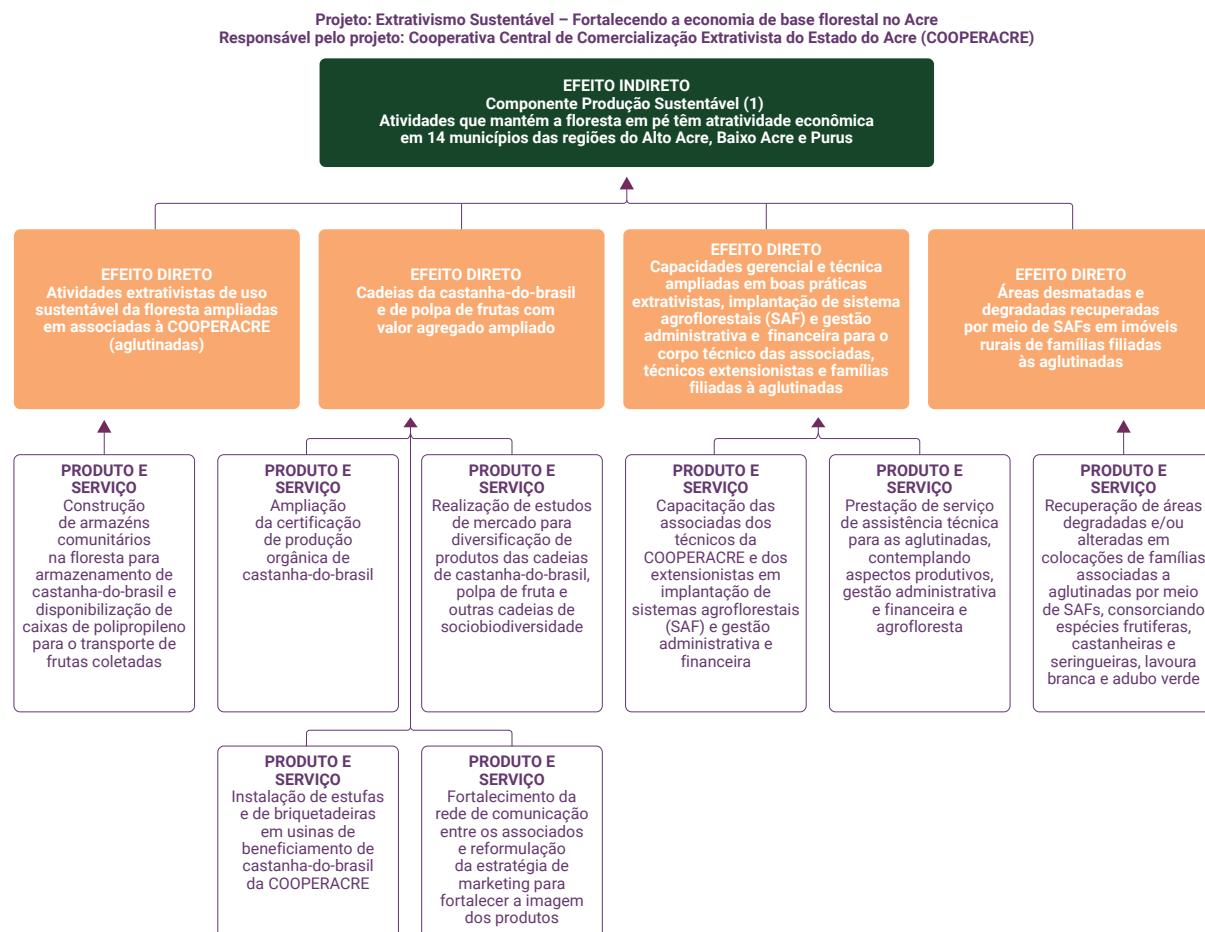


6. desenvolvimento de estudos e pesquisas de campo de viabilidade da diversificação dos produtos;
7. capacitação dos representantes das organizações aglutinadas, técnicos/as da Cooperacre e da equipe de ATER;
8. investimento em comunicação e marketing.

2. LÓGICA DE INTERVENÇÃO

De acordo com os procedimentos do Fundo Amazônia vigentes no período de implantação, foi acordado um quadro lógico para o projeto *Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável*, alinhado com a estrutura do Quadro Lógico do Fundo Amazônia (Figura II).

Figura II: Quadro Lógico do projeto Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável

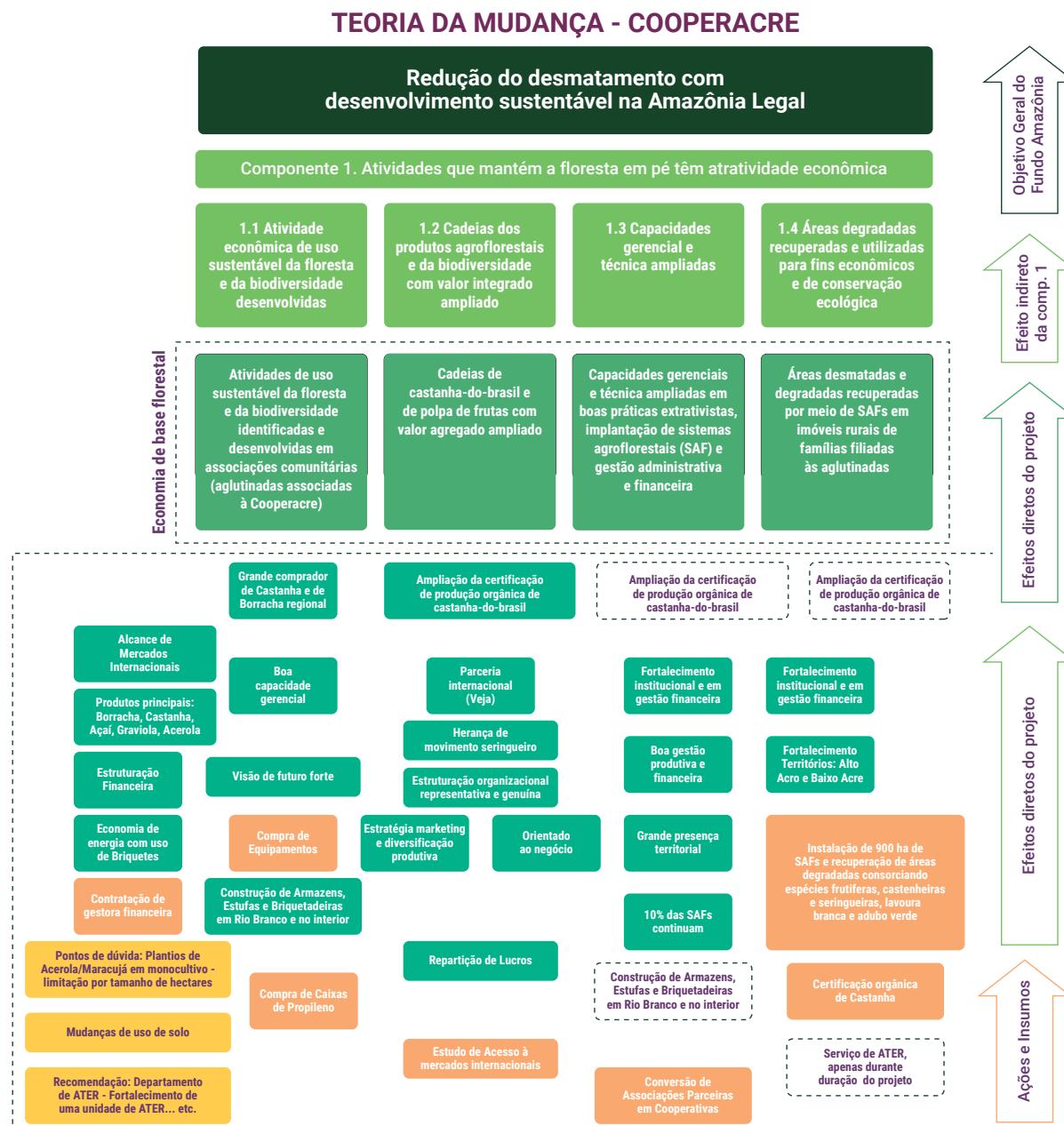


Fonte: Página do projeto Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável no site do Fundo Amazônia/BNDES. (2023)

3. TEORIA DA MUDANÇA

O quadro esquemático representativo da Teoria da Mudança do projeto da Cooperacre foi construído considerando os objetivos específicos do Fundo Amazônia e os efeitos diretos e indiretos do projeto. Além desses conceitos-chave, foram agregados elementos, resultados e impactos considerados fundamentais na análise e compreensão do projeto. A representação gráfica associa os principais resultados do projeto e efeitos a nível de impactos (ou efeitos indiretos) da componente e, em um âmbito superior, dos objetivos gerais do Fundo Amazônia (Figura III).

Figura III: Representação esquemática da Teoria da Mudança do projeto da Cooperacre.



Fonte: Elaboração própria.



4. METODOLOGIA ESPECÍFICA

Para a avaliação do projeto da Cooperacre, foram realizadas entrevistas exploratórias, análise de dados secundários e missão de campo. As entrevistas presenciais foram feitas com gestores/as, técnicos/as e beneficiários/as do projeto *Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável*.

Também foram realizadas visitas de campo à agroindústria, ao armazém de armazenamento e às áreas de sistemas agroflorestais (SAFs) implantadas. As perguntas orientadoras constam no Apêndice IV.

Contexto organizacional da Cooperacre

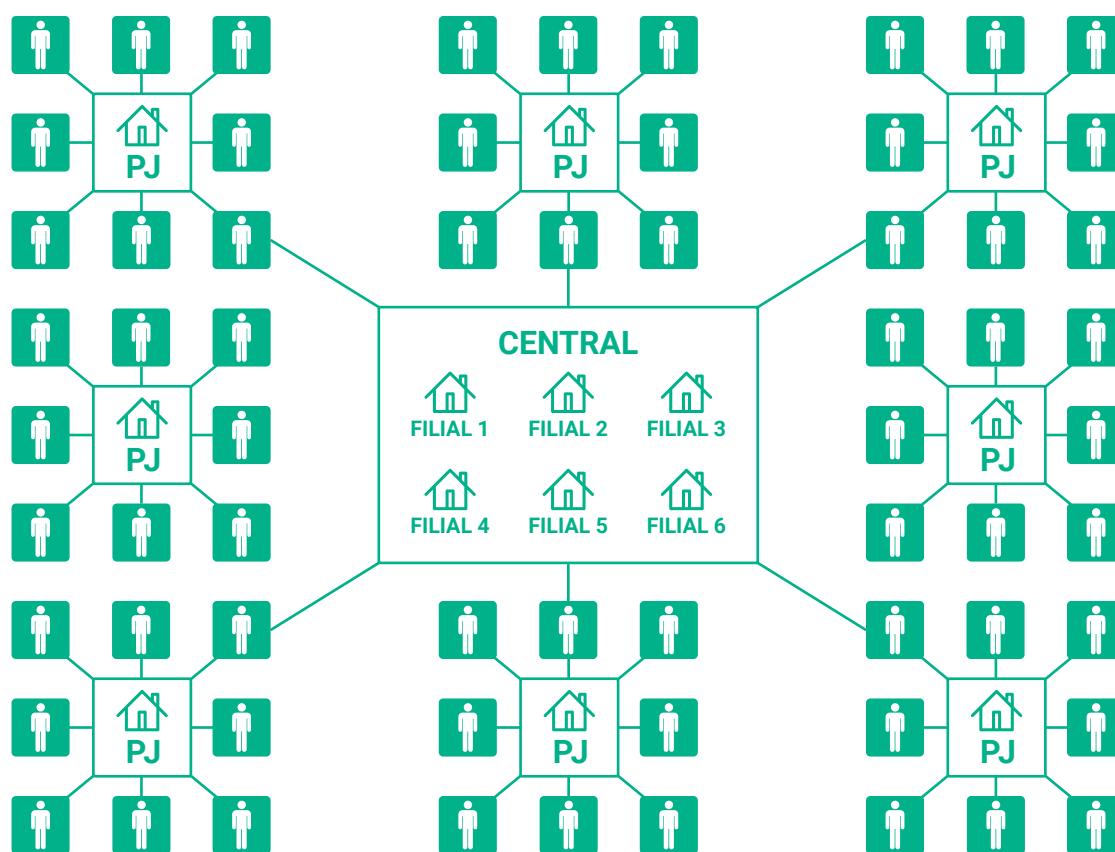
A Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (Cooperacre), fundada em 2001, tem como principais atividades a comercialização e o beneficiamento de castanha-do-brasil e a produção de látex, advinda principalmente dos seringais nativos do estado do Acre. Ao longo do tempo, incorporou também a comercialização e o beneficiamento de polpa de frutas e, mais recentemente, assumiu a gestão de uma fábrica de palmito de pupunha em parceria com o governo do estado do Acre.

A Cooperacre tem sede em Rio Branco/AC e está interligada a outras seis cooperativas localizadas em Xapuri, Senador Guiomard, Brasiléia e Sena Madureira. São sete complexos de beneficiamento e dois pontos comerciais de venda de produtos, um em Xapuri e outro em Rio Branco. Fora as plantas de beneficiamento, a Cooperacre também atua com dezenas de associações, trabalhando indiretamente, com aproximadamente 2.500 famílias.

A cooperativa coordena as atividades dos/as produtores/as, fornecendo capacitações e ATER e comprando a produção, que beneficia e vende nos mercados consumidor e institucional. A Cooperacre também fornece apoio administrativo e contábil às aglutinadas. Os quatro arranjos produtivos locais (APLs) em que a cooperativa trabalha se inserem de forma complementar aos objetivos e resultados alcançados por meio do projeto.

Por atuar em rede, a cooperativa se relaciona diretamente com as associações aglutinadas, que organizam os modos de produção, o transporte e a venda para as unidades de processamento sob gestão da cooperativa central. O esquema da Figura IV detalha o modelo de gestão da cooperativa, suas associadas e relação com as famílias agroextrativistas.

Figura IV: Estrutura de gestão da Cooperacre.



Fonte: Cooperacre.

Abreviações: PJ (pessoa Jurídica); Filial (Unidades de Processamento); Central (unidade matriz da Cooperacre).

5. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

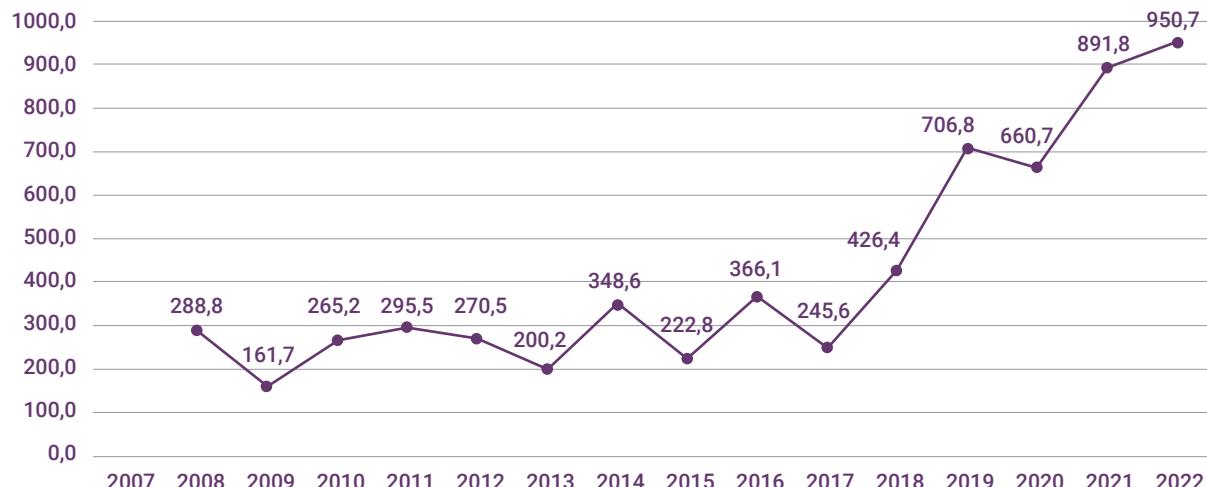
Efeito Indireto / Objetivo Geral: Atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica em 14 municípios das regiões administrativas do Alto Acre e Baixo Acre.

Indicador: Desmatamento anual nos municípios das regiões administrativas do Alto e Baixo Acre).

No estado do Acre, os índices de desmatamento ao longo dos últimos dez anos estão ascendentes. Em 2014, ano de início do projeto Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável, o estado obteve um incremento de 348,6 km² de áreas desmatadas. Em 2022, o incremento foi de 950,7 km², ou seja, o aumento anual do desmatamento foi 2,7 vezes maior, comparado com 2014 (Figura V).



Figura V: Histórico do desmatamento no estado do Acre (dados em km²)



Fonte: Terrabrasilis/Inpe/Prodes, 2022.⁸⁵

Efeito Direto 1: Construção de armazéns comunitários na floresta para armazenamento de castanha-da-Brasil e disponibilização de caixas de polipropileno para o transporte de frutas coletadas.

O projeto *Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável* alcançou resultados além do previsto, beneficiando, por meio de atividades produtivas sustentáveis e agregação de valor, em média 500 produtores/as (recuperação de áreas, certificação orgânica). A partir do projeto, foram construídos dois armazéns comunitários, conforme previsto no plano de trabalho, que são de grande importância na cadeia produtiva, uma vez que possibilitam o armazenamento da produção, durante a safra, para posterior transporte e comercialização. Já as 1.000 caixas de polipropileno adquiridas, estão sendo utilizadas para o transporte (associações x Cooperacre) e acondicionamento de frutas. Durante as visitas a campo, também foram identificadas as duas estruturas de armazenamento, conforme estabelecido nas metas do projeto. Segundo os técnicos da Cooperacre, atualmente já existem 17 destas estruturas em utilização pelas aglutinadas. (Tabela I).

Tabela I: Indicadores do Efeito Direto 1 do projeto Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável

Indicadores	Meta	Valor ao final do projeto	Valor atual
1.1 Nº de estruturas de armazenamento de produtos in natura construída.	02	02	17
1.2 Nº de caixas de polipropileno adquiridas	1.000	1.000	1.000

Fonte: Relatório de Avaliação de Efetividade (RAE) apresentado ao Fundo Amazônia em dezembro de 2021.

Após a finalização do projeto, a receita obtida com a comercialização de castanha-do-brasil e frutas beneficiadas alcançou o resultado de R\$ 34,9 milhões. Apesar de não ter

85. Dados disponíveis em: [http://terrbrasili.../legal_amazon/rates](http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates).

sido definida uma meta em relação a este resultado, considera-se como um excelente desempenho comercial, conforme relataram os diretores da Cooperativa durante as entrevistas em campo.

Efeito Direto 2: Ampliação da certificação de produção orgânica de castanha-do-brasil

O processo de certificação da castanha, ampliado a partir do projeto Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável, além da valorização do produto, foi tido como uma representação dos ideais trilhados pela Cooperacre com base no desenvolvimento sustentável, economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto. (Figura VI)

Figura VI: Castanha-do-brasil sendo beneficiada na sede da Cooperacre (Rio Branco-AC)



Foto: Imagem captada por Juliana Mello durante missão de campo.

O projeto avaliado promoveu a ampliação de 7 para 17 o número de cooperativas e associações certificadas, aumentando também o volume de castanha certificada. Além disso, foram realizadas oficinas para a destinação adequada de resíduos e possíveis contaminantes nas comunidades.⁸⁶

Efeito Direto 3: Capacidade técnica dos pequenos agroextrativistas ampliada em implantação de SAFs e boas práticas de produção e armazenamento de produtos da sociobiodiversidade e das lideranças comunitárias em gestão de projetos, governança participativa e estratégias de comercialização.

Segundo a direção da Cooperacre, por meio de boletins informativos, banners e outdoors, os extrativistas ficaram mais bem informados e atualizados. O projeto *Fortalecendo a*

86. Confira em: <https://www.cooperacre.com/noticia/2-fortalecimento-da-certificacao-organica>.



Economia de Base Florestal Sustentável também promoveu a capacitação e formação de técnicos/as e representantes das associações/cooperativas. Dessa forma, os/as representantes das associações/cooperativas poderão realizar suas funções administrativas com maior clareza e entendimento, baseando-se sempre nos princípios adotados pelo cooperativismo. (Quadro I)

Quadro I: Indicadores do Efeito Direto 3 do projeto Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável

Indicadores	Meta	Valor ao final do projeto	Valor atual
2.4 Nº de boletins, folders, cartilhas e outros produtos de comunicação desenvolvidos discriminados por espécie e tiragem (quantidade).	Boletins: 9.000 Folders: 10.000 Embalagens: 4.500 Cartazes de boas práticas: 3.000 OutDoors: 08 (Unidades)	Boletins 9.000 Folders: 10.000 Embalagens 4.500 Cartazes de boas práticas: 3.000 OutDoors: 08 (Unidades)	Boletins 9.000 Folders: 10.000 Embalagens 4.500 Cartazes de boas práticas: 3.000 OutDoors: 08 (Unidades)
3.1 Nº de indivíduos capacitados em agrofloresta e gestão administrativa e financeira.	180	293	293
3.1.2 Nº de indivíduos participantes nas oficinas de disposição adequada de resíduos para fins de certificação de produção orgânica	115	115	115
3.2 Nº de famílias (imóveis) rurais beneficiados com assistência técnica e extensão rural ou agroflorestal	291	291	291
4.1 Área (ha) de SAFs implantados.	600	602,5	602,5
4.2 Nº de imóveis com SAFs implantados.	291	291	291

Fonte: Relatório de Avaliação de Efetividade (RAE) apresentado ao Fundo Amazônia em dezembro/2021.

Foram implantados 602,5 hectares na forma de SAFs. Foram feitos plantios consorciados de espécies frutíferas, castanheiras e seringueiras, lavoura branca e adubação verde. No total, foram beneficiados 291 produtores/as, distribuídos/as em 16 comunidades (associações). (Figura VII)



Figura VII: SAF implementado na colocação do Sr. Sebastião Aquino, membro da CooperXapuri, aglutinada da Cooperacre, Resex Chico Mendes – AC



Foto: Imagem captadas por Artur Sgambatti Monteiro durante missão de campo.

A implantação de SAFs em áreas já desmatadas concentra a produção agroextrativista, aumentando a eficiência da produção. Assim, a família pode aumentar a renda, em 2,5 safras por ano, com a venda de produtos oriundos do extrativismo e frutas. Segundo a equipe de assistência técnica da Cooperacre, aumentando a rentabilidade do agroextrativismo, o/a produtor/a diminui seu interesse em abrir novas áreas para produção pecuária. A implementação de SAFs nas reservas extrativista também fortalece a estrutura familiar, já que os/as jovens ficam mais presentes na propriedade para cuidar da produção e são recompensados/as na colheita do produto.

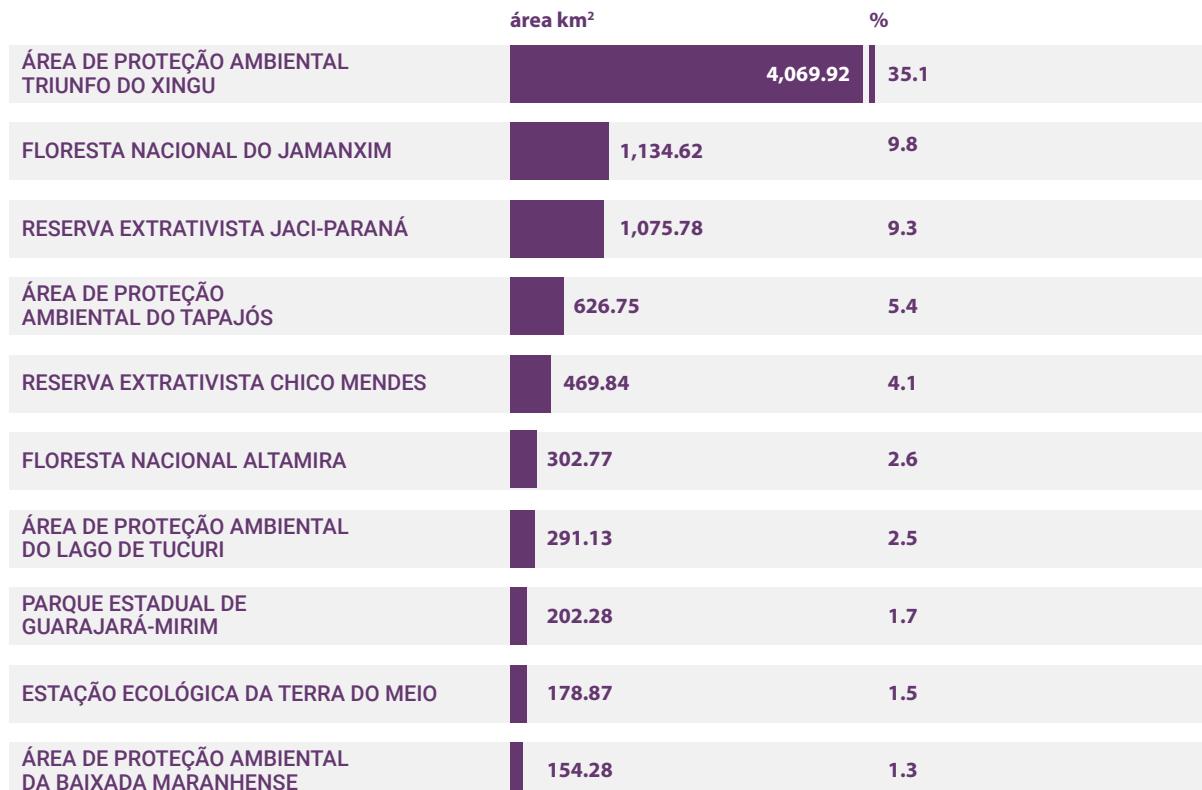
6. AVALIAÇÃO GERAL

Cenário Regional

Nos 14 municípios de atuação da Cooperacre, a situação de pressão de desmatamento, na avaliação interna da cooperativa, é um dos grandes entraves em relação à gestão das APS. A Reserva Extrativista (Resex) Chico Mendes é um ponto focal de atuação da cooperativa, sendo a quinta unidade de conservação (UC) mais desmatada atualmente na Amazônia e que vem sendo tomada por pastagens nos últimos dez anos (Figura VIII).



Figura VIII: Incrementos de desmatamento acumulado das dez UCs localizadas na Amazônia Legal



Fonte: Terrabrasilis/Prodes/Inpe⁸⁷

A falta de apoio dos governos e o enfraquecimento de políticas públicas de incentivo à manutenção da floresta em pé e de fiscalização vêm modificando sistematicamente a paisagem nessa UC. Apesar da pecuária em pequena escala ser permitida pelas regras de gestão da unidade, algumas famílias extrapolam esses limites, atraídas pela lucratividade da atividade em detrimento das práticas de uso sustentável dos recursos da floresta. O aluguel de pastagens dentro da UC virou uma alternativa rentável para muitos moradores, pressionados pelos pecuaristas do entorno da reserva. A Cooperacre mantém sua atuação presente dentro da reserva, com ações de ATER e incentivo ao extrativismo da castanha-do-brasil, extração de borracha natural e produção agroflorestal.

Aspectos Positivos

- Qualificação e rentabilidade para todos os elos das cadeias apoiadas pela Cooperacre junto aos seus/suas associados/as;
- Geração de mais de 300 empregos diretos e mais de 1.500 indiretos;

87. Dados disponíveis em: [http://terrbrasili.../legal_amazon/increments](http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/increments)



- Garantia de compra de produtos do extrativismo, como a castanha, borracha e açaí, além de produtos agrícolas, como frutas para a produção de polpas industrializadas;
- A parceria entre a cooperativa e seus associados gera uma relação comercial direta, sem intermediários, com preços mais justos, e consequente melhoria de renda nos APLs que a organização atua.
- A estrutura organizacional da cooperativa tem capacidade gerencial para receber e aplicar os recursos de financiadores como o Fundo Amazônia.

Desafios

- A ampliação da produção de polpa de frutas, com a construção de uma planta anexa à indústria de beneficiamento de castanha em Rio Branco, abrirá espaço para ampliar a sua atuação e promover o aumento de áreas de plantio de espécies frutíferas na sua região de atuação. A Cooperacre, tem o desafio de priorizar o uso das áreas já antropizadas em uso pelos/as seus/suas associados/as, sem converter áreas florestadas para o cultivo de frutíferas.
- Algumas espécies de interesse para a frente produtiva de polpa de frutas (maracujá e acerola) não se adequam aos desenhos de SAFs e terão que ser plantadas em áreas abertas, em monocultivos, mais exigentes de nutrientes e irrigação.
- A desmobilização da equipe de ATER após o final do projeto deixou cerca de 300 famílias sem acompanhamento técnico. Recomenda-se que a cooperativa avalie a manutenção de equipe de ATER, captando recursos de outras fontes ou, até mesmo, através de receitas próprias.
- A competição com a atividade pecuária no estado deve ser objeto de avaliação estratégica permanente da cooperativa, para não haver perda de receita advinda do desincentivo dos associados, principalmente na ampliação e manutenção dos SAFs.
- Investir na valorização da equidade de gênero, participação e empoderamento das mulheres no modelo de gestão.

7. CONCLUSÕES E LIÇÕES APRENDIDAS

O projeto *Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável* foi bem-sucedido na implementação dos recursos captados junto ao Fundo Amazônia. Na avaliação de campo, a organização responsável – Cooperacre – demonstrou ter estrutura e maturidade organizacional para gerir suas unidades produtivas e, até mesmo, ampliar sua atuação a nível regional e nacional.

A Cooperacre trabalha de forma proativa, estabelecendo parcerias com atores comerciais, como é o caso da empresa francesa Veja/Vert, parcerias com o governo estadual e agências do governo federal, como a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Universidade Federal do Acre



(UFAC), além de já ter experiência de captação de crédito junto a bancos, como o BNDES e Banco da Amazônia.

A cooperativa tem larga experiência em gestão de cadeias da sociobiodiversidade, como a castanha e a extração de látex. Entretanto, precisa aprimorar sua experiência com a cadeia produtiva de polpa de frutas, um mercado muito competitivo e que está em ascensão no Brasil. Além disso, deve-se olhar com cautela o estímulo de monocultivos de espécies frutíferas que não se enquadram em arranjos de SAFs, para que não haja pressão para este fim sobre áreas florestadas.

Mesmo com capilaridade entre os diversos atores envolvidos na conversão de áreas degradadas para sistemas de SAFs, é possível aprimorar a atuação na captação e ampliação de produtores/as interessados/as em investir nesse sistema de produção. Para isso, a Cooperacre precisa manter sua capacidade de oferecer um sistema de ATER treinado e capaz de atender a demandas atuais e futuras. Apesar dessa meta ter sido atingida no projeto *Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável*, isso representa pouco em termos de extensão territorial frente ao avanço do desmatamento na região.

A Cooperacre pode ter uma atuação mais ousada e influente quanto a ser um ator-chave para promover, de forma mais ampliada, a economia de base florestal. Até mesmo, tentar resgatar parte desse protagonismo, perdido pelo governo do estado do Acre devido às últimas gestões estaduais e federal. Como organização com história de luta pela posse da terra e conservação da floresta, iniciado por Chico Mendes, a Cooperativa precisa inserir em sua visão de futuro essa proatividade, podendo atingir resultados mais amplos.

O cenário atual de perda de áreas de floresta convertidas para pecuária deve ser alvo contínuo da cooperativa. A partir de sua atuação, a Cooperacre pode ter um papel fundamental de demonstrar, a governos, doadores e investidores, que devem ser priorizadas as atividades produtivas que mantenham a floresta em pé e que a economia de base florestal é sustentável, rentável e capaz de prover uma real qualidade de vida para as gerações atuais e futuras.

8. ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA OCDE

Evidências	Avaliação
Critério Relevância	
O projeto promoveu a verticalização de cadeias produtivas e diminuiu barreiras como logística de transporte, armazenamento, beneficiamento e comercialização da produção agroextrativista. Também investiu em capacitação e gestão administrativa das organizações afiliadas, assistência técnica e estreitamento entre parceiros que trabalham com ensino, pesquisa e controle de qualidade.	Grande Relevância



Critério Eficácia	O projeto cumpriu com todas as suas metas, conforme o quadro de indicadores apresentado ao Fundo Amazônia. Houve a justificativa de não atender uma das regiões de atuação da cooperativa – a regional do Purús –, alegando questões de logística de acesso aos/as produtores/as.	Eficaz
Critério Eficiência	A Cooperacre é hoje a maior beneficiadora de castanha-do-brasil no país. Possui um sistema de aquisição de matéria prima eficiente, com quatro plantas de beneficiamento em funcionamento e estrutura de armazenamento implantada. No caso da borracha, a parceria com a empresa francesa Veja/Vert oferece, aos extrativistas, a garantia de venda a um preço superior ao praticado no mercado. Está sendo implementada uma nova unidade de processamento de polpa de frutas, anexo a matriz da sua usina de beneficiamento de castanha em Rio Branco. A cooperativa está conseguindo acessar o exigente mercado internacional, se adequando aos padrões sanitários exigidos.	Boa eficiência
Critério Impacto	O ritmo de expansão e consolidação da Cooperacre, como modelo de negócios na escala do agroextrativismo no estado do Acre e região, mostra a capacidade de ocupar espaços no cenário socioeconômico regional, mesmo com a competição desleal com o modelo da pecuária.	Efeito moderado a forte
Critério Sustentabilidade	A nova vertente de colocar o conceito de bioeconomia no cenário de soluções para o futuro conservação da Amazônia, traz para a Cooperacre possibilidade de consolidação como modelo de negócios sustentáveis, mesmo na escala que a cooperativa está atuando hoje e quer alcançar no futuro, com a sua nova fábrica de beneficiamento de polpa de frutas. A cooperativa deve seguir atuando em propósitos de governança, seja pelo ponto de vista ambiental, seja pelo de controle social, igualdade e inclusão de gênero.	Sustentabilidade média a alta

9. ANÁLISE DAS SALVAGUARDAS DE CANCUN

Critérios	Atende	Observações
Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes.	Sim	O Acre tem 22 municípios, e a Cooperacre atua em 14 deles, fomentando a produção agroextrativista numa extensão territorial considerável. O modelo está alinhado com o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) a nível federal e estadual. A cooperativa investe junto aos seus associados na certificação orgânica e mercado justo, afirmindo seu compromisso com as práticas socioambientais e econômicas equilibradas e condizentes com um modelo de desenvolvimento voltado à não degradação das florestas e ao equilíbrio do clima a nível regional e global.



Estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania e a legislação nacionais.	Sim	A Cooperacre, em conjunto com as suas aglutinadas, possui parcerias com agências de ensino e pesquisa, objetivando a melhoria dos seus programas de recuperação SAFs, qualidade de beneficiamento de seus produtos e reaproveitamento da casca da castanha para fins energéticos, que mantém com a Embrapa/AC. Atua também intermediando, junto a agências de governo, a regularização ambiental dos seus associados quanto aos registros de Cadastro Ambiental Rural (CAR) e obtenção de outorga de poços para utilização na irrigação para os projetos de fruticultura.
Respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros/as de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, circunstâncias e leis nacionais e observando que a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas	Sim	A Cooperacre fortalece cadeias produtivas florestais, além de estimular a recuperação de áreas degradadas por meio da implementação de SAFs, beneficiando também a agricultura familiar. Atua em projetos de assentamento e unidades de conservação, promovendo a conservação da cobertura da vegetação nativa. Também promove boas práticas de uso do solo em áreas que já sofreram desmatamento dentro dos limites estabelecidos pela legislação ambiental brasileira.
Participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais, nas ações referidas nos parágrafos 70 e 72 da Decisão 1/CP 16.	Sim, mas poderia ser mais efetiva em ações de monitoramento de impacto/ resultado.	As relações de negociação da produção agroextrativista, entre a Cooperacre e as associações de moradores, estão sendo de cooperação em rede, sem intermediários, o que já é um sinal de um modelo de relação mais equilibrado e justo. Não foram identificados modelos de atuação assistencialista nem centralizador nas tomadas de decisão. No entanto, o sistema de gestão de toda essa rede carece de investimento ou melhoria na componente de monitoramento de resultados e impactos. Não foram identificadas pessoas ou instrumentos, dentro dessa rede, focados em armazenar, analisar e utilizar os resultados para melhorar o atual modelo de gestão.
Ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações referidas no parágrafo 70 da Decisão 1/CP 16 não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos e para melhorar outros benefícios sociais e ambientais.	Sim, mas poderia ser mais efetiva em ações de conservação	A Cooperacre atuou na recuperação do passivo ambiental nas áreas dos seus associados, por meio da implantação de SAFs. Atuou também, em conjunto com instituições parceiras, para o fortalecimento das cadeias de castanha, borracha e polpa de frutas, gerando renda e melhor qualidade de vida para os extrativistas. A cooperativa atua dentro da Resex Chico Mendes, que sofre forte pressão de desmatamento. Apesar de incentivar a conservação dentro da área, absorvendo a produção de castanha e látex, poderia ser atuante junto ao poder público para tentar desenfrear esse processo de degradação florestal dentro da UC.
Ações para tratar os riscos de reversões em resultados de REDD +.	N/A	N/A
Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas.	Sim	Foram recuperados 600 hectares por meio da implantação de SAFs.



10. ANÁLISE DOS CRITÉRIOS TRANSVERSAIS

Redução da Pobreza	Avaliação
<p>O projeto promoveu aumento de 2,5 safras por ano por família, ampliando a renda com a venda de produtos oriundos do extrativismo e das frutas. Com o aumento da rentabilidade do agroextrativismo, o/a produtor/a diminui seu interesse em abrir novas áreas para a atividade de pecuária.</p> <p>Foram beneficiadas 2.000 famílias diretamente e 1.000 indiretamente e um conjunto de 25 associações e cooperativas de produtores/as, fortalecendo a rede de atores do extrativismo e da agricultura familiar. A Cooperacre gerou mais de 300 empregos diretos e mais de 1.500 indiretos, beneficiou as comunidades extrativistas por meio da garantia de compra dos produtos do extrativismo, pagando preço justo pela produção. Houve melhoria ambiental em decorrência dos SAFs, ampliando a qualidade dos serviços ecossistêmicos que fornecem base para o bem-estar das pessoas. A implementação de, em média, 2 hectares por SAF por produtor/a fortaleceu a estrutura familiar e estimulou o trabalho remunerado dos jovens na produção, obtida pela colheita dos produtos.</p>	Sim
Equidade de Gênero	Avaliação
<p>Houve pouca integração de questões de gênero no projeto, com ações voltadas para famílias (que abrangem mulheres), mas sem estratégia específicas para mulheres e sua atuação junto às cadeias dos produtos trabalhados.</p>	Parcialmente



C. PROJETO PEQUENOS PROJETOS ECOSSOCIAIS NA AMAZÔNIA – PPP-ECOS NA AMAZÔNIA

FICHA DO PROJETO

Título do projeto:	Pequenos Projetos Ecossociais na Amazônia – PPP-Ecos na Amazônia
Entidade responsável:	Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPNA)
Período do projeto:	2012 a 2020 (99 meses)
Abrangência territorial:	Áreas do bioma Amazônia nos estados de Maranhão (norte, centro e oeste maranhense), Mato Grosso (nordeste, norte e sudoeste mato-grossense) e Tocantins (occidental do Tocantins).
Beneficiários:	Povos e comunidades tradicionais, agricultores/as familiares, distribuídos nos estados de Maranhão, Mato Grosso e Tocantins.
Objetivo:	Realizar quatro chamadas públicas com a finalidade de selecionar e financiar projetos socioambientais de pequeno valor voltados para agricultores/as familiares, povos e comunidades tradicionais em áreas do bioma Amazônia dos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.
Enquadramento no Fundo Amazônia via:	Demanda espontânea
Categoria Fundiária	Assentamentos, Territórios Indígenas e Quilombolas e Unidades de Conservação.
Componente:	Produção Sustentável
Valor total do projeto:	R\$ 17.796.525,00
Valor do apoio do Fundo Amazônia:	12.814.691,38

Fonte: Ficha elaborada com base nas informações do site do Fundo Amazônia/BNDES.

1. RESUMO DO PROJETO

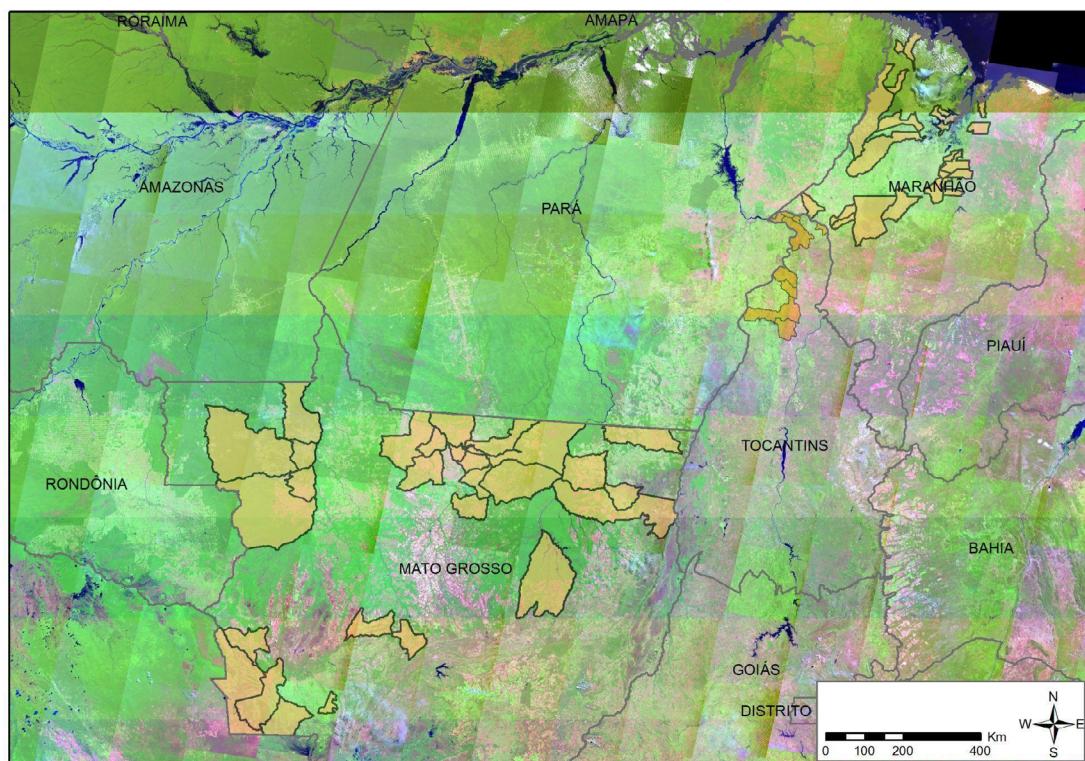
O projeto *Pequenos Projetos Ecossociais* - PPP-Ecos teve início em 1994, quando o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPNA) foi selecionado para coordenar a sessão brasileira do Small Grants Project (SGP), implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O ISPNA foi, assim, financiado pelo SGP com recursos vindos do Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environment Facility – GEF). O PPP-Ecos teve foco exclusivo no bioma Cerrado durante quase 20 anos até que, em 2013, expandiu sua atuação para o bioma Caatinga, com apoio do GEF, e para a Amazônia, com apoio do Fundo Amazônia⁸⁸.

O PPP-Ecos na Amazônia apoiou projetos com foco na conservação de ambientes naturais, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e do fortalecimento de organizações comunitárias. As áreas de atuação do projeto estão localizadas no Arco do Desmatamento dos estados do Maranhão, Mato Grosso e Tocantins (Figura I), onde se

88. Atualmente, o programa conta com uma carteira variada de financiadores, como a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), a União Europeia e o Ministério do Meio Ambiente, da Alemanha (BMU). Informações disponíveis em seu sitio eletrônico: <https://ispn.org.br/editais-ppp-ecos/>.

buscou fortalecer diferentes grupos sociais, como comunidades indígenas, quilombolas, agricultores/as familiares, assentados/as da reforma agrária, grupos de mulheres e de jovens rurais.

Figura I: Localização dos municípios com projetos apoiados pelo PPP-Ecos na Amazônia (MA, MT e TO)



Fonte: Elaboração própria a partir do software QGIS Desktop.

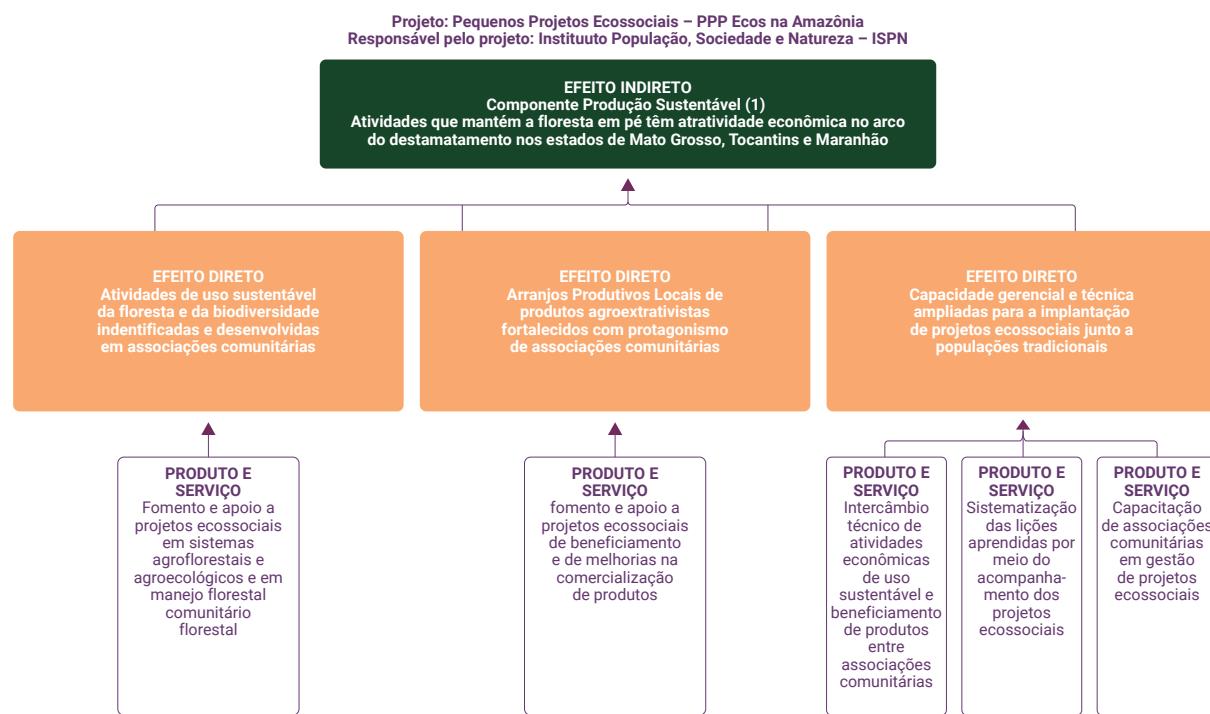
O projeto realizou quatro chamadas públicas, duas em 2013, uma em 2014 e outra em 2017. Foram realizadas 18 oficinas de apresentação dos editais em diferentes estados e inserções no programa de rádio *Natureza Viva*, da Empresa Brasil de Comunicações (EBC), apresentando experiências do projeto em outras regiões. Além disso, foram ofertadas oficinas de elaboração, planejamento e gestão de projetos, assim como eventos de intercâmbio de experiências e lições aprendidas.

2. LÓGICA DE INTERVENÇÃO

De acordo com os procedimentos vigentes no Fundo Amazônia durante a implantação do projeto, foi acordado um Quadro Lógico para o projeto PPP-Ecos na Amazônia, alinhado com a estrutura do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. (Figura II)



Figura II: Quadro Lógico do projeto PPP-Ecos na Amazônia acordado junto ao Fundo Amazônia

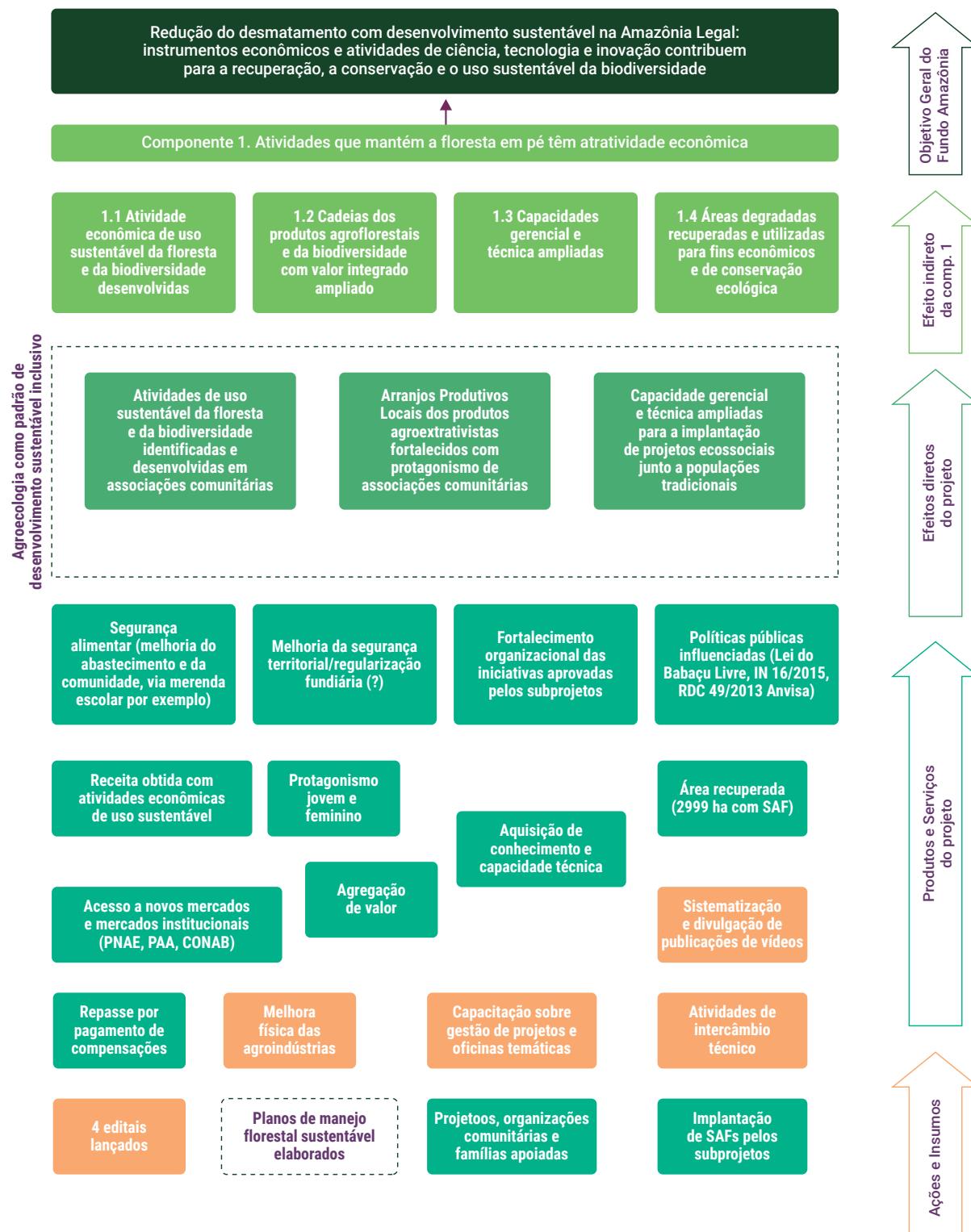


Fonte: Fundo Amazônia.

3. TEORIA DA MUDANÇA

O quadro esquemático representativo da teoria da mudança do projeto *PPP-Ecos na Amazônia* foi construído considerando os objetivos específicos do Fundo Amazônia e os efeitos indiretos dos projetos. Além desses conceitos-chave, foram agregados elementos, resultados e impactos considerados fundamentais na análise e compreensão do projeto. A representação gráfica associa os principais resultados do projeto e efeitos a nível de impactos (ou efeitos indiretos) da componente, e em um âmbito superior, dos objetivos gerais do Fundo Amazônia (Figura III).

Figura III: Representação esquemática da Teoria da Mudança do projeto PPP-Ecos na Amazônia



Fonte: Elaboração própria dos autores.



4. METODOLOGIA ESPECÍFICA

Para a avaliação do projeto *PPP-Ecos na Amazônia*, foram realizadas entrevistas exploratórias, análise de dados secundários, missão de campo para entrevistar gestores/as e beneficiárias/os do projeto e aplicação de um questionário para beneficiários/as que foi enviado por e-mail.⁸⁹ As perguntas orientadoras que guiaram as entrevistas assim como a lista de pessoas entrevistadas encontram-se no Apêndice IV e no Apêndice V, respectivamente.

5. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Efeito Direto 1 e 2: *Atividades de uso sustentável da floresta e da biodiversidade identificadas e desenvolvidas em associações comunitárias.” e “Arranjos Produtivos Locais de produtos agroextrativistas fortalecidos, com protagonismo de associações comunitárias.⁹⁰*

Ao analisar os indicadores dos Efeitos Diretos 1 e 2 é possível observar o atendimento e a superação em vários casos. (Tabela I e Tabela II)

Tabela I: Indicadores dos Efeitos Diretos 1 e 2 do projeto *PPP-Ecos na Amazônia*

Indicador dos Efeitos Diretos 1 e 2	Meta	2013	2014	2016	2020	Variação %
Receita obtida com atividades econômicas de uso sustentável (R\$/ano por família)	R\$1.500,00	N/A	414	75091	2.400	160%
Nº de organizações comunitárias fortalecidas	4092	N/A	44	157	163	163%
Nº de planos de manejo florestal sustentável elaborados	15.00	N/A	N/A	N/A	0	0%

Fonte: Fundo Amazônia

89. Confira o questionário no Apêndice II.

90. Devido às similaridades entre esses dois efeitos diretos e sua forma de atuação complementar, foram definidos entre o BNDES e o ISPNA uma série de indicadores e produtos complementares que pudessem ser utilizados em ambos os casos.

91. Somente 23 projetos informaram renda até este momento. O valor informado foi dividido pelo número de beneficiárias/os de cada projeto. Portanto, é um valor aproximado da renda obtida e muito variável, pois há projetos com maior valor agregado, como as cadeias do mel, palmito e polpas, enquanto outros que estão organizando sua cadeia de valor e se adequando aos mercados.

92. Essa meta previa a contratação de uma média 40 associações apoiadas/edital, assim como um total de 100 até o final do projeto, considerando a possibilidade de mais de um apoio a uma mesma associação.



Tabela II: Indicadores de produtos do projeto PPP-Ecos na Amazônia

Indicador de produtos	Meta	2013	2014	2016	2020 ⁹³	Variação %
Número de editais lançados	4	1	3	4	4	100%
Número de projetos apoiados no âmbito do PPP-Ecos Amazônia	160	22	59	88	88	55%
Áreas degradadas que foram recuperadas a partir das iniciativas dos projetos do PPP-ECOS	1.000	N/A	1.275	2.418	2.999	300%
Número e localização dos municípios beneficiados com projetos do PPP-ECOS	100	0	50	72	72	72%
Número de famílias beneficiadas pelos projetos	1.500	381	2.252	3.425	3.046	203%

Fonte: Fundo Amazônia.

Em relação à geração de renda a partir das atividades econômicas de uso sustentável, foi alcançado um valor por família de R\$2.400,00, bem maior do que os R\$ 1.500,00 que eram esperados. O acréscimo de renda das famílias e das organizações se deu de diversas formas, a depender das cadeias produtivas e de especificidades regionais, como, por exemplo, pela venda dos produtos beneficiados, manejados, coletados etc. e por meio do acesso a programas públicos de compras institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Também foram atendidas bem mais organizações comunitárias do que estava planejado, totalizando 163, sendo a previsão de 40. Essa meta foi ultrapassada dessa maneira, pois também se incluiu nos resultados as organizações apoiadas indiretamente (através dos subprojetos).

O indicador referente à elaboração de Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) ficou aquém da meta inicial, devido a não ter sido produzido nenhum PMFS. Isso se deu pela ausência de solicitações dessa natureza por parte dos subprojetos.

Em relação aos editais previstos, foram lançadas quatro chamadas públicas ao longo do projeto, como planejado inicialmente, duas em 2013, uma em 2014 e uma em 2015. Contudo, os indicadores relativos ao número de projetos apoiados e ao número de municípios apoiados estão aquém da meta inicial de 55% e 72%, respectivamente. A razão para isso é que o ISPNE estipulou dois valores diferentes para a categoria de pequenos projetos (apoio máximo R\$ 60 mil) e de projetos de consolidação (apoio máximo de R\$ 90 mil). Como o cálculo da meta foi realizado considerando valores parciais de apoio, e poucos projetos optaram por valores menores que teto disponível, o número total de projetos apoiados e de municípios onde o PPP-Ecos na Amazônia esteve presente foi menor que o esperado inicialmente.

Houve um alcance de 300% da meta inicial de áreas recuperadas, uma vez que, dentre os 88 subprojetos apoiados, foi possível observar uma grande variedade de alternativas de recuperação através de hortas comunitárias, sistemas agroflorestais (SAFs), entre

93. Dados retirados do Relatório de Avaliação de Efetividade gerado pelo ISPNE em 2020.



outros. Foram mais de 22 mil hectares sob uso sustentável, relativos à somatória das áreas (terras indígenas – TIs, projetos de assentamento e territórios quilombolas) onde os projetos foram implantados. Apesar de não serem fruto direto das atividades do projeto, considera-se que essas áreas foram beneficiadas pelo fortalecimento da gestão.

A meta de famílias beneficiadas foi ultrapassada em 103%, apoiando diretamente mais de 3 mil famílias. Isso se deu pelo sucesso na capilarização dos resultados das atividades do projeto, como suas capacitações, intercâmbios e ao considerar organizações beneficiadas indiretamente.

Dona Raimunda à frente da unidade de beneficiamento apoiada



Fonte: Imagem captada por Artur Monteiro durante a missão de campo para esta avaliação, 2023.

Dona Raimunda da “Associação de Mulheres Semeando a Resistência” em frente à unidade de beneficiamento cujos trabalhos foram apoiados pelo projeto PPP-Ecos na Amazônia. Dona Raimunda e outras associadas apontam o projeto como fundamental para que elas fossem mais respeitadas na região e recebessem mais apoio dos homens da comunidade. Elas conseguem, hoje, produzir, em mutirão, bolos, pães e biscoitos para diferentes programas do governo (PNAE e PAA) e garantem recursos adicionais para suas famílias.

Efeito Direto 3: Capacidade gerencial e técnica ampliadas para a implantação de projetos ecossociais junto a populações tradicionais

Em relação ao Efeito Direto 3, o projeto PPP-Ecos teve uma meta inicial de capacitar 200 pessoas, a qual foi ultrapassada em mais de 25 vezes, com o projeto capacitando



5.072 indivíduos. Esse resultado se deve à grande quantidade de capacitações e oficinas realizadas pelo ISPNA e pelos subprojetos. (Tabela III)

Tabela III: Indicadores do Efeito Direto 3 do projeto PPP-Ecos

Indicador do Efeito Direto 3	Meta	2013	2014	2016	2020	Variação %
Nº de indivíduos capacitados efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos	200	N/A	560	3.756	5.072	2.536%

Fonte: Fundo Amazônia

Produto 3.1: Capacitação de associações comunitárias em gestão de projetos ecossociais⁹⁴

Foram realizadas 17 oficinas de capacitação em gestão de projetos ecossociais, sendo 6 delas, de caráter regional e com apoio de organizações locais, voltadas à elaboração de projetos; outras 6 de gestão, voltadas às iniciativas aprovadas nas chamadas públicas; e 5 oficinas temáticas, respondendo às demandas específicas regionais.

Nos dois indicadores o projeto ultrapassou a meta estipulada, com 213% no caso de oficinas realizadas e 541% quanto ao número de participantes. Isso se deu, principalmente, porque houve demanda por oficinas específicas sob demandas regionais⁹⁵ e porque os subprojetos estipularam diversas atividades de capacitação junto ao ISPNA.

Tabela IV: Indicadores do Produto 3.1 do PPP-Ecos na Amazônia

Indicador produto 3.1.	Meta	2013	2014	2016	2020	Variação %
Número de oficinas de capacitação em gestão de projetos ecossociais	8 ⁹⁶	3	5	1597	17	213%
Número de pessoas que participam dos eventos de capacitação	160	145	217	381	866	541%

Fonte: Fundo Amazônia.

Produto 3.2: Intercâmbio técnico de atividades econômicas de uso sustentável e beneficiamento de produtos entre associações comunitárias

Quanto aos intercâmbios técnicos realizados pelos subprojetos, houve a disseminação de práticas exitosas para a formação horizontal. Foram realizados 103 intercâmbios⁹⁸, duas vezes mais que os 50 previstos inicialmente, com a participação de 1.355

94. Esse produto especificamente não considera diversos processos de capacitação realizados pelas organizações beneficiárias do projeto em si. Caso tais capacitações fossem consideradas, teríamos um acréscimo de 264 oficinas e 5.072 participantes, sem considerar os eventos de intercâmbio.

95. As cinco oficinas temáticas realizadas foram: "Normas Sanitárias para a Produção Familiar" (TO); "Produção de Mel e Conservação Ambiental" (DF); "Agroindústria Comunitária de Polpa de Fruta" (MA). Dois encontros sobre experiências e aprendizados do PPP-Ecos na Amazônia (DF e MT).

96. Essa meta incluía inicialmente quatro oficinas de planejamento mais quatro oficinas de aprimoramento.

97. Considerando seis oficinas de capacitação inicial (232 participantes), três oficinas temáticas (162 participantes) e seis oficinas regionais de elaboração de projeto (199 participantes).

98. Foram realizados 35 intercâmbios com apoio direto do ISPNA, beneficiando diretamente 518 pessoas. Foram realizados 68 intercâmbios pelos projetos com recursos do PPP-Ecos na Amazônia e com a participação de 837 pessoas.



representantes de projetos. O número de participantes das atividades de intercâmbio foi 562% daquele previsto na meta inicial, que era de 120 (Tabela V).

Tabela V: Indicadores do Produto 3.2 do PPP-Ecos na Amazônia

Indicador	Meta	2013	2014	2016	2020	Variação %
Número de projetos visitados pelos(a) beneficiários(as) dos editais em atividades de intercâmbio técnico	50	N/A	11	47	103	208%
Número de beneficiários(as) dos projetos ecossociais que participam de atividades de capacitação por meio de intercâmbio técnico	120	N/A	80	674	1.355	562%

Fonte: Fundo Amazônia.

Produto 3.3: Sistematização das lições aprendidas por meio do acompanhamento dos projetos ecossociais

O terceiro produto do Efeito Direto 3, sistematização de informações e geração de conteúdos técnicos, gerou estudos publicizados em formato impresso e/ou digital. Ao todo, foram impressos nove estudos e foram produzidos dois vídeos, somando 12 materiais produzidos sobre diferentes temas: *Guia de Elaboração de Projetos de Agroindústrias Comunitárias*, *Manual de Boas Práticas de Manejo para o Extrativismo Sustentável do Buriti*, *Manual Tecnológico de Aproveitamento Integral dos Produtos das Abelhas Nativas Sem Ferrão* e os documentários: *Babaçu – floresta de vida*⁹⁹ e Documentário sobre o PPP-Ecos^{100,101}.

Já o indicador de “políticas públicas influenciadas”, mesmo não prevendo uma meta específica, teve três experiências importantes: a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC 49/2013) e a Instrução Normativa (IN 05/2017), ambas da Anvisa e que versam sobre regulamentações fitossanitárias orientando trabalhos de microempreendedores/as em agroindústrias, e a Lei Municipal 03/2015, do município de Peritoró/MA, que teve impacto positivo na região ao permitir acesso à Babaçuais. (Tabela VI)

Tabela VI: Indicadores do Produto 3.2 do PPP-Ecos na Amazônia

Indicador	Meta	2013	2014	2016	2020	Variação %
Número de publicações sobre lições aprendidas e impactos dos projetos apoiados	5	N/A	N/A	1*	12	240%
Número de políticas públicas influenciadas ou em debate	-	1	2	3**	3	N/A

Fonte: Fornecido pelo Fundo Amazônia.

99. Disponível em: <https://youtu.be/w7MCqdwR8w4>.

100. Disponível em: https://youtu.be/_DO2o8b7T4.

101. O estudo *Estimativa de emissões evitadas e remoções de dióxido de carbono (CO₂) em projetos apoiados pelo PPP-Ecos no Arco do Desmatamento*, que não foi publicizado devido à complexidade do tema abordado.



Box 1 – Lei do Babaçu Livre

Estandarte com poesia de Cora Coralina na agroindustria de derivados de babaçu do Clube de Mães Quilombolas Lar de Maria (Itapecuru-Mirim/MA)



Fonte: Imagem captada por Ester Pons durante a missão de campo para esta avaliação, 2023.

A luta pelo acesso aos babaçuais é uma das principais bandeiras dos grupos e movimentos de quebradeiras de coco babaçu. Ao longo dos anos, essa luta gerou muitos conflitos por causa de fazendeiros que não permitem o acesso aos babaçuais, ameaçam e, muitas vezes, agredem as quebradeiras. Devido à realidade precária de regularização fundiária, já que muitas vezes as quebradeiras não possuem titularidade da terra ou a ocupam de forma coletiva, muitas delas necessitam acessar reservas de babaçuais para desenvolverem seu modo de vida.

A Lei do Babaçu Livre é uma conquista de campanhas de quebradeiras de babaçu em seus municípios. Essas leis garantem o acesso livre das quebradeiras em regime de economia familiar às reservas de babaçuais para a coleta dos cocos, inclusive em propriedades privadas; proíbe o envenenamento, derrubada e queimada das palmeiras, corte dos cachos, queima do coco inteiro; dentre outras medidas que protegem o babaçu e apoiam as quebradeiras¹⁰².

Já houve três diferentes projetos de lei federal que previam o uso comunitário de babaçuais e, até, proibiam sua derrubada. Contudo, nenhum projeto foi aprovado. Embora nenhuma dessas tentativas tenha emplacado, no Tocantins, foi aprovada uma lei estadual e há diversos municípios (no Maranhão, Tocantins e Pará) que já conquistaram a aprovação de leis relacionadas ao babaçu livre. Essas aprovações constituem conquistas muito importantes para as comunidades e merecem destaque dentro de seu histórico de luta.

¹⁰². Informação retiradas do documento Quebradeiras de coco babaçu: reflexões e aprendizados, do ISPNE. Disponível em: <https://ispn.org.br/>.



A Lei Estadual do Tocantins nº 1.959/08, dispõe sobre a proibição da queima, derrubada e uso predatório das palmeiras do coco babaçu. Acresce ainda que em terras “a exploração é condicionada à celebração de termo de acordo entre as associações de quebradeiras de coco e os respectivos proprietários”. O Maranhão não possui lei estadual, mas diversos de seus municípios sim, sendo a Lei Municipal de Peritoró nº 03/2015 uma das mais recentes e fruto de processos encabeçados por comunidades apoiadas pelo PPP-Ecos na Amazônia.

6. AVALIAÇÃO GERAL

Aspectos Positivos

- É possível afirmar que, por meio do **sucesso alcançado em diferentes indicadores** de geração de renda, oficinas de capacitação, áreas recuperadas, projetos apoiados e pessoas impactadas positivamente, o projeto *PPP-Ecos na Amazônia* consolida uma posição de referência do ISPN na Amazônia.
- As atividades de instalação de infraestrutura produtiva e melhoria das agroindústrias permitiram o **desenvolvimento das cadeias produtivas de atividades sustentáveis aliadas ao incremento da renda média familiar** observada em diversos projetos.
- Os 88 subprojetos apoiados por meio dos quatro editais do *PPP-Ecos na Amazônia* financiados pelo Fundo Amazônia/BNDES permitiram o **fortalecimento direto e indireto de mais de 160 organizações comunitárias**, demonstrando a capilaridade e horizontalidade dos conhecimentos gerados e adquiridos ao longo do projeto.
- Além das organizações comunitárias apoiadas pelo projeto, **3.046 famílias foram beneficiadas direta ou indiretamente pelas ações socioeconômicas e formativas do projeto**.
- As atividades produtivas sustentáveis desenvolvidas pelos subprojetos levaram à **recuperação de 2.999 hectares de áreas degradadas a partir da implantação de SAFs e plantio direto de mudas**. Ademais, as atividades do projeto levaram ao fortalecimento de mais de 22.573 hectares de uso sustentável na região.
- O projeto **realizou dezenas de eventos de formação, capacitação e intercâmbios formando 5.072 beneficiárias/os**. Esse esforço levou à capilarização do conhecimento gerado e adquirido, fortalecendo a aplicação contínua e a sustentabilidade dos impactos positivos.
- Houve, ainda, a **sistematização das informações geradas ao longo do projeto em dois vídeos e dez estudos sobre diversos temas**, assegurando o retorno às comunidades assistidas pelo projeto e o repasse dessas informações geradas para além de seu território de atuação.
- Os trabalhos conduzidos pelos subprojetos, aliados ao reconhecimento adquirido junto às esferas públicas, demonstraram **influência direta sobre políticas públicas municipais**, a exemplo da Lei Municipal nº 03/2015 de Peritoró/MA, que garante acesso livre aos babaçuais localizados em territórios privados



Desafios

- Ao longo da duração do projeto **nenhum plano de manejo florestal sustentável foi produzido pelos subprojetos** com apoio do ISP. Deve-se observar o conhecimento das organizações sobre a temática e a necessidade de capacitações sobre o tema para orientar a necessidade.
- Apesar de apoiar 88 pequenos projetos ecossociais nos estados do Maranhão, Mato Grosso e Tocantins, a **expectativa inicial do PPP-Ecos na Amazônia era de assistir a 160 subprojetos (80% a mais)**. Essa discrepância deve-se ao fato de que a maioria das iniciativas optou por tentar acessar os recursos pelo teto dos valores disponíveis, sendo recomendado optar por valores maiores para os próximos apoios.
- Isso vale também para o número de municípios apoiados (72) que se mantiveram aquém da meta inicial estipulada de 100 municípios. Com valores de apoio maiores, menos projetos foram contemplados.

7. CONCLUSÕES E LIÇÕES APRENDIDAS

- Devido à grande extensão territorial do projeto, fica evidente a necessidade de variedade nas respostas frente ao enfrentamento ao desmatamento. Localmente, as soluções se manifestam e são refinadas a partir da melhora da qualidade de vida no meio rural. Considera-se, portanto, a capacidade de resposta provida pelo *PPP-Ecos na Amazônia* como de importância central. A execução de projetos como o *PPP-Ecos* comprova o papel-chave desempenhado por fundos que conseguem oferecer capilaridade de investimentos visando democratizar o acesso a recursos para o investimento em ações socioambientais de organizações de base comunitária, tradicional, indígena e quilombola na Amazônia
- O ISP melhorou sua gestão interna por meio de sistemas gerenciais e da instalação de uma intranet, apoiou 88 subprojetos ao longo da região do Arco Desmatamento, fortaleceu comunidades e associações, promoveu dezenas de capacitações e formou milhares de pessoas em temas diversos, além de gerar conteúdo para a disseminação dos aprendizados. Com a instalação de agroindústrias, foi possível observar um incremento técnico das comunidades apoiadas, assim como maior acesso às políticas públicas e a outros editais, levando a uma melhora da qualidade de vida nas comunidades, aliada à conservação das florestas¹⁰³. A continuidade e expansão do *PPP-Ecos na Amazônia*, inclusive com novo apoio do Fundo Amazônia, comprova o reconhecimento da efetividade do projeto e seu alinhamento com prioridades nacionais e internacionais de conservação ambiental e combate às mudanças climáticas.

¹⁰³. Veja também a Teoria de Mudança proposta para o projeto.



8. ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA OCDE

Evidências	Avaliação
Relevância <p>O PPP-Ecos na Amazônia foi relevante para o objetivo geral do Fundo Amazônia ao apoiar diretamente 88 pequenos projetos, de 77 organizações, em diversas regiões do Arco do Desmatamento. Foi possível observar o fortalecimento de organizações de base aliado à maior estruturação de cadeias de valor, garantindo, assim, acesso e incidência sobre políticas públicas e maior capacidade de acesso a editais, programas e projetos de apoio. O apoio a tais iniciativas e a diferentes povos e comunidades tradicionais e agricultores/as familiares é considerado fundamental para permitir e estimular a permanência no campo, criando alternativas de renda que se aliam à conservação ambiental.</p>	Muito relevante
Eficácia <p>Em relação ao alcance dos objetivos propostos, o projeto foi eficaz em todos os efeitos esperados. Os trabalhos conduzidos pelo projeto levaram à melhoria da infraestrutura das organizações apoiadas, à melhor estruturação das cadeias de valor, à ampliação da atratividade dos produtos e ao fortalecimento das organizações. Os únicos indicadores aquém das metas (projetos apoiados, municípios com projetos e planos de manejo) se devem às mudanças na lógica de intervenção e de escolhas por projetos de maior valor de repasse, diminuindo a quantidade de projetos esperados. No tocante aos planos de manejo florestal sustentável (PMFC), o indicador não foi atendido devido a esse produto não ter sido solicitado pelos subprojetos a executora.</p>	Eficaz
Eficiência <p>Foram adotadas medidas de otimização dos recursos para ampliar os bens e serviços oferecidos pelo projeto, fortalecimento institucional (dos projetos apoiados e do próprio ISPNA) e um número muito maior de organizações e pessoas impactadas positivamente pelo projeto e suas diversas atividades.</p>	Muito eficiente
Impacto <p>Diversas cadeias produtivas foram ampliadas (açaí, babaçu, mel, polpas de frutas, palmito, artesanato, entre outras). Houve maior acesso a programas de compras institucionais (PNAE e PAA, entre outros), assim como maior organização das iniciativas apoiadas, por parte de indígenas quilombolas, agricultores/as familiares e assentados/as. Impactos concretos podem ser observados, também, pela incidência sobre políticas públicas federais e municipais.</p>	Impactos positivos relevantes
Sustentabilidade <p>O projeto foi fundamental para alavancar o trabalho de uma miríade de pequenas organizações que passaram a acessar outros recursos e projetos e adquiriram outros conhecimentos que estão sendo aplicados in loco. As estruturas físicas, construídas e instaladas na região, continuam sendo utilizadas por beneficiários/as. O ISPNA está executando outro projeto com recursos do Fundo Amazônia com maior valor de apoio a subprojetos na mesma área de incidência. Além de estar alcançando outros financiadores para o apoio a organizações de base na região.</p>	Sustentabilidade alta



9. ANÁLISE DAS SALVAGUARDAS DE CANCUN

Critérios	Atende	Observações
Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes.	Sim	Os projetos da Componente Produção Sustentável do Fundo Amazônia se alinham com o Objetivo 7 da fase 2016 a 2020 do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) – “Promover o Manejo Florestal Sustentável”. O projeto se associa diretamente ao Resultados 7.2 – “Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Sociobiodiversidade”, com destaque para: i. o apoio à projetos de inclusão produtiva sustentável; ii. disseminação de materiais de recomendações e boas práticas; iii. fortalecimento de atividades extrativistas; e iv. fortalecimento a gestão dos empreendimentos comunitários.
Estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania e a legislação nacionais.	N/A	Não houve contribuições do projeto a estruturas de governança em nível nacional.
Respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros/as de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, circunstâncias e leis nacionais e observando que a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas	Sim	O projeto seguiu processos previstos de consulta à anuência das comunidades participantes e ofereceu cursos e oficinas sobre elaboração de projetos. Como os projetos foram liderados pelas comunidades, houve respeito aos seus sistemas socioculturais e conhecimentos tradicionais. Houve necessidade de expedição de licenciamentos por parte da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) para instalação de agroindústrias e outras atividades. A valorização cultural da origem indígena, tradicional e quilombola da produção se deu de maneira variada no território, sendo necessário maior visibilidade dessas práticas.
Participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais, nas ações referidas nos parágrafos 70 e 72 da Decisão 1/CP 16.	Sim	Ao longo do projeto, houve participação de entidades colegiadas e representativas de povos indígenas e de outras populações tradicionais no Conselho Gestor Nacional (CGN), responsável por orientar os trabalhos do PPP-Ecos. Essas entidades são: Articulação dos Povos Indígenas (Apib), Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e Articulação do Semiárido (ASA). Houve também a articulação com entidades intermediárias entre o ISPNE e os subprojetos, garantindo maior engajamento das populações atendidas pelo projeto. A priorização das propostas para seleção e o estabelecimento de diretrizes gerais para o PPP-Ecos conta com o apoio do CGN, composto por representantes de órgãos governamentais, organismos internacionais, organizações da sociedade civil e da acadêmicos/as.



Ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações referidas no parágrafo 70 da Decisão 1/CP 16 não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos e para melhorar outros benefícios sociais e ambientais.	Sim	A consolidação das cadeias de valor, atrelada ao fortalecimento de comunidades tradicionais em diferentes territórios quilombolas, indígenas, tradicionais e de assentamentos, pressupõe a manutenção de florestas e o fortalecimento comunitário. Além dos roçados comunitários e SAFs, não houve ações do projeto que envolveram a conversão de florestas naturais em áreas de plantio. Em muitos casos, houve a implantação de SAFs e fortalecimento da gestão territorial em função do maior conhecimento adquirido pelos comunitários. Não houve ações diretas de ampliação ou consolidação de áreas protegidas, mas diversas ações contribuíram para sua gestão e fortalecimento territorial.
Ações para tratar os riscos de reversões em resultados de REDD+.	N/A	Não aplicável.
Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas.	N/A	Não aplicável.

10. ANÁLISE DOS CRITÉRIOS TRANSVERSAIS

Redução da Pobreza	Avaliação
<p>A valorização da floresta ocorreu pelo fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade e da agricultura familiar, ampliando a produção, o beneficiamento e a comercialização de alimentos, sementes, fibras e óleos que compõem a “cesta de produtos” de povos e comunidades tradicionais (PCTs) e agricultores(as) familiares. A implantação de SAFs, agroquintais e quintais agroecológicos e o enriquecimento de áreas de preservação permanente (APPs) e Reserva Legal (RL) com nativas, promoveu o cultivo e a extração de espécies de interesse econômico e para autoabastecimento por meio da recuperação de 2.999 hectares, correspondendo a uma média de 0,98 hectar recuperado por família com espécies de valor econômico/alimentício.</p> <p>A renda média/ano/família foi estimada em R\$ 2.421,00, superando em 60% a meta estabelecida. As organizações beneficiárias saíram fortalecidas, conquistaram novas parcerias e acessaram recursos a partir de novos projetos. Foi promovida (i) inclusão social: em um universo de 60 subprojetos, 58% indicaram a participação de jovens e 70% de mulheres nas atividades realizadas; (ii) inclusão produtiva: o PPP-Ecos na Amazônia apoiou a construção e/ou reforma de 27 agroindústrias comunitárias equipadas; acesso à informação de boas práticas e articulou parceiros e órgãos públicos para o diálogo participativo; (iii) incidência política: os projetos estiveram presentes numa média de 65 redes e movimentos sociais; atuaram em 131 espaços de incidência de políticas públicas no âmbito das três esferas governamentais (municipal, estadual e federal) e acessaram uma média de 48 políticas públicas; (iv) capital humano: 5.072 indivíduos foram capacitados e empregaram os conhecimentos adquiridos; e (v) melhoria nas condições de vida: a melhoria das condições ambientais com a recuperação de 2.999 ha de áreas degradadas promoveu a melhoria dos serviços ecossistêmicos de provisão ao médio e longo prazo, à exemplo da água e a segurança hídrica pela recuperação de nascentes e áreas de preservação permanente.</p>	Sim



Equidade de Gênero	Avaliação
<p>O projeto atuou no fortalecimento institucional e das cadeias produtivas sustentáveis, além de ampliar e qualificar a discussão sobre gênero e Agroecologia, um dos principais temas abordados nas capacitações. 27% dos projetos promoveram ações sobre direitos das mulheres. Durante a pandemia, o ISPNA formou um grupo de trabalho (GT) para atender diretamente às necessidades das mulheres.</p> <p>Dos 88 projetos apoiados pelo PPP-Ecos, mais de 10 foram implementados por grupos de mulheres (foram contabilizadas 17 organizações de mulheres no Portfólio dos Pequenos Projetos 2013-2017). A participação das mulheres é evidenciada em 70% dos projetos, sendo 32% deles coordenados por mulheres. Enquanto isso, 43% dos projetos tiveram maioria de mulheres na sua execução e 27% promoveram ações envolvendo direitos de mulheres.</p>	Sim



D. PROJETO FUNDO DEMA

FICHA DO PROJETO

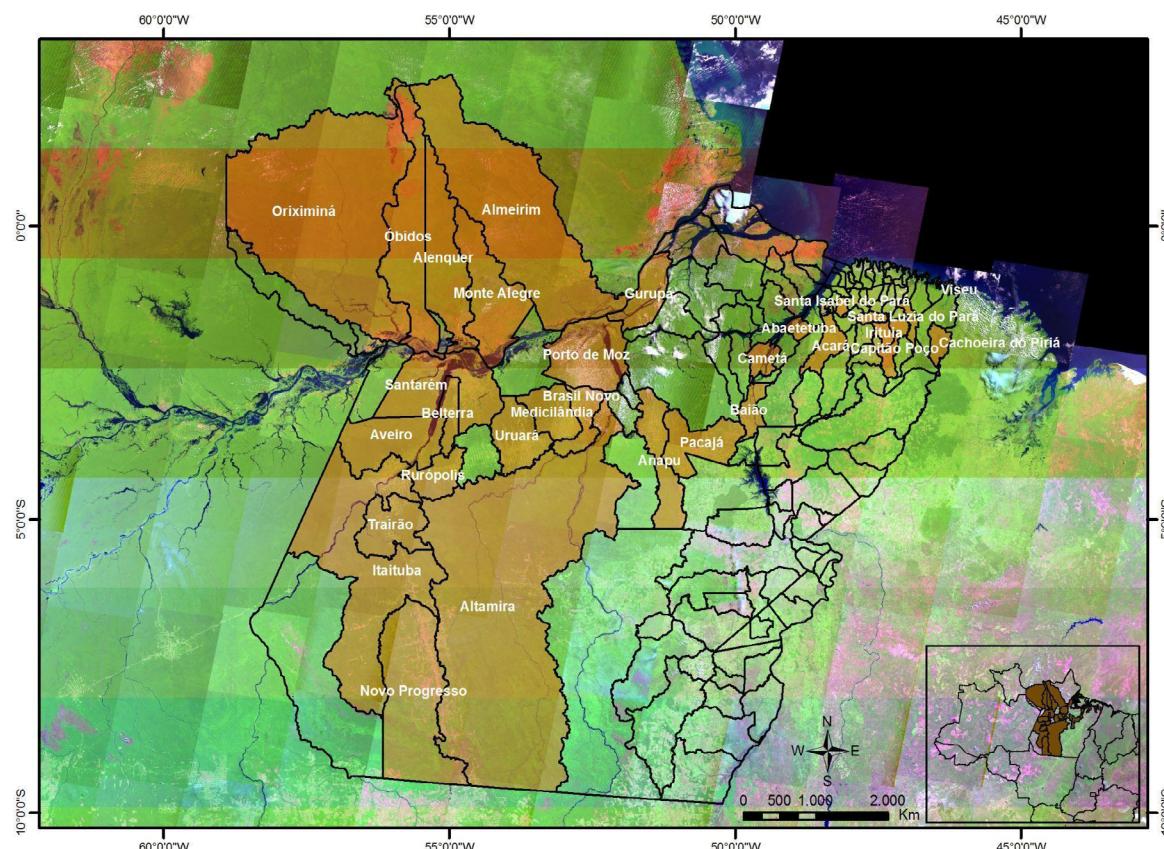
Título do projeto:	Fundo Dema
Entidade responsável:	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – Fase
Período do projeto:	14.06.2011 a 31.12.2021
Abrangência territorial:	Comunidades tradicionais no estado do Pará, com foco na área de influência das rodovias Transamazônica e BR-163 e na região do Baixo Amazonas
Beneficiários:	Comunidades tradicionais da Amazônia: pequenos produtores rurais, quilombolas e indígenas.
Objetivo:	Apoiar projetos socioambientais de pequeno valor, por meio de oito chamadas públicas, a serem lançadas ao longo de três anos, tendo como beneficiárias comunidades tradicionais da Amazônia (pequenos/as produtores/as, quilombolas e indígenas), localizadas no estado do Pará, com foco na área de influência das rodovias Transamazônica e BR-163 e na região do Baixo Amazonas.
Enquadramento no Fundo Amazônia via:	Chamada Pública de Projetos Produtivos Sustentáveis do Fundo Amazônia (2012).
Categoria Fundiária	Assentamentos, Territórios Indígenas e Quilombolas e Unidades de Conservação.
Componente:	Produção Sustentável
Valor total do projeto:	7.499.641,00
Valor do apoio do Fundo Amazônia:	R\$ 6.601.699,07

Fonte: Ficha elaborada com base nas informações do site do Fundo Amazônia/BNDES.

1. RESUMO DO PROJETO

O projeto *Fundo Dema*, cuja entidade responsável é a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), visou apoiar, por meio de chamadas públicas lançadas ao longo de três anos, a seleção de subprojetos socioambientais de pequeno valor, tendo como beneficiárias comunidades tradicionais da Amazônia (pequenos/as produtores/as, quilombolas e indígenas) localizadas no estado do Pará, com foco na área de influência das rodovias Transamazônica e BR-163 e na região do Baixo Amazonas (Figura I).

Figura I: Localização dos municípios com projetos apoiados pelo *Fundo Dema* (PA).



Fonte: Elaboração própria utilizando o software QGIS Desktop 3.22.8.

Os subprojetos foram enquadrados em pelo menos uma das seguintes áreas temáticas: i. manejo florestal comunitário sustentável; ii. atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da floresta; iii. conservação e uso sustentável da biodiversidade; e iv recuperação de áreas degradadas.

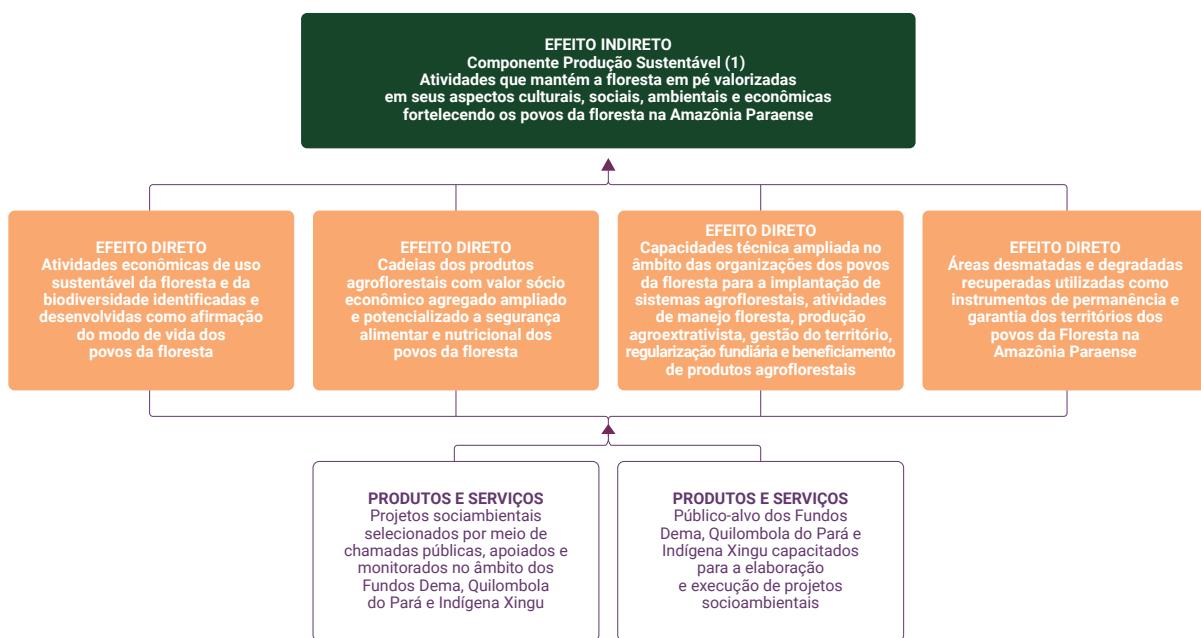
O *Fundo Dema* teve como diferencial a capacidade de promoção da capilaridade na alocação dos recursos e seus benefícios em um extenso território no Pará, atingindo populações economicamente vulneráveis, que se dedicam a atividades produtivas sustentáveis da sociobiodiversidade amazônica.

2. LÓGICA DE INTERVENÇÃO

De acordo com os procedimentos do Fundo Amazônia vigentes no período de implantação, foi acordado um quadro lógico para o projeto Fundo Dema: Uso Sustentável na Amazônia Paraense, alinhado com a estrutura do Quadro Lógico do Fundo Amazônia (Figura II).



Figura II: Quadro Lógico do projeto Fundo Dema



Fonte: Página do projeto no site do Fundo Amazônia. (2023)

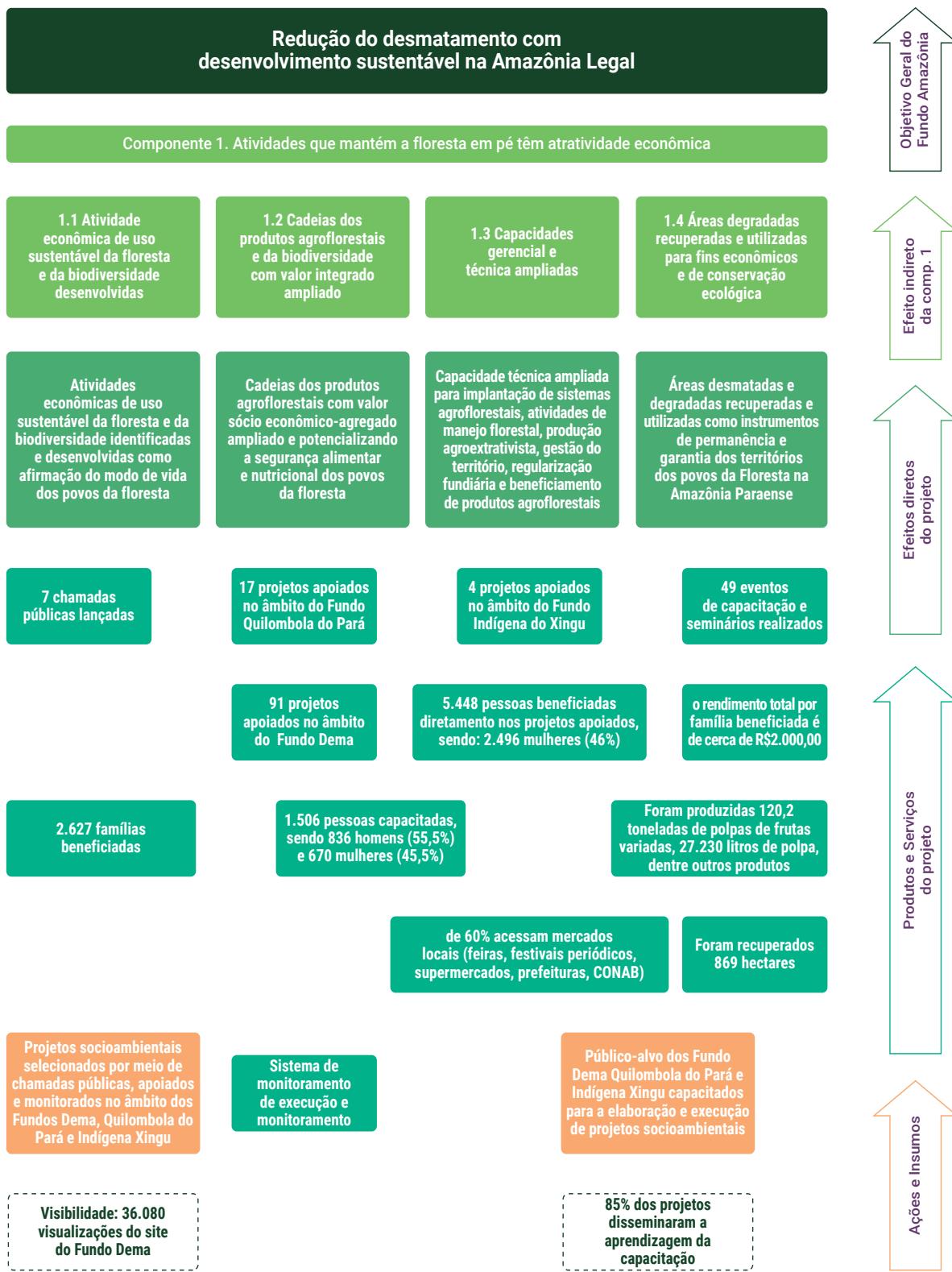
3. TEORIA DA MUDANÇA

O quadro esquemático representativo da teoria de mudança do projeto *Fundo Dema* foi construído considerando os objetivos específicos do Fundo Amazônia e os efeitos diretos e indiretos do projeto. Além desses conceitos-chave, foram agregados elementos, resultados e impactos considerados fundamentais na análise e compreensão do projeto. A representação gráfica na Figura III associa os principais resultados do projeto e efeitos a nível de impactos (ou efeitos indiretos) da componente e, em um âmbito superior, dos objetivos gerais do Fundo Amazônia.



Figura III: Representação esquemática da Teoria da Mudança do projeto Fundo Dema.

TEORIA DA MUDANÇA - FASE



Fonte: Elaboração própria.



4. METODOLOGIA ESPECÍFICA

Adotou-se como metodologia para esta avaliação do projeto Fundo Dema, entrevistas exploratórias, análise de dados secundários, missão de campo para entrevistas e aplicação de questionário virtual para beneficiários/as.¹⁰⁴ As perguntas orientadoras que guiaram as entrevistas, assim como a lista de pessoas entrevistadas, encontram-se nos Apêndice IV e no Apêndice V, respectivamente.

Durante a missão de campo, foi realizada uma reunião com a equipe técnica do *Fundo Dema* em Belém, na sede da Fase, e entrevistas com representantes de alguns subprojetos:

- na região do Baixo Tocantins paraense, no município de Abaetetuba (Associação Quilombola do Baixo Caeté África e Laranjitunga) (Figura IV);
- na região oeste do Pará, no planalto de Santarém (Casa Familiar Rural, localizada no Projeto de Assentamento Extrativista Eixo Forte); e
- no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Lago Grande, nas margens do Rio Arapiuns (Associação dos Artesãos Associação de Artesãos e artesãs das comunidades de Nova Pedreira, Vista Alegre e Coroca do Rio Arapiuns – Aarta e da Associação de pescadores Aproscipesq, na Comunidade do Coroca) (Figura V e Figura VI).

Figura IV: Roda de conversa com a equipe de avaliadores/as na Associação Quilombola do Baixo Caeté Laranjitunga e África, Abaetetuba-PA.



Fonte: Imagem captada por Juliana Passos de Mello durante missão de campo em fevereiro de 2023

¹⁰⁴. Confira o questionário no Apêndice II - Questionário de avaliação do nível de beneficiários/as



Figura V: Galeria Aripó, ponto de comercialização de artesanatos fabricados por moradores de diferentes regiões do rio Arapiuns, Santarém/PA



Autoria: Imagem captada por Artur Sgambatti Monteiro, durante missão de campo.

Figura VI: Filhotes de Tracajás e Tartarugas da Amazônia em criadouro na comunidade Coroca, rio Arapiuns, Santarém/PA.



Autoria: Imagem capturada por Artur Sgambatti Monteiro durante a missão de campo.

* Após receberem filhotes dos quelônios provenientes de apreensão na região, a comunidade os cria como atração turística.

5. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Contexto Organizacional

Criado em 2003, o Fundo Dema apoia projetos coletivos junto a populações tradicionais (indígenas, quilombolas, agroextrativistas, ribeirinhos/as, agricultores/as familiares), visando a valorização socioambiental, o protagonismo dessas populações e a proteção



do bioma Amazônia. O *Fundo Dema* tem como base o respeito à sociobiodiversidade, a garantia dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, a fim de assegurar a soberania alimentar e nutricional, a equidade de gênero e o respeito à autoidentidade e à diversidade cultural e religiosa dos povos. A Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) integra um coletivo de organizações sociais que compõem o Comitê Gestor no diálogo com as instâncias do poder público e é a responsável jurídica e administrativa do *Fundo Dema*.

Do ponto de vista político, o *Fundo Dema* está inserido em diversas redes e articulações locais, regionais e nacionais, como o Movimento Xingu Vivo Para Sempre, o Grupo Carta de Belém, a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), entre outros. Além de ser gerido por um comitê gestor, outras instâncias são articuladas pelo Fundo Dema, como o processo de formalização do Fundo Quilombola Mizizi Dudu, a reestruturação do Fundo Indígena do Xingu (FIX), e a criação do Fundo Autônomo de Mulheres Rurais da Amazônia Luzia Dorothy do Espírito Santo.

Para a avaliação do projeto Fundo Dema: Uso Sustentável na Amazônia Paraense, apresentada a seguir, foram usados os indicadores consolidados no plano de monitoramento do projeto, acordado entre os executores e a equipe do Fundo Amazônia.

Efeito Indireto: *Atividades que mantêm a floresta em pé valorizadas em seus aspectos culturais, sociais, ambientais e econômicos fortalecendo os povos da floresta na Amazônia Paraense.*

O *Fundo Dema* apoiou subprojetos em 26 municípios do Pará, estado que ocupa a primeira posição em áreas desmatadas na Amazônia Legal, segundo a última atualização do Prodes/Inpe no final de 2022. Tomando como exemplo o eixo da BR-163, que liga Santarém a Cuiabá, e sua área de confluência com a BR-230 (rodovia Transamazônica), a região apresenta índices de desmatamento elevados (Quadro I). Trata-se de uma região onde a pecuária ainda é uma atividade lucrativa, mas que, aos poucos, está cedendo para o cultivo da soja, em especial na região do planalto de Santarém.



Quadro I: Taxas de desmatamento nos municípios de abrangência dos subprojetos apoiados pelos editais do Fundo Dema.

Município	UF	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Altamira	PA	257,3	279,1	292,9	268,7	354,5	334,3	186,7	456,5	442,3	607,3	674,4	517,5
Novo Progresso	PA	51,8	65,3	164,4	108,5	215,4	126,0	46,3	221,9	184,2	388,2	342,8	212,1
Itaituba	PA	98,9	103,7	195,4	104,3	96,4	131,7	71,8	100,9	145,1	267,0	337,8	353,1
Urucará	PA	46,4	67,4	52,1	15,3	63,7	66,8	108,8	90,3	152,3	114,6	127,4	200,0
Placas	PA	44,4	99,7	23,5	55,4	102,9	67,1	102,0	103,7	103,7	82,2	132,8	144,7
Trairão	PA	49,3	42,9	44,6	44,4	26,2	38,9	83,5	59,2	108,7	75,0	115,4	114,3
Rurópolis	PA	42,2	42,0	18,7	36,9	33,8	27,9	45,9	53,7	101,8	83,7	155,3	119,4
Aveiro	PA	35,6	15,8	14,2	29,8	17,9	13,0	32,4	21,3	42,4	32,3	51,1	53,7
Porto de Moz	PA	19,8	20,4	15,8	20,6	22,9	20,9	15,0	35,7	37,7	28,6	47,8	41,5
Óbidos	PA	16,0	10,2	15,5	23,1	15,9	10,2	19,4	23,4	35,0	41,9	28,5	31,3
Monte Alegre	PA	10,9	15,1	9,3	15,5	13,7	23,8	36,8	12,4	24,7	31,8	36,9	37,9
Santarém	PA	11,1	7,2	5,9	11,4	24,1	6,9	28,1	14,7	20,3	15,4	15,7	83,4
Brasil Novo	PA	39,8	9,7	32,8	9,5	14,0	6,7	30,1	20,1	25,8	25,8	20,1	9,3
Oriximiná	PA	12,5	5,0	10,6	10,6	18,8	12,9	13,0	15,8	21,0	23,3	16,4	10,9
Cachoeira do Piriá	PA	24,6	3,1	4,6	10,3	13,4	9,3	21,0	18,8	22,1	24,7	13,3	
Viseu	PA	4,0	0,9	0,9	3,1	4,2	2,4	11,4	4,8	9,3	8,8	4,0	
Gurupá	PA	0,6	3,4	0,6	1,9	0,2	1,2	2,2	2,8	4,4	3,5	2,0	2,5
Capitão Poço	PA	9,5	0,6	1,1	1,2	1,2	1,1	1,9	1,5	1,6	1,0	2,3	
Irituia	PA	4,9	0,2	0,9	0,1	1,8	1,9	1,0	0,3	0,1	0,5	0,8	0,5
São Miguel do Guamá	PA	1,4	1,2	0,9	0,2	1,5	1,2	1,7	0,7	0,2	0,7	0,9	0,4
Concórdia do Pará	PA	0,7	0,6	0,6	0,3	0,5	0,2	3,3	0,5	0,3	0,8	0,4	0,3
Cametá	PA	1,5	0,5	0,4	0,3	0,3	0,4	1,3	1,0	0,1	0,5	0,3	0,4
Santa Izabel do Pará	PA	0,4	0,1	1,0	0,1	0,5	0,8	1,7	0,5		0,4	0,5	0,2
Mocajuba	PA	0,6	0,3	0,2	0,2		0,3	0,3	0,4	0,2	0,1	0,1	
Santa Luzia do Pará	PA	0,4			0,7			0,4	0,2	0,1	0,6		

Fonte: Plataforma Terra Brasilis/Prodes/Inpe, dados atualizados até 2022.

As áreas de proteção ambiental (APAs) e terras indígenas (TIs) que estão situadas nessa mesma área de influência, conhecida como “Terra do Meio”, sofrem com processos de invasão, garimpo e exploração de madeira ilegais. Vários dos subprojetos apoiadas pelo Fundo Dema com os recursos obtidos junto ao Fundo Amazônia estão inseridos neste contexto. O Fundo Dema atuou nesse cenário desordenado de uso do solo apoiando organizações comunitárias, além de ser ator ativo ao expor o problema junto aos órgãos de fiscalização e ao poder público.

Efeito Direto 1 e 2: “Atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade identificadas e desenvolvidas como afirmação do modo de vida dos povos da floresta” e “Cadeias dos produtos agroflorestais com valor socioeconômico-agregado ampliando e potencializando a segurança alimentar e nutricional dos povos da floresta.”

- Em relação à renda média das famílias, os dados disponíveis do Fundo Dema indicam que a produção das 1.031 famílias beneficiadas gerou, até junho de 2017, uma receita total de R\$ 2.062.717,00. Com base nos dados colhidos sobre o valor da produção, o rendimento total por família beneficiada foi de cerca de R\$ 2.000,00.¹⁰⁵
- Em relação à receita obtida, foi registrado um valor de R\$ 3.891.919,00 (cálculo de novembro de 2017).

¹⁰⁵. Relatório Avaliação Externa/Fundo Dema – Uso Sustentável na Amazônia Paraense- 2011-2017.

- Em relação à produção, foram produzidas 120,2 toneladas de polpas de frutas variadas (açaí, acerola, abacaxi, banana, buriti, cacau, cupuaçu, graviola, manga, maracujá, muruci), 27.230 litros de polpa específica de açaí; 1.600 litros de óleos de andiroba, babaçu, castanha do Pará; mais de 1.600 litros de copaíba; 1 tonelada de farinha do mesocarpo do babaçu; 61,5 toneladas de frutas *in natura*, incluindo 15,5 toneladas de castanha-do-brasil; 92 mil litros de farinha de mandioca; 1,1 toneladas de mel de abelhas e 9.784 litros de mel de abelhas melíponas. (Figura VII)
- *Em relação à inserção no mercado local, entre os projetos que produzem alimentos, cerca de 60% acessam mercados locais (feiras, festivais periódicos, supermercados, prefeituras, Companhia Nacional de Abastecimento – Conab).*

Figura VII: Área demonstrativa para difusão da meliponicultura. Comunidade do Coroca, Rio Arapiuns - Santarém-PA.



Fonte: Imagem captada por Juliana Passos de Mello durante missão de campo em fevereiro de 2023.

Efeito Direto 3: Capacidade técnica ampliada para a implantação de sistemas agroflorestais, atividades de manejo florestal, produção agroextrativista, gestão do território, regularização fundiária e beneficiamento de produtos agroflorestais.

- Ao longo do projeto, foram apoiados 112 “pequenos projetos” que visavam a implementação de sistemas agroflorestais; manejo florestal; produção agroextrativista; gestão do território; regularização fundiária e beneficiamento de produtos agroflorestais.
- Ao longo do projeto foram registradas 3.981 pessoas capacitadas, sendo 2.211 homens e 1.770 mulheres. Desses, 71,3% das pessoas capacitadas aplicaram seu conhecimento. A disseminação da aprendizagem da capacitação para outras famílias da comunidade ocorreu em 85% dos projetos e, em 50%, essa disseminação atingiu famílias de outras comunidades circunvizinhas.¹⁰⁶

106. Relatório Avaliação Externa/Fundo Dema – Uso Sustentável na Amazônia Paraense- 2011-2017.



Efeito Direto 4: Áreas desmatadas e degradadas recuperadas e utilizadas como instrumentos de permanência e garantia dos territórios dos povos da Floresta na Amazônia Paraense.

- Foram recuperados 869 hectares.

Efeitos Indiretos e Diretos

Projetos socioambientais selecionados por meio de chamadas públicas, apoiados e monitorados no âmbito do Fundo Dema, do Fundo Quilombola Mizizi Dudu do Pará e do Fundo Indígena Xingu. (Tabela I)

Tabela I: Indicadores relacionais a projetos selecionados por meio de chamadas públicas

Indicador	Meta	Resultado	Alcance
Número de chamadas públicas lançadas	8	7	88%
Número de projetos apoiados no âmbito do Fundo Dema	156	91	58%
Número de famílias beneficiadas pelos projetos	1105	2.627	238%
Número de publicações sobre lições aprendidas e impactos dos projetos apoiados	1	1	100%

Fonte: Elaboração própria.

Público-alvo do Fundo Dema, Fundo Quilombola Mizizi Dudu do Pará e do Fundo Indígena Xingu capacitados para a elaboração e execução de projetos socioambientais (Tabela II)

Tabela II: Indicadores relacionais ao público-alvo capacitado para a elaboração e execução de projetos socioambientais

Indicador	Meta	Resultado	Alcance
Número de eventos de capacitação e seminários realizados	40	49	123%
Número de pessoas que participam dos eventos de capacitação	533	1018	191%

Fonte: Elaboração própria.

6. AVALIAÇÃO GERAL

Aspectos Positivos

- O Fundo Dema apoiou comunidades locais para organizarem e participarem de eventos como audiências, debates e protestos. Isso ajuda as comunidades a se engajarem de forma direta nas tomadas de decisões locais e nacionais, em vez de fazer com que o Fundo Dema ou outros atores falem em seu nome. Também desempenha um papel estratégico, financiando projetos que criam capacidades para desenvolver soluções locais de longo prazo nas comunidades.
- Para projetos como o Fundo Dema, que estão baseadas em movimentos sociais, articular o valor de abordagens flexíveis e holísticas ao relatar os resultados aos doadores é um desafio. O Fundo Dema



mostrou-se um projeto eficaz de agregação pois foi um intermediário entre grandes doadores com altos padrões de relatórios e pequenos grupos geograficamente remotos em comunidades que não têm experiência em administração.

- Essa experiência, bem-sucedida, pode servir de modelo para os diversos grupos de doadores em outras regiões da Amazônia, onde há vazios institucionais, tanto no apoio ao fortalecimento de organizações comunitárias como na implementação e gestão de pequenos projetos.

Desafios

- Dificuldade de regularização das associações para o enquadramento das regras de acesso a recursos do Fundo Amazônia. As comunidades que o *Fundo Dema* apoiou têm experiência limitada em articular suas prioridades em formato de projeto ou em administrar projetos de maneira que atendam aos requisitos dos doadores em questões como aquisições.
- Voluntários provenientes de movimentos sociais ajudam as comunidades a desenvolverem projetos, apoiam-nos na administração e fazem relatórios por meio de oficinas semestrais de prestação de contas. Encontrar voluntários capazes é um desafio crítico quando o *Fundo Dema* se expande para novos municípios.
- Como já foi relatado anteriormente, o *Fundo Dema* está incorporado na estrutura administrativa da Fase. Após 20 anos de experiência em gestão de projetos, talvez seria interessante uma reflexão interna de tornar o *Fundo Dema* uma estrutura independente.

7. CONCLUSÕES E LIÇÕES APRENDIDAS

O *Fundo Dema* apoiou 112 projetos comunitários, a partir de sete chamadas públicas, beneficiando 337 comunidades de agricultores/as familiares, agroextrativistas, quilombolas e de povos indígenas das regiões da Transamazônica/Xingu, BR 163, Baixo amazonas e nordeste paraense. Foram repassados R\$ 3,1 milhões às organizações. As comunidades responderam no âmbito das temáticas da chamada pública e demonstraram que é possível executar projetos elaborados de forma coletiva com as famílias envolvidas, apropriados às suas necessidades e interesses e com protagonismo nas ações e no monitoramento da evolução dos projetos.

O projeto se aliou a parcerias para sanar algumas dificuldades técnicas com parcerias entre as organizações comunitárias, instituições públicas municipais, academia e gestores de unidades de conservação de uso sustentável beneficiadas com o projeto.



8. ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA OCDE

Evidências	Avaliação
Critério Relevância <p>O Fundo Dema, utilizando de uma avaliação externa, conseguiu mapear várias dimensões em termos de medir a relevância do projeto:</p> <ul style="list-style-type: none">i. as iniciativas apoiadas são respostas concretas a demandas, necessidades e prioridades dos povos da floresta, contribuindo para um efetivo enraizamento do Fundo Amazônia;ii. quando tomadas em conjunto, as iniciativas demonstram que a conscientização alimentar e nutricional de populações é um vetor estratégico para a conservação ambiental;iii. os pequenos projetos ativaram dinâmicas socioeconômicas regionais, ampliando sua sustentabilidade e potencializando seus efeitos socioambientais;iv. pleno alinhamento do projeto com os objetivos do Fundo Amazônia: as iniciativas apoiadas voltam-se, diretamente, para a prevenção e combate ao desmatamento e para a promoção da conservação e do uso sustentável da floresta.¹⁰⁷	Alta relevância
Critério Eficácia <p>Aumento da renda média das famílias beneficiadas pelos pequenos projetos com atividades econômicas de uso sustentável: R\$ 2 mil por família.</p> <p>Receita obtida pelas famílias beneficiadas pelos pequenos projetos com atividades econômicas de uso sustentável: R\$ 3,9 milhões.</p> <p>Inserção no mercado local dos produtos agroflorestais decorrentes dos pequenos projetos: 63% da produção.</p> <p>Número de indivíduos capacitados em SAFs, manejo florestal, produção agroextrativista, gestão do território, regularização fundiária e beneficiamento de produtos agroflorestais: 2.842.</p> <p>Áreas recuperadas a partir dos “pequenos projetos” apoiados pelo Fundo Dema: 886 hectares</p>	Eficaz
Critério Eficiência <p>O fortalecimento da agricultura ecológica na floresta (agroecologia), articulada com a segurança alimentar e nutricional, se impõe na Amazônia como contraponto ao desmatamento. O Fundo Dema, representado pelas organizações que compõem o seu Comitê Gestor, aderiu à concepção da agroecologia como modelo fundamental de produção e consumo desenvolvido pelo movimento agroecológico brasileiro por meio da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Nesse sentido, vem incorporando, em todos os editais e chamadas de projetos, critérios para dinamizar a transição agroecológica nas regiões.</p>	Demonstrou eficiência

107. Avaliação Externa/Fundo Dema – Uso Sustentável na Amazônia Paraense 2011-2017. Novembro/2017.



Critério Impacto

Na questão produtiva, a experiência do apoio do *Fundo Dema* às comunidades vem contribuindo para a constituição de uma grande diversidade de práticas produtivas, em especial voltadas para adoção de novas tecnologias de produção, cuidado do solo e controle de pragas com base na agroecologia. Ao mesmo tempo, as organizações têm promovido a construção de novas formas de comercialização da produção com a participação em feiras (comunitárias, municipais, regionais) e participação em espaços de eventos nacionais. Entretanto, constata-se a necessidade de ampliar a escala desse trabalho, tanto por meio de intercâmbios de experiências, de fortalecimento dos mecanismos que facilitem a comercialização dos produtos e de capacitação de gestores municipais, como na formação de articulações mais dinâmicas na luta pelo acesso a políticas e programas governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além de manutenção das estradas vicinais e melhoria no transporte, que incorporem a produção das comunidades.

Gerou impacto

Critério Sustentabilidade

Os resultados do conjunto de projetos coletivos e comunitários apoiados, com envolvimento das famílias e de organizações de trabalhadores e de instituições públicas, indicam o caminho do fortalecimento dos povos e comunidades tradicionais, na confirmação de sua capacidade, no seu tempo e no tempo da natureza, de executar as atividades e prestar contas adequadas dos projetos apoiados pelo Fundo Dema.

Demonstra Sustentabilidade

Povos indígenas, comunidades quilombolas, agroextrativistas, agricultores/as familiares residentes no entorno das florestas, quando incentivados/as a diversificar seus cultivos e implantar novas atividades ou resgatar práticas ancestrais nos sítios, levando em conta seus interesses e necessidades específicas, respondem com produção diversificada, com uso sustentável dos recursos locais.

De acordo com o objetivo geral do projeto, considera-se que se está no caminho para atingir o fortalecimento dos povos da floresta com a manutenção da floresta em pé.



9. ANÁLISE DAS SALVAGUARDAS DE CANCUN

Critérios	Atende	Comentários
Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes.	Sim	As comunidades apoiadas (de agricultores/as familiares, agroextrativistas, quilombolas e povos indígenas) demonstraram que é possível a combinação entre produção agroecológica sustentável e diversificada de alimentos com a manutenção da floresta em pé, recuperação de áreas degradadas e a proteção de áreas de preservação permanente, como as margens de rios, igarapés e nascentes de água.
Estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania e a legislação nacionais.	Sim	As iniciativas apoiadas contribuíram com o programa de prevenção ao fogo do Ibama, com doações de centenas de mudas de árvores de espécies florestais nativas da Amazônia. O projeto propiciou acesso a programas que potencializam a agricultura familiar, como o PAA e o PNAE. Dos 112 projetos apoiados, sobretudo em unidades de conservação de uso sustentável, como as Reservas Extrativistas, terras indígenas e comunidades quilombolas, 28 iniciativas envolveram o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), citado como parceiro em 19 projetos e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em 9 projetos. O projeto também apoiou a inscrição de pequenas áreas no Cadastro Ambiental Rural (CAR), o que resultou na inscrição de 327 imóveis na região da BR-163 e na Mesorregião do Baixo Amazonas.
Respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros/as de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, circunstâncias e leis nacionais e observando que a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas	Sim	O projeto se enquadra dentro dos preceitos de desenvolvimento das políticas públicas que fortalecem os povos da floresta a partir dos princípios e práticas agroecológicas (incluindo os saberes tradicionais milenares), nas quais sua segurança alimentar e nutricional é garantida por sua produção e comercialização na agricultura familiar, na convivência orgânica com a vida florestal e na proteção do território.
Participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais, nas ações referidas nos parágrafos 70 e 72 da Decisão 1/CP 16.	Sim	Os resultados esperados foram alcançados com o apoio a 112 projetos comunitários, a partir de sete chamadas públicas, beneficiando 337 comunidades de agricultores familiares, agroextrativistas, quilombolas e povos indígenas das regiões da Transamazônica/Xingu, BR 163, Baixo amazonas e nordeste paraense com comunidades quilombolas. O Fundo Dema aprimorou seu sistema de arquivamento de relatórios, sistema de indicadores, plano de comunicação e banco de dados, facilitando a sistematização e divulgação dos resultados das iniciativas apoiadas.



Ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações referidas no parágrafo 70 da Decisão 1/CP 16 não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecosistêmicos e para melhorar outros benefícios sociais e ambientais.	Sim	No final do projeto, foram recuperados 662 hectares de áreas degradadas, nascentes e margens de rios com implantação de sistemas agroflorestais e enriquecimento de quintais com plantio de mais de 500 mil árvores de espécies diversificadas de essências florestais e frutíferas. Dessa forma, contribuiu para a manutenção da floresta em pé, garantindo o fortalecimento das organizações comunitárias.
Ações para tratar os riscos de reversões em resultados de REDD+.	N/A	N/A
Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas.	N/A	N/A

10. ANÁLISE DOS CRITÉRIOS TRANSVERSAIS

Redução da Pobreza	Avaliação
<p>O projeto fortaleceu a produção de alimentos por meio da recuperação de áreas degradadas, manejo florestal, enriquecimento florestal e de quintais. A capacidade de geração de renda acompanhou a quantidade produzida, que apresentou ganhos principalmente após a finalização dos projetos, com destaque para os produtos nativos, sobretudo frutas e sementes. O projeto contribuiu para estabelecer boas práticas produtivas sustentáveis com ações para prevenção e combate ao fogo. Produziram alimentos 44 projetos (73,3%); destes, 64% (28 projetos) comercializam a produção em mercados locais. Serviços e outros produtos, como turismo de base comunitária e criação de pequenos animais, entre outros, representaram 21,7% (13 projetos), destes, 61,5% (8 projetos) acessaram mercados locais.</p> <p>Em parceria com órgãos públicos responsáveis pelo uso, ocupação e proteção dos territórios, à exemplo do ICMBio, Ibama e SEMA-PA, houve entendimento sobre o processo de licenciamento de cada tipo de território e a cooperação dos órgãos para o encaminhamento dos planos de manejo. Seis projetos fizeram planos de manejo de açaizais nativos e dois projetos foram voltados para aproveitamento de madeiras caídas para movelearia. Além dos planos de manejo, foram apoiados projetos que elaboraram planos de uso e acordos de pesca comunitários em assentamentos agroextrativistas, reserva de desenvolvimento sustentável (RDS) e em três comunidades quilombolas.</p>	Sim
Equidade de Gênero	Avaliação
<p>Do ponto de vista da diminuição das desigualdades de gênero, evidencia-se que, no conjunto das 112 iniciativas apoiadas, a participação das mulheres foi fundamental. Estavam elas à frente da maioria dos projetos, na coordenação das atividades e mobilização da comunidade. Do total de 5.448 pessoas beneficiadas diretamente nos projetos apoiados, 46% eram mulheres (2.496 mulheres).</p> <p>De forma global, foi dado apoio a pequenos projetos de produção de alimentos agroecológicos. O tema 'agroecologia' foi um alicerce para a abordagem de gênero. Atividades realizadas em grande parte pelas mulheres foram apoiadas, a exemplo dos quintais enriquecidos com SAFs, horta e criação de pequenos animais.</p> <p>As mulheres corresponderam a 46% do total de beneficiados/as. Houve apoio à constituição de um Fundo de Mulheres dentro do próprio Fundo Dema, envolvendo organizações de mulheres de 19 diferentes municípios. As mulheres participaram de capacitações e, utilizando a abordagem da agroecologia, foi enfatizado seu papel nas atividades de reflorestamento, recuperação e manejo sustentável.</p>	Sim



APÊNDICE II - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE BENEFICIÁRIOS/AS

EIXO TEMÁTICO I - PRODUÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

1. Quais das atividades abaixo foram efetuadas (múltipla escolha)?

- a. Atividades produtivas
- b. Capacitações
- c. Fortalecimento institucional
- d. Acesso à água

2. Por favor, listar os cinco (05) principais produtos apoiados pelo projeto (in natura ou processados, incluindo alimentos, óleos e resinas, produtos de origem animal e artesanatos).

3. Quanto à qualidade dos produtos, quais são suas principais características (múltipla escolha)?

- a. Produção sem agrotóxico nem insumos químicos
- b. Valorização dos produtos nativos, especialmente frutas, inclusive por meio de iniciativas culturais
- c. Recuperação de variedades “que estavam desaparecendo”
- d. Mudança de hábitos alimentares



EIXO TEMÁTICO II - COMERCIALIZAÇÃO E RENDA

4. Como se dá a comercialização dos produtos e serviços apoiados (múltipla escolha)?

- a. Feiras livres
- b. Compras públicas (PNAE e PAB/Antigo PAA)
- c. Mercados locais
- d. Mercados estaduais
- e. Mercados nacionais
- f. Mercados internacionais
- g. Outros

5. Foram feitos investimentos em equipamentos e benfeitorias?

- a. Sim
- b. Não

6. Se sim, por favor descreva os principais equipamentos e benfeitorias adquiridos e/ou modernizados.

7. Foram introduzidas e/ou utilizadas tecnologias sociais (tais como, fundos solidários comunitários)? **Tecnologia Social é o conceito que descreve as experiências tecnológicas realizadas em interação com a comunidade e que visam, principalmente, buscar soluções para os problemas sociais, bem como o desenvolvimento e a inclusão social.*

- a. Sim
- b. Não

8. Se sim, por favor descreva as principais tecnologias sociais introduzidas e/ou utilizadas.



EIXO TEMÁTICO III – CAPACITAÇÃO

9. Foram desenvolvidas atividades de capacitação?

- a. Sim
- b. Não

10. Se sim, quantas?

11. Quantas pessoas foram capacitadas?

12. Entre o total de pessoas capacitadas, quantas foram mulheres?

13. Houve intercâmbio dos aprendizados das capacitações com outras famílias e/ou indivíduos de outras comunidades?

- a. Sim
- b. Não

**14. Quais foram os temas abordados nas capacitações?
(mais de uma resposta é permitida)**

- a. Produção (boas práticas de manejo de açaí e outros produtos, manejo de abelhas, boas práticas de irrigação, p.ex.)
- b. Comercialização (compras públicas, feira livre, aplicativos de venda, cestas, p.ex.)
- c. Beneficiamento (boas práticas, utilização de equipamento, normas sanitárias, p.ex.)
- d. Recuperação de áreas degradadas (sistemas agroflorestais e produção de mudas nativas, p.ex.)
- e. Serviços (oficinas sobre turismo comunitário, manipulação de alimentos, p.ex.)
- f. Organização comunitária (associativismo e cooperativismo, p.ex.)
- g. Gerenciamento de negócios (gestão de negócios de base comunitária e elaboração e gestão de projetos, p.ex.)
- h. Gestão de projetos (elaboração de projetos e gestão, prestação de contas e monitoramento, p.ex.)
- i. Outros



EIXO TEMÁTICO IV - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

15. Quais das atividades abaixo foram realizadas visando a recuperação de áreas degradadas?

- a. Implantação de viveiros e berçários de mudas
- b. Coleta de sementes nativas
- c. Troca de sementes e manutenção de bancos de sementes criolas
- d. Implantação de SAFs
- e. Reflorestamento de APP e RL (Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal)

16. Quantos hectares foram recuperados?

17. Houve enriquecimento de quintais?

- a. Sim
- b. Não

18. Se sim, quais foram as principais espécies utilizadas (indique espécies medicinais, alimentícias e/ou florestais)?

19. Você considera que essas atividades apoiaram conservação e proteção das florestas?

- a. Sim
- b. Não

20. Se sim, como essas atividades apoiaram a conservação e proteção das florestas?

21. Você considera sofrer algum tipo de ameaça ou pressão ambiental vindas da sua vizinhança/entorno?

- a. Sim
- b. Não



22. Se sim, quais seriam as principais pressões sofridas (múltipla escolha)?

- a. Invasões de madeireiros
- b. Expansão de monocultivos e dispersão de agrotóxicos
- c. Grilagem de terra
- d. Pesca predatória
- e. Desmatamento para pastagem
- f. Queimadas
- g. Grandes empreendimentos (mineração, hidrelétricas, portos e ferrovias)
- h. Garimpo
- i. Perda de biodiversidade
- j. Outros

EIXO TEMÁTICO V - TEMAS TRANSVERSAIS

23. Como, na sua opinião, o projeto contribuiu na redução da pobreza, inclusão social e melhoria da qualidade de vida dos beneficiários?

24. O projeto trouxe desenvolvimento científico e tecnológico?

- a. Sim
- b. Não

25. Se sim, como ele contribuiu para a construção de desenvolvimento adequado à região?

26. Como, na sua opinião, a participação de jovens foi promovida e possibilitada nas atividades do projeto?

27. Como, na sua opinião, a participação de mulheres foi fortalecida e possibilitada nas atividades do projeto (Exemplos: horários adequados para as mulheres, locais próximos de suas residências, cuidadores das crianças durante a capacitação)?

28. As mulheres foram beneficiadas pelo projeto?

- a. Sim
- b. Não

29. Poderia, por favor, descrever como as mulheres foram beneficiadas pelo projeto? (ex. mais e melhor acesso a ATER, financiamentos, participação em capacitações...)



30. As mulheres foram empoderadas ao longo do projeto?

31. Se foram empoderadas, quais ações foram realizadas considerando o seu meio de convívio social?

COMENTÁRIOS FINAIS

32. Você possui algum comentário sobre o projeto que não foi abordado até esse momento? Se sim, por favor, comente abaixo.



APÊNDICE III - SUMÁRIO DA AVALIAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS

Dos dois questionários disparados para os subprojetos apoiados pelo *Fundo Dema*, da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) e *Pequenos Projetos Ecossociais na Amazônia – PPP-Ecos na Amazônia*, do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), em fevereiro de 2023, foi possível receber 17 respostas dos subprojetos do *PPP-Ecos* e 6 respostas dos subprojetos apoiados pelo *Fundo Dema*, totalizando 19% e 5% do total dos subprojetos, respectivamente (ou 10% dos 200 subprojetos, considerarmos as duas iniciativas em conjunto).

Vale ressaltar que os subprojetos apoiados por ambas as organizações se configuram como pequenos projetos, que receberam recursos de até R\$ 90 mil. Por mais que apenas uma parcela dos subprojetos tenha respondido o questionário, representam praticamente todas as áreas de atuação do *PPP-Ecos* e do *Fundo Dema* e incidem sobre atividades diversas, que possibilitam uma discussão rica sobre os impactos dos projetos nos territórios. A única região que não foi representada nas respostas do questionário foi a BR-163. No Quadro I, consta a quantidade de projetos por região onde se encontram.

Quadro I: Subprojetos apoiados pelo *PPP-Ecos na Amazônia* e *Fundo Dema* participantes do questionário pesquisa

Projeto	Região	Subprojetos
Fundo Dema	Baixo Amazonas	3
	BR-163	0
	Nordeste Paraense	2
	Transamazônica	1
PPP-Ecos	Maranhão	8
	Mato Grosso	5
	Tocantins	4

Fonte: Elaboração própria

Os 23 subprojetos que responderam ao questionário foram aprovados em diferentes momentos e chamadas, representando as quatro chamadas do *PPP-Ecos na Amazônia* e três do *Fundo Dema*. Os subprojetos relataram terem apoiado 1.246 famílias, com uma média de 54 famílias por subprojeto. Aqui vale considerar especificamente o subprojeto “Rede de Comercialização do Bico do Papagaio” (TO), apoiado pelo *PPP-Ecos*, que beneficiou mais de 200 famílias por meio de diferentes atividades, como oficina sobre Normas Sanitárias para alimentos de produção artesanal, encontros sobre



mercados locais, assessoria na implantação de feiras agroecológicas, assessoria sobre comercialização, entre outros. Foram beneficiadas pelos subprojetos 2.203 pessoas, uma média de 99 por subprojeto projeto. Outro subprojeto apoiado pelo PPP-Ecos no Maranhão também apresentou números relevantes, chegando a apoiar 500 pessoas com uma série de seminários e eventos sobre atividades produtivas diversas e apoio à realização da uma Feira de Empreendimentos Econômicos Solidários da Agricultura Familiar.

1. EIXO TEMÁTICO I - PRODUÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Ao discutir a natureza das atividades conduzidas ao longo dos anos de duração dos pequenos projetos, 18 deles (78%) disseram ter trabalhado com questões produtivas, 21 (91%) com capacitações, 17 (74%) com atividades de fortalecimento institucional e apenas 3 (13%) com projetos de acesso à água. Dentro desse contexto a lógica de intervenção dos subprojetos é possível citar algumas atividades, como por exemplo:

- Melhora da capacidade produtiva por meio de obras para melhoria física de agroindústrias e da compra de equipamentos;
- Aumento da produção e extração in natura de diferentes insumos produtivos, frutas, mel, verduras etc;
- Capacitação em melhorias de beneficiamento de produtos agroextrativistas, normas sanitárias, beneficiamento, gestão financeira, escrita de projetos, entre outros;
- Acompanhamento técnico rural;
- Oferecimento de intercâmbios técnicos para trocas de experiências;
- Produção de mudas para plantio em sistemas agroflorestais (SAFs) e recuperação/fortalecimento de hortas comunitárias;
- Trabalhos voltados à regularização fundiária;
- Reforma de escola para formação de jovens oriundos do campo;
- Outros.

Como evidenciado, 78% dos subprojetos que responderam ao questionário disseram trabalhar com produção sustentável, contemplando em suas atividades uma extensa lista de produtos, sendo que muitos deles consideram o apoio recebido como fundamental para o aumento da produção. A seguir, estão listados alguns produtos que tiveram suas cadeias impactadas: artesanatos diversos (biojóias diversas, bolsas, carteiras etc.); produtos de roça, como hortaliças diversas¹⁰⁸; açaí e produtos derivados (polpa, doces

¹⁰⁸. Foram citados no levantamento realizado: abóbora, alface, amendoim, banana, batata-doce, berinjela, cebolinha, cheiro verde, coentro, couve, jiló, milho, pepino, quiabo, rúcula, vinagreira, entre outros.



etc.); babaçu e produtos derivados (azeite, sorvete, biscoito, mesocarpo em pó e em flocos); galinhas caipiras e ovos; mudas nativas; produtos de confeitoraria (pães, bolos e biscoitos); mel de abelhas africanas e de melíponas e produtos derivados (cera, pólen e própolis); geleias, doces de fruta em compotas e doce de leite; mandioca e polpas de fruta¹⁰⁹.

Ao serem questionados sobre as principais características relativas à qualidade dos produtos, a maioria dos respondentes (77%), apontaram a “*valorização dos produtos nativos, inclusive por iniciativas culturais*” como seu principal atributo, seguidos da “*produção sem agrotóxico nem insumos químicos*” (69%) e do papel que os projetos tiveram na sua própria “*mudança nos hábitos alimentares*” (58%). Apenas 38% dos projetos consideraram que suas atividades influenciaram na “*recuperação de variedades que estavam desaparecendo*”. Analisar tais dados revela uma percepção sobre o valor de suas práticas culturais associadas aos produtos nativos e orgânicos, assim como o fato de tais práticas estarem associadas à melhora na relação alimentar dos/as beneficiários/as.

2. EIXO TEMÁTICO II - COMERCIALIZAÇÃO E RENDA

Para melhor compreender a natureza da comercialização é importante mapear possíveis rotas de escoamento e venda da produção. Seis categorias diferentes foram propostas: feiras livres, compras públicas, mercados locais, mercados estaduais, mercados nacionais, mercados internacionais e venda em festivais. Para além dessas, outras categorias foram propostas pelos respondentes de forma a suprir lacunas do questionário. Dentre todas as categorias presentes nas respostas, três foram presentes para mais de da metade dos subprojetos: 77% disseram vender seus produtos em feiras livres; 73% em mercados locais; e 50% para programas de compras institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Por mais que pouco numerosas (contando com uma ou duas respostas), foi interessante notar que os subprojetos propuseram categorias não presentes inicialmente que evidenciam mecanismos criativos e descentralizados de comercialização. Categorias como: “*de porta em porta*”, “*redes sociais e encomendas*”, “*no quilombo e comunidades vizinhas*”, “*direto ao consumidor*” e “*autoconsumo*”.

Ao analisar os subprojetos respondentes, 64% afirmaram terem recebido investimentos para aquisição de equipamentos e realização de obras para melhoria de sua capacidade produtiva, ao passo que 36% efetuaram atividades de outras naturezas. Dentre as principais atividades realizadas nesse contexto, é importante citar alguns pontuais como: a aquisição de equipamentos diversos para produção, beneficiamento e comercialização dos produtos, implantação de sistemas de irrigação e de geração de energia solar, veículos, reformas nas agroindústrias, entre outros.

Por último, vale citar que 76% dos subprojetos apoiados disseram não ter desenvolvido tecnologias sociais em seus projetos. Aqueles que reconhecerem essas práticas em

¹⁰⁹. Foram citadas, no levantamento realizado, estas frutas: abacaxi, acerola, bacuri, cajú, cupuaçu, goiaba, maracujá, melancia e taperebá.



seus trabalhos, o relacionam à algumas atividades específicas, como o emprego de mão de obra coletiva (mutirão) para a construção de certos equipamentos e manejo de quintais e SAFs, sistemas produtivos tradicionais sem a utilização de agrotóxicos e sistemas participativos de garantia da conformidade orgânica.

3. EIXO TEMÁTICO III - CAPACITAÇÃO

Apenas uma instituição disse não ter contemplado atividades de capacitação em seu subprojeto, sendo que as demais contemplaram ações bastante variadas (intercâmbios, oficinas, seminários, entre outros) em temáticas-chave às organizações, como gestão comunitária, manejo de SAFs, comercialização e beneficiamento. É importante considerar que houve uma expressiva participação feminina nas capacitações, sendo que as mulheres representam 43% das 1.451 pessoas capacitadas, segundo informado nos questionários (totalizando 632 mulheres). Isso significa uma média de 58 pessoas capacitadas por projeto em assuntos distintos, sendo que 25 eram mulheres. Aqui é importante considerar um dos projetos apoiados pelo *Fundo Dema*, que teve as atividades voltadas para a regularização fundiária por meio de Cadastros Ambientais Rurais (CAR) e apontou ter capacitado 410 pessoas, sendo 64 delas mulheres (15%).

Por último, apenas 3 iniciativas das 26 respondentes (11%) disseram não ter realizado intercâmbios técnicos com outras experiências com atuação semelhante. Esse ponto é importante, uma vez que evidencia o fato de que diversas atividades compreendem a necessidade de trocas de experiência visando não apenas o aprendizado, como também o compartilhamento de informações aprendidas ao longo da duração do projeto. Os temas que foram mais recorrentes nas capacitações foram relativos à produção e manejo, beneficiamento a boas práticas, recuperação de áreas degradadas e implantação e manejo de SAFs. Sendo que apenas 4 (16%) disseram ter promovido capacitações acerca de questões gerenciais e gestão de projetos.

O PPP-Ecos tem uma importância super relevante para a agroecologia e na região do Mearim, tem apoiado muitas iniciativas que geram autonomia para os/as agricultores/as familiares.

Beneficiário do PPP-Ecos

4. EIXO TEMÁTICO IV - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

Ao analisar a recuperação de áreas degradadas de maneira consorciada à conservação da floresta, 13 subprojetos (52%) disseram trabalhar com a implantação de SAFs ao passo que outros 12 (48%) desenvolveram trabalhos de criação de mudas em viveiros e berçários. Apesar de ser um número bem menor, 3 projetos (12%) desenvolveram atividades de intercâmbio de sementes crioulas, mostrando preocupação pela diversidade socioambiental e produtiva de seus produtos. É interessante notar como as práticas do projeto aliaram produção à recuperação de áreas degradadas de maneira a buscar técnicas de reflorestamento com SAFs e enriquecimento com espécies nativas.



Os projetos apontaram ter recuperado, em conjunto, 566 hectares com a implantação de SAFs, número que representa um média de 22 hectares por projeto que respondeu ao questionário. Ao se considerar que o valor máximo de repasse, tanto do *Fundo Dema* quanto do *PPP-Ecos na Amazônia* era de R\$ 90 mil, esse número ganha importância, pois evidencia uma grande eficiência por parte dos subprojetos. Ao se considerar que todos os projetos tenham acessado os editais pelo valor máximo (R\$ 90 mil) e que todos os recursos tenham sido destinados exclusivamente para a implantação de SAFs, chegar-se-ia ao valor de R\$ 4 mil por hectare¹¹⁰. Por mais que esse indicador seja subjetivo, é interessante notar a eficiência e tendência de valores baixos referentes à recuperação de áreas degradadas por parte dos subprojetos apoiados.

Dentre as respostas concedidas, 68% dos subprojetos (17) disseram ter também enriquecido quintais com o apoio dos projetos a partir da inserção de diferentes espécies, tanto florestais quanto frutíferas, medicinais e de hortaliças. Vale citar que a variedade produtiva dos subprojetos apoiados é enorme, especialmente ao se considerar a sua abrangência geográfica. Como exemplo, apenas um projeto citou ter enriquecido quintais com 22 espécies, a saber: abacaxi, açaí, acerola, anani, andiroba, bacuri, banana, castanha-da-amazônia, caju, cupuaçu, fação, inajá, ingá, jutaí, manga, miriti, pau mulato, piquiá, pupunha, ucuuba, tucumã e urucum.

De todos os 26 projetos que responderam à pesquisa, apenas 1 (3%) não considerou que suas atividades apoiaram a conservação e proteção das florestas. Esse projeto específico desenvolveu atividades de implantação de agroflorestas no Mato Grosso com enriquecimento de quintais e politíltivo consorciado com árvores frutíferas exóticas e nativas (caju, goiaba, laranja, limão, pequi do Xingu e outros). Toda a produção era destinada para autoconsumo. Os demais projetos (97%), todos compreenderam suas atividades como pertinentes à conservação das florestas e apontam alguns fatores como de central importância, entre eles:

- Boas práticas de manejo associadas ao reflorestamento com espécies nativas e à proteção do solo garantem um bom funcionamento ecológico do ambiente, diversificam a alimentação e geram renda aos agricultores/as familiares.
- Recuperação de áreas degradadas próximas às comunidades garantem a geração de renda e promovem alterações nas relações das comunidades
- Práticas de capacitação fortaleceram o entendimento sobre a importância de manter a floresta em pé, seja por seu potencial de geração de renda seja pelo seu papel de estruturação ecológica.
- A melhora na renda dos/as produtores/as rurais atrelada aos produtos dos SAFs levou à maior adesão aos plantios e cultivos abandonados, ajudando a enriquecer a paisagem e a aumentar a diversidade.

¹¹⁰. Segundo a Embrapa, o custo para implantação de um hectare de SAF no Acre foi estimado em R\$ 8 mil. O valor pode variar, de acordo com o modelo adotado e com a região, em função da necessidade de serviços e insumos e dos preços praticados nos diferentes estados (Consórcio agroflorestal aumenta renda em comunidades extrativistas (canalrural.com.br)).



- A recuperação de áreas degradadas auxilia, ainda, no combate a queimadas potenciais.
- A implantação de apiários colaborou positivamente para a polinização das espécies vegetais nativas, contribuindo para a manutenção e conservação dessas espécies promovendo o aumento da sociobiodiversidade local.

Dentre os subprojetos participantes, 88% (21) afirmaram sofrer algum tipo de ameaça ou pressão ambiental vindas de seu entorno, o que revela e reforça a importância de projetos, iniciativas e políticas públicas que auxiliem sua melhor estruturação, assim como na geração de renda e fortalecimento institucional, visando permitir maior autonomia e resiliência das organizações beneficiárias dos projetos. Dentre as maiores pressões mencionadas pelos subprojetos estão: desmatamento para inserção de pastagens (63%), queimadas (54%), expansão de monocultivos associados à dispersão de agrotóxicos (54%) e perda da biodiversidade (46%). Outros impactos sentidos são a grilagem, invasão de madeireiros, pesca predatória, garimpo e grandes empreendimentos (rodovias, portos, linhas de transmissão e mineração). Um subprojeto em específico afirmou que sofre problemas com a criação de porcos e búfalos soltos.

Por último, é importante citar que diversos subprojetos compreendem o apporte conferido como tendo sido fundamental para a melhor estruturação dos trabalhos das associações e cooperativas apoiadas. Alguns apontam a necessidade de continuidade e incremento no suporte conferido pela instituição executora aos trabalhos desenvolvidos, indicando alguns problemas relativos à descontinuidade do projeto. Como se trata de pequenas organizações com limitado acesso a recursos, o suporte contínuo pode ser um fator importante até que as mesmas consigam alcançar uma escala que permita uma maior organização social e financeira visando sua emancipação de sistemas de apoio. Muitas organizações reconhecem que os recursos eram limitados e que tiveram um papel mais estruturante de suas ações do que resolutivo dos problemas, contudo apontam a necessidade de novos investimentos para continuidade e aprofundamento dos trabalhos. Muitos projetos são voltados exclusivamente ao público feminino, sendo recorrentemente a origem o único recurso que essas mulheres possuem. Pensá-los como fator potencial de emancipação social é uma chave importante para compreender o potencial que possuem na melhoria das condições de vida dessas populações, assim como no sentido de merecimento e pertencimento conferido ao receberem apoio continuado. Foi apontado, também, a necessidade de maior acompanhamento por parte de órgãos de licenciamento e fiscalização, pois muitas organizações não podem comercializar polpas e outros produtos por falta de licenciamento ambiental e sanitário (como no caso do Selo de Inspeção Federal).

Conforme demonstrado com o resultado das respostas do questionário, as atividades dos pequenos projetos permitem uma maior geração de renda e aumento da atratividade econômica das atividades desenvolvidas, fatores que permitiram um fortalecimento da segurança alimentar e governança territorial em regiões vulnerabilizadas, contribuindo, assim, aos objetivos de redução do desmatamento do Fundo Amazônia. Fica, portanto,



evidente o cenário de fragilidade e vulnerabilidade financeira que diversas dessas comunidades e iniciativas se encontram. Conforme apontado, as pressões ambientais são diversas aos seus territórios, ameaçando a própria continuidade de suas atividades de subsistência. Compreende-se, portanto, que a continuidade do apoio via pequenos projetos às bases sociais compreendidas nesses territórios é fundamental para proteger os territórios e fortalecer a conservação da Amazônia e sua vastidão, mas sobretudo é chave para permitir a melhor estruturação de grupos sociais marginalizados com grande potencial organizativo e de geração de renda.



APÊNDICE IV - PERGUNTAS ORIENTADORAS

Roteiro de entrevistas para Avaliação de Efetividade de quatro projetos com foco em APS (Atividades Produtivas Sustentáveis) - Perguntas Orientadoras

Atores a serem entrevistados

- **Reca:** Dirigentes da cooperativa, dirigentes das associações e/ou membros da cooperativa beneficiadas e membros do conselho do Reca.
- **Cooperacre:** Dirigentes da cooperativa, dirigentes das associações e/ou membros da cooperativa beneficiadas e professor da UFAC.
- **Fase:** Equipe técnica da Fase, equipe técnica do Fundo Dema, dirigentes das associações beneficiadas, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Santarém (STTR STM), beneficiários em geral, Malungu e Comitê gestor do Fundo Dema.
- **ISPN:** Equipe técnica do ISPNA, dirigentes das associações beneficiadas, Associação Agroecológica Tijupá e Comitê gestor do PPP-Ecos.

Objetivos das entrevistas

- A partir dos critérios especificados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), constatar em que medida os projetos foram relevantes, eficientes, eficazes, sustentáveis e geraram impactos.
- Identificar o impacto do projeto na Redução da Pobreza e na Equidade de Gênero.
- Verificar a observância das Salvaguardas de Cancún acordadas no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC) para ações de Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal (+ conservação de estoques de carbono florestal, manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono florestal) – REDD+.
- Analisar as fortalezas e fragilidades da intervenção dos projetos, assim como identificar desafios e lições aprendidas e gerar recomendações.
- Identificar, sistematizar e divulgar as melhores práticas para a valorização do ativo ambiental e a proteção da floresta, identificando mecanismos para a sustentabilidade dos projetos e subprojetos apoiados.
- Verificar como os projetos contribuíram para melhorar a renda e evitar o desmatamento, assim como as ações que precisam ser melhoradas para atingir este objetivo.



EIXO 01 – Gestão dos Projetos (Aglutinadora)

- a) Quais os **pontos fortes e fracos** do projeto liderado pela aglutinadora?
- b) As principais **dificuldades e entraves**, seja de gestão ou de outra natureza?
- c) Os **prazos** estipulados para execução do projeto foram cumpridos? Caso não, por quê?
- d) Existiram **fatores externos que influenciam negativamente** ou travaram a execução do projeto? Quais e como influenciam?
- e) Houve boa **capacidade de gestão** e execução dos recursos e atividades do projeto?
- f) Para além da aglutinadora, os subprojetos apoiados estavam envolvidos em decisões de gestão e conseguiram **monitorar o uso dos recursos**?
- g) O projeto **atingiu de forma equilibrada homens e mulheres**? Houve métrica para medir impacto por gênero?
- h) Houve **demora para executar as ações**?
- i) As ações, tanto do projeto como de seus subprojetos, foram bem **planejadas e de forma participativa**?
- j) É possível medir o sucesso do projeto em **áreas recuperadas e/ou protegidas (hectares)**?
- k) Quantas pessoas e **famílias foram impactadas** pelo projeto?
- l) Quantas **cooperativas foram estruturadas** com o apoio da Aglutinadora?
- m) Existem **sugestões para melhorias** para gestão, acompanhamento do projeto e prestação de contas ao Fundo Amazônia?
- n) Quantos/as **profissionais foram capacitados/as**? Mulheres também foram capacitadas? Em qual proporção?
- o) Com o apoio do Fundo Amazônia, quais **estudos foram realizados**? Houve participação de mulheres na realização desses estudos? Com quais responsabilidade e atividades?
- p) Houve impacto direto sobre **indígenas e quilombolas** especificamente?
- q) Houve **melhora na renda familiar** das populações impactadas pelo projeto? Como se mediu isso?
- r) O projeto atuou de **forma satisfatória**?

EIXO 02 – Seleção dos aglutinados / subprojetos

- a) Quais os **critérios utilizados para selecionar beneficiária/os** dos projetos implantados?
- b) Existe algum **critério de gênero para a seleção dos projetos**? Qual a proporção entre homens e mulheres selecionados/as?
- c) Existe algum **critério de renda** para a seleção dos projetos?
- d) Quais as **contrapartidas dos beneficiária/os**? Houve diferença na contrapartida entre homens e mulheres?
- e) Houve um **mapeamento das propriedades** dos/as **beneficiárias/os**? Foram encontradas diferenças entre as propriedades de homens e mulheres?



EIXO 03 – Gestão dos Projetos (Aglutinadas e Subprojetos)

- a) Os **prazos estipulados** para execução do projeto foram cumpridos? Se não, quais motivos?
- b) Qual a **capacidade da organização para realizar a gestão e execução dos recursos** do projeto? Houve **participação dos grupos apoiados** na gestão dos projetos e monitoramento do uso dos recursos?
- c) Como ocorreu a **comunicação e acordos com beneficiária/os**?
- d) Quais mecanismos ou instrumentos foram usados para a **transparência da gestão e uso dos recursos**?
- e) Quais são as **cadeias produtivas fomentadas com maior intensidade**? Há prestação de serviços de ATER?
- f) Qual a **participação das mulheres nessas cadeias** e no acesso à ATER (tanto recebendo quanto oferecendo)?
- g) Houve **monitoramento dos tratos culturais**?
- h) É possível **dimensionar mudanças entre homens e mulheres no acesso** às políticas, práticas de manejo e renda com a implantação dos SAFs?
- i) Alguma crítica ou **sugestão para a implantação de SAFs**?
- j) Existem quantas **cooperativas estruturadas em funcionamento**? Como é a participação das mulheres?
- k) Houve criação de **novas cooperativas** com o advento do projeto?
- l) Qual a **participação das mulheres nas cooperativas**? Havia cooperativas de mulheres? As mulheres tinham poder de decisão?
- m) Houve **diferença no apoio a homens e mulheres**?
- n) O que **melhorou nas cooperativas com o apoio do projeto**? Houve diferença na percepção de melhora relativa a questões de gênero?
- o) As/os **beneficiárias/os dos projetos foram monitorados quanto à implantação dos projetos**? Foram considerados aspectos de gênero no monitoramento? E com relação aos critérios?
- p) O **desmatamento na propriedade foi monitorado**? Houve diferença no desmatamento entre propriedades de homens e de mulheres?
- q) Há **sugestões de melhora para próximas ações de apoio a cooperativas**? Como podem ser consideradas as questões de gênero nessas melhorias?



APÊNDICE V - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Efetividade de Projetos de Atividades Produtivas Sustentáveis (APS) Apoiadas por Meio das Modalidades Aglutinada/Aglutinadora e de Chamada Pública seguiu as orientações gerais previstas do documento *Marco Conceitual de Avaliação de Efetividade dos Projetos Apoiados pelo Fundo Amazônia* e no seu referido *Adendo ao Marco Conceitual* referente a Avaliações Temáticas baseados nos seguintes critérios:

- Critérios sobre efetividade de projetos estabelecidos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE);
- Salvaguardas de Cancún (REDD+); e
- Critérios Transversais para Redução da Pobreza e Equidade de Gênero.

Os documentos orientadores citados oferecem um arcabouço de perguntas orientadoras tanto dos projetos individualmente (presentes no *Marco Conceitual*) quanto de algumas perguntas complementares sobre os impactos agregados dos projetos (*Adendo ao Marco Conceitual*). Tanto os critérios quanto suas perguntas orientadoras são apresentadas sistematizadas de forma integrada por critério na tabela abaixo.

1. PERGUNTAS ORIENTADORAS - CRITÉRIOS OCDE

A seguir, se encontram os critérios avaliativos da OCDE sobre efetividade de projetos, assim como perguntas orientadoras. Para esses critérios o *Marco Conceitual* e seu Adendo apresentam perguntas diferentes e complementares que podem ser conferidas a seguir.

Critério	Perguntas orientadoras
Relevância ("Relevance")	Definição: Avalia a coerência dos objetivos do projeto de acordo com as demandas dos beneficiários e as prioridades políticas dos grupos alvos, do receptor e dos doadores.
Efetividade de impactos agregados (Adendo)	<ul style="list-style-type: none">• Os projetos contribuíram em conjunto e de forma agregada para os objetivos do Fundo Amazônia?
Efetividade por projeto (Marco conceitual)	<ul style="list-style-type: none">• Em que medida os objetivos do projeto ainda são válidos no momento da sua finalização?• As atividades e os resultados imediatos do projeto são coerentes com o alcance dos objetivos definidos para o projeto?• As atividades e os resultados imediatos do projeto são coerentes com os efeitos e os impactos esperados?



Eficácia ("Effectiveness")	Definição: Avalia em que medida os objetivos diretos do projeto foram alcançados ou espera-se que sejam alcançados e que fatores foram importantes.
Efetividade de impactos agregados (Adendo)	<ul style="list-style-type: none">Que efeitos diretos agregados foram cumpridos?
Efetividade por projeto (Marco conceitual)	<ul style="list-style-type: none">Os objetivos diretos (específicos) do projeto foram ou serão cumpridos?Quais são os principais fatores que influenciam o cumprimento ou não dos objetivos diretos (específicos)?
Eficiência ("Efficiency")	Definição: Mensura o custo-benefício dos resultados. Se o recurso financeiro foi investido de forma mais econômica e se os resultados foram alcançados de forma satisfatória.
Efetividade de impactos agregados (Adendo)	<ul style="list-style-type: none">O custo-benefício das atividades dos projetos mantém uma coerência entre eles?
Efetividade por projeto (Marco conceitual)	<ul style="list-style-type: none">Qual é a relação custo-benefício das atividades realizadas?Os meios aplicados se encontram em uma relação razoável com os resultados obtidos?Os objetivos foram alcançados dentro do prazo?Existem formas alternativas de obter os mesmos resultados com menos custos/ meios?
Impacto ("Impact")	Definição: Avalia as mudanças positivas e negativas decorrentes do projeto, direta ou indiretamente, intencional ou involuntária.
Efetividade de impactos agregados (Adendo)	<ul style="list-style-type: none">Quais foram os principais efeitos agregados dos projetos? Houve impactos agregados? Eles demonstraram ter escalabilidade no território?
Efetividade por projeto (Marco conceitual)	<ul style="list-style-type: none">Quais foram as principais mudanças geradas como resultado do projeto? Descreva e indique as causas dos efeitos positivos ou negativos observados, intencionais ou não.Quais principais efeitos alcançados que contribuíram no alcance do objetivo?Que ações ou eventos externos ao projeto contribuíram para o alcance das mudanças observadas?O projeto fez alguma diferença para os beneficiários?O projeto tem escala na região ou influencia outras iniciativas?
Sustentabilidade ("Sustainability")	Definição: Avalia se os benefícios do projeto continuam ocorrendo após o seu término, com ênfase nos aspectos sociais, econômicos e ambientais.
Efetividade de impactos agregados (Adendo)	<ul style="list-style-type: none">Os efeitos alcançados pelos projetos de forma agregada são duradouros? A sustentabilidade foi alcançada?
Efetividade por projeto (Marco conceitual)	<ul style="list-style-type: none">Em que medida os benefícios do projeto perduram após o término do financiamento do Fundo Amazônia?Quais foram os principais fatores que influenciaram o alcance ou não da sustentabilidade do projeto?Quais os riscos que devem ser monitorados para garantir a sustentabilidade alcançada?



2. PERGUNTAS ORIENTADORAS - SALVAGUARDAS DE CANCUN

A seguir, são listadas as Salvaguardas de Cancun assim como suas perguntas orientadoras.

1. Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes.	<ul style="list-style-type: none">• Os projetos mostraram estar alinhados com o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e os planos estaduais de prevenção e controle do desmatamento?• Quais outras políticas públicas federais ou acordos internacionais os projetos demonstraram alinhamento? Em quais aspectos?• Os projetos contribuíram ou poderão vir a contribuir direta ou indiretamente para a redução das emissões por desmatamento ou degradação florestal? De que forma?
2. Estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania e a legislação nacionais.	<ul style="list-style-type: none">• Em que medida os projetos promoveram a articulação entre diversos atores (setor público, privado, terceiro setor ou comunidades locais)? Foi feito uso de instâncias de governança compartilhada? Quais?• Em que medida os projetos contribuíram para fortalecer os instrumentos públicos e processos de gestão florestal e territorial?
3. Respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros/as de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, circunstâncias e leis nacionais e observando que a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.	<ul style="list-style-type: none">• Em que medida os projetos influenciaram os direitos constitucionais associados à posse e destinação formal da terra na sua área de atuação?• Em que medida os projetos influenciaram o uso sustentável dos recursos naturais na sua área de atuação?• Se os projetos tiveram como beneficiários/as diretos povos indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores/as familiares: seus sistemas socioculturais e conhecimentos tradicionais foram considerados e respeitados ao longo dos projetos?• Há efeitos que interferem com o modo tradicional de vida destes grupos? Que tipo de efeitos: na organização social, econômica ou do uso de espaços e recursos disponíveis? De que forma interferem: positivamente, negativamente ou ambos?
4. Participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais, nas ações referidas nos parágrafos 70 e 72 da Decisão 1/CP 16.	<ul style="list-style-type: none">• De que forma os projetos garantiram o consentimento prévio, livre e informado, e a forma local ou tradicional de escolha dos/as representantes dos/as seus/suas beneficiários/as (especialmente dos povos indígenas e das comunidades tradicionais)?• Quais instrumentos participativos de planejamento e gestão os projetos aplicaram durante a tomada de decisão?• Em caso de projetos com fins econômicos: eventuais benefícios advindos dos projetos foram acessados de forma justa, transparente e equitativa pelos/as beneficiários/as, evitando uma concentração de recursos?• Em que medida os projetos proporcionaram ao público em geral e aos/às seus/ suas beneficiários/as o livre acesso e fácil entendimento às informações relacionadas a ações do projeto?• Os projetos conseguiram montar um bom sistema de monitoramento de resultados e impactos? Os projetos monitoraram e divulgaram de forma sistemática os resultados realizados e os seus efeitos?



5. Ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações referidas no parágrafo 70 da Decisão 1/CP 16 não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos e para melhorar outros benefícios sociais e ambientais.	<ul style="list-style-type: none">• Como os projetos contribuíram para a ampliação ou consolidação de áreas protegidas?• Como contribuíram para a recuperação de áreas desmatadas ou degradadas?• Em caso de atividades de restauração e reflorestamento de áreas, as metodologias empregadas priorizaram espécies nativas?• Em que medida os projetos contribuíram para estabelecer modelos de recuperação com ênfase no uso econômico?
6. Ações para tratar os riscos de reversões em resultados de REDD+	<ul style="list-style-type: none">• Quais fatores constituem riscos à permanência de resultados de REDD+? Como os projetos os abordaram?• Existe uma estratégia de monitoria contínua desses resultados?
7. Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas.	<ul style="list-style-type: none">• Houve deslocamento das emissões evitadas pelas ações dos projetos para outras áreas?

3. PERGUNTAS ORIENTADORAS - CRITÉRIOS TRANSVERSAIS

A seguir, se encontram os critérios transversais assim como suas perguntas orientadoras.

Critério	Perguntas orientadoras
Redução da pobreza	Definição: Avalia a coerência dos objetivos do projeto de acordo com as demandas dos beneficiários e as prioridades políticas dos grupos alvos, do receptor e dos doadores.
Efetividade de impactos agregados (Adendo)	<ul style="list-style-type: none">• De que maneira os projetos de forma agregada influenciaram na redução da pobreza, na inclusão social e na melhoria nas condições de vida das pessoas beneficiadas que vivem nas suas áreas de atuação?
Efetividade por projeto (Marco conceitual)	<ul style="list-style-type: none">• Em que medida o projeto contribuiu de forma efetiva para alternativas econômicas que valorizam a floresta em pé e o uso sustentável de recursos naturais?• Em que medida o projeto influenciou positivamente na redução de pobreza, na inclusão social e na melhoria nas condições de vida dos beneficiários (principalmente: comunidades tradicionais, assentados e agricultores familiares) que vivem na sua área de atuação?• O projeto conseguiu promover e incrementar a produção em cadeias de valor de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros, originados em manejo sustentável?• Em caso de projeto que contenha a componente de desenvolvimento científico e tecnológico, este contribuiu para a construção de um modelo de desenvolvimento adequado à região?



Equidade de gênero	Definição: Avalia em que medida os objetivos diretos do projeto foram alcançados ou espera-se que sejam alcançados e que fatores foram importantes.
Efetividade de impactos agregados (Adendo)	<ul style="list-style-type: none">• Os projetos trouxeram de forma agregada alguns resultados e impactos nas questões de gênero? Como e quais resultados agregados podem ser observados?
Efetividade por projeto (Marco conceitual)	<ul style="list-style-type: none">• O projeto conseguiu integrar questões de gênero nas suas estratégias e intervenções ou tratou do assunto de forma isolada? Como?• Havia separação por gênero na coleta de dados para o planejamento e o monitoramento do projeto?• Como o projeto contribuiu para a equidade de gênero?



APÊNDICE VI – LISTA DE PESSOAS ENTREVISTADAS

Reca – Projeto Concretizar					
Foto	Nome	Organização	Cargo	Data	Local
	Taysa Macedo	Reca	Coordenadora do setor técnico	23 a 25/01/2023	Porto Velho, Nova Califórnia/ RO
	Hamilton Condack de Oliveira	Reca	Presidente	24/01/2023	Porto Velho, Nova Califórnia/ RO
	Gicarlos Souza de Lima	Reca	Gerente Comercial	24/01/2023	Porto Velho, Nova Califórnia/ RO
	Silvana de Souza Lopes	Reca	Agricultora associada	23/01/2023	Porto Velho, Nova Califórnia/ RO
	Marcelo Santana Machado	Reca	Agricultor associado	25/01/2023	Porto Velho, Nova Califórnia/ RO



	Janiele Berkembok	Reca	Agricultora associada	25/01/2023	Porto Velho, Nova Califórnia/ RO
Sem foto	Sérgio Roberto Lopes	Reca	Membro do Conselho	03/02/2023	On-line
Cooperacre – Projeto Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável					
Foto	Nome	Organização	Cargo	Data	Local
	Raimundo da Silva	Cooperacre	Vice-presidente	26/01/2023	Rio Branco/AC
	Francisco Weverton Oliveira	Cooperacre	Coordenador técnico	26 a 28/01/2023	Rio Branco, Epitaciolândia e Xapuri/AC
	Severino da Silva Brito (apelido Silvio)	Associação Wilson Pinheiro	Ex-presidente	27/01/2023	Epitaciolândia/AC
	Sebastião	Cooperacre e Cooperxapuri	Membro do conselho diretor da Cooperacre e Presidente da Cooperxapuri	27/01/2023	Xapuri/AC
Sem foto	Prof. Marco Amaro	Universidade Federal do Acre	Professor	07/02/2023	On-line



ISPN – Projeto PPP-Ecos na Amazônia

Foto	Nome	Organização	Cargo	Data	Local
Sem foto	Rodrigo Noleto	ISPN	Coordenador	16/02/2023	On-line
	Juliana Napolitano	ISPN	Assessora técnica	08 a 10/02/2023	Diversos municípios do MA
	Fábio Pierre Fontele Pacheco	Tijupá	Coordenação	08/02/2023	São Luís/MA
	Martha Cristina Conde de A. Costa	Tijupá	Assessora técnica	08/02/2023	São Luís/MA
	Maria José Boa Vida Silva	Associação de Mulheres Plantando Resistência	Presidente	09/02/2023	Rosário/MA
	Luciana Sousa Gomes	Associação de Mulheres Plantando Resistência	Associada	09/02/2023	Rosário/MA
	Raimunda	Associação de Mulheres Plantando Resistência	Associada	09/02/2023	Rosário/MA



	Eide Maria Martins	Cooperativa do Quilombo de São Miguel	Ex-presidente	09/02/2023	Rosário/MA
	Cafuso	Cooperativa do Quilombo de São Miguel	Presidente	09/02/2023	Rosário/MA
	Roselia de Jesus Licar Corrêa	Pedrinhas Clube de Mães	Ex-presidente	10/02/2023	Itapecuru-Mirim/MA
	Heloisa dos Santos Matos	Pedrinhas Clube de Mães	Tesoureira	10/02/2023	Itapecuru-Mirim/MA
	João da Cruz dos Santos	Quilombo Cantagalo	Presidente	10/02/2023	Itapecuru-Mirim/MA
	Maria do Livramento	Quilombo Cantagalo	Associada	10/02/2023	Itapecuru-Mirim/MA



Fase – Projeto Fundo Dema

Foto	Nome	Organização	Cargo	Data	Local
	Lourenço Bezerra Lima	Fase	Educador	13/02/2023	Abaetetuba/PA
	Leocádia de Oliveira	AQUIBAC – Associação Quilombola Laranjituba e África	Presidente	13/02/2023	Abaetetuba/PA
	José Maria do Carmo	AQUIBAC – Associação Quilombola Laranjituba e África	Secretário	13/02/2023	Abaetetuba/PA
	Salomão da Costa Gomes	Malungo	Secretário	13/02/2023	Abaetetuba/PA
	Maria da Graça Costa	Fase	Integrante do comitê gestor do Fundo Dema	14/02/2023	Belém/PA
	Vânia Regina Vieira de Carvalho	Fase	Educadora do Fundo Dema	14/02/2023	Belém/PA



	Simy de Almeida Corrêa	Fase	Coordenadora executiva do Fundo Dema	14/02/2023	Belém/PA
	Jaime Luiz da Cunha Mendes	Fase	Educador	14 e 15/02/2023	Santarém/PA
	Maria José F. Alves	Casa Familiar Rural de Santarém	Coordenadora pedagógica	14/02/2023	Santarém/PA
	Luzenira Carvalho Vasconcelos	Casa Familiar Rural de Santarém	Educadora	14/02/2023	Santarém/PA
	Maria Nilda Guimarães Pereira	APRUCIPESC e AARTA	Diretora Geral	15/02/2023	Rio Arapiuns, Santarém/PA
	Odenildo Guimarães Pereira	APRUCIPESC	Presidente	15/02/2023	Rio Arapiuns, Santarém/PA
	Luziete da Silva Corrêa	APRUCIPESC	2ª Presidente	15/02/2023	Rio Arapiuns, Santarém/PA



APÊNDICE VII – TERMO DE REFERÊNCIA (TDR)

Projeto:	Cooperação com o Fundo Amazônia/BNDES
PN:	15.2132.7-002.00
Output + atividade:	3 + 3.5
Técnico responsável:	Ester Gomila
Objetivo:	Avaliar a efetividade de quatro projetos com foco em Atividades Produtivas Sustentáveis (APS) apoiados por meio das modalidades aglutinadora e de chamadas públicas realizadas com parceiros no âmbito do Fundo da Amazônia/BNDES

Avaliação de efetividade de quatro projetos com foco em Atividades Produtivas Sustentáveis (APS) apoiados por meio das modalidades aglutinadora e de chamadas públicas realizadas com parceiros no âmbito do Fundo da Amazônia/BNDES

INTRODUÇÃO

No âmbito do projeto de cooperação entre a *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH* (GIZ) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)/Fundo Amazônia, umas das ações apoiadas pela GIZ é a avaliação de efetividade ex-post dos projetos concluídos que foram apoiados pelo Fundo Amazônia (FA), com o objetivo de dar visibilidade aos resultados e lições aprendidas desses projetos, além de promover a aprendizagem institucional do próprio Fundo Amazônia. Além disso, a avaliação de projetos encerrados é uma demanda por parte de doadores e atores da cooperação internacional para ações de monitoramento e avaliação, por meio de uma avaliação externa e independente.

Até o momento, já foram realizadas avaliações de 28 projetos concluídos cujos resultados estão disponíveis ao público no website do Fundo Amazônia¹¹¹. Além disso, em 2019, foi realizada a avaliação de meio termo da efetividade do Fundo Amazônia, compreendendo o período de 2008 a 2018. A avaliação foi realizada por uma equipe de consultores independentes, com a coordenação técnica da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), da Organização das Nações Unidas (ONU). Concomitante à avaliação, foram elaborados dois estudos temáticos complementares, que serviram de subsídios para a avaliação, sendo um estudo dedicado à distribuição

¹¹¹. Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/monitoramento-e-avaliacao/avaliacoes-externas/>



de benefícios do Fundo Amazônia e outro, dedicado aos projetos de Cadastro Ambiental Rural (CAR) apoiados pelo Fundo Amazônia.

Os próximos projetos a serem avaliados, objeto do presente Termo de Referência (TdR), se enquadram na componente “Produção Sustentável” (1) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia¹¹². Essa será a segunda avaliação temática com foco em Atividades Produtivas Sustentáveis (APS)¹¹³, e abrangerá exclusivamente projetos apoiados nas modalidades aglutinadora e de chamadas públicas realizadas com parceiros no âmbito do Fundo da Amazônia/BNDES.

Na modalidade aglutinadora a instituição responsável perante o Fundo Amazônia/BNDES pela implementação do projeto coordena um arranjo integrado de subprojetos de outras organizações, denominadas aglutinadas, orientados para o desenvolvimento de cadeias de valor com base no uso sustentável dos recursos naturais.

O Fundo Amazônia/BNDES também apoia instituições parceiras para que estas promovam chamadas públicas de projetos, desde que comprovem experiência, conhecimento e capacidade operacional para conferir qualidade e escala às chamadas públicas.

Os quatro projetos a serem avaliados são:

- Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável - Cooperacre;
- Fundo Dema - FASE;
- Pequenos Projetos Ecossociais na Amazônia - ISPNA;
- Concretizar - RECA.

O objetivo do presente TdR é avaliar a efetividade desses projetos apoiados nessas duas modalidades que instrumentalizam o apoio indireto do Fundo Amazônia/BNDES, ou seja, de projetos que por sua vez apoiaram propostas relacionadas ao tema de APS implementados por outras organizações.

Os quatro projetos serão avaliados em conjunto e de forma temática para aumentar a eficiência da avaliação, ampliar o entendimento dos resultados e impactos alcançados, principalmente os impactos agregados dos projetos, e gerar recomendações e lições aprendidas aos atores envolvidos no âmbito de projetos de APS que visam promover a ampliação da escala do apoio do Fundo Amazônia, a capilarização do acesso aos seus recursos por instituições de menor porte e a promoção das sinergias existentes entre os diversos atores que atuam nas cadeias de valor da sociobiodiversidade.

¹¹². Em 2021 foi realizada uma primeira avaliação temática de cinco projetos que se enquadram na componente 1 – Produção Sustentável (APS 1). O relatório dessa avaliação encontra-se disponível [aqui](#). Os resultados da avaliação APS 1, serão considerados nessa avaliação (APS 2) no que diz respeito as observâncias e aprendizagens em relação à componente 1.

¹¹³. Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/monitoramento-e-avaliacao/avaliacoes-externas/>



1.1 CONTEXTO DOS PROJETOS

As cadeias produtivas sustentáveis na Amazônia Legal têm ganhado cada vez mais relevância com o crescimento em termos de volume e valor de seus produtos no mercado (especialmente para a bioeconomia) e em termos de importância para as comunidades tradicionais que os produzem, mas também ainda enfrentam barreiras à sua integração na economia formal.

Entre essas barreiras, estão as grandes distâncias entre os produtores e os principais mercados consumidores, os elevados custos de transporte, infraestrutura deficiente de armazenamento, a falta de compreensão das regulações e leis que regem a produção e comercialização nessas cadeias, a dificuldade de acesso a capital inicial e de gestão administrativa eficiente, a falta de qualificação dos recursos humanos e a falta de acesso a tecnologias e informação para o aprimoramento das técnicas de plantio, manejo, beneficiamento, armazenamento, controle de qualidade, entre outros. Somando-se a essas dificuldades, está a pressão ambiental do desmatamento que acomete a região e tornam ainda mais importante o desenvolvimento de atividades que mantêm a floresta em pé.

Diante disso, foram desenvolvidas diferentes abordagens de apoio a projetos que fortalecem a cadeia de produção sustentável que mantém a floresta em pé, sendo objeto desse TdR as modalidades de projetos aglutinadores e de parceiros que promovem chamadas públicas, no qual o projeto apoiado – no caso, pelo Fundo Amazônia/BNDES, à sua vez apoia projetos, organizações, associações ou cooperativas menores - seja por meio de ações diretas ou através de repasse de recursos e/ou bens.

Dos quatro projetos apoiados e objeto dessa avaliação, dois são projetos na modalidade aglutinadores (RECA e Cooperacre), isto é, projetos que apoiaram as associações ou cooperativas aglutinadas com ações diretas, como por exemplo aquisição de equipamento, apoio logístico, beneficiamento e comercialização, e os outros dois (FASE e ISPNA), que através de chamadas públicas por sua vez selecionaram organizações às quais foi concedido apoio predominantemente em forma de verba. Desta maneira, esperava-se com o apoio a um projeto, poder alcançar um número muito maior de projetos menores, que por serem menores não teriam condições de cumprir os requisitos para receber o apoio direto do Fundo, mas são tão importantes quanto os maiores para contribuir ao alcance dos objetivos do Fundo Amazônia.

Dessa maneira, analisando esses projetos, espera-se, na avaliação, perceber que o fortalecimento das atividades produtivas sustentáveis através das instituições do terceiro setor e com esse tipo de abordagem contribuiu com o objetivo geral do Fundo Amazônia, de redução do desmatamento através do desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal.



1.2 RESUMO DOS PROJETOS

Título do projeto	Instituição implementadora	Período	Valor de apoio do Fundo Amazônia	Objetivo
Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável	Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre (Cooperacre)	2014 a 2022	R\$ 4.981.614,66	Contribuir para o fortalecimento das cadeias de castanha-do-brasil e de polpa de fruta no estado do Acre por meio da: (i) recuperação de áreas degradadas e/ou alteradas localizadas em pequenas propriedades ou posses rurais familiares; (ii) otimização da logística de armazenamento de castanha-do-brasil e do transporte de frutas; (iii) melhoria do processo de beneficiamento da castanha-do-brasil; (iv) agregação de valor e diversificação dos produtos; (v) melhoria da estratégia de comercialização dos produtos; e (vi) capacitação da rede de filiados.
Fundo Dema	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)	2011 a 2021	R\$ 6.601.699,07	Apoiar projetos socioambientais de pequeno valor, localizadas no estado do Pará, com foco na área de influência das rodovias Transamazônica e BR-163 e na região do Baixo Amazonas, por meio de chamadas públicas.
Pequenos Projetos Ecosociais na Amazônia	Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN)	2012 a 2020	R\$ 12.814.691,38	Realização de quatro chamadas públicas para selecionar e financiar projetos socioambientais de pequeno valor voltados para agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais em áreas do bioma Amazônia dos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.
Concretizar	Associação dos Pequenos Agrosilvicultores do Projeto Reca (RECA)	2014 - 2020	R\$ 6.422.748,00	Fortalecer a cadeia produtiva do cupuaçu, do açaí, de óleos vegetais e de pupunha, por meio da implantação de sistemas agroflorestais (SAFs), da ampliação e modernização da capacidade produtiva de unidades de beneficiamento de polpas e da reestruturação de unidade de beneficiamento de óleos vegetais e de galpão de armazenamento de castanhas e de sementes, em comunidades tradicionais da Ponta do Abunã, de modo a constituir alternativa econômica sustentável ao desmatamento.



1.3 PRINCIPAIS RESULTADOS DOS PROJETOS

Projeto	Resultados
Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável - Cooperacre	<ul style="list-style-type: none">• Receita obtida com a comercialização de castanha-do-brasil e frutas in natura. Resultado: R\$ 20,1 milhões;• Receita obtida com a comercialização de castanha-do-brasil e frutas beneficiadas. Resultado: R\$ 34,9 milhões;• nº de estruturas de armazenamento de produtos in natura construídas. Meta: 2 - Resultado: 2;• nº de indivíduos capacitados em técnicas de gestão e produção sustentável. Meta: 180 - Resultado: 293;• nº de indivíduos capacitados em técnicas de gestão e produção sustentável efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos. Resultado: 219;• nº de novas comunidades certificadas em produção orgânica de castanha-do-brasil. Meta: 7 - Resultado: 7;• nº de comunidades com certificação renovada em produção orgânica de castanha-do-brasil. Meta: 7 - Resultado: 7;• área (ha) de SAFs implantados. Meta: 600 ha - Resultado: 602,5 ha;• nº de imóveis com SAFs implantados. Meta: 291 - Resultado: 291;• Aquisição de diversos equipamentos;• Construção de dois armazéns comunitários com capacidade para o armazenamento de 15 toneladas de castanha em Epitaciolândia e Xapuri;• Fortalecimento da certificação orgânica da castanha-do-brasil;• Realização de estudo de mercado exterior que trouxe insumos necessários para que a Cooperacre possa exportar seus produtos;• Realização de 30 cursos de capacitação em gestão administrativa e financeira (15) e formação de agroflorestas (15);• Realização de seis intercâmbios agroflorestais;• Implantação de 602 hectares de sistemas agroflorestais (SAFs).
Fundo Dema-Fase	<ul style="list-style-type: none">• Renda média das famílias beneficiadas pelos pequenos projetos com atividades econômicas de usos sustentável. Resultado: R\$ 2.000 por família;• Receita obtida pelas famílias beneficiadas pelos pequenos projetos com atividades econômicas de usos sustentável. Resultado: R\$ 3,9 milhões.• Inserção no mercado local dos produtos agroflorestais decorrentes dos pequenos projetos. Resultado: 63% da produção.• Número de indivíduos capacitados em SAFs, manejo florestal, produção agroextrativista, gestão do território, regularização fundiária e beneficiamento de produtos agroflorestais. Resultado: 2.842.• Áreas recuperadas a partir dos “pequenos projetos” apoiados pelo Fundo Dema. Resultado: 886 hectares.



Pequenos Projetos Ecosociais na Amazônia - ISPN	<ul style="list-style-type: none">• Receita obtida com atividades econômicas de uso sustentável. Meta: R\$ 1.500/ano por família - Resultado: R\$ 2.400/ ano por família.• Número de projetos apoiados no âmbito do PPP-Ecos Amazônia. Meta: 160 - Resultado: 88.• Área recuperada em utilização para fins econômicos. Meta: 1.000 hectares - Resultado: 1.981.• Área recuperada para fins de conservação ambiental e/ou regularização ambiental - regeneração em andamento. Meta: não definida - Resultado: 1.018.• Número de famílias beneficiadas pelos projetos. Meta: 1.500 famílias - Resultado: 3.046 famílias.• Número de oficinas de capacitação em gestão de projetos ecossociais. Meta: 8 - Resultado: 17.• N° de indivíduos capacitados efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos. Meta: 200 - Resultado: 5.072.
Concretizar - Reca	<ul style="list-style-type: none">• Receita obtida pela COOPER-RECA com as atividades econômicas de uso sustentável apoiadas pelo projeto, discriminada por produto.<ul style="list-style-type: none">• Óleos vegetais: R\$ 1,5 MM.• Cupuaçu: R\$ 1,3 MM.• Açaí: R\$ 632 mil.• Pupunha: R\$ 341 mil.• Castanha-do-brasil: R\$ 589 mil.• Número de estruturas de armazenamento dos produtos in natura e beneficiados implantadas. Meta: 3 - Resultado: 3.• Número de estruturas de beneficiamento reformadas ou ampliadas. Meta: 3 - Resultado alcançado: 2.• Número de indivíduos capacitados para a implantação de SAFs e a adoção de boas práticas de produção e armazenamento de produtos da sociobiodiversidade especificados por gênero. Meta: 120 homens e 50 mulheres - Resultado: 353 homens e 90 mulheres.• N° de lideranças capacitadas em gestão de projetos, governança participativa e estratégias de comercialização especificados por gênero. Meta: 35 homens e 15 mulheres - Resultado alcançado: 74 homens e 44 mulheres.• Área de SAFs implantados. Meta: 300 ha - Resultado alcançado: 315,2 há.• Área de floresta diretamente manejada em decorrência do projeto. Meta: 3.230 ha - Resultado alcançado: 6.867 há.

2. OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO

O objetivo principal dessa avaliação de efetividade temática é medir os resultados e impactos alcançados pelos projetos e seus efeitos, levando em conta a relevância, eficiência, eficácia e a sustentabilidade das mudanças geradas pelos quatro projetos de APS no âmbito do Fundo Amazônia/BNDES.

Todos os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia seguem um quadro lógico individualizado no qual são definidos resultados (produtos e serviços a serem entregues ou *outputs*), efeitos diretos da intervenção (objetivos específicos ou *outcomes*) e efeitos indiretos (objetivos gerais ou *impacts*) a serem alcançados. Trata-se da lógica de intervenção do projeto, também chamada de teoria de mudança, por representar



um modelo de pensamento que explica como se espera que o projeto ocasiona uma mudança desejada. Os quadros lógicos dos projetos podem ser visualizados no tópico 3.2 ou no website do [Fundo Amazônia](#).

Os objetivos específicos dessa avaliação são:

- Auxiliar o Fundo Amazônia na prestação de contas aos seus doadores sobre o tipo de projeto apoiado e seus efeitos, principalmente no que diz respeito aos seus impactos após a finalização do projeto;
- Possibilitar a aprendizagem institucional do próprio Fundo, contribuindo para melhorar a qualidade dos projetos e a priorização dos investimentos, subsidiando, assim, a tomada de decisões;
- Verificar a observância, pelos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia, das Salvaguardas de Cancún acordadas no âmbito da UNFCCC para ações de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+), assim como, dos Critérios Transversais de Redução da Pobreza e Equidade de Gênero;
- Analisar as fortalezas e fragilidades da intervenção dos projetos;
- Constatar em que medida o projeto é relevante, eficiente, eficaz, sustentável e gera impactos (critérios OCDE);
- Avaliar a efetividade do apoio do Fundo Amazônia com relação ao apoio a projetos de atividades produtivas sustentáveis;
- Identificar desafios e lições aprendidas, assim como gerar recomendações, que inclusive, podem servir para uma divulgação nacional e internacional.

2.1 DESCRIÇÃO DA TAREFA: OBJETO E FOCO DA AVALIAÇÃO

Para alcançar os objetivos identificados no tópico anterior, serão observados os projetos alvo dessa avaliação, implementados entre 2011 e 2022, com foco nas áreas de intervenção dos projetos e na observação de seus efeitos diretos e indiretos apresentados nas árvores de objetivos no tópico 3.2.

Assim, deverão ser observados os seguintes resultados agregados trabalhados:

- Contribuições para a implementação e fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis para a floresta em pé;
- Implantação de sistemas agroflorestais (SAF);
- Recuperação de áreas degradadas com atratividade econômica (em ha);
- Agregação de valor e geração de renda com objetivo de conservação e manutenção da floresta em pé;
- Impactos agregados nos beneficiários/as;



- Desenvolvimento de capacidades para ações de produção sustentável com valorização da floresta;
- Coordenação e articulação de parcerias relevantes para fortalecimento das cadeias produtivas sustentáveis assim como na formação de redes de produtores/as.

Além disso, é de fundamental importância e elemento chave, que seja levado em consideração:

- Análise dos diferentes modelos de aglutinadores / aglutinados em APS;
- Impactos agregados gerados a partir do modelo de aglutinadora.

2.2 A LÓGICA DE INTERVENÇÃO

Os quadros lógicos dos projetos a serem avaliados e suas respectivas árvores de objetivos, que apresentam os efeitos indiretos, diretos e produtos e serviços de cada um, facilitando a visualização para o acompanhamento e avaliação. Seguem abaixo as árvores de objetivos dos projetos a serem avaliados.

Árvores de Objetivos do Quadro Lógico dos projetos avaliados:

Figura 17 - Árvore de objetivos Projeto “Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável” - Cooperac

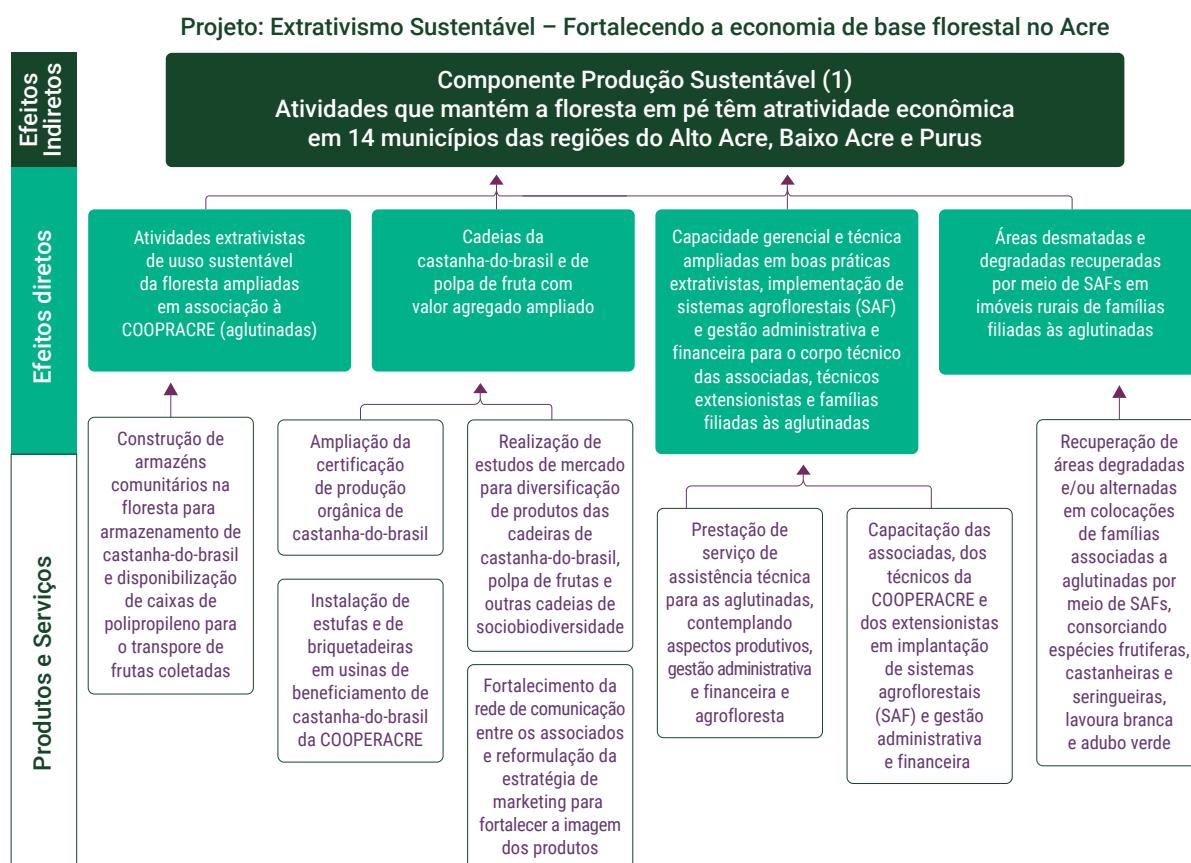




Figura 18 - Árvore de objetivos Projeto “Fundo Dema” - FASE

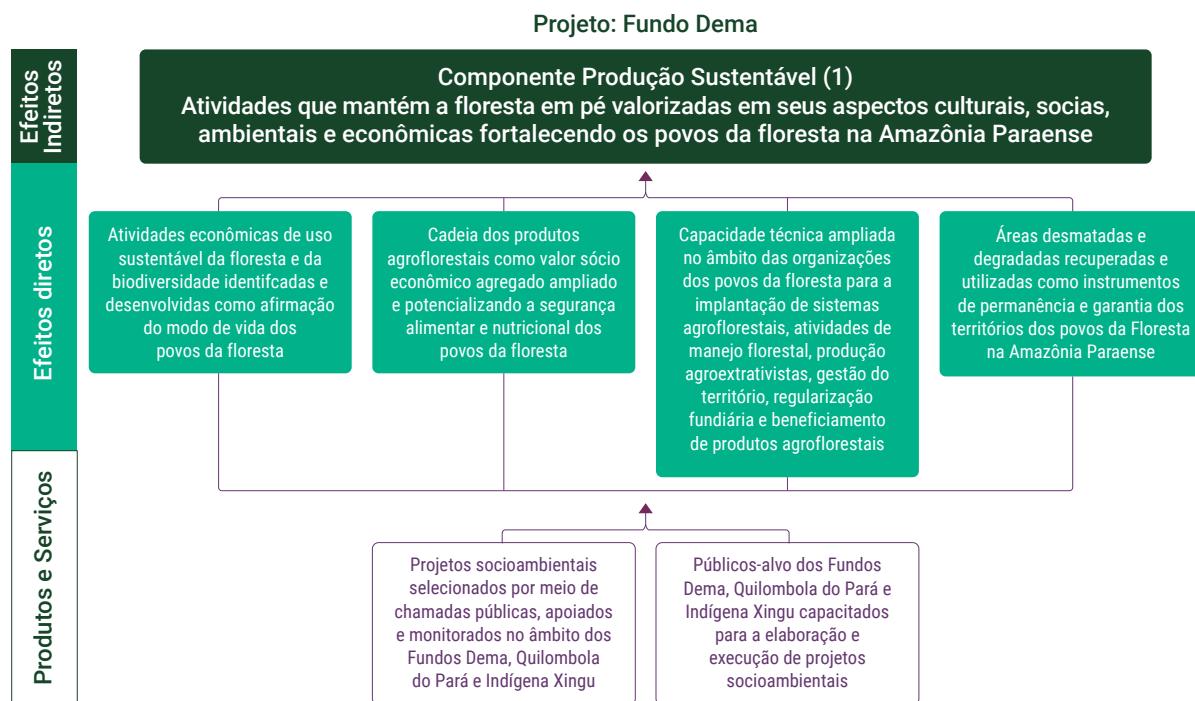


Figura 19 - Árvore de objetivos Projeto “Pequenos Projetos Ecossociais” - ISPNA

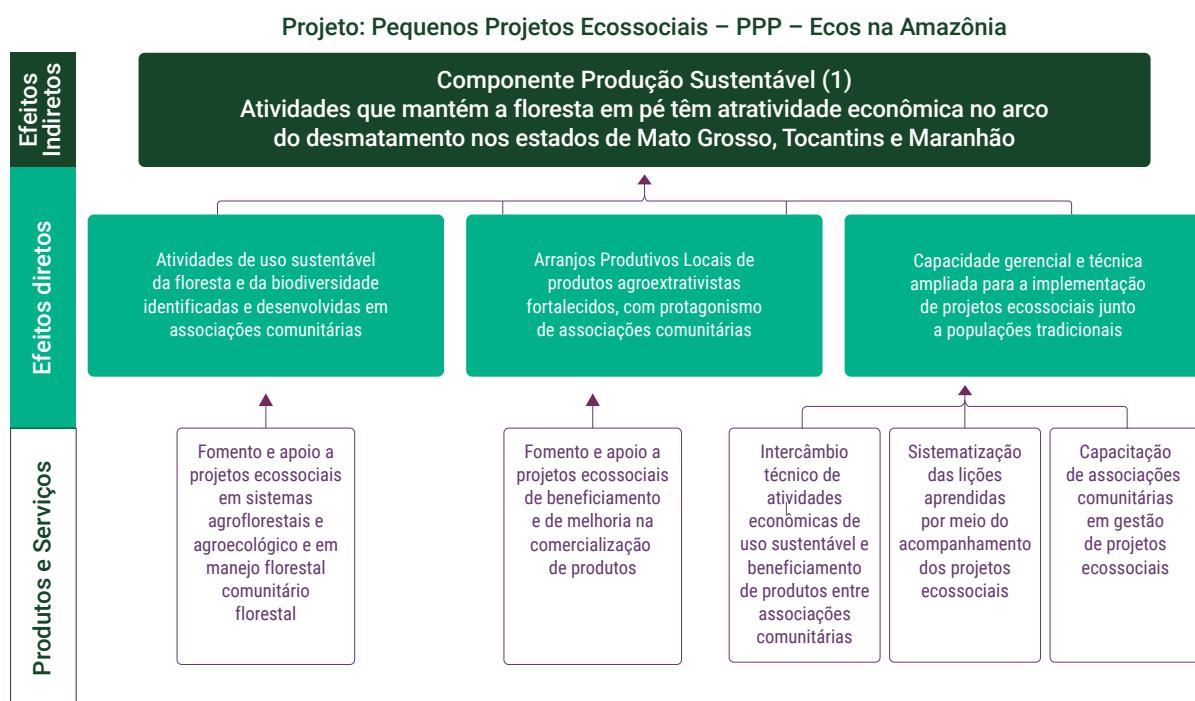
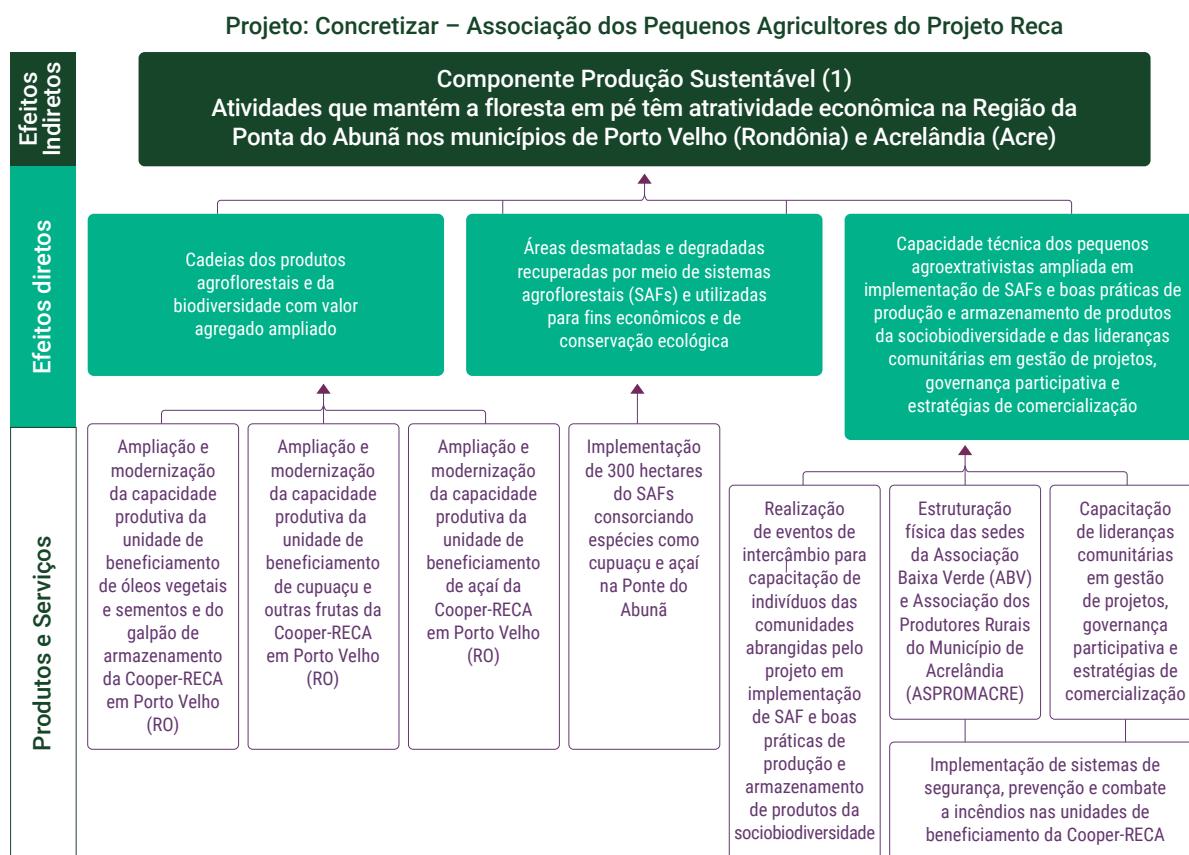


Figura 20 - Árvore de objetivos Projeto “Concretizar” - RECA



2.3 PERGUNTAS-CHAVE E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação de efetividade temática dos quatro projetos de APS obedecerá às orientações e os critérios especificados no documento [Avaliação de Efetividade dos projetos Apoiados pelo Fundo Amazônia - Marco Conceitual](#) e seu respectivo [adendo](#).

Esses critérios são baseados na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e nas salvaguardas de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+), que foram definidas pela Convenção-Quadro (no Anexo I da Decisão 1/CP 1641 e as orientações da Decisão 12/CP 17), e nos critérios transversais selecionados. Cada critério adota um roteiro básico de perguntas orientadoras a serem aplicadas e respondidas na avaliação dos projetos e que deverão ser complementadas no Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade, conforme a equipe de avaliação julgar necessário. Nessa avaliação, serão selecionadas as perguntas orientadoras que fazem sentido de acordo com os objetivos de cada um dos projetos, que poderão ser complementadas por perguntas específicas, se for necessário.

Abaixo, segue a tabela resumo de critérios e respectivas perguntas orientadoras:



2.4 CRITÉRIOS DA OCDE, TEMAS TRANSVERSAIS E QUESTÕES AVALIATIVAS

Critérios	Perguntas orientadoras
Relevância	Os projetos contribuíram em conjunto e de forma agregada para o alcance dos objetivos do Fundo Amazônia?
Eficácia	Os efeitos diretos agregados foram cumpridos?
Eficiência	O custo-benefício das atividades dos projetos mantém uma coerência entre eles?
Impacto	Quais foram os principais efeitos agregados dos projetos? Houve impactos agregados? Eles demonstraram ter escalabilidade no território?
Sustentabilidade	Os efeitos alcançados pelos projetos de forma agregada são duradouros? A sustentabilidade foi alcançada?
Critérios Transversais	
Redução da Pobreza	De que maneira os projetos influenciaram de forma agregada na redução da pobreza, na inclusão social e na melhoria nas condições de vida das pessoas beneficiadas que vivem nas suas áreas de atuação?
Equidade de Gênero	Os projetos integraram de maneira agregada questões de gênero no planejamento e na execução das suas atividades? Como e quais resultados podem ser observados?

2.5 SALVAGUARDAS DE REDD+ E QUESTÕES AVALIATIVAS

Critérios	Perguntas orientadoras
1. Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes.	Os projetos mostraram estar alinhados com o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e os planos estaduais de prevenção e controle do desmatamento? A quais outras políticas públicas federais ou acordos internacionais os projetos demonstraram alinhamento? Em quais aspectos? Os projetos contribuíram ou poderão vir a contribuir direta ou indiretamente para a redução das emissões por desmatamento ou degradação florestal? De que forma?
2. Estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania e a legislação nacionais.	Em que medida os projetos promoveram a articulação entre diversos atores (setor público, privado, terceiro setor ou comunidades locais)? Foi feito uso de instâncias de governança compartilhada? Quais? Em que medida os projetos contribuíram para fortalecer os instrumentos públicos e processos de gestão florestal e territorial?



3. Respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros de comunidades locais, levando em consideração as obrigações internacionais relevantes, circunstâncias e leis nacionais e observando que a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.	<p>Em que medida os projetos influenciaram os direitos constitucionais associados à posse e destinação formal da terra na sua área de atuação?</p> <p>Em que medida os projetos influenciaram o uso sustentável dos recursos naturais na sua área de atuação?</p> <p>Se os projetos tiveram como beneficiários/as diretos povos indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores/as familiares: seus sistemas socioculturais e conhecimentos tradicionais foram considerados e respeitados ao longo dos projetos?</p> <p>Há efeitos que interferem com o modo tradicional de vida destes grupos? Que tipo de efeitos: na organização social, econômica ou do uso de espaços e recursos disponíveis? De que forma interferem: positivamente, negativamente ou ambos?</p>
4. Participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais, nas ações referidas nos parágrafos 70 e 72 da Decisão 1/CP 16.	<p>De que forma os projetos garantiram o consentimento prévio, livre e informado, e a forma local ou tradicional de escolha dos/as representantes dos/as seus/ suas beneficiários/as (especialmente dos povos indígenas e das comunidades tradicionais)?</p> <p>Quais instrumentos participativos de planejamento e gestão os projetos aplicaram durante a tomada de decisão?</p> <p>Em caso de projetos com fins econômicos: eventuais benefícios advindos dos projetos foram acessados de forma justa, transparente e equitativa pelos/as beneficiários/as, evitando uma concentração de recursos?</p> <p>Em que medida os projetos proporcionaram ao público em geral e aos/as seus/ suas beneficiários/as o livre acesso e fácil entendimento às informações relacionadas a ações do projeto?</p> <p>Os projetos conseguiram montar um bom sistema de monitoramento de resultados e impactos? Os projetos monitoraram e divulgaram de forma sistemática os resultados realizados e os seus efeitos?</p>
5. Ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações referidas no parágrafo 70 da Decisão 1/CP 16114 não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos e para melhorar outros benefícios sociais e ambientais.	<p>Como os projetos contribuíram para a ampliação ou consolidação de áreas protegidas?</p> <p>Como contribuíram para a conservação de florestas naturais e biodiversidade?</p> <p>Os investimentos em projetos de geração de renda foram proporcionais ao aumento de áreas sob regime de manejo e, efetivamente, contribuíram para evitar desmatamentos?</p> <p>Os projetos contribuíram para a recuperação de áreas desmatadas ou degradadas?</p> <p>Em caso de atividades de restauração e reflorestamento de áreas, as metodologias empregadas priorizaram espécies nativas?</p> <p>Em que medida os projetos contribuíram para estabelecer modelos de recuperação com ênfase no uso econômico?</p>
6. Ações para tratar os riscos de reversões em resultados de REDD+.	Quais fatores constituem riscos à permanência de resultados de REDD+? Como os projetos os abordaram? Existe uma estratégia de monitoria contínua desses resultados?
7. Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas.	Houve deslocamento das emissões evitadas pelas ações dos projetos para outras áreas?

114. Decisão 1/CP 16: Redução de emissões do desmatamento; redução de emissões da degradação florestal; conservação de estoques de carbono florestal; manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono.



3. METODOLOGIA

A metodologia aplicada na avaliação deverá ser baseada nos critérios e objetivos contidos no documento ["Avaliação de Efetividade dos Projetos Apoiados pelo Fundo Amazônia - Marco Conceitual"](#) e seu respectivo [adendo](#), já mencionados no tópico 2.3.

Espera-se que sejam gerados os seguintes produtos: o *Relatório de Desenho da Avaliação* e o *Relatório de Avaliação de Efetividade dos Projetos Aglutinadores de APS* e ainda, em uma etapa intermediária, um *Relatório Preliminar de Avaliação de Efetividade*, produto a ser utilizado na Rodada de Consulta.

Abaixo, segue a metodologia proposta para cada fase e suas respectivas etapas:

3.1 FASE DE PREPARAÇÃO

Nessa fase, são definidos os objetivos e é elaborado o planejamento da avaliação dos projetos. Após a elaboração do TdR e a contratação da equipe de avaliadores/as, deverão ser organizados os documentos-chave da avaliação. Para tanto, deverão ser identificados, junto ao BNDES e a organização responsável pela execução de cada projeto, os documentos, dados e relatórios que serão utilizados na avaliação. A equipe de avaliação realizará, de forma sistemática, uma coleta de dados de fontes secundárias com o objetivo de compor um *memorandum* que servirá de fonte de referência, nivelamento e ajuda-memória de todas as informações relativas aos projetos avaliados.

Em sequência, deverá ser aprofundada uma proposta metodológica para a avaliação conjunta dos quatro projetos. A metodologia deve ser fundamentada no documento ["Avaliação de Efetividade dos Projetos Apoiados pelo Fundo Amazônia - Marco Conceitual"](#) e seu respectivo [adendo](#), incluindo métodos de levantamento que contribuam ao entendimento da efetividade dos projetos conforme realidade de cada um deles, indicações de opções dos melhores locais para missões de campo (considerando os locais com mais alta e mais baixa efetividade), análise prévia do diálogo e riscos entre indicadores de efetividade dos projetos e lista de pessoas chave a serem entrevistadas. Todos esses elementos metodológicos deverão estar detalhados no Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade, descrito no próximo tópico (3.2).

3.2 FASE DE IMPLEMENTAÇÃO

Desenho da avaliação e ferramentas. O Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade a ser elaborado pela equipe de avaliadores/as, deverá apresentar o roteiro de trabalho da avaliação, a metodologia detalhada, a escolha das áreas de campo a serem visitadas e as ferramentas que serão utilizadas durante a avaliação. Esse relatório deverá ter o seguinte roteiro:

- a) Dados básicos dos projetos;
- b) Introdução;



- c) Análise do TdR;
- d) Divisão de tarefas, plano de trabalho e logística;
- e) Desenho/Metodologia. Aqui, devem ser consideradas especificidades sobre as áreas geográficas de atuação dos projetos, visto que atuam em diferentes áreas de implementação da Amazônia Legal, e deve ser levada em consideração a diversidade étnica das populações apoiadas, respeitando os costumes e valores de cada população.
- f) Anexos. As especificidades dos projetos devem ser levadas em consideração, eventualmente com perguntas orientadoras e métodos de levantamento específicos.

3.2.1 COLETA E ANÁLISE DE DADOS.

A metodologia a ser desenvolvida deve ter um formato diversificado, utilizando três formas de coleta de dados:

- **i) Não-reativa** (fontes secundárias: documentação dos projetos, dados públicos e científicos disponíveis na área de atuação dos projetos, além dos documentos-chave já organizados na fase de preparação);
- **ii) Enquete** (pesquisa de campo: aplicação de questionários quantitativos/qualitativos padronizados, condução de entrevistas qualitativas com indivíduos ou grupos, uso de ferramentas de análise situacional); e
- **iii) Observação** (durante as visitas, participativa ou individual; poderá ser utilizada uma abordagem contrafactual, ou seja, comparando com casos semelhantes fora dos projetos).

Essa é a primeira fase de análise dos dados, cujo objetivo é analisar a lógica de intervenção, os produtos e serviços realizados pelos projetos e os resultados alcançados. Nessa fase, é importante levantar as dúvidas e questões que precisam ser respondidas pelos/as executores/as e beneficiários/as e que servirão de insumo para a próxima etapa, a missão de campo.

Para a análise contrafactual, cuja necessidade de realização deverá ser decidida pela equipe de avaliação, deverá ser considerada a observação de áreas que não contaram com o apoio do Fundo e que não passaram por intervenções ou apoio de outras iniciativas. Com essa análise, espera-se determinar as diferenças entre casos semelhantes fora dos projetos. A decisão sobre a realização da análise contrafactual será apresentada no Relatório de Desenho.

3.2.2 MISSÃO DE CAMPO (OU COLETA VIRTUAL DE DADOS).

Tem como objetivo realizar parte da coleta de dados, de forma presencial, em uma amostra representativa do universo de atuação dos projetos, em visita à sua região de atuação e entornos. A missão ocorrerá por meio de visitas em campo, por parte da



equipe de avaliação, pelo tempo julgado necessário (deverá ser detalhado no Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade), até o limite de 24 dias. Nessas visitas, além da observação dos resultados e benefícios físicos dos projetos, também haverá entrevistas com técnicos/as que atuaram diretamente com os projetos avaliados no período de referência da avaliação. Caso necessário, poderá ser contratada uma equipe ou consultor/a local para realizar visitas de campo nas áreas de atuação dos projetos avaliados e verificação de algum resultado *in loco*.

3.2.3 RELATÓRIO PRELIMINAR.

Após a coleta de informações, a equipe de avaliação deverá complementar a análise dos dados coletados. Para tanto, deverá ser elaborado o *Relatório Preliminar de Avaliação de Efetividade dos projetos*. Esse relatório deverá incluir ainda uma análise dos resultados alcançados, além dos impactos agregados atingidos pelos quatro projetos, de forma a gerar recomendações. A divisão de atribuições e tarefas de cada membro da equipe de avaliação deverá ser detalhada no Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade.

3.2.4 RODADA DE CONSULTA.

Nessa etapa, será realizada uma oficina (virtual ou presencial), com a participação da equipe de avaliadores/as, da equipe do Fundo Amazônia/BNDES, de representantes do Ministério do Meio Ambiente, de pessoas chave dos projetos e representantes das instituições avaliadas, além de alguns pares, que são os/as especialistas que detêm responsabilidades sob temas correlatos aos dos projetos avaliados. A metodologia da oficina deverá ser descrita no Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade.

3.3 FASE DE ANÁLISE E DISSEMINAÇÃO

Consolidação da análise de dados. Junto aos insumos complementares da Rodada de Consulta, haverá uma nova análise baseada nos comentários e justificativas apresentados pelos/as participantes.

Relatório final. A metodologia e a composição do Relatório de Avaliação de Efetividade estão especificadas no documento "[Avaliação de Efetividade dos Projetos Apoiados pelo Fundo Amazônia - Marco Conceitual](#)" e seu respectivo [adendo](#). O relatório deve conter, na parte principal, até 35 páginas (sem considerar capa, sumário, índices de figuras e tabelas, lista de abreviaturas e siglas, resumo executivo e anexos).

Divulgação dos resultados. Apresentação dos resultados e do relatório final junto aos/as beneficiários/as dos projetos. O Relatório de Avaliação de Efetividade dos projetos e seu resumo executivo serão publicados no [website](#) do Fundo Amazônia.



4. ATIVIDADES, PRODUTOS E PRAZOS

O cronograma a seguir apresenta o roteiro básico para realização da avaliação. A tabela contém as atividades, os serviços e os prazos do processo no geral.

Os produtos a serem entregues pela consultoria bem como seu formato e prazo de entrega constam no anexo 1, item 3 deste TdR.

	Atividades	Responsável	Dias úteis	Prazos	Produtos
1	Divulgar TdR.	GIZ (responsável pela contratação)	15	23/09/2022	
2	Receber e organizar propostas de consultoras/es, contratar selecionados/as e formar equipe de avaliação (consultores/as + GIZ).	GIZ	31	23/11/2022	Consultores/as contratados/as e equipe formada.
3	<ul style="list-style-type: none">• Preparar encontro inicial da equipe com o Fundo Amazônia;• Contatar as instituições responsáveis pelos projetos a serem avaliados;• Analisar documentos relevantes;• Consolidar metodologia da avaliação elaborada e proposta pelos/as consultores/as externos/as;• Consolidar proposta de Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade;• Entregar Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade ao BNDES;• Apresentação do Relatório ao BNDES.	GIZ	20	13/12/2022	Proposta de Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade.
4	Comentar proposta de Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade.	GERAV/BNDES DEFAM/BNDES	3	16/12/2022	Proposta de Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade com comentários.
5	Revisar Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade.	Equipe de avaliação	3	19/12/2022	Relatório de Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade revisado.
6	Aprovar relatório revisado.	GERAV/BNDES DEFAM/BNDES	3	22/12/2022	Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade (final).
7	Implementar avaliação: - Levantar e analisar dados secundários; e - Realizar missão de campo.	Equipe de avaliação	55	15/02/2023	Dados dos projetos coletados e analisados.



8	Preparar e entregar Relatório Preliminar de Avaliação de Efetividade.	Equipe de avaliação	10	25/02/2023	Relatório Preliminar de Avaliação de Efetividade.
9	Apresentar resultados (Rodada de Consultas).	Equipe de avaliação	1	26/02/2023	Relatório Preliminar de Avaliação de Efetividade com considerações relatadas na Rodada de Consultas.
10	Comentar Relatório Preliminar de Avaliação de Efetividade.	GERAV/BNDES DEFAM/BNDES Organizações responsáveis por cada projeto	5	03/03/2023	Relatório Preliminar de Avaliação de Efetividade com comentários enviados posteriormente a Rodada de Consultas.
11	Preparar relatório final de avaliação	Equipe de avaliação	5	08/03/2023	Relatório de Avaliação de Efetividade.
12	Incorporar os conteúdos complementares de apresentação, prefácio e revisão final ao Relatório de Avaliação de Efetividade	Equipe de avaliação	3	11/03/2023	Relatório da Avaliação de Efetividade (final).
13	Entregar Relatório Final de Avaliação de Efetividade.	Equipe de avaliação	1	12/03/2023	Relatório de Avaliação de Efetividade
14	Diagramar e traduzir o Relatório Final de Avaliação de Efetividade e seus anexos (versão 1: português; versão 2: inglês).	Diagramador/ Tradutor/ Equipe de avaliação	15	27/03/2023	Relatório da Avaliação de Efetividade diagramado em formato para divulgação (português e inglês).
15	Divulgar e distribuir o Relatório da Avaliação de Efetividade.	Equipe do Fundo Amazônia	-	-	Upload no website do Fundo Amazônia/BNDES



5. EQUIPE DE AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por uma equipe composta por dois/duas (2) consultores/as externos/as a serem contratados/as pela GIZ após chamada de contratação divulgada na [Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação](#) e no canal do [LinkedIn da GIZ Brasil](#). Além disso, haverá o acompanhamento de, no mínimo, dois/duas (2) assessores/as técnicos/as da GIZ para a verificação da aderência da avaliação ao definido no TdR e nos demais documentos publicados que regem as avaliações de efetividade de projetos do Fundo Amazônia.

Os/as consultores/as externos/as deverão ter o seguinte perfil:

- Um/a (1) consultor/a sênior ou pleno/a, com conhecimentos em políticas públicas nacionais e estatutárias no contexto ambiental e do desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal,
 - Experiência em arranjos de apoio e gestão de projetos e com experiência em trabalhos em monitoramento e avaliação de políticas em projetos ou programas; e
- Um/a (1) consultor/a sênior ou pleno/a, com conhecimentos em políticas socioambientais, indígenas e de comunidades tradicionais,
 - Experiência no tema de produção sustentável na Amazônia, na elaboração e implementação de questionários e de análise de dados para monitoramento e avaliação de políticas públicas.

As qualificações da equipe de avaliadores/as incluem as seguintes exigências:

- **Conhecimento técnico.** De forma multidisciplinar, deverá ter experiência com trabalhos desenvolvidos com pequenos projetos e projetos aglutinadores de atividades produtivas sustentáveis, implantação de SAFs e recuperação de área degradadas, e no geral, com políticas ambientais e de sustentabilidade no contexto da Amazônia Legal, assim como ter experiência em monitoramento e avaliação dessas políticas e projetos nos temas tratados.
- **Conhecimento metodológico.** Conhecimento nas metodologias que serão utilizadas para avaliação dos projetos, em especial, às relacionadas à coleta e análise de dados, à medição do alcance de resultados e qualificação dos efeitos alcançados junto aos gestores dos projetos. Além disso, é importante conhecer instrumentos que permitam a combinação de métodos para triangular a coleta dos dados, de forma a aumentar a confiabilidade dos resultados.
- **Conhecimento regional.** Experiência com implementação de projetos ligados aos temas tratados nesta avaliação, desejável que seja na Amazônia.

Os/as consultores/as contratados/as não podem ter nenhum envolvimento anterior ou vínculo particular com os projetos a serem avaliados. A equipe de avaliação trabalhará sem interferência externa, terá acesso aos dados dos projetos a serem avaliados e obterá apoio para levantar todas as informações necessárias. Os/as assessores/as da GIZ e os/as consultores/as devem tratar toda a documentação do Fundo Amazônia e dos



projetos a serem avaliados com confidencialidade e sigilo, ressalvadas as informações que deverão constar do Relatório de Avaliação de Efetividade.

6. RELATORIA, COORDENAÇÃO E RESPONSABILIDADES

Serão produzidos dois relatórios durante o processo de avaliação: o Relatório de Desenho da Avaliação e o Relatório de Avaliação de Efetividade dos Projetos. O conteúdo desses relatórios seguirá o estabelecido no tópico 8.1.7 no documento [Avaliação de Efetividade dos Projetos Apoiados pelo Fundo Amazônia - Marco Conceitual](#) e seu respectivo [adendo](#).

A avaliação de efetividade dos projetos será acompanhada por um grupo de referência dos projetos, com a seguinte composição:

- a) Representantes da Gerência de Monitoramento e Avaliação da Área de Planejamento do BNDES;
- b) Representantes do Departamento de Gestão do Fundo Amazônia do BNDES;
- c) Representantes da GIZ, no âmbito do projeto de cooperação em vigor;
- d) Representantes dos projetos e parceiros, responsáveis pela execução dos projetos a serem avaliados; e
- d) Integrantes da equipe de avaliação.

A coordenação do trabalho de avaliação será realizada pela GIZ. As responsabilidades de cada parte que compõem o grupo de referência estão definidas no tópico 5.1 no documento [Avaliação de Efetividade dos Projetos Apoiados pelo Fundo Amazônia - Marco Conceitual](#) e seu respectivo [adendo](#).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

a) Direitos autorais

Todas as informações e materiais produzidos a partir dos trabalhos objeto desse contrato terão os direitos autorais revertidos para a GIZ. A reprodução total ou parcial requer expressa autorização, reconhecendo-se a propriedade intelectual. Serão dados os devidos créditos de autoria de mapas, fotos, filmes e demais registros que venham a ser usado para fornecer informações sobre o estudo, a critério da instituição contratante.

Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria e sua equipe técnica, deverá ser solicitada previamente autorização para a GIZ.



b) Código de conduta

A gestão interna da GIZ visa promover a equidade de oportunidade e de perspectivas, independente da identidade de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, origem social, religião ou idade. A diversidade de seu pessoal, assim como um ambiente corporativo regrado pelo respeito e apreço mútuos, representa para a GIZ um sinal de êxito e excelência em seu trabalho. A GIZ prioriza a indicação de mulheres, de LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, Intersex), pessoas negras e indígenas, e pessoas com deficiência para palestras, representações, entrevistas e até mesmo vagas de emprego.

Assim, o/a consultor/a ou empresa selecionado/a deverá respeitar a diversidade de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, classe social, religião e idade e assumir atitudes que, com efeito multiplicador, ajudará a promover a igualdade entre os diversos atores envolvidos na consultoria desse TdR, adotando as seguintes posturas:

Postura pessoal

- Escute e dê crédito a ideias de suas e seus colegas de trabalho, independentemente de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, origem social, religião ou idade, mantenha a atenção para situações de vulnerabilidade, respeite sua oportunidade de fala e apoie as ideias de suas colegas de trabalho;
- Fale sobre assuntos relacionados a gênero, escute e tenha empatia com quem é prejudicada/o pelas desigualdades – em especial as mulheres, leia sobre o tema e incentive essa discussão nos espaços que circula, seja na empresa, organização, reuniões ou palestras;
- Questione e combata o assédio sexual, seja um exemplo de respeito às mulheres e não se cale diante da denúncia ou testemunho a um assédio;
- Questione a ideia de que existem atividades de homens e atividades de mulheres, evite atribuir certas atividades apenas a mulheres, simplesmente porque são tidas como “atividades femininas”;
- Respeite a cultura, os usos e costumes dos povos indígenas.

Ao prestar o serviço

- Seja um exemplo de respeito aos direitos das mulheres, de LGBTI, das pessoas negras e indígenas, pessoas com deficiência e idosas para colegas de trabalho. Evite piadas que degradem esses grupos;
- Procure estar sempre informada/o sobre as políticas de promoção da equidade de gênero em seu ambiente de trabalho, busque divulgá-las e respeitá-las. A implementação de estratégias de promoção de equidade de gênero visa uma transformação de cultura interna e pode impactar também externamente;



Orientações corporativas

- Apoie iniciativas de acesso e permanência de mulheres, de LGBTI, pessoas negras e indígenas, e pessoas com deficiência no campo do desenvolvimento sustentável, que encontram inúmeros obstáculos para ocuparem espaços de decisão e poder em nossa sociedade.

8. ANEXOS

Este TdR possui um anexo referente à contratação de um/uma consultor/a para avaliação:

- Anexo 1 – Consultoria pessoa física – Consultor/a 1

Rio de Janeiro, 08 de novembro de 2022

Christian Lauerhass

Diretor de Projeto

Cooperação com o Fundo Amazônia/BNDES

Programa Biodiversidade, Florestas e Clima

Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH



ANEXO 1 – CONSULTOR/A 1: TERMO DE REFERÊNCIA DE CONSULTORIA DE PESSOA FÍSICA

Chamada de contratação referente ao TdR para Avaliação de Efetividade de quatro projetos com foco em Atividades Produtivas Sustentáveis (APS) apoiados por meio das modalidades aglutinadora e de chamadas públicas realizadas com parceiros no âmbito do Fundo da Amazônia/BNDES

OBJETIVO

Contratação de um/a (1) consultor/a sênior ou pleno/a, com conhecimentos em políticas públicas nacionais e estaduais no contexto ambiental e do desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal, Experiência em arranjos de apoio e gestão de projetos e com experiência em trabalhos em monitoramento e avaliação de políticas em projetos ou programas; e

ATIVIDADES DO/A CONSULTOR/A 1

O/a consultor/a deverá integrar a equipe de avaliadores/as dos projetos em questão, tendo como atividades:

Atividade	Descrição
Relatório de Desenho	Contribuir, em conjunto com a equipe de avaliadores/as, para o relatório de desenho, consolidando a redação de acordo com o Termo de Referência.
Coleta de dados e análise	Realizar coleta, análise e interpretação de dados dos resultados, efeitos e impactos dos projetos nos temas relacionados à política ambiental e sustentabilidade e, em especial, na área de Medição de Impactos Socioeconômicos e Ambientais, assim como da legislação ambiental.
Entrevistas	Realizar entrevistas de campo para avaliação dos projetos e, caso possível, oficinas de análise FOFA (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças), em conjunto com a equipe de avaliadores/as.
Relatório Preliminar	Elaborar, com apoio da equipe de avaliadores/as, o relatório preliminar, consolidando a redação de acordo com o Termo de Referência. Aqui, estão inclusos os capítulos relacionados aos temas sob sua responsabilidade.
Rodada de consulta	Apoiar a organização e participar da rodada de consulta para apresentação do Relatório Preliminar de Avaliação de Efetividade.
Relatório de Avaliação de Efetividade dos Projetos Indígenas	Contribuir, em conjunto com a equipe de avaliadores/as, para a versão final do relatório.



PRAZOS E PRODUTOS DO/A CONSULTOR/A 1

As atividades deverão ser realizadas entre 23/11/2022 e 12/05/2023. Nesse intervalo, a consultoria contratada deverá dispor de 55 dias efetivos dedicados à execução do trabalho.

Produtos	Dias de trabalho	Prazo	Formatos/ especificações técnicas
Produto 1 – Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade dos Projetos Aglutinadores de APS.	10	Até 13/12/2022	Documento Word, Fonte Arial 12, espaço 1,5 e em formato digital.
Produto 2 – Relatório Preliminar de Avaliação de Efetividade dos Projetos Aglutinadores de APS.	40	Até 25/02/2023	Documento Word, Fonte Arial 12, espaço 1,5 e em formato digital.
Produto 3 – Relatório de Avaliação de Efetividade dos Projetos Aglutinadores de APS.	05	Até 12/03/2023	Documento Word, Fonte Arial 12, espaço 1,5 e em formato digital.
TOTAL	55 dias		

LOCAL DE TRABALHO E VIAGENS

O trabalho será desenvolvido no Rio de Janeiro, Brasília e cidades dos projetos apoiados (Rio Branco, Santarém, Belém, Sinop, e outros municípios nos estados do Acre, Pará, Maranhão, Mato Grosso e Tocantins). Para tal, estão previstas:

Destino	Previsão de data	Dias de viagem	Dias de hospedagem (pernoites)	Diárias de alimentação
Rio Branco (AC)	A partir do mês de dezembro	5	4	5
Santarém (PA)		4	3	4
Belém (PA)		3	2	3
Sinop (MT)		2	1	2
Brasília	A partir do mês de novembro	4	3	4
Rio de Janeiro		2	1	2
TOTAL		20	14	20

Portanto, serão necessárias até seis (6) viagens, em um total de até 20 dias, conforme especificado acima.

CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O/a consultor/a contratado/az deverá cumprir as seguintes condições:

- Assinatura de confidencialidade dos dados dispostos para análise contratualmente;
- Aceite do termo de compromisso de não publicação de informações acerca do objeto de análise;
- Acesso e recepção de material prévio disponibilizado pelo setor responsável;



- Desenvolvimento e acompanhamento do trabalho em coordenação com a GIZ e Fundo Amazônia, inclusive no que diz respeito à aprovação ou solicitação de retificação de produtos.

QUALIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL

- 10 anos ou mais de experiência no tema de monitoramento e avaliação de projetos e/ou políticas públicas;
- Experiência de trabalho com o tema de Atividades Produtivas Sustentáveis (APS), com ênfase no fortalecimento da cadeia da biodiversidade;
- Experiências em monitoramento e avaliação de programas e projetos socioambientais, de preferência na região da Amazônia Legal;
- Experiências com modelos de projetos aglutinadores (arranjo de execução do tipo aglutinadora - aglutinada), chamadas públicas ou similares;
- Conhecimento sobre políticas públicas na área de desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas e meio ambiente; e
- Conhecimento sobre as questões regionais da Amazônia que são tratadas no âmbito dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia.
- Desejáveis conhecimentos sobre recuperação vegetal, SAFs e APL na Amazônia.

PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados após a assinatura do contrato, aprovação dos produtos e apresentação de Nota Fiscal ou Fatura.

Os custos de viagem serão reembolsados contra a apresentação dos comprovantes de despesas, conforme diretrizes da GIZ a serem informadas no contrato.

O processo de revisão e aprovação técnica dos produtos inclui a avaliação do/a assessor/a técnico/a da GIZ. A aprovação final dos produtos e a autorização para pagamento estão a cargo do/a AV/DV do projeto.



ANEXO 2 – CONSULTOR/A 2: TERMO DE REFERÊNCIA DE CONSULTORIA DE PESSOA FÍSICA

Chamada de contratação referente ao TdR para Avaliação de Efetividade de quatro projetos com foco em Atividades Produtivas Sustentáveis (APS) apoiados por meio das modalidades aglutinadora e de chamadas públicas realizadas com parceiros no âmbito do Fundo da Amazônia/BNDES

OBJETIVO

Contratação de um/a (1) consultor/a sênior ou pleno/a, com conhecimentos em políticas socioambientais e de gestão ambiental, com experiência no tema de produção sustentável na Amazônia, na elaboração e implementação de questionários e de análise de dados para monitoramento e avaliação de políticas públicas.

ATIVIDADES DO/A CONSULTOR/A 2

O/a consultor/a deverá integrar a equipe de avaliadores/as dos projetos em questão, tendo como atividades:

Atividade	Descrição
Relatório de Desenho	Elaborar, com apoio da equipe de avaliadores/as, o relatório de desenho, consolidando a redação de acordo com o Termo de Referência.
Coleta de dados e análise	Realizar coleta, análise e interpretação de dados dos resultados, efeitos e impactos dos projetos nos temas relacionados à política ambiental e sustentabilidade e, em especial, na área de Medição de Impactos Socioeconômicos e Ambientais, assim como da legislação ambiental.
Entrevistas	Realizar entrevistas de campo para avaliação dos projetos e, caso possível, oficinas de análise FOFA (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças), em conjunto com a equipe de avaliadores/as.
Relatório Preliminar	Contribuir na elaboração do relatório como um todo, incluindo os capítulos relacionados aos temas sob sua responsabilidade.
Rodada de consulta	Apoiar a organização e participar da rodada de consulta para apresentação do Relatório Preliminar de Avaliação de Efetividade.
Relatório de Avaliação de Efetividade dos Projetos Indígenas	Consolidar, em conjunto com a equipe de avaliadores/as, a versão final do relatório.



PERÍODO DO TRABALHO

As atividades deverão ser realizadas entre 23/11/2022 e 12/05/2023. Nesse intervalo, a consultoria contratada deverá dispor de 55 dias efetivos dedicados à execução do trabalho.

Produtos	Dias de trabalho	Prazo	Formatos/ especificações técnicas
Produto 1 – Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade dos Projetos Aglutinadores de APS.	10	Até 13/12/2022	Documento Word, Fonte Arial 12, espaço 1,5 e em formato digital.
Produto 2 – Relatório Preliminar de Avaliação de Efetividade dos Projetos Aglutinadores de APS.	40	Até 25/02/2023	Documento Word, Fonte Arial 12, espaço 1,5 e em formato digital.
Produto 3 – Relatório de Avaliação de Efetividade dos Projetos Aglutinadores de APS.	05	Até 12/03/2023	Documento Word, Fonte Arial 12, espaço 1,5 e em formato digital.
TOTAL	55 dias		

LOCAL DE TRABALHO E VIAGENS

O trabalho será desenvolvido no Rio de Janeiro, Brasília e cidades dos projetos apoiados (Rio Branco, Santarém, Belém, Sinop, e outros municípios nos estados do Acre, Pará, Maranhão, Mato Grosso e Tocantins). Para tal, estão previstas:

Destino	Previsão de data	Dias de viagem	Dias de hospedagem (pernoites)	Diárias de alimentação
Rio Branco (AC)	A partir do mês de dezembro	5	4	5
Santarém (PA)		4	3	4
Belém (PA)		3	2	3
Sinop (MT)		2	1	2
Brasília	A partir do mês de novembro	4	3	4
Rio de Janeiro		2	1	2
TOTAL		20	14	20

Portanto, serão necessárias até seis (6) viagens, em um total de até 20 dias, conforme especificado acima.

CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O/a consultor/a contratado/a deverá cumprir as seguintes condições:

- Assinatura de confidencialidade dos dados dispostos para análise contratualmente;
- Aceite do termo de compromisso de não publicação de informações acerca do objeto de análise;
- Acesso e recepção de material prévio disponibilizado pelo setor responsável;



- Desenvolvimento e acompanhamento do trabalho em coordenação com a GIZ e Fundo Amazônia, inclusive no que diz respeito à aprovação ou solicitação de retificação de produtos.

QUALIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL

- 10 anos ou mais de experiência em trabalho com levantamento quantitativo de dados;
- Experiência em monitoramento e avaliação de políticas públicas;
- Experiência em monitoramento e avaliação de programas e projetos socioambientais, indígenas e comunidades tradicionais na região da Amazônia Legal;
- Conhecimento sobre políticas públicas na área de desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas e meio ambiente; e
- Conhecimento sobre as questões regionais da Amazônia que são tratadas no âmbito dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia.

PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados após a assinatura do contrato, aprovação dos produtos e apresentação de Nota Fiscal ou Fatura.

Os custos de viagem serão reembolsados contra a apresentação dos comprovantes de despesas, conforme diretrizes da GIZ a serem informadas no contrato.

O processo de revisão e aprovação técnica dos produtos inclui a avaliação do/a assessor/a técnico/a da GIZ. A aprovação final dos produtos e a autorização para pagamento estão a cargo do/a AV/DV do projeto.



ANEXO I - ESTUDO COMPLEMENTAR SOBRE REDUÇÃO DA POBREZA E EQUIDADE DE GÊNERO

Análise e recomendações do impacto socioeconômico sob a perspectiva dos Critérios Transversais Redução da pobreza e Equidade de gênero

Elaboração: Okearô Soluções Socioambientais – Verena Almeida

Rio de Janeiro, março de 2023

1. OBJETIVO

Verificar os impactos socioeconômicos sobre a redução da pobreza e a equidade de gênero promovidos pelos quatro projetos objetos da Avaliação de Efetividade de Projetos de Atividades Produtivas Sustentáveis (APS) apoiadas por meio das modalidades Aglutinada/Aglutinadora e de Chamada Pública:

- Concretizar, do Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (Reca), na modalidade aglutinadora;
- Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável, da Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (Cooperacre), na modalidade aglutinadora;
- Fundo Dema, da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), na modalidade de chamada pública;
- Pequenos Projetos Ecossociais na Amazônia – PPP-Ecos na Amazônia, do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), na modalidade de chamada pública.

2. METODOLOGIA

O estudo foi realizado em três etapas:

Etapa 1: leitura dos documentos disponíveis; sistematização de dados e informações; seleção dos indicadores relacionados à redução da pobreza e equidade de gênero nos projetos; sistematização de 21 documentos dos projetos.

Etapa 2: análise dos impactos agregados dos quatro projetos em relação a redução da pobreza e equidade de gênero, considerando uma seleção de indicadores de eficácia e efetividade das atividades produtivas sustentáveis da Componente 1 do Fundo Amazônia; aplicação da metodologia para avaliação do potencial de distribuição de benefícios para a redução da pobreza¹¹⁵; uso dos resultados dessas análises para

¹¹⁵. Metodologia proposta em: VIERGEVER, Marcel; SANTOS, Priscila. Relatório de Meio Termo de Efetividade do Fundo Amazônia: Estudo de Distribuição de Benefícios do Fundo Amazônia. Brasília: Fundo Amazônia/BNDES; GIZ, 2019.



responder ao atendimento dos Critérios Transversais (redução da pobreza e equidade de gênero) do Marco Conceitual para Avaliação de Efetividade dos Projetos Apoiados pelo Fundo Amazônia (2016) e do Adendo ao Marco Conceitual (2020); apresentação dos resultados individuais dos projetos e respostas às perguntas do Marco Conceitual (2016).

Etapa 3: elaboração das recomendações para melhores resultados sobre a redução da pobreza e equidade de gênero nos projetos.

Além das informações quantitativas, foram adicionadas informações qualitativas dos projetos, como o público beneficiário, inserção política e participação social, governança, entre outros, que indicam resultados alcançados em outras dimensões, não necessariamente quantificáveis.

2.1 CRITÉRIOS TRANSVERSAIS: REDUÇÃO DA POBREZA E EQUIDADE DE GÊNERO

Os critérios transversais redução da pobreza e equidade de gênero são temas “horizontais” e multidimensionais, que devem ser abordados de maneira integrada durante a execução dos projetos. A igualdade de gênero é considerada uma dimensão da redução da pobreza.

Para o Fundo Amazônia, a redução da pobreza avalia em que medida o projeto contribuiu para alternativas dignas de trabalho e renda na Amazônia, com sustentabilidade ambiental e social. A equidade de gênero orienta as atividades dos projetos para o atendimento das diferentes necessidades dos gêneros e para promoção da igualdade de gênero, em que homens e mulheres têm os mesmos direitos e benefícios.

3. ANÁLISE AGREGADA

Redução da pobreza - De que maneira os projetos influenciaram na redução da pobreza, na inclusão social e na melhoria nas condições de vida das pessoas beneficiadas?

De forma agregada, os projetos foram eficientes no **fortalecimento das organizações comunitárias**, com impacto de 57,6% em relação ao percentual do total acumulado de fortalecimento institucional do Fundo Amazônia, que é de 507 organizações comunitárias fortalecidas até 2021, conforme o *Relatório de Atividades do Fundo Amazônia – Monitoramento e Avaliação de Resultados*¹¹⁶ (RAFA, 2021).

Promoveu-se o fortalecimento de 292 organizações comunitárias, com melhor gestão e desempenho ao longo das cadeias produtivas. Em diferentes estágios de maturidade, as organizações comunitárias de povos e comunidades tradicionais, de povos indígenas, de

Disponível em: https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/_galleries/documentos/monitoramento-evaluacion/5.evaluaciones-externas/FA-Relatorio-Distribuicao-de-Beneficios.pdf.

¹¹⁶. A análise dos critérios transversais ‘Redução da pobreza’ e ‘Equidade de gênero’ tomou por base Indicadores da componente “Fomento às atividades produtivas sustentáveis” – valores acumulados para indicar a contribuição, de forma agregada, dos projetos analisados em relação ao total acumulado até 2021, ano de referência do último relatório de Monitoramento e Avaliação publicado pelo Fundo Amazônia. Confira: *Fundo Amazônia. Relatório de Atividades 2020. Rio de Janeiro: BNDES, 2021. p. 50.* Disponível em: https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/_galleries/documentos/rafa/RAFA_2020_port.pdf.

agricultores/as familiares, de quilombolas e de mulheres puderam avançar em termos técnicos e de articulação local e regional e conquistaram empoderamento e autonomia.

Dos quatro projetos avaliados, destacaram-se os projetos *PPP-Ecos na Amazônia* e *Fundo Dema*, que distribuíram recursos para pequenas organizações e, assim, promoveram mudanças nas famílias e comunidades que, inclusive, passaram por situações de preconceito por parte de instituições bancárias no momento de abrir contas e do comércio local quando solicitados orçamentos e/ou aquisições relacionadas à implementação das atividades do projeto. As organizações beneficiárias se aprimoraram, integraram conhecimentos adquiridos e avançaram na captação de recursos e parceiros.

Outro forte impacto dos projetos foi em relação ao indicador de **indivíduos capacitados total** para a prática de atividades econômicas sustentáveis, que contribuíram, para o total acumulado do Fundo Amazônia até 2021 (43.870 indivíduos capacitados), com 11.067 pessoas capacitadas, correspondendo a 25,23% do total. O monitoramento e a avaliação do *Relatório de Atividades do Fundo Amazônia* (RAFA, 2021) também traz esse indicador com o recorte específico para as mulheres, sendo **o total de mulheres capacitadas** de 7.487 até 2021, no que os projetos agregados contribuíram com 18,62% (1.394) desse total. No entanto, nesse indicador não foram incluídas as mulheres capacitadas pelo *PPP-Ecos na Amazônia*, que, apesar de ter promovido muitas capacitações, não teve êxito na coleta de dados junto aos subprojetos relacionados a esse indicador, podendo-se então assumir que a contribuição foi maior do que a expressa.

Dos 207.345 **indivíduos diretamente beneficiados** pelas atividades apoiadas até 2021 pelo Fundo Amazônia (RAFA, 2021), 18.390 são decorrentes dos projetos agrupados analisados, correspondendo a 8,87% do total. Considerando o recorte de gênero, até 2021, o Fundo Amazônia havia beneficiado diretamente 47.835 mulheres, das quais 5,83% das **mujeres diretamente beneficiadas** foram apoiadas pelos projetos avaliados. Assim como ocorreu com o indicador anterior (total de mulheres capacitadas), faltou informação do *PPP-Ecos*, cuja contribuição não foi inserida no indicador final.

Mais de 7.400 pessoas estão **aplicando os conhecimentos adquiridos** na prática de atividades econômicas sustentáveis. Os projetos agregados contribuíram com 34,11%, em relação ao acumulado até 2021 (21.745 pessoas). Esse indicador reforçou o papel dos projetos na disseminação de informação qualificada e relevante ao público beneficiário, que geralmente não tem acesso à capacitação. À exemplo das publicações técnicas do *PPP-Ecos*, disponibilizadas na internet para acesso ao público, a informação também foi disseminada para além dos territórios. Houve forte contribuição da assistência técnica rural (ATER) oportunizada aos beneficiários pelos quatro projetos. Os temas trabalhados foram adequados à realidade do público (agroecologia, sistemas agroflorestais – SAFs, quintais agroecológicos, entre outros), resultando em grande aderência e, consequentemente, aplicação. As capacitações, oficinas, cursos, intercâmbios e outros eventos informativos e participativos disponibilizaram novos conhecimentos e técnicas coerentes com os meios de vida, ao mesmo tempo que propiciaram novas referências acerca de produção e comercialização de produtos da agricultura familiar e da sociobiodiversidade, contribuindo no desenvolvimento individual e comunitário. Esse



aporte de conhecimento para participação estimulou a incidência política e gerou efeito positivo nos/as beneficiários/as dos projetos, como por exemplo, tratando das relações justas de gênero e agroecologia, além de ações não previstas, como do Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Estado do Maranhão – CMTR (*PPP-Ecos*), que promoveu a discussão e promulgação da Lei Municipal do Babaçu Livre no município de Peritoró/MA, em 8 de março de 2016.

O indicador **área recuperada para fins econômicos** teve a contribuição de 30,97% pelos projetos agregados em relação ao total acumulado (15.452 hectares) até 2021 da Componente 1 do Fundo Amazônia (RAFA, 2021). Como impactos, oportunizou a recuperação ambiental de 4.785 hectares de áreas degradadas com atividades de base agroecológica e SAFs, ampliou a base produtiva para a geração de renda e segurança alimentar, contribuiu com a recuperação de nascentes e de áreas de proteção permanente (APP) e a segurança hídrica das famílias. A divisão da quantidade de área recuperada pelo número total de beneficiados resultou em uma média de 0,26 hectare recuperado com finalidade econômica e sustentável.

Os indicadores relacionados à **receita obtida** com a comercialização de **produtos in natura** e receita obtida com a comercialização de **produtos beneficiados** não possibilitaram uma análise segura. Dois projetos não apresentaram informações e os valores apresentados pelos dois outros projetos possuem inconsistências. O projeto *Concretizar* incluiu óleos (produtos beneficiados) no valor obtido com a comercialização de produtos *in natura* (R\$ 6.126.484,8); o *Fundo Dema* indicou que o valor apresentado (R\$ 3.891.919,0) foi estimado com base em 60 projetos, extrapolando para os 112 projetos. A soma desses dois projetos correspondeu a 6.693% em relação ao total obtido pelo Fundo Amazônia até 2021.

Foi adotada a metodologia para avaliação do potencial de **distribuição de benefícios** para a redução da pobreza¹¹⁷. Essa metodologia considera o impacto sobre o aumento da renda a partir de quatro critérios, sendo eles i. escopo econômico; ii. efetividade das ações com o setor produtivo; iii. potencial de distribuição dos benefícios; iv. continuidade/escalabilidade. Dessa forma, verificou-se a inclusão dos beneficiários dos projetos em economias de mercado sem a dependência de terceiros e com incorporação de alternativas à produção sem desmatamento.

A análise indicou que todos os projetos foram efetivos na geração de renda e distribuição de benefícios. O *PPP-Ecos na Amazônia* e o *Fundo Dema* atingiram 87,5% e os projetos *Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável* e *Concretizar*, 100% no cumprimento dos critérios. As cooperativas possuem forte viés mercadológico e têm operado em maior escala, buscando garantir a produção e a melhoria da qualidade dos produtos para conquistar e se manter no mercado nas escalas nacional e internacional: a Cooperacre, por exemplo, investiu recursos em certificação da produção, visando

¹¹⁷. Metodologia proposta em: VIERGEVER, Marcel; SANTOS, Priscila. Relatório de Meio Termo de Efetividade do Fundo Amazônia : Estudo de Distribuição de Benefícios do Fundo Amazônia. Brasília: Fundo Amazônia/BNDES; GIZ, 2019. Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/5.avaliacoes-externas/FA-Relatorio-Distribuicao-de-Beneficios.pdf>.



a exportação. Por outro lado, as aglutinadoras ISPN e Fase buscaram estabelecer canais de comercialização locais, como compras institucionais (Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e Programa de Aquisição de Alimentos – PAA) e feiras locais e temáticas. Mesmo com a diferença de escala e escopo entre as duas modalidades, os projetos se mostraram eficientes no alcance de mercados, refletindo na geração de renda alcançadas com as atividades produtivas sustentáveis (APS) apoiadas pelos projetos que obteve uma média por família ao ano (entre R\$ 1.850,00 e R\$ 2.400,00). Essa estimativa é bastante variável e, a depender da sazonalidade, do produto e do volume da produção, a renda média pode ter alcançado valores superiores.

Devido a intervenção com **SAFs** e sistemas produtivos sustentáveis, houve melhora na qualidade da alimentação e, consequentemente, da segurança alimentar. Como exemplo, um grupo de 14 mulheres comercializam aproximadamente R\$ 6.000,00 ao ano por família em alimentos para a merenda escolar, colhidos de seus quintais agroextrativistas. Dessa forma, o grupo contribui para a oferta de alimentos saudáveis a crianças do município, o qual possui uns dos menores índices de desenvolvimento humano (IDH) do Brasil, e a iniciativa abriu caminho para a operacionalização da PNAE e do PAA no município de Viana, já que foram as mulheres do grupo e seus parceiros que ajudaram e pressionaram os gestores públicos (Instituto Nacional de Apoio Profissional – Inap, Viana/MA, apoiado pelo *PPP-Ecos*).

Equidade de Gênero - Os projetos trouxeram de forma agregada alguns resultados e impactos nas questões de gênero? Como e quais resultados agregados podem ser observados?

São dois os indicadores que tratam especificamente das mulheres que têm sido monitorados e avaliados e que constam no Relatório de Avaliação do Fundo Amazônia (RAFA, 2021): **Indivíduos capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis e Indivíduos diretamente beneficiados pelas atividades apoiadas.**

Os projetos analisados capacitaram cerca de 1.390 mulheres para a prática de atividades econômicas sustentáveis, correspondendo a 18,62% em relação ao acumulado pelos projetos apoiados inseridos na Componente Atividades Produtivas do Fundo Amazônia até 2021 (7.487 mulheres) até 2021¹¹⁸; e 2.791 foram diretamente beneficiadas (46% desse total pelo *Fundo Dema*), totalizando 5,83% do total acumulado (47.835 mulheres). No entanto, ambos indicadores podem estar subestimados devido às dificuldades na coleta das informações junto aos subprojetos apoiados pelo *PPP-Ecos na Amazônia*, que realizou atividades especificamente para as mulheres e apoiou diretamente organizações geridas por elas, assim como pela falta do indicador do projeto *Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável*.

Apesar de não haver uma estratégia ou planejamento definidos previamente para subsidiar a integração das mulheres, beneficiá-las e empoderá-las, os projetos realizaram boas práticas voltadas à equidade de gênero. Agrupados, realizaram a maioria das boas

¹¹⁸. Fundo Amazônia. Relatório de Atividades 2020. Rio de Janeiro: BNDES, 2021. p.53. Disponível em: https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/galleries/documentos/rafa/RAFA_2020_port.pdf.



práticas indicadas em GIZ (2019a, pág. 25-26)¹¹⁹. A seguir, alguns exemplos: de atividade para **alcançar** as mulheres, analisar as atividades produtivas típicas de homens e mulheres dentro do contexto da família e da comunidade; de atividade para **beneficiar** as mulheres, proporcionar assistência técnica diferenciada, trabalhando tanto com os homens quanto com as mulheres nas atividades do projeto; de atividade para **empoderar** as mulheres, promover a integração entre beneficiários/as, por meio da realização de atividades e eventos que proporcionaram a troca de experiências.

Todos os projetos mencionaram planejamentos de atividades abrangentes, como reuniões com as famílias de cooperados (Cooperacre) e planejamento de produção agroecológica considerando necessidades e interesses da família como um todo, incluindo as da mulher, mas faltam informações se o planejamento alcançou as mulheres para garantir ou melhorar sua participação nas atividades dos projetos. O apoio à implementação de SAFs, hortas agroecológicas, quintais agroecológicos, entre outros métodos produtivos sustentáveis, incluindo a coleta de sementes e a produção de mudas, naturalmente beneficia as mulheres, pois são realizadas em locais onde a mulher mais atua e, dessa forma, favorece a sua participação das atividades.

A **ATER diferenciada** foi realizada por todos os projetos. Foram estabelecidas equipes de ATER com membros de ambos os gêneros, ou mesmo jovens das comunidades, para maior aceitação desse benefício diretamente para a mulher. Trata-se de uma mudança pequena que não requer aporte de recursos financeiros específicos, mas sim o preparo dos membros da equipe, mas que deverá: melhorar para apoiar o desenvolvimento de atividades produtivas (agrícolas e não agrícolas) geradoras de renda para as mulheres, estimulando a diversificação, a integração, o uso de insumos locais e a não dependência de insumos externos à Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA); apoiar o desenvolvimento de sistemas produtivos agroecológicos e a adoção de práticas sustentáveis de uso e manejo dos recursos naturais; estimular e apoiar a organização de grupos produtivos de mulheres; e viabilizar o acesso das mulheres aos Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), às políticas de crédito produtivo, em especial o Pronaf¹²⁰ Mulher, às políticas de fomento, e às políticas de comercialização, como o PAA e o PNAE.

4. CONCLUSÃO

Os quatro projetos apoiados pelo Fundo Amazônia ora avaliados contribuíram para a redução da pobreza, em várias dimensões, em regiões com alta pressão de desmatamento. Alcançaram um público vulnerável e carente, assim como grupos de mulheres. Capacitaram mais de 11 mil pessoas e oportunizaram acesso e troca de informação e a valorização do conhecimento, entre outros benefícios gerados a médio e longo prazo, como melhoria da segurança hídrica.

119. VIERGEVER, Marcel; SANTOS, Priscila. *Relatório de Meio Termo de Efetividade do Fundo Amazônia: Estudo de Distribuição de Benefícios do Fundo Amazônia*. Brasília: Fundo Amazônia/BNDES; GIZ, 2019. Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/5.avaliacoes-externas/FA-Relatorio-Distribuicao-de-Beneficios.pdf>

120. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.



Os projetos apoiados contribuíram para a geração de renda dos beneficiários, seja através da melhoria da qualidade da produção, beneficiamento e comercialização em maior escala, seja na inserção nos mercados de compras públicas e/ou feiras livres locais para menor escala produtiva.

O fortalecimento das associações beneficiárias atreladas ao *PPP-Ecos na Amazônia* e ao *Fundo Dema* encontraram resultados mais amplos nas organizações de mulheres, indígenas e quilombolas, que avançaram na melhoria das condições de vida com a aplicação dos novos aprendizados e habilidades descobertas ao longo do processo educativo da gestão dos subprojetos, além de se especializarem em boas práticas ao longo das cadeias produtivas, gerando renda e conferindo protagonismo, em oposição à condição marginal anterior.

Três dos quatro projetos contribuíram mais visivelmente (*PPP-Ecos na Amazônia*, *Fundo Dema* e *Concretizar*) para equidade de gênero. Apesar de não ter sido prevista uma estratégia voltada para este foco, pois não era requisito por parte do Fundo Amazônia/BNDES no balcão aberto, o *PPP-Ecos na Amazônia* e o *Fundo Dema* apresentaram sensibilidade e buscaram se adaptar à demanda do Fundo Amazônia e das mulheres beneficiárias e suas organizações. Já o *Concretizar* teve bom desempenho, principalmente devido às atividades de restauração, com a implantação de SAFs.

Mesmo sem uma estratégia bem definida, o processo desencadeado pelos projetos alavancou novas líderes mulheres nas comunidades e abriu oportunidades para sua influência nas tomadas de decisão. Como no caso de uma mulher jovem de 19 anos, quilombola e solteira que estava sem ocupação no Quilombo e sem oportunidade de estudar, já que havia terminado o ensino médio – “a beira da depressão”, segundo ela. Durante a execução do subprojeto “Quilomboeco” do *PPP-Ecos*, de estruturação da fábrica de polpas de frutas Ecopolpas, ela se envolveu no grupo gestor da fábrica, participou de diversos cursos de gestão e de boas práticas no Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e, atualmente, coordena o departamento comercial, despontando como uma líder do processo reconhecida pela comunidade. Essa transformação permitiu que ela se tornasse uma líder, assumindo responsabilidades junto ao empreendimento comunitário mais importante para o Quilombo. Destaca-se que esse “lugar” é comumente destinado aos homens pela comunidade, já que é evidente o posicionamento bastante desfavorável em relação à igualdade de gênero. Com isso, esse caso está influenciando a comunidade a fazer a reflexão sobre gênero e, assim, espera-se que a Ecopolpas contribua para a melhoria nas relações de gênero e gerações junto a essa comunidade quilombola.

O fornecimento de ATER com jovens das comunidades e técnicas foi um diferencial nos projetos para beneficiar as mulheres. Os SAFs, quintais agroecológicos, hortas e produção de pequenos animais ocorrem no entorno das casas, onde as mulheres mais se envolvem com os trabalhos das cadeias produtivas.

O projeto Fortalecendo a *Economia de Base Florestal* da Cooperacre não incluiu gênero no seu foco, mas tem potencial de impacto. A cooperativa atua no âmbito familiar e poderá



gerar diversos benefícios, reconhecendo e integrando as mulheres ao longo das cadeias produtivas. A estratégia da convocação da família para as reuniões na cooperativa pode ser uma porta de entrada para aprofundar o tema.

Em relação a equidade de gênero, a partir dos indicadores apresentados percebe-se uma tendência, ainda incipiente, de aumento da participação das mulheres nas atividades dos projetos, mesmo com dados que podem estar subestimados pela dificuldade de coleta junto às aglutinadas. Nos ambientes das cooperativas, esse tema é menos trabalhado em comparação com as pequenas associações aglutinadas de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares. É necessário aprofundar para alcançar resultados mais eficientes.

5. RECOMENDAÇÕES

Aos projetos

- Realizar atividades de planejamento ao início dos projetos, considerando todos/as da família, em especial as necessidades e anseios das mulheres, visando alcançá-las. Podem ser provocados grupos de trabalho (GTs) de mulheres, para que discutam suas necessidades e prioridades.
- Estimular a criação de grupos de coletas de sementes, principalmente em locais no entorno de unidades de conservação de proteção integral, a fim de fomentar a cadeia da restauração e gerar renda para mulheres e jovens.
- Estimular novas tecnologias para o desenvolvimento de produtos com valor agregado, considerando os resíduos das produções para a fabricação de compósitos, tecidos, entre outros. Importante buscar parcerias com Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e outros entes que possibilitam o acesso e desenvolvimento de novas tecnologias. Assim como com universidades, para extensão e o intercâmbio de conhecimentos.
- Ações para diminuir os resíduos gerados no beneficiamento e ampliar a oferta de novos produtos, à exemplo dos briquetes e de compósitos que podem reduzir em até 30% o uso do plástico em diversos tipos de utensílios e embalagens.
- Realizar o mapeamento das cadeias sensíveis a gênero, a fim de tirar as mulheres da invisibilidade e compreender quais restrições de gênero contribuem para a pouca participação das mulheres nos diferentes elos.
- Investir em ações para o combate ao fogo e incêndios florestais, para evitar prejuízos e perdas em vista do aumento do desmatamento e queimadas nos últimos anos e aumento da vulnerabilidade ambiental.
- Processos informativos, por meio de capacitações, cursos, oficinas, intercâmbios, entre outros, são fundamentais e devem ocorrer de forma permanente, para difundir a cultura da geração de renda e melhoria das condições de vida com o uso sustentável.
- Para os pequenos projetos, melhorar métodos para o registro de dados junto às aglutinadas.



- Promover atividades para reflexão dos papéis de gênero, como reuniões com a família ou os cônjuges para discutir as tarefas realizadas pelos gêneros, tempo dedicado, acesso à remuneração e a outros benefícios, tomadas de decisão por ambas as partes, sensibilizando para ações de equidade dentro e fora da residência.

Ao Fundo Amazônia

- Rever a unidade de medida da renda média (valor médio mensal por família ou valor médio anual por família), considerando a sazonalidade dos produtos que compõem a ‘cesta’ do produtor ou extrativista, e rever a formulação inteligível para orientar os registros produtivos junto ao público beneficiário. Como sugestão, adotar e capacitar para o uso da caderneta agroecológica ou procedimento de registro de linguagem fácil e simples.
- Além do indicador ‘planos de manejo florestal’, considerar outros elementos, como acordos de uso e acordos de pesca, entre as formas de indicar o manejo sustentável desde a origem.
- Apoiar atividades para o fortalecimento da governança de cadeias de valor. Nas próximas etapas do Fundo Amazônia, apoiar a facilitação da cadeia de valor, visando desenvolver a comunicação, cooperação e articulação dos elos, desde a produção até a comercialização.
- Apoiar projetos que envolvem economia circular, pois podem inovar com soluções e novos produtos a partir do uso dos resíduos da produção.
- Apoiar ações voltadas para a cadeia da restauração florestal e realizar intercâmbio com centros de restauração da Mata Atlântica e redes de sementes dos demais biomas. O Brasil apresenta 12 milhões de hectares desmatados, indicando uma demanda que pode ser atendida com novas atividades e gerando empregos.
- Solicitar, aos projetos da Componente 1, o mapeamento da cadeia com foco em gênero e geração, como critério de seleção ou atividade obrigatória.
- Apoiar projetos no modelo das aglutinadas, pois trabalharam com a abordagem de baixo para cima, atendendo as necessidades e peculiaridades de cada projeto e organização. Esse aspecto contribuiu para a aderência e participação das pessoas nas atividades dos projetos.
- Criar indicadores com recorte de gênero: organizações comunitárias fortalecidas; mulheres que atuam na cadeia da restauração florestal (considerando SAFs, coletas de sementes e viveiros); participação das mulheres na produção, no beneficiamento e na comercialização (um indicador para cada etapa da cadeia produtiva); mulheres que acessam ATER.



6. AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DOS PROJETOS

Projeto: PEQUENOS PROJETOS ECOSOCIAIS NA AMAZÔNIA – PPP-ECOS NA AMAZÔNIA

Organização responsável pela execução: Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN)

Público beneficiado: agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais

Prazo: setembro de 2012 a outubro de 2020

Local de implementação: 74 municípios nos estados do Maranhão, Mato Grosso e Tocantins, no bioma Amazônia

Resumo do projeto: Por meio de chamadas públicas, financiou 88 projetos socioambientais de pequeno valor de 77 associações sem fins lucrativos e cooperativas de base comunitária em duas categorias de apoio: (i) pequenos projetos, de até R\$ 60.000,00 cada, para o apoio a organizações de base comunitária, inclusive aquelas com pouca experiência na gestão de projetos; e (ii) projetos de consolidação, de até R\$ 90.000,00 cada, para apoio a organizações experientes ou para continuidade, expansão e replicação de projeto com resultados e impactos positivos. Contribuiu para o fortalecimento das cadeias da castanha-do-brasil, babaçu, pupunha, polpas de frutas diversas, mel e outros produtos das abelhas e artesanato nos estados do Maranhão, Mato Grosso e Tocantins.

O projeto foi enquadrado pelo Fundo Amazônia pela modalidade de demanda espontânea. Ao contrário do que aquelas propostas enquadradas pela modalidade da chamada pública, que apresentaram como um critério de seleção gênero e juventude (peso 3), estas propostas não tinham o pré-requisito de apresentar uma estratégia sobre como atuar com gênero.

É importante destacar a sensibilidade da aglutinadora com o tema gênero. O projeto valorizou o trabalho das mulheres, reforçando sua participação sob a ótica da construção da igualdade e da melhoria da vida familiar. Em seu portfólio (2013-2017), apresenta textos temáticos, entre os quais destaca sete subprojetos que buscaram o protagonismo ou o incentivaram jovens mulheres rurais: três envolvendo o beneficiamento do coco-babaçu e os demais envolvendo agroindustrialização, com a construção de casas de farinha, cozinhas comunitárias e produção de mel. Na mesma publicação, apresentou um artigo sobre a importância de trabalhar o tema gênero no meio rural, na perspectiva da desigualdade da mulher.

		Atende	Observação
Redução da pobreza	Em que medida o projeto contribuiu de forma efetiva para alternativas econômicas que valorizam a floresta em pé e o uso sustentável de recursos naturais?	Sim	A valorização da floresta ocorreu pelo fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade e da agricultura familiar, ampliando a produção, o beneficiamento e a comercialização de alimentos, sementes, fibras e óleos que compõem a "cesta de produtos" de povos e comunidades tradicionais (PCTs) e agricultores/as familiares. A implantação de SAFs, agroquintais e quintais agroecológicos e o enriquecimento de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reserva Legal (RL) com nativas promoveram o cultivo e a extração de espécies de interesse econômico e para autoabastecimento a partir recuperação de 2.999 hectares, correspondendo a uma média de 0,98 hectare recuperado por família com espécies de valor econômico/alimentício.



Redução da pobreza	Em que medida o projeto influenciou positivamente na redução de pobreza, na inclusão social e na melhoria nas condições de vida dos beneficiários (principalmente: comunidades tradicionais, assentados e agricultores familiares) que vivem na sua área de atuação?	Sim	A renda média anual por família foi estimada em R\$2.421,00, superando em 60% a meta estabelecida. As organizações beneficiárias saíram fortalecidas após a conclusão do projeto com o ISP, conquistaram novas parcerias e acessaram recursos a partir de novos projetos. Foram promovidas: (i) inclusão social (em um universo de 60 subprojetos, 58% indicaram a participação de jovens e 70% de mulheres nas atividades realizadas); (ii) inclusão produtiva (o PPP-Ecos impulsionou as organizações beneficiárias em termos institucionais, produtivos e comerciais; apoiou a construção e/ou reforma de 27 agroindústrias comunitárias equipadas e os intercâmbios e o acesso à informação de boas práticas; e articulou parceiros e órgãos públicos para o diálogo participativo e a busca de soluções conjuntas); (iii) incidência política (os projetos estiveram presentes em uma média de 65 redes e movimentos sociais, atuaram em 131 espaços de incidência de políticas públicas no âmbito das três esferas governamentais – municipal, estadual e federal – e acessaram uma média de 48 políticas públicas); (iv) capital humano (5.072 indivíduos foram capacitados e empregaram os conhecimentos adquiridos e foram desenvolvidas e/ou melhoradas habilidades de liderança na execução dos projetos); e (v) melhoria nas condições de vida (a melhoria das condições ambientais, com a recuperação de 2.999 hectares de áreas degradadas, promoveu a melhoria dos serviços ecossistêmicos de provisão ao médio e longo prazo, à exemplo da água e a segurança hídrica pela recuperação de nascentes e APPs. A implementação de SAFs e quintais agroecológicos, entre outras atividades produtivas, além de gerar renda para as famílias, ampliou a segurança alimentar para além do local de produção).
	O projeto conseguiu promover e incrementar a produção em cadeias de valor de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros, originados em manejo sustentável?	Sim	No entanto, poucos projetos elaboraram e/ou implementaram planos de manejo sustentável. A aglutinadora identificou que o indicador 'Número de planos de manejo florestal sustentável elaborados' não se apresentou eficiente para o monitoramento e avaliação.
	Em caso de projeto que contenha a componente de desenvolvimento científico e tecnológico, este contribuiu para a construção de um modelo de desenvolvimento adequado à região?	Sim	Foram impressas nove publicações, além de dois vídeos documentários sobre o PPP-Ecos e sua ação nos territórios. São publicações de destaque: Guia de Elaboração de Projetos de Agroindústrias Comunitárias (1ª e 2ª edição); Publicação Pequenos Projetos Ecosociais de Quebradeiras de Coco Babaçu: reflexões e aprendizados; Manual Boas Práticas de Manejo para o Extrativismo Sustentável do Buriti (2ª edição); Manual Tecnológico de Aproveitamento Integral do Fruto e Folha do Buriti (2ª edição); Publicação: Aprendizados colhidos - I Encontro de Experiências e Aprendizados do PPP-Ecos na Amazônia; Manual Tecnológico de Aproveitamento Integral dos Produtos das Abelhas Nativas Sem Ferrão (2ª edição). Também foram produzidos dois vídeos documentários: Babaçu – floresta de vida e sobre o PPP-Ecos.



Equidade de gênero	O projeto conseguiu integrar questões de gênero nas suas estratégias e intervenções ou tratou do assunto de forma isolada? Como?	Sim	Junto às organizações geridas por mulheres, o projeto atuou no fortalecimento institucional e das cadeias produtivas sustentáveis, além de ter ampliado e qualificado a discussão sobre gênero e agroecologia, um dos principais temas abordados nas capacitações. Promoveram ações sobre direitos das mulheres 27% dos projetos. Foi aplicada pesquisa junto aos subprojetos em que se abordou 'renda' e 'gênero e agroecologia'. Durante o período da pandemia da Covid-19, o ISPNA formou um GT para atender diretamente às necessidades das mulheres.
	Havia separação por gênero na coleta de dados para o planejamento e o monitoramento do projeto?	Em parte	A coleta de dados junto às aglutinadas não foi eficiente, por isso não consta informação nos indicadores.
	Como o projeto contribuiu para a equidade de gênero?	Sim	Dos 88 projetos apoiados pelo PPP-Ecos, mais de dez foram implementados por grupos de mulheres (foram contabilizadas 17 organizações de mulheres no Portfólio dos Pequenos Projetos 2013-2017). Evidenciaram a participação das mulheres 70% dos projetos, sendo que, desses, 32% foram coordenados por elas. Tiveram, na maioria, mulheres na sua execução, 43% dos projetos, e 27% promoveram ações envolvendo direitos de mulheres.



Projeto: FORTALECENDO A ECONOMIA DE BASE FLORESTAL SUSTENTÁVEL

Organização responsável pela execução: Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre (Cooperacre)

Público beneficiado: pequenos proprietários/as rurais familiares e extrativistas

Prazo: novembro de 2014 a março de 2022

Local de implementação: 14 municípios do Acre, das regiões administrativas do Alto Acre, Baixo Acre e Purus

Resumo do projeto: Selecionado no âmbito da Chamada Pública de Projetos Produtivos Sustentáveis do Fundo Amazônia, o projeto teve como objetivo o fortalecimento das cadeias produtivas da castanha-do-brasil e de polpa de frutas. Foi implementado por meio de ações de apoio direto e indireto à 25 associações e cooperativas filiadas à Cooperacre, aglutinadas segundo a modalidade da chamada pública.

No que se refere às ações de apoio direto, foram realizadas: (i) instalação de dois armazéns comunitários e disponibilização de caixas para melhoria das condições de transporte de frutas; (ii) ampliação do número de cooperativas e associações aglutinadas com certificação orgânica de produção de castanha; (iii) recuperação de áreas degradadas e/ou alteradas em pequenas propriedades ou posses rurais familiares.

As ações transversais compreenderam: i) prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER); ii) otimização da estrutura de beneficiamento da Cooperacre, por meio da instalação de duas novas estufas de secagem e da instalação de briquetadeiras (equipamentos que transformam a casca residual da castanha-do-brasil em biomassa compactada de alto poder calorífico); iii) desenvolvimento de estudos de viabilidade da diversificação dos produtos; iv) capacitação dos representantes das organizações aglutinadas, técnicos da Cooperacre e da equipe de ATER; e v) investimento em comunicação e marketing.

		Atende	Observações
Redução da pobreza	Em que medida o projeto contribuiu de forma efetiva para alternativas econômicas que valorizam a floresta em pé e o uso sustentável de recursos naturais?	Sim	A implantação de SAFs em áreas já desmatadas, onde se concentra a produção agroextrativista, aumentou a eficiência da produção. Houve aumento de 2,5 safras anuais por família, ampliando a renda com a venda de produtos oriundos do extrativismo e das frutas. Com o aumento da rentabilidade do agroextrativismo, o/a produtor/a diminui seu interesse em abrir novas áreas para produção pecuária.
	Em que medida o projeto influenciou positivamente na redução de pobreza, na inclusão social e na melhoria nas condições de vida dos beneficiários (principalmente: comunidades tradicionais, assentados e agricultores familiares) que vivem na sua área de atuação?	Sim	Foram beneficiadas diretamente 2.000 famílias e indiretamente 1.000 famílias e um conjunto de 25 associações e cooperativas de produtores/as, fortalecendo a rede de atores do extrativismo e da agricultura familiar. A Cooperacre gerou mais de 300 empregos diretos e mais de 1.500 indiretos, beneficiou as comunidades extrativistas com a garantia de compra dos produtos do extrativismo, pagando preço justo pela produção. Aumentou a eficiência da produção em até 2,5 safras por ano e, consequentemente, a renda obtida com a venda de produtos oriundos do extrativismo e da fruticultura. Houve melhoria ambiental com a utilização dos SAFs, ampliando a qualidade dos serviços ecossistêmicos que fornecem base para o bem-estar das pessoas. A implementação de, em média, 2 hectares de SAF por produtor/a fortaleceu a estrutura familiar e estimulou o trabalho remunerado dos jovens na produção, obtida pela colheita dos produtos. As mulheres mencionaram que os SAFs vêm melhorando a qualidade de vida das famílias, com alimentos saudáveis e incremento na renda. Algumas mulheres produziram produtos para a venda nos mercados locais, como geleias, biscoitos etc.



Redução da pobreza	O projeto conseguiu promover e incrementar a produção em cadeias de valor de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros, originados em manejo sustentável?	Sim	O incremento na cadeia da castanha ocorreu a partir da certificação de produtores de 14 organizações em padrões internacionais.
	Em caso de projeto que contenha a componente de desenvolvimento científico e tecnológico, este contribuiu para a construção de um modelo de desenvolvimento adequado à região?	Em parte	Não houve menção sobre a publicação acerca da tecnologia que promoveu a redução do uso de lenha em mais de 70% com o uso de briquetes fabricados com os resíduos da castanha e usados para a geração de energia. A redução da pressão sobre a floresta nativa com a tecnologia adotada se mostrou adequada para um contexto regional de altas taxas de desmatamento.
Equidade de gênero	O projeto conseguiu integrar questões de gênero nas suas estratégias e intervenções ou tratou do assunto de forma isolada? Como?	Não	Não houve integração de questões de gênero no projeto. As ações foram abordadas no âmbito das famílias, não houve estratégia com foco nas mulheres e sua atuação junto às cadeias dos produtos trabalhados.
	Havia separação por gênero na coleta de dados para o planejamento e o monitoramento do projeto?	Em parte	Não foram coletados dados sobre a participação das mulheres na maioria das atividades, mas, de acordo com entrevista junto ao gestor, pode-se dizer que no mínimo 68 mulheres foram diretamente beneficiadas.
	Como o projeto contribuiu para a equidade de gênero?	Não	Não houve contribuição.



Projeto: CONCRETIZAR

Organização responsável pela execução: Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (Reca)

Público beneficiado: Famílias de agroextrativistas associadas às entidades aglutinadas e beneficiárias dos investimentos na usina de beneficiamento de frutas e de processamento de óleo

Prazo: janeiro de 2015 a outubro de 2020

Local de implementação: Acrelândia/AC e Porto Velho/RO

Resumo do projeto: Selecionado por meio da Chamada Pública de Projetos Produtivos Sustentáveis, o projeto abrange quatro organizações aglutinadas, sendo a Associação Baixa Verde (ABV), a Associação dos Produtores Rurais do município de Acrelândia (Aspromacre), a Cooperativa Agropecuária e Florestal (Coper-RECA) e a Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto RECA (Associação RECA), que também atua como aglutinadora e executora do projeto.

O projeto implantou 315 hectares de SAFs em áreas degradadas de 135 unidades familiares dos associados e cooperados das aglutinadas. Principalmente consorciado com cupuaçu e açaí, ampliou a capacidade produtiva das famílias ao médio e longo prazo e oportunizou a melhoria de serviços ecossistêmicos fundamentais para garantir vida digna aos produtores e suas famílias.

Executou ações transversais de alcance a todas as entidades aglutinadas: a) ampliação e modernização da capacidade produtiva das unidades de beneficiamento de frutas, especialmente cupuaçu e açaí; b) reconstrução da unidade de beneficiamento de óleos e sementes e das estruturas de secagem e armazenamento de castanha e demais produtos in natura e beneficiados; c) fortalecimento institucional; e d) assistência técnica e extensão rural (ATER) agroflorestal. Como resultados, ampliou a capacidade e melhorou a qualidade da produção, armazenamento e comercialização; melhorou a vida dos beneficiários com garantia de renda justa proveniente dos produtos da sociobiodiversidade e oportunizou capacitações sobre SAFs e boas práticas em produção e armazenamento.

		Atende	Observações
Redução da pobreza	Em que medida o projeto contribuiu de forma efetiva para alternativas econômicas que valorizam a floresta em pé e o uso sustentável de recursos naturais?	Sim	Com a implantação 315 hectares de SAFs em 135 propriedades das famílias produtoras, houve o fortalecimento da base produtiva. Apoiou a reforma e/ ou ampliação da infraestrutura de beneficiamento dos produtos da sociobiodiversidade, agregando valor e ampliando a capacidade de oferta de produtos que compõem a 'cesta' do agroextrativista. Puderam processar seus produtos no Reca, 435 famílias da região. Incentivou o estabelecimento de negócios locais para a produção de mudas.
	Em que medida o projeto influenciou positivamente na redução de pobreza, na inclusão social e na melhoria nas condições de vida dos beneficiários (principalmente: comunidades tradicionais, assentados e agricultores familiares) que vivem na sua área de atuação?	Sim	O projeto contribuiu com renda média anual por família de R\$ 21.913,00. Agregou valor aos produtos da sociobiodiversidade e da agricultura familiar, aumentando a renda familiar e o bem-estar dos/as agricultores/as envolvidos no projeto com a implementação de SAFs para fins econômicos e de conservação ecológica em uma região altamente pressionada pela agropecuária extensiva e exclusiva. Contribuiu na geração de capacidade técnica e do conhecimento de 428 pequenos agroextrativistas com a implantação de SAF e ATER agroflorestal e capacitou lideranças comunitárias sobre gestão de projetos, governança participativa, boas práticas de produção e armazenamento e estratégias de comercialização.



Redução da pobreza	O projeto conseguiu promover e incrementar a produção em cadeias de valor de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros, originados em manejo sustentável?	Em parte	Não há informação sobre a realização de planos de manejo sustentável, mas houve promoção e incremento das cadeias do cupuaçu, açaí, sementes e mudas e óleos.
	Em caso de projeto que contenha a componente de desenvolvimento científico e tecnológico, este contribuiu para a construção de um modelo de desenvolvimento adequado à região?	Sim	O projeto promoveu o acesso ao conhecimento para o desenvolvimento do meio rural utilizando tecnologias e práticas agroflorestais em recuperação de áreas degradadas. A tríplice fronteira (AM-RO-MT), onde o projeto foi executado, é marcada pela alta pressão de desmatamento para o agronegócio e houve a promoção da cadeia da restauração florestal com finalidade econômica. O projeto contribuiu para que o Reca se tornasse referência em SAFs na Amazônia. O Reca realizou parceria com a Universidade de Rondônia (UNIR), que enviou residentes em engenharia de alimentos e engenharia florestal para o desenvolvimento de ações para a melhoria da qualidade dos processos agroindustriais e do processo de compostagem orgânica, respectivamente.
Equidade de gênero	O projeto conseguiu integrar questões de gênero nas suas estratégias e intervenções ou tratou do assunto de forma isolada? Como?	Em parte	Há indicador da participação das mulheres na gestão das organizações, mas não está clara qual ação/estratégia foi executada para obter o resultado. O projeto realizou ações pontuais, tratando gênero de forma isolada nas capacitações e com as beneficiárias aderentes ao SAF, como apontado pelo indicador de participação das mulheres.
	Havia separação por gênero na coleta de dados para o planejamento e o monitoramento do projeto?	Sim	Foram capacitadas para a prática de atividades econômicas sustentáveis 456 mulheres e 227 foram beneficiadas diretamente.
	Como o projeto contribuiu para a equidade de gênero?	Sim	Apoiou as mulheres a terem renda própria por meio de seus plantios (foi constatado que as mulheres foram mais beneficiadas com a venda de cupuaçu e açaí). O projeto apoiou a organização das mulheres para a reestruturação do centro de vendas dos produtos artesanais e industriais. Beneficiou as mulheres com a ficha de produção própria na cooperativa. Contribuiu com o aumento da participação das mulheres na coordenação da associação – das 64 vagas de coordenação das aglutinadas, 41 são ocupadas por homens e 20 pelas mulheres, com destaque para a ABV, que possui cinco mulheres no conselho fiscal e administrativo da associação.



Projeto: Fundo Dema

Organização responsável pela execução: Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – FASE

Público beneficiado: Agricultores/as familiares e agroextrativistas, quilombolas e indígenas associados nos seus territórios

Prazo: junho de 2011 a fevereiro de 2018

Local de implementação: Oeste do Pará - BR-163/Transamazônica/Xingu, no entorno entre Itaituba e Novo Progresso e Baixo Amazonas

Resumo do projeto: O Fundo Dema teve como objetivo valorizar atividades que mantêm a floresta em pé na Amazônia paraense por meio do apoio a projetos voltados para o enriquecimento da floresta, diversificação da produção, melhoria das condições de trabalho e a valorização dos produtos nativos para a comercialização e autoconsumo. Foram apoiados 112 projetos de associações comunitárias para implantação de SAFs, recuperação de áreas degradadas e matas ciliares, instalação de mini-indústrias processadoras de frutas e produtos nativos, hortas orgânicas, piscicultura, criação de abelhas nativas, artesanato, rádio comunitária e gestão do território. A visão do projeto foi fortalecer as cadeias de produtos florestais tanto para garantia da segurança alimentar e nutricional das comunidades quanto para gerar renda como para autoconsumo.

O público apoiado corresponde a 5.448 pessoas atingidas diretamente pelos projetos, sendo 2.496 mulheres das comunidades beneficiadas, moradores/as de reservas extrativistas, assentamentos, terras indígenas e de quilombos. Oportunizou base produtiva para diversos grupos de PCT e povos indígenas com mais de 65 produtos alimentícios que melhoraram a segurança alimentar e a saúde da família.

		Atende	Observações
Redução da pobreza	Em que medida o projeto contribuiu de forma efetiva para alternativas econômicas que valorizam a floresta em pé e o uso sustentável de recursos naturais?	Sim	<p>O projeto fortaleceu a produção de alimentos por meio da recuperação de áreas degradadas, manejo florestal, enriquecimento florestal e de quintais. A capacidade de geração de renda acompanhou a quantidade produzida, que apresentou ganhos principalmente após a finalização dos projetos, com destaque para os produtos nativos, sobretudo frutas e sementes. O projeto contribuiu para estabelecer boas práticas produtivas sustentáveis a partir de ações para prevenção e combate ao fogo.</p> <p>Dos projetos apoiados, 44 (73,3%) produziram alimentos; destes, 28 (64%) comercializam a produção em mercados locais. Serviços e outros produtos, como turismo de base comunitária e criação de pequenos animais, entre outros, representaram 21,7% (13 projetos); destes, 61,5% (8 projetos) acessaram mercados locais.</p>



Redução da pobreza	Em que medida o projeto influenciou positivamente na redução de pobreza, na inclusão social e na melhoria nas condições de vida dos beneficiários (principalmente: comunidades tradicionais, assentados e agricultores familiares) que vivem na sua área de atuação?	Sim	Houve aumento na circulação de recursos nas comunidades também devido a comercialização da produção, excedente de alimentos e artesanatos e de visitas de turistas às pousadas comunitárias. Após a implementação do projeto, uma comunidade quilombola informou aumento na renda mensal das famílias de R\$ 600,00 para R\$ 1.000,00. A média mensal por /família foi estimada em R\$ 2.000,00. A partir do projeto houve a diversificação dos cultivos e implantação de novas atividades. Também houve o resgate de práticas ancestrais nos sítios, levando em conta os interesses e necessidades das comunidades beneficiárias. Entre os resultados, houve a adoção de novas tecnologias de produção com base na agroecologia e incentivo a atividades coletivas e mudanças nos hábitos alimentares das famílias, promovendo a segurança alimentar e nutricional. Os subprojetos coletivos funcionaram a partir da abordagem de baixo para cima, oportunizando o protagonismo e o empoderamento das populações do campo e da floresta e suas organizações locais e redes, além da melhoria de suas condições de vida. O desafio colocado pelo processo do ciclo do subprojeto foi educativo e estimulou a legalização e o reconhecimento institucional das organizações de base, contribuindo com a dinamização do quadro de parcerias de muitas delas. A experiência adquirida pelas associações comunitárias em elaborar projetos comunitários possibilitou acesso a novos editais e maior acesso às instituições públicas municipais e estaduais no âmbito da agricultura e meio ambiente após a finalização dos projetos.
	O projeto conseguiu promover e incrementar a produção em cadeias de valor de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros, originados em manejo sustentável?	Sim	Em parceria com órgãos públicos responsáveis pelo uso, ocupação e proteção dos territórios, à exemplo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA-PA), houve entendimento sobre o processo de licenciamento de cada tipo de território e a cooperação dos órgãos para o encaminhamento dos planos de manejo. Seis projetos fizeram planos de manejo de açaizais nativos e dois voltados para aproveitamento de madeiras caídas para moveleira. Além desses, foram apoiados planos de uso e acordos de pesca comunitários em assentamentos agroextrativistas, reserva de desenvolvimento sustentável (RDS) e em três comunidades quilombolas.
	Em caso de projeto que contenha a componente de desenvolvimento científico e tecnológico, este contribui para a construção de um modelo de desenvolvimento adequado à região?	Sim	O Fundo Dema produziu um Guia de Elaboração, Gestão e Monitoramento de Projetos, com objetivo de orientar as organizações apoiadas no planejamento e administração das iniciativas coletivas. Para isso, apresenta contribuições metodológicas e práticas decorrentes dos aprendizados coletivos acumulados pela equipe Fase/Fundo Dema e as organizações populares apoiadas.



Equidade de gênero	O projeto conseguiu integrar questões de gênero nas suas estratégias e intervenções ou tratou do assunto de forma isolada? Como?	Sim	De forma global, foi dado apoio a pequenos projetos de produção de alimentos agroecológicos. O tema agroecologia foi um alicerce para a abordagem de gênero. Atividades realizadas em grande parte pelas mulheres foram apoiadas, a exemplo dos quintais enriquecidos com SAFs, horta e criação de pequenos animais.
	Havia separação por gênero na coleta de dados para o planejamento e o monitoramento do projeto?	Sim	Participaram de capacitações 1.394 mulheres e 2.791 foram diretamente beneficiadas.
	Como o projeto contribuiu para a equidade de gênero?	Sim	As mulheres corresponderam a 46% do total de beneficiados/as. Houve apoio a constituição de um Fundo de Mulheres dentro do próprio Fundo Dema, envolvendo organizações de mulheres de 19 diferentes municípios. As mulheres participaram de capacitações e, através da abordagem da agroecologia, foi enfatizado seu papel nas atividades de reflorestamento, recuperação e manejo sustentável. Promoveu segurança alimentar e cuidados com a saúde. Sob demanda do GT do movimento das mulheres, iniciou a adaptação da Caderneta Ecológica para o registro da produção, dando maior visibilidade ao seu trabalho na agricultura. Apoiou a constituição de cinco organizações específicas de mulheres que têm contribuído para a visibilidade e a valorização do trabalho, também para o desenvolvimento de estratégias de comercialização dos produtos através de feiras. O turismo de base comunitária também envolveu participação feminina com artesanato local e os serviços de hospedagem e alimentação.